

História e Ciência

Ciência e Poder na primeira Idade Global

Amélia Polónia
Fabiano Bracht
Gisele C. Conceição
Monique Palma
Organizadores

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2016

História e Ciência

**Ciência e Poder na primeira Idade
Global**

Amélia Polónia

Fabiano Bracht

Gisele da Conceição

Monique Palma

Organizadores

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2016

Título: história e ciência: ciência e poder na primeira idade global.

Organização de: Amélia Polónia, Fabiano Bracht, Gisele Cristina da Conceição, Monique Palma

Introdução: Amélia Polónia, Fabiano Bracht, Gisele Cristina da Conceição

Editor: Universidade do Porto. Faculdade de Letras

Local de Edição: Porto

Ano de edição: 2016

ISBN: 978-989-8648-91-4

E-mail:

amelia.polonia@gmail.com

bracht.fabiano@gmail.com

giseleconceicao@gmail.com

moniquepalma@hotmail.com

Edição em formato eletrónico em:

<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1502&sum=sim>

Organização:

Amélia Polónia

Fabiano Bracht

Gisele Cristina da Conceição

Monique Palma

Comissão Científica:

Cristina Brito - CHAM/FCSH/UNL/U. Açores, Portugal

Emma Sallent Del Colombo - Independent Scholar, Barcelona

Jorun Poettering - LMU Munich, Marie Skłodowska-Curie Fellow

Antonio Sanches – CIUHCT – Universidade de Lisboa

Rosa Capelão – CITCEM

Ana Roque – CH - Universidade de Lisboa

Índice

Introdução - Ciência e Poder na primeira idade global – Amélia Polónia; Fabiano Bracht; Gisele Cristina da Conceição	5
Capítulo 1 - De Zurara a Francis Bacon: Conhecimento e poder, ciência e tecnologia - ou sobre as primícias do plano estratégico de domínio do globo – Onesimo Almeida	9
Capítulo 2 - Processos de integração de normas e práticas nos campos da assistência e da saúde (Portugal, séculos XVI-XVIII) – Laurinda Abreu	19
Capítulo 3 - Saúde e poder em Portugal na virada dos séculos XVIII e XIX, o caso dos Avisos ao público - Rafael Dias da Silva Campos.....	40
Capítulo 4 - Médicos no regresso da peregrinatio academica: mobilidade e conflito no Portugal Quinhentista - Luís Ribeiro Gonçalves	58
Capítulo 5 - Construção e transferência de saberes médico-cirúrgicos entre Portugal e a América portuguesa no século XVIII - Monique Palma	78
Capítulo 6 - Condicionantes sociais e políticos nos processos de produção de conhecimento. O caso da Índia portuguesa do século XVIII - Fabiano Bracht...	94
Capítulo 7 - Terapêutica e flora brasílica no contexto da farmácia portuguesa do século XVIII - Wellington Bernardelli Silva Filho	122
Capítulo 8 - Natureza Ilustrada: Estudos sobre Filosofia Natural no Brasil ao longo século XVIII - Gisele Cristina da Conceição.....	142
Capítulo 9 - As Ciências de Polícia em Portugal: teoria, reformismo e prática nos finais do Antigo Regime - Maria Luísa Gama	180

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradecemos a todos os investigadores que aceitaram o convite para participar deste livro. Agradecemos à Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. À comissão científica formada pelos investigadores Cristina Brito, Emma Sallent Del Colombo, Jorun Poettering, Antonio Sanches, Rosa Capelão e Ana Roque, que prontamente aceitaram avaliar os trabalhos.

Também agradecemos, ao CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e à Universidade do Porto, por ter apoiado o projeto da Conferência: “História e Ciência - Ciência e Poder na Primeira Idade Global”, do qual derivou este livro.

Introdução

Desde a Antiguidade Clássica, a associação entre Poder e Saber é uma constante, seja numa dimensão política, seja religiosa. Agentes de Poder alicerçaram muitas das suas estratégias em agentes de Saber¹. Desde o período Moderno (séculos XIV-XVIII) assiste-se, na Europa, a um declarado uso da Ciência, do pensamento científico, e dos avanços tecnológicos como meios e estratégias de domínio e de prevalência de potências, primeiro num contexto europeu, depois num espaço mundial, através de programas de colonização ultramarina. Com o Humanismo Europeu, e através de um mecenato activo, as agendas políticas não dispensavam a integração de agentes intelectuais nos seus programas de poder. Diversas instituições, que não apenas as de cultura, ou as universitárias, foram agentes activos nestas dinâmicas. Este processo intensificou-se, com o fim do Antigo Regime, através de novas formas pelas quais o conhecimento foi colocado ao serviço do Estados e dos grupos dominantes.

Mais recentemente, a declarada articulação entre projetos totalitários, como o do Nacional Socialismo, e o uso da Ciência, evidenciou os riscos dos usos do Saber com fins políticos e ideológicos². Esta é uma matéria sobre a qual cientistas das várias áreas do saber não podem deixar de refletir. Daí também a importância que estes tópicos têm adquirido no âmbito da Filosofia da Ciência.

Paralelo a este contexto, em que agentes construtores do saber mantiveram estreita dependência das flutuações de políticas estatais, outros circuitos de saber se definem, desenhando novos “poderes”: o Poder do Saber, mesmo quando empírico, mesmo quando circulando à margem dos circuitos institucionalizados. É em grande medida este saber que alicerça as experiências de exploração geográfica e oceânica que conduzem ao expansionismo português e europeu, à descompartimentação do real e à construção, de uma Primeira Idade Global, consensualmente situada, em termos europeus, entre 1400 e 1800.

Este livro, conta com trabalhos que possam contribuir para a compreensão dessa dimensão histórica do binómio Ciência e Poder, em particular a partir desta Primeira

¹ Foucault, Michel - *Power/knowledge: selected interviews and other writings, 1972-1977*, edited by Colin Gordon ; translated by Colin Gordon, New York : Pantheon Books, 1980.

² Beyerchen, Alan, *Scientists under Hitler: Politics and the physics community in the Third Reich*, New Haven, CT: Yale University Press, 1977. Hentschel, Klaus, ed. *Physics and National Socialism: An anthology of primary sources*, Basel: Birkhaeuser, 1996.

Idade Global, em que novas premissas, de Saber e de Poder, se equacionam, a uma escala mundial. Partindo de uma visão ampla do processo de construção de conhecimento científico, o livro passa à discussões mais específicas com estudos sobre Medicina, farmácia, filosofia natural e saúde pública no Império português, chegando, por fim, a discussões sobre a criação de uma ciência de polícia em Portugal na segunda metade do século XVIII.

Ciência e poder colonial

Ao longo dos séculos XV a XVIII ocorreram complexos processos da expansão marítima que conduziram à consolidação de impérios coloniais europeus. Estes processos envolvem fenómenos multifacetados e dependem de um grande número de variáveis históricas. Em igual proporção e indissociáveis entre si, interesses comerciais, questões estratégico-militares, propósitos evangelizadores e motivações intelectuais combinaram-se no desenvolvimento de inúmeros processos de construção e acumulação do conhecimento. “Humanismo”, “Revolução Científica” e “Iluminismo” são alguns dos programas culturais que marcam, na Europa, este período.

Em paralelo, entre os historiadores parece haver, atualmente, consenso quanto ao facto de a expansão marítima e a construção dos impérios coloniais não apenas terem resultado de fatores técnico-científicos, mas na verdade terem moldado as características daquilo que, no final do Antigo Regime europeu, emergiu na Europa sob a designação de Ciência. Este é um processo complexo, resultante de transferências recíprocas, em que os contributos dos universos de colonização são cada vez mais tidos em consideração³, afastando-nos de uma visão eurocêntrica de análise. Os Estados incorporaram a investigação da Natureza nas suas estratégias de poder, na clara compreensão de que isso era fundamental à expansão e manutenção dos seus domínios, e imprescindível na acirrada competição com as potências concorrentes. As potências envolvidas neste processo não pouparam recursos para fomentar o domínio da Natureza, desde logo através do seu reconhecimento e descrição. A Ciência emerge, assim, como uma ferramenta de Poder⁴.

³ BLEICHMAR, Daniela et al., ed. - *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500–1800*. Stanford: Stanford University Press. 2009.

⁴ DOMINGUES, Ângela - Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*. v.

No entanto, longe de ter sido uma via de sentido único, ditada pelo ritmo e a direção dos processos coloniais, a acumulação e processamento dos saberes deu-se no contexto de um intenso regime de trocas e comparticipações. O hibridismo do conhecimento resultante dessas interações é um facto hoje amplamente debatido⁵.

Mesmo assumindo que nem todos os processos de construção de conhecimento se deram dentro da esfera de ação direta dos Estados, isso não permite desconsiderar a análise da forma como a sua produção e disseminação se relacionou com as esferas de Poder. Entre outros fatores, deve ser amplamente considerada a ação das ordens religiosas e sua obra evangelizadora. Franciscanos, Agostinhos e Jesuítas participaram em larga escala em todo este processo. Empreenderam uma extensa e intensa troca de saberes com os povos autóctones, tendo a expansão da fé como pano de fundo, mas o intercâmbio de saberes como resultado.

Em simultâneo, estabelecem-se redes informais e auto-organizadas que incluem agentes e grupos económicos que potenciam a circulação e a aplicação de conhecimentos, hidrográficos, geológicos, biológicos que, enquanto agentes mediadores, registam, acumulam e transferem estas redes, estes fluxos, e os seus contributos para a construção do pensamento científico, nas suas relações com os poderes formais.

Assim, os capítulos deste livro foram pensados para corroborar com essas ideias, dentro do contexto do Império português. Começando pela contribuição de Onésimo T. Almeida com uma análise que remonta ao século XV, e o início de um processo estratégico de domínio global. Este processo sugere uma reflexão acerca do crescente esforço, por parte dos Estados Modernos, para a implementação de mecanismos de controlo e racionalização das atividades que envolviam a produção e circulação de saber. É precisamente acerca dessa, e de outras temáticas que trata então o capítulo seguinte. Laurinda Abreu dirige sua objetiva às normas e práticas de assistência e saúde em Portugal. Este tema, por sua vez, corrobora com os estudos sobre a relação entre o poder e a saúde, onde o papel dos médicos e cirurgiões figura, por exemplo, no centro

VIII (suplemento), 823-38, 2001; Notícias do Brasil Colonial: A Imprensa Científica e Política ao Serviço das Elites (Portugal, Brasil, Inglaterra). *Varia História*. v. 22, n. 35 (2006), p. 150-174.

⁵ WALKER, Timothy D. The Medicines Trade in the Portuguese Atlantic World: Acquisition and Dissemination of Healing Knowledge from Brazil (c. 1580–1800). *Social History of Medicine*. n. 26; v. 3; maio de 2013; p. 1 – 29. And Acquisition and Circulation of Medical Knowledge within the Early Modern Portuguese Colonial Empire. In: BLEICHMAR, Daniela; DE VOS, Paula; HUFFINE, Kristin; and SHEEHAN, Kevin (Ed.). (2008). *Science in the Spanish and Portuguese Empires (1500-1800)*. p. 247-270.

das discussões, e constituem matéria de destaque para a compreensão de uma série de reformas instituídas em Portugal, principalmente na segunda metade do século XVIII. Os três capítulos seguintes verticalizam para esta problemática. Primeiro com Rafael Dias da Silva Campos, seguido por Luís Ribeiro Gonçalves, e Monique Palma.

Após esse bloco coeso, segue-se outro, formado por três estudos acerca da circulação de saberes, tanto no campo da medicina, quanto na farmácia e na filosofia natural. Os textos de Fabiano Bracht, Wellington Bernardelli Silva Filho, e Gisele C. Conceição, mostram-se centrais no âmbito dos processos de transformação das ciências, e da construção de novos paradigmas científicos em todo o Império português. Finalizamos este livro com o estudo de Maria Luísa Gama no campo da ciência como ferramenta fundamental para a prática da investigação, principalmente no período das reformas pombalinas.

Sob uma ampla perspectiva, os capítulos que compõe este livro demonstram como as ciências foram se transformando e sendo utilizadas dentro do complexo jogo das relações e estabelecimento do poder, que envolve as questões políticas, econômicas e sociais. Esta coletânea, busca tratar destes aspectos dentro do universo do Império português, através destas relações de poder, que envolvem a produção do conhecimento científico, as trocas de saberes e a construção de novos paradigmas científicos. Afinal, conhecimento é poder.

Amélia Polónia

Fabiano Bracht

Gisele Cristina da Conceição

De Zurara a Francis Bacon: Conhecimento e poder, ciência e tecnologia - ou sobre as primícias do plano estratégico de domínio do globo*

Onésimo Teotónio Almeida

Brown University

Vai já para duas décadas publiquei um ensaio sobre a cooperação entre D. João de Castro e Pedro Nunes procurando demonstrar que o empenhamento de D. João de Castro na melhoria da qualidade dos dados de observação recolhidos tinha motivos práticos imediatos. Esse dado, óbvio para quem está familiarizado com os problemas científicos e tecnológicos das navegações portuguesas não contém em si nenhuma novidade. Representava, na altura da escrita desse ensaio, e no contexto dos debates de então, um contra-exemplo importante, uma vez que a visão recebida na historiografia anglo-americana era a da ciência moderna, surgida no século XVII ter estado desvinculada de qualquer aplicação prática até ao século seguinte¹. Era pelo menos essa a perspectiva dominante desde o surgimento do hoje clássico estudo de Robert K. Merton, *Science, Technology & Society in Seventeenth Century England*². Na verdade, no caso português, uma ligação imediata entre o conhecimento da natureza e a aplicação prática desse conhecimento ocorre a dois níveis e por razões distintas mas inter-relacionadas: por um lado, importava aperfeiçoar a recolha de dados sobre a natureza porque, quanto mais exactas fossem as observações e medições, mais vidas seriam salvas no trânsito marítimo, menos problemas surgiriam nos percursos e mais eficientes as viagens se tornariam. Por outro, havia que observar e registar os problemas surgidos com os próprios instrumentos de medição, a fim de, em Lisboa, Pedro Nunes trabalhar com os seus fabricantes e poder aperfeiçoá-los, pois isso permitiria por sua vez melhorar a recolha de dados observados em viagens futuras. Os exemplos são inúmeros em qualquer dos *Roteiros* de D. João de Castro. São de particular interesse as passagens em que o autor abre longos parênteses no registo da actividade diária (cada entrada é

* Agradeço a Artur Goulart, Urbano Bettencourt, António da Silva Cordeiro, Olegário Paz, José F. Costa e João Ornelas do Rego a leitura atenta deste texto e as suas preciosas sugestões.

¹ "...fique a dúvida para Pedro Nunes' (D. João de Castro) - sobre a cooperação entre 'cientistas' e navegadores" *Oceanos*, n 49 (2002), 9-17.

² (New York: H. Fertig, 1970).

intitulada “Caminho”), para se envolver em relatos minuciosos e considerações técnicas de grande rigor sobre medições ou rotas. Veja-se, a mero título de exemplo, no *Roteiro de Lisboa a Goa*, as longas “notações” e “provas” que revelam extraordinário rigor e uma preocupação constante com a correcção de erros anteriores³.

Essa minha anterior intervenção no diálogo entre historiadores da ciência em Portugal ficou a dever-se a uma famosa conferência do filósofo da ciência Ernan McMullin, que elaborara de modo bastante sofisticado um conjunto de ideias recebidas e dominantes na historiografia anglo-americana⁴. Quando publiquei uma versão em inglês desse artigo, em volume colectivo⁵, fiz notar a importância de se divulgar o que em Portugal se passara no período da expansão marítima, visto se ter já então no nosso país uma consciência dessa matéria que ainda hoje não obteve o devido reconhecimento no espaço académico anglo-americano.

O caso da relação de trabalho entre D. João de Castro e Pedro Nunes não é único. Primeiro, porque Pedro Nunes manteve esse tipo de relacionamento com outras figuras envolvidas nas navegações; segundo, porque algumas das suas preocupações estavam também presentes no espírito de outros navegadores. Basta lembrar Duarte Pacheco Pereira, se bem que, no seu caso, se estivesse ainda longe das questões relacionadas com a qualidade dos instrumentos de medição e da necessidade do seu melhoramento, que mais tarde surgiriam como uma constante em Pedro Nunes. Sinais reveladores da importância que atribuía às aplicações práticas de muita da actividade científica são recorrentes. Um mero exemplo poderá ser retirado da relativamente recente edição do 4º volume das Obras de Pedro Nunes, *De Arte Atque Ratione Navigandi*⁶. O volume original abre com uma nota introdutória de António Mariz, que explica assim o seu próprio projecto de edição do mesmo:

Tendo eu encontrado por acaso os livros sobre a ciência de navegar, do ilustríssimo varão Pedro Nunes, espantei-me sobremaneira com a liberdade com que o nosso atrevimento trata as obras dos autores mais eminentes. Com efeito, a obra tinha sido de tal modo adulterada que sem dúvida haveria de naufragar quem navegasse seguindo o método indicado. Faltavam muitas

³ Annotado por João de Andrade Corvo (Lisboa: Da Academia Real das Sciencias, 1882), Pp. 228-244.

⁴ “The goals of natural science,” *Proceedings of the American Philosophical Association* 58 (1984): 37-64.

⁵ “Science during the Portuguese maritime discoveries – a telling case of interaction between experimenters and theoreticians”, in Daniela Bleichmar, Paula De Vos, Kristin Huffine and Kevin Sheehan, eds. *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500-1800* (Palo Alto, CA: Stanford University Press, 2008), pp. 78-92; 348-351.

⁶ Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008)

coisas, outras tinham sido atrevidamente substituídas, tudo de tal forma desfigurado que o próprio autor não reconheceria o seu parto, mas, antes, indignado por justa dor, difamaria e enjeitaria o livro que fervilhava de erros por todas as partes. Por isso, para que não suceda que os varões, que raramente a natureza gera capazes de realizarem obras úteis à comunidade, sejam desviados do desejo de publicar aquilo que lograram com muitas vigílias e com uma reflexão quase divina, resolvi imprimir à minha custa a mesma obra purgada de todos os erros, faltas e desdouro e restituída à sua forma original [...]⁷.

Nessa dúzia e meia de linhas fica mais do que clara a significação de um conhecimento exacto da realidade, bem como a consciência de como era útil para a comunidade. Escrever um livro sobre a arte de navegar (“arte” aqui, como então, tem o sentido grego de *texné* (ou *techné*)⁸, de onde derivam *técnica* e *tecnologia*) era produzir conhecimento destinado a ser posto em prática e, entre outros objectivos, a salvar vidas. Há por isso, segundo Mariz, que ter todo o cuidado também nas reedições de um livro como o de Pedro Nunes, a fim de se evitar que erros de cópia pudessem adulterar a obra original, resultando daí danos sérios.

Um curto parênteses sobre conhecimento e tecnologia: os anglo-americanos usam uma distinção útil entre saber (*to know that*) e saber como (*to know how*). O primeiro tipo de conhecimento resulta da penetração nos segredos da natureza. O segundo traduz a aplicação desses conhecimentos a práticas; aliás, não só os aplicam como os desviam do seu lugar natural. Por outras palavras, a *techné* é uma alteração da natureza para fins utilitários. É um conhecimento aplicado. Os dois são estádios diferenciados, e o enfoque do presente texto incide na continuação de um argumento que já desenvolvi em ensaios anteriores. No processo português dos descobrimentos, os dois estádios referidos estão tão intimamente ligados que a necessidade do segundo chega a impulsionar a produção do primeiro. É a necessidade de conhecer a natureza (os ventos e as correntes marítimas em especial), para se lhe ajustar a tecnologia da construção naval, que leva à observação, ao registo de dados, à análise, à experimentação e à teorização. A essa dimensão tecnológica subjaz o valor da utilidade. O conhecimento é útil porque aplicável tanto à construção de melhores instrumentos (que, por sua vez, vão permitir um mais exacto conhecimento), quanto à consecução mais frutuosa de objectivos diversos. D. João de Castro usa, por exemplo, o termo “proveitosa” no

⁷ P. 255.

⁸ Daí, em português, o nosso “artesão. Em inglês, *techné* pode traduzir-se por *skill*, isto é, capacidade.

subtítulo de uma longa “notação famosa e muito proveitosa” - uma das atrás mencionadas interrupções nos registos sumários do “caminho” do dia. Quer dizer, portanto, que **conhecimento** e o seu **aproveitamento prático e utilitário** surgem e caminham lado a lado em todo o complexo processo das viagens portuguesas. O mesmo é, pois, dizer: ao desejo de saber subjaz uma fundamental preocupação utilitária que assume várias facetas.

Antes de prosseguirmos, importa abrir aqui um segundo parêntesis, este mais longo. Tem a ver com a questão da quantificação, que constitui uma das etapas seguintes à observação e ao registo dos dados dela, visto não bastar colher dados, sendo necessário classificá-los e quantificá-los. Foi essa etapa que J. Barradas de Carvalho denominou “matematização do real”, e foi nela que os portugueses, no tempo dos descobrimentos marítimos supostamente terão desempenhado um papel de vanguarda. Antes de se chegar à matematização do real, que só acontece de facto numa fase já bastante posterior ao tempo de Duarte Pacheco Pereira (o autor mais estudado por Barradas de Carvalho), o que ocorre em Portugal é um fenómeno de modo nenhum novo, visto que vinha já a desenvolver-se sobretudo a partir do século XIII, como muito bem demonstrou Alfred Crosby no seu hoje clássico *The Measure of Reality*. J. Barradas de Carvalho estudou-o com minúcia no contexto dos descobrimentos portugueses, conseguindo tornar evidente que o processo de aritmetização (será um termo mais ajustado do que “matematização”) se desenvolveu fortemente durante as navegações e que em Portugal cedo se adoptou a numeração árabe em detrimento da romana. Carecem, todavia, os seus pormenorizados estudos carregados de notas de pé de página, de comparações com outras culturas que tivessem permitido ao autor concluir pelo carácter inovador do que em Portugal nesse domínio aconteceu. (Chamei a atenção para essa falha na argumentação de J. Barradas de Carvalho num ensaio de há precisamente 30 anos⁹). Ora, no referido estudo de Alfred Crosby, bem como em tantos outros que posteriormente têm vindo a lume, fica patente que o fenómeno da preocupação com o rigor quantitativo vinha, há mais de um século, ganhando terreno na Europa ocidental e infiltrando áreas tão diversas como a música¹⁰ e a medição do tempo. Para constatá-lo bastaria, por exemplo, atentar-se no fascínio pelos relógios

⁹ "Sobre o papel de Portugal na revolução científica do Século XVII", in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal* (Sécs. XVI-XIX) (Lisboa: Academia das Ciências, 1987), 2º vol., pp. 1173-1222. Luís Filipe Barreto incorre na mesma falha. Veja-se o seu *Descobrimento...*, p. 196.

¹⁰ Neste domínio é altamente informativo o capítulo de Crosby sobre música, pp. 139-163.

durante os séculos XIII e XIV, quando se popularizou a montagem deles nas torres das igrejas da Europa¹¹.

Fechemos então estes longos parênteses de reparos sobre a “matematização” do real, e passemos a algumas considerações sobre ‘dominação’ ou ‘domínio’, outro conceito-chave no argumento a ser aqui desenvolvido.

Não constitui novidade afirmar-se que o processo de expansão portuguesa foi um projecto de domínio. Ainda que tal tenha acontecido de forma gradual, nem por isso deixou de ser patente desde cedo. A formulação explícita desse projecto de domínio está magistralmente captada nas cinco razões que moveram o Infante, e que Zurara clarivamente registou na sua *Crónica da Conquista da Guiné* (não será necessário citá-las aqui por serem de todos por de mais conhecidas¹²). Os estudos pós-coloniais insistem na acentuação da verdade de *lana caprina* das intenções imperiais do processo dos descobrimentos, como se se tratasse de uma descoberta do nosso tempo, que apenas Marx, Foucault e os demais gurus dos Estudos Culturais e Pós-Coloniais nos tivessem permitido detectar. Na verdade, o que vimos presenciando na produção “científica” proveniente desse campo é, acima de tudo, uma denúncia fortemente condenatória de um processo que nunca procurou esconder as suas motivações de fundo, pelo simples facto de, na época da sua ocorrência, nunca antes ter sido posta em causa a sua legitimidade. Hoje, tocados que estamos todos pela generalização de um dos valores contidos já na ideia de modernidade, o da igualdade, - que o século XX arvorou como sua grande conquista, primeiro concentrando-se no estatuto das mulheres e depois alargando-o a todos os outros segmentos da população até então inferiorizados pela hegemonia branca de raiz europeia – esse valor está presente em tudo, inclusive num campo como a história, por vezes incluindo moralizações completamente anacrónicas, a despeito de todos os efeitos benéficos gerados por uma reiterada tomada de consciência da sua relevância. Quer dizer, pois, que a novidade trazida por muitos estudos de história pós-colonial consiste fundamentalmente no juízo ético sobre acontecimentos, sem contribuir de modo significativo para o entendimento dos mesmos. No caso específico da expansão, um empreendimento que envolveu várias potências europeias,

¹¹ Veja-se, por exemplo, Carlo M. Cipolla, *Clock and Culture, 1300-1700* (New York, Norton, 1977), ou David Landes, *Revolution in Time: clocks and the making of the modern world* (Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 1983).

¹² Gomes Eannes de Azurara, *Chronica do Descobrimento e Conquista da Guiné* (Pariz: J. P. Aillaud, 1841), pp. 44-47

esses estudos repetem *ad nauseam* aquilo que por todos é há muito reconhecido, ou seja, que se tratou de uma intervenção de domínio europeu sobre o resto do globo. Ora, o que de facto nos interessa compreender melhor consiste no modo como se desencadeou esse domínio. Ressalve-se, aliás, que este tema do domínio tem também recebido variadas achegas provenientes de quadrantes diversos, por sinal em muitos casos conseguindo fazer bastante luz sobre ele¹³. Para o caso específico português, uma obra como *A Consciência de um Império*¹⁴, de Giuseppe Marcocci, primando pela ausência de juízos moralizantes *a posteriori*, demonstra à saciedade - e de modo nada anacrónico - como as ambições de domínio imperial não só subjazem mas inspiram, motivam e pautam todo o processo da nossa expansão. Aliás, esse contributo de Marcocci é notável por, entre outras razões, ter vindo reabrir um espaço entre as leituras redutoramente materialistas da história, enfatizando o papel interveniente das ideias, as ideologias e as crenças nos processos económicos, na melhor linha weberiana. O que Marcocci demonstra, por exemplo, relativamente ao papel do Direito e da Teologia na legitimação do processo imperial é deveras pertinente, vindo mesmo ao encontro da ideia central que aqui me interessa acentuar.

A novidade, repita-se, não estará no apontar o projecto português como uma intervenção de poder, mas sim em tentar descrever o modo como tal projecto foi desenvolvido e levado a cabo. Com efeito, se já Zurara tinha dele consciência quando os portugueses ainda nem sequer sonhavam com a Índia, com muito mais clareza vemos a mesma consciência em Vasco da Gama. Basta lembrar certas passagens do seu *Roteiro*, como a do diálogo entre os mouros que sabiam falar castelhano e genovês, e os portugueses recém-chegados à Índia:

- Ao diabo que te dou; quem te trouxe cá?

E perguntaram-lhe o que vinhamos buscar de tão longe. E êle respondeu:

- Vimos buscar cristãos e especiaria.

Eles lhe disseram:

¹³ A lista é imensa e variada e pode ir de Carlo M. Cipolla, *Guns, Sails, and Empires: technological innovation and the early phases of European expansion, 1400-1700* (New York: Pantheon Books, 1966) e David S. Landes, *The Wealth and Poverty of Nations* (New York: W. W. Norton & Company, 1998) até Ian Morris, *Why the West Rules – For now?* (New York: Farrar, Straus and Giroux, 2010) e Jared Diamond, *Guns, Germs, and Steel* (W. W. Norton & Company, 1999). Trad. portuguesa *Armas, Germes e Aço* (Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2015).

¹⁴ Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

- Porque não manda cá El-Rei de Castela, e El-Rei de França e a Senhoria de Veneza?

E ele lhe respondeu que:

- El-Rei de Portugal não queria consentir que êles cá mandassem.¹⁵

São várias as passagens que aqui poderiam ser reproduzidas, entre as quais as que descrevem a preocupação central de se marcar território implantando um padrão¹⁶.

Recapitulando: não resta a menor dúvida acerca da íntima conexão entre conhecimento da *natura* e os métodos desenvolvidos para melhorar os instrumentos que permitiram aperfeiçoar medições e registar observações, bem como os que facilitariam a navegação, dando-lhe mais segurança em todos os seus aspectos, por garantir a chegada aos pontos desejados ou imaginados com um mínimo de perdas de vida. A associação entre conhecimento, tecnologia e poder ficou estabelecida desde cedo; de facto já estava no ar como dado adquirido no mundo português de quatrocentos e na Ibéria de quinhentos. Faltava apenas dar-se o passo seguinte: criar uma frase que pudesse, em jeito de slogan, captar o novo espírito, há muito em acção e apontá-lo para o futuro anunciando o grande projecto da modernidade, até então incipiente. Esse passo deu-o Francis Bacon, em 1620 num extraordinário golpe de intuição ao declarar na abertura de *Novum Organum*: conhecimento é poder¹⁷. Esse foi, reconhecamos, um salto magistral, que iria captar o imaginário europeu lançando-o em franca caminhada para a modernidade. Estava pois aberto o caminho que Newton e Galileu iriam trilhar, tendo sido posteriormente seguidos por outras figuras gradas do pensamento ocidental, alargando assim o leque do ideário da modernidade – John Locke e Thomas Hobbes, em Inglaterra, e Descartes, em França. É preciso reconhecer que, apesar do papel imensamente inovador desempenhado pelos portugueses na construção de importantes etapas preliminares da ciência moderna, ficámos aquém desse novo patamar e, de então para cá, não conseguimos, por várias razões, acompanhá-lo. A nova atitude mental subjaz a toda a actividade de Pedro Nunes, de D. João de Castro, bem como de outros

¹⁵ Álvaro Velho, *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama (1497-1499)*. Prefácio, notas e anexos por A. Fontoura da Costa (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1940), p. 40.

¹⁶ P. 70, por exemplo. Sobre a simbologia do cerimonial associado a este gesto altamente revelador, veja-se Patricia Seed, *Ceremonies of Possession in Europe's Conquest of the New World, 1492-1640* (New York: Cambridge University Press, 1995).

¹⁷ A Francis Bacon é costume atribuir-se a afirmação nesses termos, mas o que ele escreveu foi algo logicamente equivalente: “knowledge and power are synonyms”. *Novum Organum*, Livro I, #3. *Advancement of Learning. Novum Organum. New Atlantis* (Chicago: Encyclopedia Britannica, Inc, 1952), p. 107.

autores portugueses do século XVI, mas é Francis Bacon quem a transforma num programa colectivo voltado para o futuro. Claro que, entre os escritos de D. João de Castro e os de Bacon, decorrerá quase um século; todavia importa acentuar que, ao chamar-se a atenção para o século XVI português, não se pretende reclamar para ele o lugar que só viria a ser atingido na Inglaterra quase um século mais tarde. Pode-se, no entanto, insistir na matização das fronteiras. Bacon reconhece o papel das navegações portuguesas, contudo não há sinais de ter acedido aos escritos dos autores portugueses; apenas indirectamente terá tomado conhecimento das grandes novidades que eles trouxeram, não propriamente através do contacto com os escritos produzidos em Portugal que constituíram importantes passos no processo de construção da metodologia científica moderna. E é aqui que será muito importante actuar. Creio que a investigação terá de ser feita nas fontes inglesas. Os historiadores anglo-americanos interrogam-nos sobre o impacto na Europa do que se passou em Portugal, e nós teremos de indagar nas fontes inglesas até que ponto os avanços ocorridos em Portugal contribuíram para a etapa seguinte do desenvolvimento da ciência moderna; até que ponto eles não reinventaram a roda. Cada vez mais, porém, parece claro que a ligação tem de estar aí, e que o importante será desvendá-la.

O tema, portanto, está longe de encerrado. Bem pode ser que novas investigações aturadas produzam mais dados que ajudem a matizar a passagem da vanguarda do conhecimento para o centro e norte da Europa. Além disso, importa destacar que a questão não se coloca apenas a nível de Portugal. Por mais que obras como *Más Allá de la Leyenda Negra*¹⁸ e *Secret Science*¹⁹ tenham razão relativamente a parte do século XVII em Espanha, a sua argumentação não serve para os dois séculos que se lhe seguiram, quando os empreendimentos portugueses e espanhóis entraram em

¹⁸ Victor Navarro Brotóns, William Eamon, orgs., *Más Allá de la Leyenda Negra. España y la Revolución Científica. Beyond the Black legend: Spain and the Scientific Revolution* (Valencia: Instituto de Historia de la Ciencia y Documentación López Piñero, 2007).

¹⁹ María M. Portuondo, *Secret Science. Spanish Cosmography and the New World* (Chicago: The University of Chicago Press, 2009). Seria altura de abrímos aqui mais um parêntesis a propósito deste livro que vem colocar a sério uma questão há muito tabu na historiografia portuguesa surgido devido aos abusos ocorridos no tempo do salazarismo: a questão do sigilo. Como Maria Portuondo demonstrou, o segredo foi fundamental e, aliás, uma das razões pelas quais muito material relativo aos descobrimentos só posteriormente foi conhecido. A não publicação dos roteiros é indício de alguma consciência do poder do conhecimento.

Para quem se interessa por esta reflexão em torno da relação entre conhecimento e poder reconhecerá que sempre houve interesse em esconder muitos dos conhecimentos adquiridos. Se, por exemplo, é verdade que Fernão de Magalhães não levou consigo mapas porque os decorara, com medo que lhos roubassem, temos aí um magnífico exemplo de como se tinha já a noção clara de que conhecimento equivalia a poder. Não se chegara ainda, todavia, à formulação dessa verdade.

fase de estagnação no que respeita à vanguarda científica. Noutro lugar já procurei demonstrar como também a nossa suposta revolução da experiência não é tão absolutamente inovadora quanto alguns investigadores, como J. Barradas de Carvalho e Luís Filipe Barreto pretenderam²⁰. Mas esse trabalho ficou feito noutro lugar e não cabe aqui repeti-lo. Aponto-o apenas para acentuar que também do nosso lado se cometem exageros e se esquece a necessidade de se matizar igualmente o contributo português, integrando-o mais ajustadamente nos que o precederam, inclusive o islâmico.

Um corolário para fechar

Ao longo destas décadas em que me tenho empenhado, (não tanto como devia), na chamada de atenção para o que em Portugal se passou no domínio de um dos primeiros sinais emergentes da modernidade – a ciência – tenho reclamado a atenção da historiografia anglo-americana (a francesa também merecia o aviso, mas não me tenho envolvido nesse flanco) para o simples facto da prioridade cronológica de algumas inovações no domínio da instauração da nova mentalidade empírica em Portugal. Os espanhóis, graças à sua vasta implantação nos EUA, por via das comunidades hispânicas nesse país, têm conseguido atrair sobre si a atenção das editoras e revistas académicas norte-americanas, reclamando uma prioridade ibérica nesse campo da ciência pré-moderna. O termo “ibérica” neste caso está correcto, se bem que impreciso em nosso desfavor, já que o mais exacto seria apontar a nossa precedência cronológica em termos dessa nova mentalidade, por ela ter ocorrido precisamente em Portugal antes de chegar a Espanha e, além do mais, por os portugueses terem tido de confrontar-se com alguma problemática completamente nova e as suas soluções terem depois sido simplesmente adoptadas e assimiladas pela Espanha. É que o mesmo fenómeno que grassa nos campos historiográficos franceses e anglo-americanos repete-se à sua maneira em Espanha, e por razões semelhantes. Os espanhóis desconhecem, em regra, o que se passou em Portugal e, embora admitam haver muito ainda a contar do nosso lado, quedam-se por aí, deixando no ar a impressão de a dianteira nestes domínios lhes ter pertencido. O excelente livro *Secret Science*, de María Portuondo, é apenas um significativo exemplo disso mesmo.

²⁰ Revisitação da história do conceito de experiência – de Aristóteles a figuras medievais como Roger Bacon e Robert Grosseteste (inérito apresentado no seminário de História da Ciência do Professor Henrique Leitão, na Universidade de Lisboa, em 2014).

Estou consciente dos perigos de incorrer no famigerado nacionalismo de que alguns textos enfermam. Ironicamente, os anglo-americanos não são acusados disso quando esquecem o resto do mundo, nem os espanhóis o são sequer, porque esses supostamente lutam apenas contra a injusta *leyenda negra*. Nós os portugueses é que sim, acabamos sendo os nacionalistas. Por outro lado, há que repetir aqui a noção de que os portugueses também nem por isso somos isentos de etnocentrismo (etnocentrismo e nacionalismo não são a mesma coisa), pois esquecemo-nos de que não somos tão inovadores quanto alguns de nós pretendem. Como já procurei demonstrar noutro lugar, o pioneirismo português relativamente à experiência não é um pioneirismo absoluto. Poderemos mesmo dizer que, ignorando o que nesse domínio havia sido feito antes de nós pelos gregos e mesmo por figuras várias no final da Idade Média (Roger Bacon, Robert Grosseteste, Nicholas de Oresme, Frederico de Friburgo), a necessidade obrigou os portugueses de Quinhentos a reinventarem a roda. A verdade, porém, é que a reinventaram mesmo, e num contexto completamente diferente do grego e do medieval, ao terem de se largar Atlântico fora “por mares nunca dantes navegados”, forçados a mapear metade do mundo, algumas partes completamente desconhecidas; outras, a maior parte, inteiramente desconhecidas dos europeus.

Processos de integração de normas e práticas nos campos da assistência e da saúde (Portugal, séculos XVI-XVIII)

Laurinda Abreu
CIDEHUS-UÉ*

Dentre as iniciativas políticas conducentes à criação do Estado Moderno, contam-se as que procuraram tornar a administração central e local mais eficaz e melhor conhecer o território¹ e integrá-lo juridicamente, objetivos para os quais os monarcas mobilizaram vários recursos. Neste processo salientam-se, em Portugal, na síntese de Margarida Sobral Neto, a reorganização das estruturas centrais do Estado, a publicação das *Ordenações Manuelinas*, a reforma dos forais, o regimento das sisas e, em 1520, a criação do ofício de correio-mor². Na senda de trabalhos anteriores³, reafirma-se neste texto que a Coroa utilizou as políticas de assistência com idênticos propósitos de centralização e hegemonia do poder régio⁴.

Partindo da documentação das misericórdias inventariada no primeiro volume dos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*⁵, procurar-se-á observar a assistência e a saúde como veículos de transmissão dos signos reais e de valores e modos de proceder, que não só ajudaram a colmatar as fragilidades da incipiente burocracia como permitiram aos monarcas alcançar áreas aonde aquela dificilmente chegaria.

A primeira versão deste trabalho foi apresentada num congresso sobre arquivos e sociedade civil⁶ e, como então, convém desde já esclarecer que não se pretendeu

* Trabalho realizado no âmbito de UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702) – FCT, COMPETE, FEDER, Portugal2020.

¹ Veja-se, a propósito, Joaquim Romero de Magalhães, “As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650. Esboço de problemas”, *Revista de História Económica e Social*, 5, Lisboa, 1980, pp. 15-56.

² Elenco pormenorizado por Margarida Sobral Neto, “O foral manuelino de Viseu: “por lei e privilégio”. A força do poder local em tempos ditos de centralização”, *Revista Beira Alta*, 2013, pp. 19-66. Da mesma autora, “O sistema de comunicações postais na Idade Moderna e o processo de construção do «Estado Moderno»”, *Códice. Revista da Fundação Portuguesa das Comunicações*, Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005 N.º 2, pp. 34-45.

³ Nomeadamente, “Assistance et santé publique dans la construction de l'État moderne : l'expérience portugaise”, *Revue d'histoire moderne et contemporaine* 2014/3 61, 3, pp. 67-97. Texto para o qual se remete para referências bibliográficas relativas ao processo de construção do estado moderno.

⁴ Numa outra perspectiva, Roger Chartier, “Construção do Estado moderno e formas culturais. Perspectivas e questões”, *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 2002, pp. 215-229.

⁵ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer a história das Misericórdias*, vol 1, dir. por José Pedro Paiva, Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 131-280.

⁶ *Arquivos e património da sociedade civil. Resgatar a memória da acção colectiva em Portugal (Séculos XIX e XX)*, congresso organizado pelo IHC-FCSH/UNL, entre 16 e 17 de Janeiro de 2015.

aprofundar o tema⁷ – por exemplo, não foi desenvolvida investigação complementar que pudesse colmatar a ausência de informação para um número considerável de misericórdias (mapa 1) –, mas tão-somente demonstrar que, independentemente do ângulo de leitura, a análise do processo de construção do Estado moderno não deve dispensar a assistência, nas suas múltiplas envolventes e componentes. Mas poder-se-á falar de interiorização de normas e práticas a partir de informação sobre arquivos?

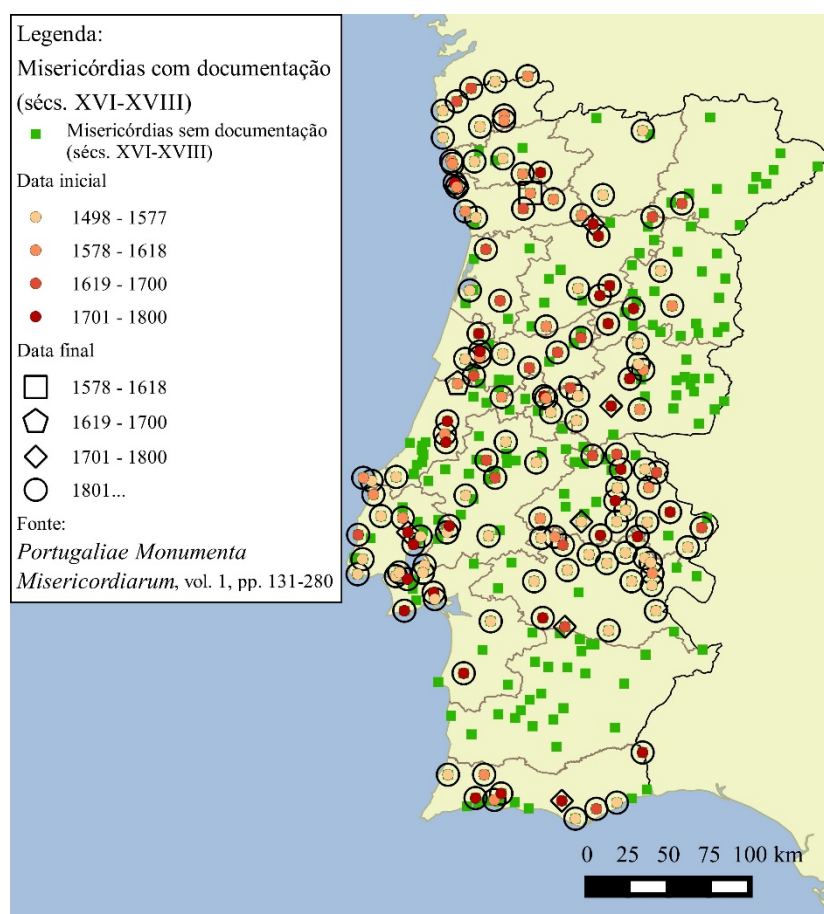
A questão, já em si problemática, é-o ainda mais se tomarmos em conta que a organização de um arquivo, embora obedeça, por norma, a regras padronizadas, está sujeita a diversas condicionantes, quer de natureza material, quer humana. Acresce ainda que a decisão de mapearmos os dados disponíveis, para conseguirmos obter uma visão de conjunto, obrigou a agregá-los, o que implicou escolhas que, por sua vez, se refletem na avaliação da informação. Para mais facilmente manusearmos a informação, criámos três grandes grupos temáticos (para além dos compromissos), que incluem indiscriminadamente a produção das misericórdias e os documentos que recebiam do exterior, a saber: documentação régia e eclesiástica; memórias do quotidiano (de carácter administrativo); assistência e assistidos. Opções também tiveram de ser feitas em relação aos cortes cronológicos, para darem algum sentido aos documentos.

Por terem provocado alterações substantivas do ponto de vista da organização dos cartórios, tomaram-se como primeiras balizas temporais as reformas do Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1577 e de 1618. Já o terceiro e o quarto cortes comportam alguma subjetividade, se bem que justificável em função do movimento de criação das misericórdias: até à Restauração terão sido fundadas cerca de 300 misericórdias, verificando-se um declínio acentuado de novas confrarias até ao final do século XVII (terão surgido pouco mais que duas dezenas de misericórdias em território metropolitano entre 1640 e o final do século XVII); ao separarmos o século XVII (pós-1618) do XVIII, quisemos realçar o novo ímpeto fundacional e a explosão de produção documental ocorridos ao longo deste último século. Devido às transformações funcionais e, conseqüentemente, arquivísticas que aconteceram em Oitocentos, optou-se por suspender o estudo no final do século XVIII, mesmo que se assinala a continuação de várias séries documentais depois de 1800, de acordo com a informação providenciada. Por outro lado, foram tidas em conta as datações apresentadas no fundo

⁷ Sobre as características e vicissitudes do fundo que serve de suporte a este texto, veja-se Pedro Penteado, “As Misericórdias, contributo para um guia de arquivos”, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, cit., pp. 121-128.

observado que indicam sempre um ponto de início e outro de fim do respetivo núcleo documental. Nos mapas seguintes, a primeira data é representada por um símbolo colorido e a última por símbolo geométrico sem cor, que rodeia o primeiro: o propósito foi criar uma ferramenta de trabalho dinâmica, que permitisse analisar comparativamente tanto os tipos de fundos como as cronologias que os delimitaram. Dada a natureza deste estudo, não seria possível considerar datações rigorosas.

Mapa 1



Tendo presente os constrangimentos do fundo documental e as opções que tomámos, o que se consegue extrair de catálogos de livros, caixas ou simples documentos? O que contam os dados mapeados? Entre outras informações, que a produção de memória e a sua conservação por parte das misericórdias acompanhou os padrões de uniformidade que a Coroa quis imprimir às práticas da assistência. O que, não sendo propriamente uma novidade, ganha uma outra visibilidade quando transformada em signos de leitura imediata.

Organização da assistência: breves notas de enquadramento geral

Como noutros campos, também no da assistência o reinado de D. Manuel I foi, a vários níveis, notável⁸. Ainda que continuando processos iniciados anteriormente, foi neste período (1495-1521) que a reforma dos hospitais e a regulação das profissões de saúde foram desenvolvidas de forma continuada e estruturada. Novidade do seu governo foi a fundação das misericórdias e a organização do auxílio às crianças abandonadas⁹. Se desta última o país não logrou obter resultados no imediato¹⁰, situação diferente ocorreria com as misericórdias. A ordem pela qual os diferentes setores foram intervencionados pelo rei pode ter sido aleatória, mas o que verdadeiramente interessa é que, uma vez em movimento, os elementos acabaram por interagir, progressivamente consolidando procedimentos e acentuando interdependências. Por exemplo, os hospitais haveriam de começar a dialogar com as misericórdias no início de Quinhentos e ambos, hospitais e misericórdias, com as regras impostas aos agentes da cura, codificadas no regimento do físico-mor de 1515, reformado e ampliado em 1521¹¹.

Confrarias laicas, as misericórdias surgiam em Portugal num contexto de renovação das práticas de caridade, que, à escala europeia, procurava responder às profundas disrupções sociais que então se viviam; nasciam vocacionadas para o apoio à comunidade, característica que as diferenciava das demais confrarias, tendencialmente centradas nos seus irmãos e respetivas famílias. De início disseminadas por sugestão régia¹², na segunda metade do século XVI eram já as cidades e as vilas a solicitar aos

⁸ É extensa a bibliografia sobre D. Manuel I e o seu reinado. Entre outros, veja-se João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I (1469-1521), Um Príncipe do Renascimento, Reis de Portugal*, (Coordenação Científica de Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa), Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

⁹ Sobre este assunto continua a ser obra de referência o estudo de Isabel dos Guimarães Sá, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o exemplo da Casa da Roda do Porto no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

¹⁰ Laurinda Abreu, “As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI”, *A Infância no Universo Assistencial no Norte da Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*, ed. Maria Marta Lobo de Araújo; Fátima Moura Ferreira (org.), Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, pp. 31-49.

¹¹ Laurinda Abreu, “A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados”, *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, Adelino Cardoso, António Braz de Oliveira, Manuel Silvério Marques (eds.), Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, pp. 97-122.

¹² Da extensa bibliografia sobre as misericórdias destacam-se os vários trabalhos que, desde há várias décadas, têm sido produzidos por Isabel dos Guimarães Sá, Maria Marta Lobo de Araújo e Maria Antónia Lopes. Refiram-se ainda os vários estudos carreados por uma nova geração de investigadores que, no

governantes a sua fundação, convencidas que estavam da sua importância social e do seu papel como instrumento de valorização das terras e das suas gentes. E com a possibilidade de acederem diretamente ao rei, cada nova confraria significava um reforço da presença régia na localidade onde era criada. Ao reproduzir o compromisso da Misericórdia de Lisboa, cada misericórdia reproduzia o mesmo modelo de organização da vida local no que concerne às doações pias, ao modo de administrar e distribuir recursos assistenciais, à definição de comportamentos éticos e morais e até à criação de elementos de diferenciação social, quer relativamente aos principais das terras, quer em relação aos pobres, catalogados entre merecedores e excluídos do acesso à assistência formal¹³.

Sendo certo que o compromisso da Misericórdia de Lisboa, tornado pelo rei matriz para todas as demais, podia ser adaptado às circunstâncias de cada lugar, também não é menos verdade que tal nunca poderia pôr em causa as suas linhas estruturantes e só tinha valor legal se fosse aprovado pelo monarca. A uma outra escala, não era muito diferente o que se passava com as regras que enquadravam os hospitais, pelo menos daqueles que em 1514 não possuíam regulamentos próprios (provavelmente a maioria) e que receberam ordens para adotar, embora numa versão minimalista, o Regimento do Hospital de Todos os Santos, de 1504 – recorde-se que 1504 foi também o ano da publicação do *Regimento dos Oficiais das Vilas e Lugares destes Reinos*¹⁴. De Lisboa para o resto do país saíram também os joaninos regimentos do Recolhimento das Órfãs do Castelo (fundado em 1543) e do Colégio dos Órfãos, fundado em 1549, replicados nos institutos similares que foram surgindo ao longo do período moderno¹⁵. Isto para concluir que desde cedo a Coroa chamou a si a responsabilidade pela imposição das linhas normativas do funcionamento de um conjunto alargado de instituições assistenciais, à semelhança do que estava a acontecer em outras áreas.

âmbito de teses de mestrado e de doutoramento, em muito têm contribuído para aprofundar o conhecimento nesta área, como é o caso de [António Magalhães da Silva](#) Ribeiro e Rute Pardal.

¹³ Sobre o conceito de pobre merecedor e sua evolução, Laurinda Abreu, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, pp. 22-37.

¹⁴ Segundo Marcelo Caetano, citado por Margarida Sobral Neto, tratou-se da “primeira lei divulgada pela imprensa em Portugal”. Cf. “O foral manuelino de Viseu: “por lei e privilégio”, *cit.*

¹⁵ Cf. *O poder e os pobres*, pp. 192 e ss.

Apesar de nas primeiras décadas de Quinhentos as decisões da Coroa relativamente às misericórdias terem sido casuísticas, às vezes mesmo contraditórias¹⁶, como demonstram, entre outras, as que respeitam à posse de bens de raiz e à administração dos hospitais¹⁷, o que é relevante é a continuidade, e mesmo o desenvolvimento, destas políticas sociais por parte dos monarcas até ao princípio do século XVII: D. João III ficaria ligado à implementação das medidas referentes aos expostos legisladas pelo seu pai e à reforma do ensino médico, que quis elevar ao nível do que se praticava nas mais conceituadas universidades europeias; dos reinados de D. Sebastião e D. Henrique salienta-se a fundação dos celeiros do trigo destinados a apoiar os pobres, no consumo e na produção, o estabelecimento de trinta bolsas de estudo para a formação de médicos na Universidade de Coimbra, pagas pelos concelhos, e a transferência sistemática para a administração das misericórdias dos hospitais, alguns deles igualmente transportando a responsabilidade pelas crianças abandonadas; com Filipe I e Filipe II, assistir-se-ia à afirmação da hegemonia das misericórdias no campo assistencial – a provisão de 1593, do cardeal-arquiduque Alberto, protegeu-as da concorrência das demais confrarias¹⁸ – e ao reforço do sistema de bolsas de estudo, que passaram a incluir vinte boticários, taxando novos concelhos para aumentar a receita¹⁹.

Conhecidas que são as dificuldades logísticas da Coroa para obrigar o país a implementar a legislação que promulgava, poder-se-ia questionar a efetiva importância das medidas referidas. Todavia, no que às políticas de assistência diz respeito, o processo foi facilitado pelo modo como o poder central soube captar as elites locais, ou aqueles que delas queriam fazer parte, transferindo para elas o encargo de dar corpo às suas orientações. Neste trajeto, as misericórdias foram o nódulo central à volta do qual gravitaram todas as áreas direta ou indiretamente ligadas à assistência e à saúde.

Do muito que já se escreveu sobre o assunto, valorizo especialmente o potencial das misericórdias como mecanismo de diferenciação e de mobilidade social, a nível

¹⁶ Para informações de maior detalhe, remete-se para a imensa bibliografia especializada que existe sobre o assunto, nomeadamente para os textos introdutórios dos volumes 2 e 3 dos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, atrás mencionados.

¹⁷ Uma síntese sobre este processo em Laurinda Abreu, “Misericórdias, Estado Moderno e Império”, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 10 (no prelo).

¹⁸ Vejam-se os pormenores deste processo em José Pedro Paiva, Laurinda Abreu, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* vol. 5, “Introdução”, José Pedro Paiva, Laurinda Abreu (eds.), Lisboa, Universidade Católica Portuguesa/União das Misericórdias Portuguesas, 2006, p. 16.

¹⁹ Assunto desenvolvido em “Assistance et santé publique dans la construction de l'État moderne: l'expérience portugaise”, *cit.*

local²⁰: determinando os compromissos que as misericórdias deviam ter uma composição social equitativa entre nobres e “oficiais”, também reconheciam que tal exigência poderia ser de difícil cumprimento, pelo que abriam a possibilidade de as terras que não tivessem nobres em número suficiente poderem equiparar determinadas profissões a este estatuto. Para quem entrava neste circuito, ser inscrito na coluna dos irmãos nobres poderia significar uma nova identidade social, condição de entrada nos governos municipais, reservados que estavam aos mais grados das comunidades. Num tempo relativamente curto, a ligação das misericórdias ao poder concelhio, propiciada pelas orientações manuelinas, facilitou a constituição de poderosas redes clientelares, institucionalizadas ou mais informais, que rapidamente transformaram as novas confrarias em centros do poder local²¹.

Com maior ou menor profusão, os arquivos das misericórdias narram e revelam estas vivências, não só porque algumas confrarias claramente manifestavam interesse em preservar a sua memória mas sobretudo porque os compromissos assim o impunham.

A constituição dos arquivos das misericórdias segundo os seus Compromissos

O primeiro compromisso da Misericórdia de Lisboa, manuscrito, é parco em referências à produção de materiais. Menciona a necessidade de existência de um livro para anotação das receitas e despesas mensais, alguns róis avulsos, listas onde fossem identificados os pobres assistidos e as esmolas distribuídas, e pouco mais; o compromisso impresso, de 1516, praticamente mantinha as mesmas orientações, não aduzindo nada de relevante sobre o assunto. Situação diferente ocorreu com a reforma de 1577, passando o compromisso a incluir um capítulo dedicado aos “livros que por obrigação avara na Casa da Misericórdia” (cap. 38), que sistematizava informação dispersa por outros capítulos e introduzia novas determinações relativamente ao cartório da instituição. Procurando responder aos novos desafios que a confraria estava a enfrentar – de que se salienta, para além do crescimento patrimonial decorrente da

²⁰ Cf. Laurinda Abreu, “The Crown and poor relief: structuring local elites (Early Modern Portugal)”, *Demografi – hälsa – rätt. En vänbok till Jan Sundin. Demography – health – Justice. A festschrift to Jan Sundin*, editado por Annika Sandén, Linköping, Forfattarna, 2008, pp. 161-169.

²¹ Importa, todavia, relativizar esta situação em função de vários factores, como a estrutura económica, nível de coesão social, ou composição social das terras em causa, conforme defendemos em *Misericórdias, Estado Moderno e Império*, *cit.*

anexação dos hospitais, atrás referida, e das doações pias com fins salvíficos, incentivadas pelo Concílio de Trento, o aumento do número dos irmãos, o alargamento das suas responsabilidades e uma maior vigilância dos recetores da caridade –, no novo compromisso determinava-se a existência de livros específicos para assento dos pobres assistidos (que substituíam as listas indicadas no compromisso de 1516), registo de entrada de irmãos e resultados das eleições, arquivamento das provisões régias, regimentos, testamentos e outros documentos considerados importantes para a instituição. O último compromisso do período moderno, de 1618, abandonava o espaço reservado às questões arquivísticas, mas o tópico atravessava um número considerável de capítulos, como se o registo da informação, sob responsabilidade do escrivão, conforme se especificava no capítulo nono²², fosse inerente ao bom governo²³.

Globalmente, os dois últimos compromissos procuravam introduzir fatores de racionalidade nas práticas administrativas, medidas que, como escrevíamos noutro lugar²⁴, comportavam uma vertente de modernização, podendo inclusivamente ser considerada uma forma de burocratização de instituições periféricas imposta a partir do centro. Como notaram Ângela Barreto Xavier e José Pedro Paiva, a preocupação pela organização e estruturação dos cartórios das misericórdias, regulada pelo compromisso de 1577, contribuía para afirmar uma identidade institucional diferenciada²⁵, que não só facilitava a captação de novos membros, como respondia a necessidades concretas do quotidiano. Um elemento tão mais importante quanto se sabe que por esta altura eram já significativas as acusações de apropriação indevida do património das confrarias e outras irregularidades.

De toda a documentação custodiada nos arquivos das misericórdias, os compromissos eram os elementos mais importantes e que inspiravam maiores cuidados de preservação. Tal resultava do facto de neles constarem as diretrizes que deveriam presidir ao bom governo da instituição mas também de eles enquadrarem a relação das confrarias com a Coroa. Bem podiam as misericórdias agir à margem da lei, e faziam-no frequentemente, mas na hora de apelarem ao apoio dos monarcas era o compromisso

²² *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol 4, p. 287.

²³ Numa outra perspectiva de análise, detalhes sobre as reformas dos compromissos da Misericórdia de Lisboa em Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*, Lisboa, CNCDP, 1997, pp. 89-91.

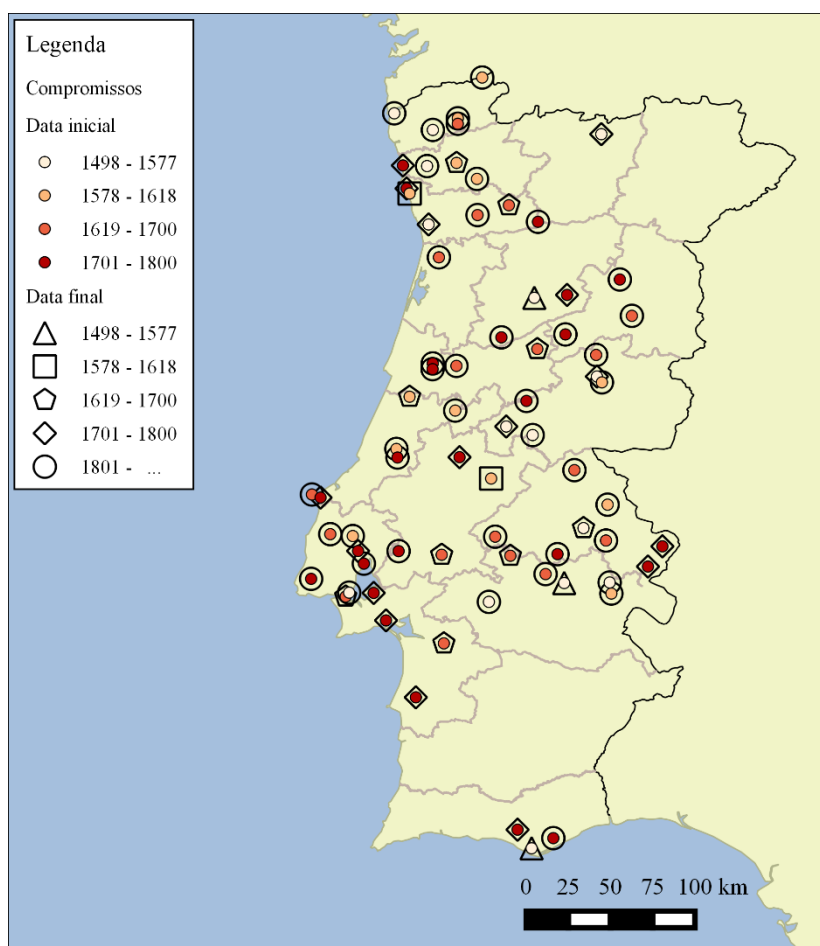
²⁴ Misericórdias, Estado Moderno e Império”, cit.

²⁵ Cf. Ângela Barreto Xavier, José Pedro Paiva, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 4, “Introdução”, José Pedro Paiva, Ângela Barreto Xavier (eds.), Lisboa, Universidade Católica Portuguesa/União das Misericórdias Portuguesas, 2005, pp.7-30.

por eles aprovado que lhes garantia os benefícios e privilégios associados à condição de “confrarias de proteção régia”. As denúncias de desrespeito e incumprimento do estipulado, formuladas pelos grupos que se sentiam lesados, abundantes na correspondência com a Coroa, abriam a porta à intervenção dos ministros régios na gestão diária das misericórdias²⁶.

Independentemente de todas as vicissitudes a que os arquivos das misericórdias tenham estado expostos, o mapa 2 revela²⁷, para além da existência de vários compromissos quinhentistas, a predominância de compromissos datados dos séculos seguintes, o que, como se sabe, seguiam a matriz do compromisso reformado em 1618: uma informação da maior importância em função do que foi dito quanto às pontes que estes documentos estabeleciam com o centro político.

Mapa 2



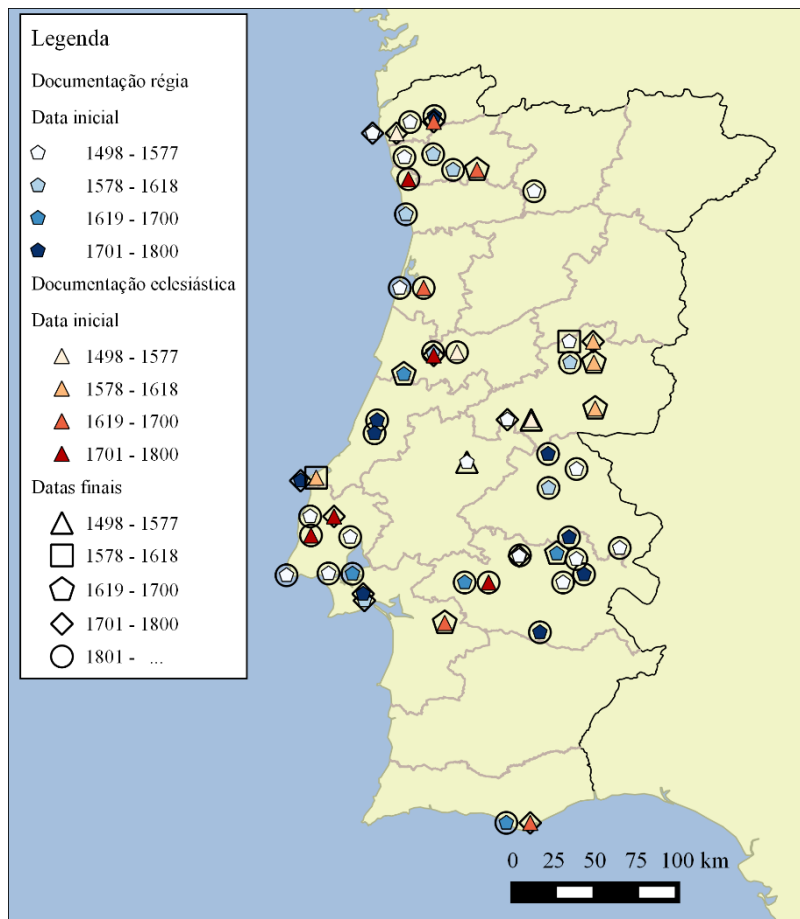
²⁶ “Misericórdias, Estado Moderno e Império”, *cit.*

²⁷ A manutenção das mesmas balizas cronológicas para os compromissos obedece à lógica já apresentada: o compromisso situa-se entre a primeira e a última data mencionada.

Documentação régia e eclesiástica

Quando se observam os núcleos documentais direta ou indiretamente relacionados com a Coroa e a Igreja (mapa 3), a primeira verificação é de natureza factual e não comporta qualquer surpresa: as misericórdias conservam muito mais documentos provenientes do poder político e dos seus diferentes organismos do que do poder religioso. Tratando-se de instituições leigas, de tutela régia, só questões de natureza circunstancial poderiam justificar uma situação de sentido contrário, isto é, a existência de mais documentação eclesiástica do que régia.

Mapa 3



Dito isto, dois elementos devem ser realçados nesta comparação estatística: o primeiro é que a documentação proveniente do papado ou de uma outra qualquer autoridade religiosa só ganha alguma expressão depois do Concílio de Trento²⁸, isto é, depois de o papa ter reconhecido as misericórdias como confrarias de proteção régia, o

²⁸ Para mais pormenores sobre este tipo de documentação recomenda-se a consulta dos diferentes volumes dos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*.

que significava que ficavam fora da alçada da Igreja, exceto para as questões ligadas às suas igrejas e ao culto. Clarificada a questão da jurisdição – para uma melhor perceção do que estava em causa, veja-se o episódio protagonizado por D. João III, no exercício do direito de beneplácito régio, quando proibiu a Misericórdia de Lisboa de usar um privilégio papal, constante na bula de 30 de março de 1546, por não concordar com a determinação do papa²⁹ –, não acabaram os conflitos entre Coroa e Igreja a propósito das misericórdias, nem entre estas e aquela, como demonstra a documentação publicada nos diversos volumes dos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Não quer isto dizer, contudo, que Igreja e Coroa não atuassem de forma articulada sobre muitos assuntos tocantes às misericórdias: o esforço conjunto em relação à aplicação das verbas destinadas ao culto do Purgatório na assistência expressa-o sobremaneira. Mas tal não significava abdicar das prerrogativas régias, conforme D. Sebastião fez questão de lembrar ao vigário de Borba, em 1567, quando este tentou intrometer-se no governo da misericórdia local³⁰

O segundo elemento a realçar, novamente de natureza quantitativa, é a expressiva presença de documentos emanados da Coroa, ou com a sua chancela (que não contabiliza os compromissos, como se referiu), do século XVI e início do seguinte: reproduções de leis gerais ou visando casos particulares, cópias de documentos que transitaram pelas chancelarias régias³¹, cartas, alvarás, provisões, confirmações de privilégios solicitadas pelas misericórdias aquando da mudança de rei, entre muitos outros, compõem um universo documental muito variado, que mostram que a correspondência entre estas e a Coroa foi efetiva desde muito cedo e está documentada; o facto de não haver necessidade de intermediários na comunicação em muito terá facilitado este processo, também ele multiplicador de marcas que remetiam para o poder real.

²⁹ Cf. *O poder e os pobres*, pp. 100-104.

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 105.

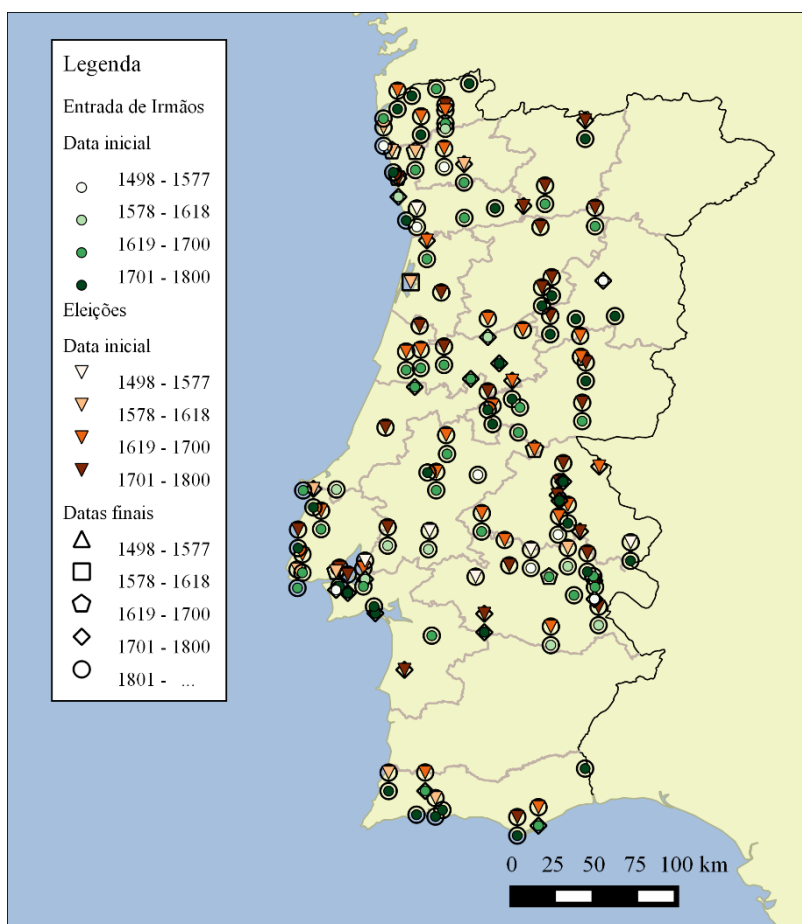
³¹ Sobre esta questão, Isabel dos Guimarães Sá, “As Misericórdias da Fundação à União Dinástica”, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol 1, pp. 19-20.

Memórias do quotidiano das misericórdias

Sob a muito genérica designação de memórias do quotidiano³² foram colocados assuntos tão diversos como o registo de entrada de irmãos e os resultados eleitorais, capelas, doações, testamentos e legados pios, resoluções dos mesários, de carácter geral ou mais específico, como a gestão de propriedades, mas também os processos judiciais, as receitas e as despesas e ainda os tombos e inventários. Como expectável, é o núcleo documental mais significativo, quantitativamente falando.

Neste universo distinguem-se os livros de irmãos e das eleições, quase sempre em séries contínuas (mapa 4), ou pelo menos apresentadas como tal. A presença deste material, mesmo em misericórdias com reduzido espólio arquivístico, poderá refletir um

Mapa 4



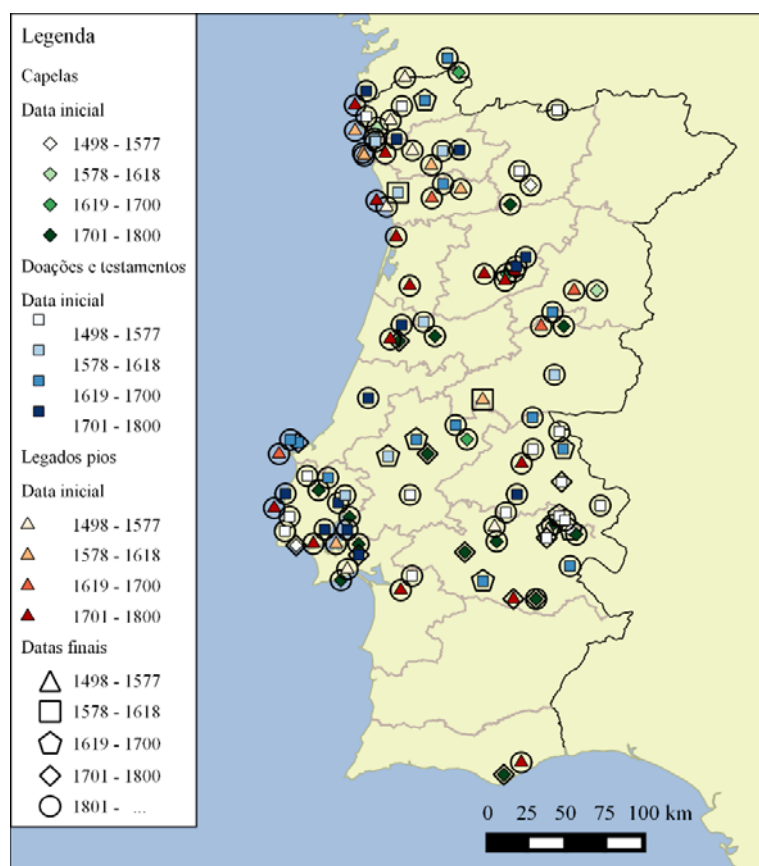
especial cuidado das confrarias com este tipo de documentos, entre outras razões porque, para muitos indivíduos, eles faziam prova dos seus processos de mobilidade

³² Pelas características da fonte utilizada, não foi possível individualizar um conjunto de documentos, normalmente com reduzida expressão numérica, que nos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* foi colocado sob a designação de “Disposições locais”.

social. Já os assentos das eleições tanto confirmavam a legitimidade dos irmãos eleitos para os diversos cargos das confrarias como o atropelo das normas estatutárias: eram livros determinantes para as devassas régias sempre que ocorriam denúncias de fraudes, subornos e manipulações, recorrentes depois de dobrada a primeira metade do século XVI, que acabaram por conduzir, em vários casos, ao fim da autonomia das misericórdias para escolher os seus órgãos governativos. Só na documentação publicada nos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* contabilizámos relatos de interferências do rei aquando dos processos eleitorais em vinte misericórdias para o período de 1559 a 1615, em algumas delas por mais de uma vez³³. Outros estudos mostram que este tipo de comportamentos evoluiu em crescendo pelo menos até ao século XVIII, sendo um dos principais responsáveis pelo reforço da presença dos emissários e tribunais régios um pouco por todo o país³⁴.

No mapa 5, relativo ao património, sua proveniência e administração, uma situação ganha particular relevo tendo em conta o que atrás foi escrito: a existência de

Mapa 5

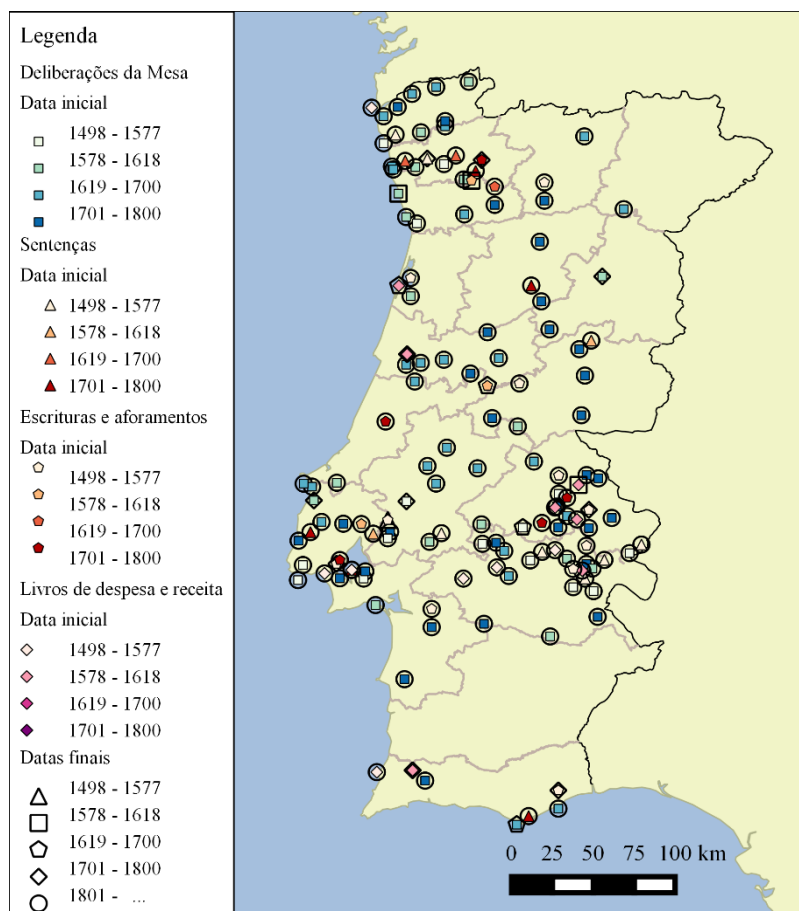


³³ Cf. “Misericórdias, Estado Moderno e Império”, *cit.*

³⁴ Entre outros textos em que defendemos esta ideia, veja-se “Misericórdias: patrimonialização e controle régio (séculos XVI e XVII)”, *Ler História*, 44 (2003), pp. 5-24

mais documentação no período após o Concílio de Trento (obviamente já incluído no primeiro corte cronológico, conforme a explicação atrás apresentada sobre os pressupostos que motivaram a reforma do compromisso em 1577), o que, por arrastamento, se repercutiria numa maior atividade das mesas das misericórdias, bem espelhado no mapa seguinte:

Mapa 6



Não fosse o volume da documentação em causa, estes dois mapas e o anterior (irmãos/eleições) deveriam fundir-se num único, uma vez que refletem diferentes aspetos de um mesmo universo, que só se compreende em função do todo, não das partes, como já várias vezes defendemos. Ainda assim importa alertar para as fragilidades do mapa 5, pois o modo como foi inventariada a documentação não permite descartar a hipótese de estarmos em presença de desdobramento de informação. Dito de outra forma: nos livros de testamentos e doações estavam copiados, na íntegra ou

apenas excertos, os registos das respetivas escrituras, a maioria de bens vinculados em capelas, predominantemente com imposição de celebração de missas perpétuas e outros encargos pios. A partir deles, as misericórdias podiam criar dois tipos de livros: os das “capelas”, onde inscreviam, regra geral por ordem alfabética, o nome dos doadores, os bens doados e as obrigações a que estavam sujeitos; e os dos “legados pios”, que podiam registar o acompanhamento da satisfação das obrigações pias propriamente ditas ou indicar a mesma informação que os livros de “capelas”, neste caso substituindo-os³⁵. O facto de estes três núcleos raramente coincidirem nos arquivos reportados atenua as possibilidades de duplicação de informação mas não as fazem desaparecer.

Embora não seja possível decifrar estes enigmas, são numerosos os estudos a confirmar que a transferência sistemática dos hospitais para as misericórdias verificada a partir dos anos 60 de Quinhentos, aliada à explosão do movimento de fundação de capelas no pós-Trento, transformaram muitas delas em poderosas entidades senhoriais, patrimonialmente falando.

A administração do património das misericórdias revelar-se-ia um encargo pesado a variadíssimos níveis. Não sendo este o local para desenvolver um assunto de tão grande complexidade, ainda assim se poderá afirmar que o mesmo teve implicações no modo como a Coroa passou a olhar estas confrarias, de quem desde cedo desconfiou de utilizar os bens mais para benefício dos irmãos dirigentes do que dos pobres. Mas também não se poderá esquecer que a mesma Coroa as condicionou, obrigando-as, por exemplo, a empréstimos creditícios forçados, sob a forma de aquisição de padrões de juros, que raramente pagava³⁶.

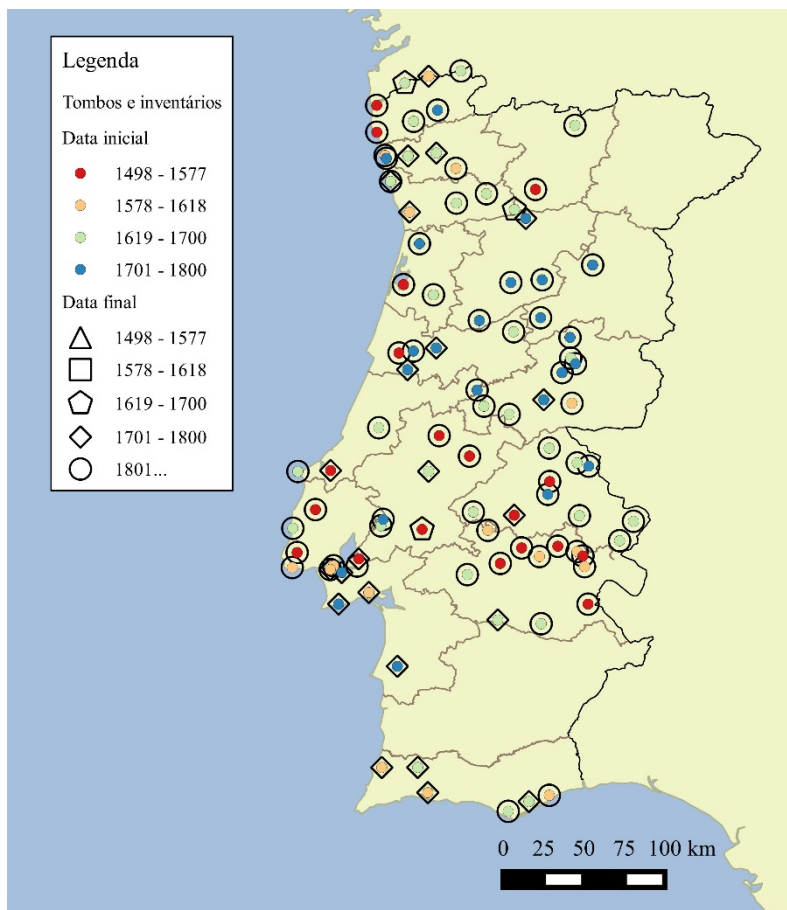
Nestes enquadramentos surgem, entre outros, os contenciosos judiciais, que passaram a ocupar um lugar central na vida das misericórdias (no mapa 6 /incluídos em “sentenças”) e vultuosas despesas com advogados, solicitadores e outros profissionais especializados. Tombar e inventariar os bens tornou-se, neste contexto, uma prioridade: como já foi referido, por vontade própria de algumas misericórdias, que, por não terem capacidade de controlar com regularidade as suas rendas, promoviam periodicamente tombamentos. Mas, sobretudo, por ordem do poder central, que os tornou obrigatórios a partir dos finais do século XVI – uma determinação que as misericórdias cumpriram,

³⁵ Trata-se de um padrão geral que, obviamente, teve exceções, que os historiadores conhecem bem.

³⁶ Recordamos, a este propósito, o que escrevemos sobre os alvarás de 6 de Dezembro de 1603 e o de 13 de Janeiro de 1615, entre outros, no texto “Misericórdias: patrimonialização e controle régio (séculos XVI e XVII)”, *cit.*

como bem expressa o mapa 7. Eram os tombos e os inventários, para além dos livros de receita e despesa, os primeiros a estar na mira dos corregedores e provedores de comarca sempre que a Coroa ordenava fiscalizações.

Mapa 7

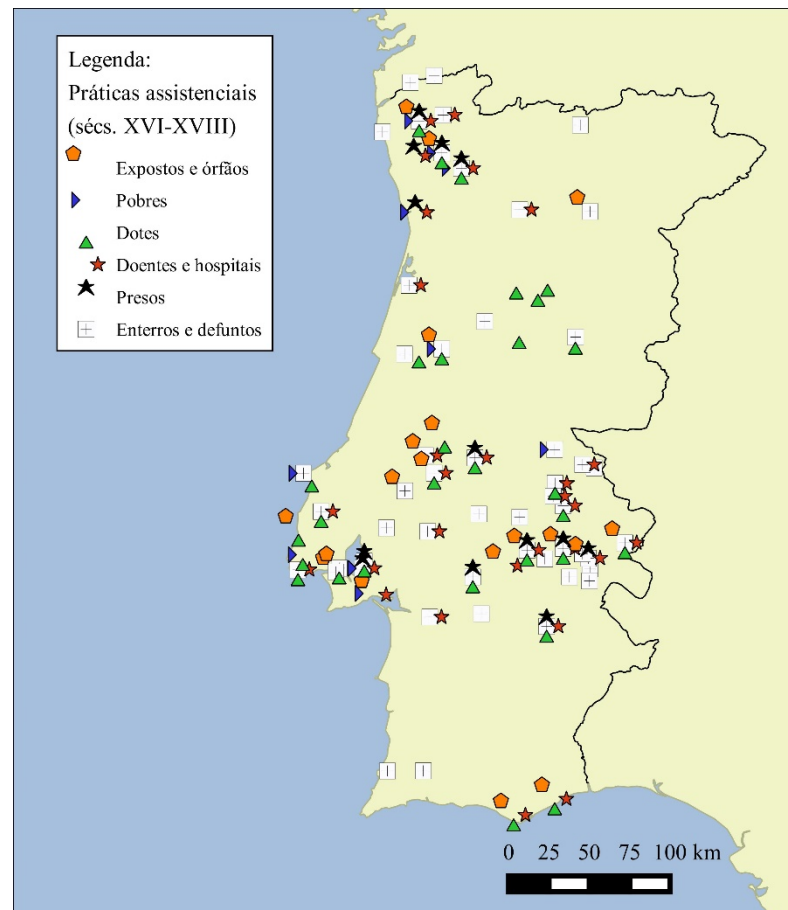


Assistência e assistidos

Dos grupos temáticos criados, o da assistência é dos mais pequenos (mapa 8). Não se pode daqui inferir, como é óbvio, que as misericórdias tenham investido mais nos registos de índole administrativa do que nos registos das atividades assistenciais ou mesmo que as funções administrativas se tivessem sobreposto às assistenciais. Ainda que não existam estudos que avaliem comparativamente as duas vertentes das confrarias – isto é, se a administração do património lhes tomava mais tempo que o exercício da assistência –, em última análise sempre se poderia argumentar que uma não existiria sem a outra; por outro lado, também é provável que alguma informação tenha

permanecido nos livros de despesas ou de atas, ou mesmo que se esteja em presença de uma situação generalizada de sub-registo. Seja como for, nos arquivos arrolados no volume 1 dos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, até nas instituições mais ricas do ponto de vista arquivístico o fundo dedicado à assistência tende a ser mais reduzido.

Mapa 8



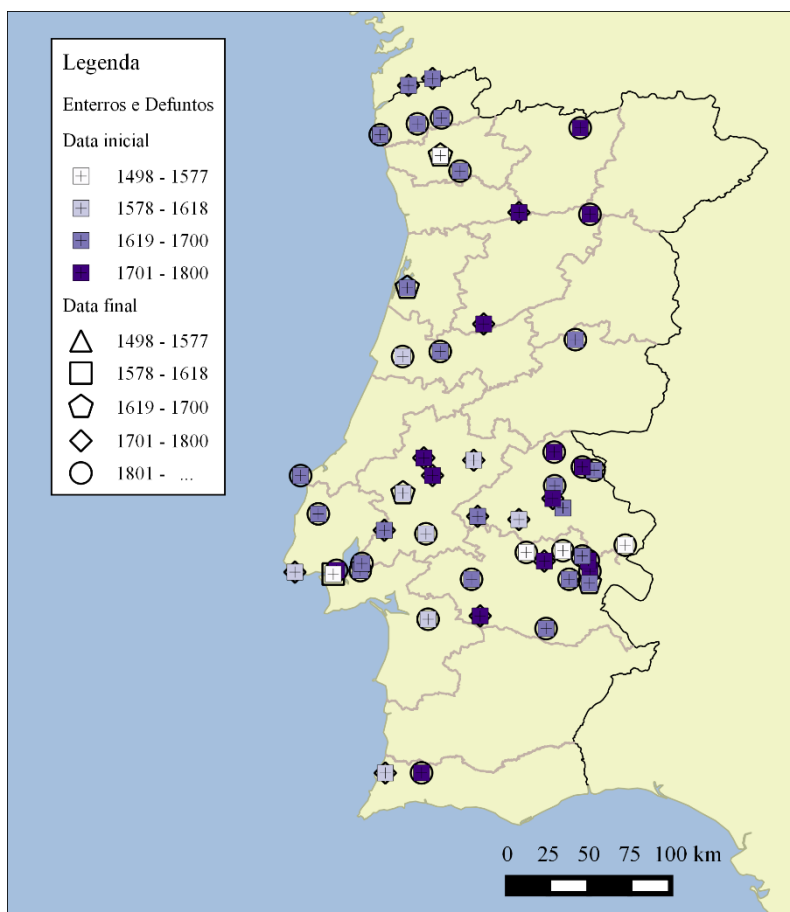
Embora se saiba que as catorze obras de misericórdia inscritas nos primeiros compromissos expressavam mais um ideal caritativo do que um programa de ação, e que o número dos assistidos com alguma regularidade estaria, com certeza, muito aquém das necessidades – por exemplo, no ano económico de 1715/16 a Misericórdia de Lisboa apenas terá socorrido cerca de 1,5% da população³⁷ –, é conhecido que os

³⁷ Trata-se de um dado relevante quando as estimativas apontam para níveis de pobreza a rondar os 30 a 50% da população europeia no período moderno. Sobre a complexidade do assunto, ver a introdução de John Henderson e Richard Wall à obra *Poor Women and Children in the European Past* (Londres, Routledge, 1994). Para Évora, no total das instituições assistenciais, poder-se-á ter assistido entre 7 a 8% da população.

presos e os pobres, sobretudo quando doentes, foram, desde o primeiro momento, alvos da intervenção destas confrarias.

Todavia, o que verdadeiramente ressalta no mapa 8 é o predomínio do pagamento de dotes para casamento e a assistência aos mortos – esta última ganha ainda mais visibilidade quando se desagregam os dados (mapa 9):

Mapa 9



Não há razões para daqui concluir que a assistência à alma se sobreponha à do corpo, não só porque é bem conhecido o relaxamento das misericórdias quanto à celebração das missas pelas almas dos seus benfeitores, precisamente com a justificação de que necessitavam dessas verbas para cuidar dos vivos³⁸, mas também porque a maioria dos livros identificados parece mais vocacionada para o registo dos préstitos fúnebres e respetivos sufrágios do que para a celebração de missas de capela ou

³⁸ O que alimentou, logo a partir do século XVII, múltiplos pedidos ao Papado de perdão e comutação das missas não celebradas. Sobre este movimento, Laurinda Abreu, *Memórias da Alma e do Corpo – a Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage, pp. 153 e ss.

aniversário³⁹. Acresce a isto o facto de não ter sido possível individualizar as informações relativas às cerimónias mortuárias realizadas a troco de um pagamento, monopólio concedido às misericórdias em 1593, o que torna ainda mais problemática qualquer consideração sobre este fundo.

Já os dotes para casamento resultaram de doações específicas, geralmente no âmbito da instituição de capelas, e o seu pagamento estava dependente, entre outras circunstâncias, da oscilação das rendas alocadas a esse fim e da existência de candidatas que respeitassem as condições determinadas pelos doadores, o que poderia significar, como aconteceu em Setúbal, por exemplo, que um mesmo dote alimentasse a esperança de casamento a várias mulheres, sem nunca chegar a ser atribuído⁴⁰. Refira-se, ainda, que o desconhecimento do montante despendido com os diferentes tipos de assistência ou com os pobres impede qualquer tipo de avaliação sobre a sua importância relativa no conjunto de todas as vertentes assistenciais desenvolvidas pelas misericórdias. Assim aconteceu a partir do momento em que elas passaram a administrar hospitais: a assistência aos doentes tornou-se o grande sorvedouro de dinheiro, obrigando-as (as que administravam hospitais, bem entendido) a reorganizar as suas prioridades em termos de distribuição de verbas, normalmente em prejuízo dos presos e da assistência domiciliária⁴¹.

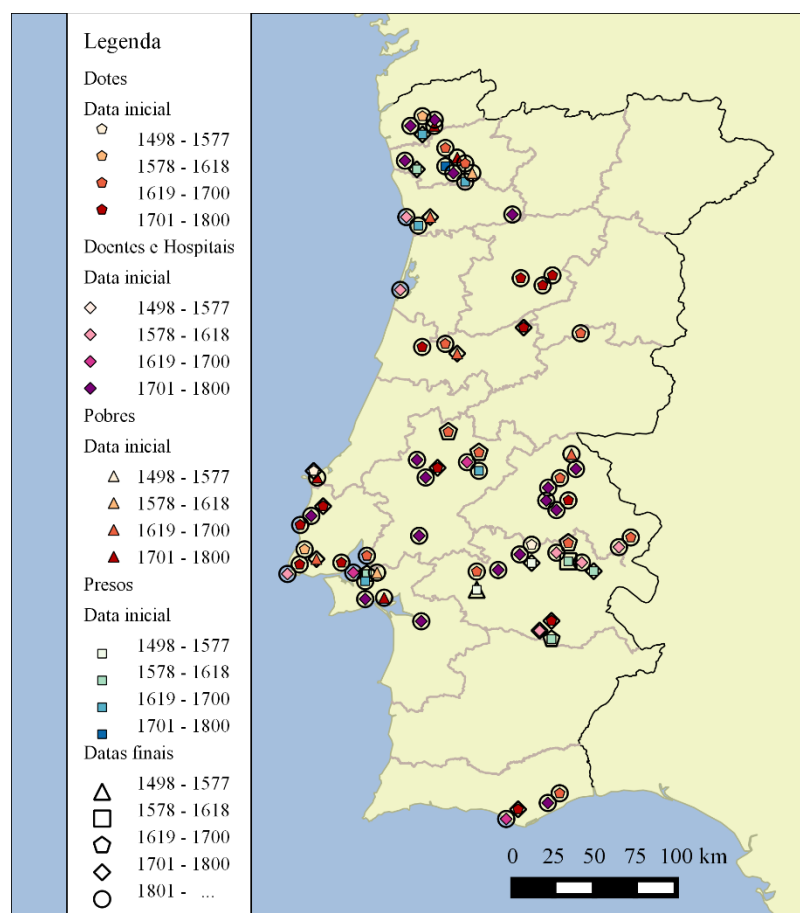
Independentemente do que tenha acontecido aos núcleos documentais relativos à assistência, o que é relevante nos arquivos em análise é a ideia (transmitida pelas lombadas dos livros e das caixas) de que, uma vez iniciada uma prática assistencial, a instituição a manteve de forma continuada (mapa 10). Se tal nem sempre correspondeu à realidade, os múltiplos estudos já feitos sobre a assistência praticada pelas misericórdias indicam a existência de arquivos bem mais ricos do que o mapa 10 dá a entender.

³⁹ Sobre a diferença entre ambos, Idem, *ibidem*, pp. 94-118.

⁴⁰ Trabalho aprofundado sobre dotes tem sido desenvolvido por Maria Marta Lobo de Araújo. Desta autora, vejam-se, “Casar raparigas pobres na confraria de S. Vicente de Braga (Séculos XVIII-XIX)”, *Pobreza e Assistência no Espaço Ibérico (Séculos XVI-XX)*, Maria Marta Lobo de Araújo, Fátima Moura Ferreira, Alexandra Esteves (orgs.), Braga, CITCEM, 2010, pp. 197-215; *Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.

⁴¹ Conforme demonstrado por Rute Pardal, *Práticas de caridade e assistência em Évora (1650-1750)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS, 2015.

Mapa 10



Notas finais

Sem presumir a prática precoce de formas de controlo e fiscalização, quisemos reafirmar neste texto que as políticas de apoio social definidas pela Coroa desde os finais de Quatrocentos tiveram uma intencionalidade determinada e que o modo como foram pensadas garantiu a adesão das elites locais – ou, pelo menos, de boa parte delas –, chamadas a implementar as orientações do poder central.

Desde a década de 80 do século XX que os estudos sobre misericórdias têm demonstrado que o conhecimento de uma parte importante da História de Portugal passa pelos seus arquivos, desde a micro-história às grandes problemáticas da história económica e social. Apesar das muitas limitações da fonte utilizada, os mapas apresentados confirmam que a assistência em Portugal se desenvolveu no diálogo entre o poder local e o central, seguindo as suas diretivas, e que – pese embora todas as

vicissitudes locais, grau de literacia das elites dirigentes e até resistência aos ditames régios, num tempo em que a cultura escrita não era propriamente do domínio comum – as misericórdias tenderam a respeitar as ordens régias no tocante à organização da informação e dos pressupostos que a sustentavam. Disto faz prova, por exemplo, o aparecimento de novos núcleos documentais após a reforma do compromisso de 1577, o que, entre outros sinais, revela que o objetivo régio de integrar as misericórdias num ordenamento comum foi alcançado. Não quer isto dizer que a uniformização e a normalização dos quotidianos das comunidades tivessem sido totalmente conseguidos. Longe disso: as populações tenderam a moldar as orientações régias aos seus próprios interesses. A plasticidade do conceito de pobre, como o de pobre merecedor, localmente desenhados, são exemplos disso mesmo. O que não diminui, no entanto, os progressos conseguidos pela Coroa ao longo do período moderno.

Em síntese, testemunhando a profícua correspondência entre o centro e as periferias, os arquivos das misericórdias oferecem-se como uma linha de investigação a explorar.

Saúde e poder em Portugal na virada dos séculos XVIII e XIX, o caso dos *Avisos ao público*

Rafael Dias da Silva Campos

CHAM | Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, UNL

Capes, Doutorado Pleno no Exterior

Introdução

A profusão de obras dedicadas à saúde dos povos no último quartel do século XVIII pode ser percebida como a culminância de uma transformação secular, a da imprensa, assistida pelas transformações trazidas pelos ideais das Luzes e as alterações sociais que as acompanharam. Mas importa notar que estas conjunções estiveram atreladas de modo diverso em diferentes estados da Europa de então, pois ainda que haja uma “indústria dos estudos iluministas”, como defendeu Robert Darnton¹, as transformações que convencionamos nomear por iluministas, não parecem ter se concentrado apenas em França, ou mais precisamente em Paris, como defendeu este autor².

Na contracorrente desta concepção, percebemos diferentes elementos que permitem classificar outras “ilustrações” distantes do modelo francês e, especificamente para esta discussão, analisar movimentos de ideias médicas que transitaram em diferentes direções ao redor da Europa, e não apenas a partir de Paris. Para o caso específico que iremos discutir, sugeriremos que certas obras foram seguidas justamente por partilharem objetivos e problemas sanitários comuns e não apenas por que procurassem acompanhar uma tendência advinda dum dado centro. Filósofos naturais, e médicos, de diferentes regiões defenderam perspectivas que, por origem, foram adequações baseadas em autores de outras zonas. Neste sentido, partimos da percepção de que a correlação própria entre as ideias e os elementos sociais e políticos nos diferentes Estados, terminaram por alterar a percepção em saúde. Uma transformação

¹ Robert Darnton, *Os dentes falsos de George Washington* (São Paulo: Companhia das Letras, 2005), 17–18.

² Para uma leitura crítica, cf. Júnia Ferreira Furtado, *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptista Bourguignon d'Anville na construção da cartografia do Brasil* (Belo Horizonte: EdUFMG, 2012), 73.

que pode ser mais nitidamente percebida por meio de um conjunto bastante específico de textos de saúde, como o caso dos *Avisos ao público*.

É neste sentido que observaremos os *Avisos ao público*, pois muitos foram produzidos fora de Paris, em sociedades letradas e de ciências que intercambiavam saberes integrados a uma “república de letras” intercontinental. Desse modo, podemos delinear as motivações dos autores destes avisos e toda uma corrente de físicos ao redor da Europa, que negavam os valores da medicina popular e lutavam para fazer valer os seus interesses³. Em solo luso, estas negações à medicina popular podem ser percebidas, por exemplo, nos idos anos de 1725, quando Sebastião Leite de Faria e Sousa publicou a sua tradução da *Luz de comadres ou parteyras*⁴, uma obra que apesar de fortemente atrelada à própria terapêutica que criticava, afirmava que muitos partos corriam mal por erro e ignorância das parteiras⁵. Apesar de em menor número, os médicos eram ruidosos em defender seus interesses e apontar quais as competências e quem poderia praticar as artes de cura.

Com o avançar dos anos, a própria Inquisição prestou auxílio na criminalização das práticas populares de cura, nomeadamente devido às transformações que a própria instituição vivenciou em decorrência do Iluminismo, a saber, a menor perseguição a bruxas (consideradas como crendices de gente atrasada) e maior combate aos pedreiros-livres⁶. A partir de então, as práticas que então eram consideradas como atrasadas passaram a ser criticadas como charlatanismo⁷, portanto tidas como mais danosas ao bem comum, uma vez que carregavam em si o desejo de burlar e não apenas o reflexo da ignorância leiga e popular.

Aliada aos físicos e à sua defesa ciosa pela condição que possuíam, por meio da crítica médica aos saberes populares, estas obras ganharam notoriedade pelo impacto da

³ Rafael Dias da Silva Campos, “Os 15 de Montpellier: Medicina, política e relações de poder nas Luzes entre Montpellier, Coimbra e o Brasil (ca. 1770 — ca. 1820)” (Universidade Nova de Lisboa, [2016, em andamento]).

⁴ Sebastião Leite de Faria e Sousa, *Luz de comadres ou parteyras: breve tratado de como se deve acodir aos partos perigozos, e o que devem fazer as mulheres pejadas para terem bons partos, e o que devem fazer as mulheres pejadas para terem bons partos, e como se haõ de tratar, e pensar as crianças. E como haõ de curar a madre quando sahe fóra, ou aboca* (Lisboa: na officina de Pedro Ferreyra, 1725).

⁵ Marinha Carneiro, “Ajudar a nascer: parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (séculos XV – XX)” (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2003), 119.

⁶ Bella Herson, *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira, 1500-1850* (São Paulo: Edusp, 1996), cap. 9.

⁷ José Pedro Paiva, *Bruxaria e superstição: num país sem «caça às bruxas», 1600-1774*, 2ª ed (Lisboa: Notícias Editorial, 2002), 81–93.

ideia de utilidade pública. Não só eram consideradas nocivas as práticas populares, porque irrefletidas, mas o trabalho de difusão das ideias dos médicos seria útil para “os povos”, que as poderia aproveitar e “iluminar-se”. Era um sentido já imbuído na filosofia das Luzes, que abarcou Portugal em princípios do século XVIII, mas que pode ser mais claramente percebido no campo médico, para o contexto de um grupo e não apenas de indivíduos, por meio da Real Academia Médico-Portopolitana, que defendia o racionalismo e a utilidade pública em seu estatuto:

Não se dará lugar algum das quatro classes, senão a sujeitos, que sejam eruditíssimos, zelosos, e prontos no cumprimento da sua obrigação; e se entre estes houver alguns in[s]truídos no sistema Newtoniano com a inteligência da Geometria, Aritmética, Álgebra, Trigonometria, &c. que lhe precede, sejam preferidos aos mais em toda a ocasião⁸.

Historiografia

Mas para se perceber as ideias ilustradas no conjunto de diversas sociedades europeias, devemos reconhecer previamente que a abordagem nacional deixa de observar singularidades existentes num mesmo território⁹. Tal proposta demanda que se procure perceber as fronteiras geopolíticas de então, pois não seria propriamente acurado falar-se, por exemplo, num “iluminismo italiano” simplesmente devido à configuração territorial da Itália hodierna, de um tal modo que o investigador deva perceber qual a região que se está a referir e observar, por exemplo, se a mesma não estava sob domínio dos Habsburgo, ou parte dos estados pontifícios. Além disso, o termo nação possuía um sentido muito mais próprio à região de origem que o sinónimo “nacional” empregado actualmente¹⁰. Na América portuguesa, por exemplo, o jornal O

⁸ *Estatutos da Real Academia Medico-Portopolitana* (Porto, 1749), 19.

⁹ Outros autores perceberam as dificuldades advindas da adoção desta abordagem, cf. Paschalis M. Kitromilides, “The Enlightenment in Southeast Europe: Introductory Considerations”, in *Discourses of Collective Identity in Central and Southeast Europe (1770-1945): Texts and Commentaries*, org. Balázs Trencsényi e Michal Kopeček (Budapest; New York: Central European University Press, 2006), 52, nota 2.

¹⁰ Júnia Ferreira Furtado, “Enlightenment Science and Iconoclasm: The Brazilian Naturalist José Vieira Couto”, *Osiris* 25, n.º 1 (janeiro de 2010): 189, <http://www.jstor.org/stable/10.1086/657269>.

Patriota não apresentava relação com a actual ideia de nação, de pátria, como se poderia pressupor: pátria era sinónimo do local ou região de origem¹¹.

Assim, a referida ideia de primazia parisiense esbarra, antes, na própria condicionalidade do carácter geopolítico daqueles Estados, de seus monarcas e governos e até na historiografia que comumente os discutiu, pois como procurou observar Nuno Monteiro: “o século XVIII não foi apenas o resultado da predominância económica e política de certas regiões da Europa”¹². Podemos identificar esta percepção como próxima da “Lenda negra”, de tal modo que diferentes correntes historiográficas acabaram por pactuar com os princípios de que haveria uma supremacia nos centros irradiadores das Luzes. Uma questão que, como continuou a argumentar Monteiro ao criticar os parâmetros de comparação adotados no *Oxford Handbook of the Ancien Régime* (em que se tomou a França por modelo e se sugeriu maior proximidade com o Reino Unido e América inglesa), dever-se-ia questionar se “esses territórios foram escolhidos com base em algum critério intelectual ou se deve apenas à área de interesse da rede de historiadores anglo-americanos que se dedicaram ao estudo da Revolução Francesa”¹³.

Monteiro não foi, entretanto, o único a perceber que as regiões que extrapolam os elementos dos contextos francês e inglês, acabaram sendo rotuladas como atrasadas – primeiro pelos viajantes daquela altura e posteriormente por diversos pesquisadores que concordaram com tais proposições. Não apenas Portugal, mas diversas regiões à excepção de França e Reino Unido receberam tais legendas. O mote do atraso, posteriormente transfigurado em “atraso económico”, tornou-se uma chave explicativa de diferentes realidades setecentistas. Em discussão sobre o caso boémio, Teodora S. Brnardić analisou esta corrente de que um intervencionismo absolutista teria promovido as reformas e que esta se teria dado de cima para baixo¹⁴. Para a autora, três foram os principais paradigmas que caracterizaram estas regiões como economicamente atrasadas: o modelo marxista clássico, a teoria da modernização por Reinhard Bendix e,

¹¹ Lorelai Brilhante Kury, org., *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)* (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007).

¹² Tradução livre. Nuno Gonçalo Monteiro, “Maxwell, Kenneth. *Pombal, Paradox of the Enlightenment*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995”, *e-Journal of Portuguese History* 11, nº 1 (2013): 110.

¹³ *Ibidem*, 111.

¹⁴ Teodora Shek Brnardić, “The Enlightenment in Eastern Europe: Between regional typology and particular micro-history”, *European Review of History: Revue Européenne d’Histoire* 13, nº 3 (setembro de 2006): 430, nota 51.

por fim, o sistema centro-periferia de Immanuel Wallerstein¹⁵. Tais modelos explicativos definiram França e Reino Unido enquanto padrões de avanço onde todos os demais se encontrariam atrasados, sendo que a ausência de determinados elementos foi utilizada como meio de medição do nível de atraso destas sociedades.

Para o universo português, ganham força análises que identificam a censura (estatal) promovida contra as ideias ilustradas, o poder da Inquisição no papel de censura religiosa e admoestação moral (assim como a própria presença da Igreja Católica) e, então, apenas por meio das mãos libertadoras (ainda que contraditórias) de Sebastião José de Carvalho e Melo que Portugal veria alguma esperança de abraçar o século das Luzes por inteiro.

Longe de explicar as diferentes realidades, estes conceitos engessam a análise acerca dos movimentos ilustrados ao redor de França e Reino Unido em detrimento dos demais. Mas partes significativas da recente historiografia luso-brasileira têm apontado para toda uma sorte de instituições, obras, panfletos, opúsculos que tinham em comum as ideias ilustradas. Para eles, a elite letrada lusa estava em constante comunicação com outros ilustrados europeus, como por exemplo a obra de Isaac Newton, que não demorou muito para ser lida na corte portuguesa¹⁶. Ao mesmo tempo, investigações distantes desta questão, como a desenvolvida por Pedro Cardim, têm analisado as discordâncias historiográficas referentes a uma forte presença do Estado em Portugal. Este investigador concluiu que o Estado português, enquanto protagonista da acção governativa, apenas se teria dado após as revoluções liberais; uma discussão sugestiva, justamente porque a “ânsia de protagonismo” do Estado, como descreveu Cardim¹⁷, é uma figura comumente vista como sinal de atraso por muitos historiadores.

Assim, percebemos enquanto problemático o referido modelo de um centro irradiador de ideias, políticas e transformações sociais, pois não se estabelecem relações com os integrantes que este centro supostamente influenciava. Ainda assim, perceber tais limitações e questionar sua difundida aplicação em análises pouco comparativas da ilustração, especialmente à Europa do Leste e Ibéria, não nega a relevância e impacto

¹⁵ Ibidem, 414. Além disso, a autora ressaltou a influência de problemáticas socioculturais em Ibid., p. 429, nota 28.

¹⁶ Carlos Fiolhais e Décio Martins, *Breve história da ciência em Portugal* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010), 28.

¹⁷ Pedro Cardim, “Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do antigo regime”, *Nação e Defesa*, nº 78 — 2º Série (outubro de 1998): 129–58.

para toda a Europa, e não só, de sociabilidades vividas naquela região, muito embora traga elementos que limitam a narrativa do atraso enquanto elemento explicativo satisfatório para as realidades fora do eixo Paris-Londres.

Quando passamos a contabilizar as realidades exteriores como não inferiores, notamos, por exemplo, que a medicina institucionalmente produzida ao Sul de Paris, em Montpellier, tanto por sua faculdade, quanto por academias, foi foco de atração de estudantes de toda Europa e das Américas e não apenas do Império francês, mas também espanhol, inglês e português, para não citarmos todos¹⁸. Se Paris se consolidava politicamente como cabeça do reino em França, isso não implica que automaticamente o fosse em todos os demais elementos. Em verdade, no que toca à medicina, um evento é particularmente interessante para notarmos estas confluências (e não supostas centralidades originadoras de ideias e modelos): com o fechamento das universidades no decurso da Revolução Francesa, apenas três foram logo de seguida reabertas (Paris, Montpellier e Estrasburgo), sendo a estratégia geopolítica e o peso institucional os factores decisivos que contabilizaram para tal decisão. Resoluções que apontam para a percepção de que não havia e não poderia haver um “centro irradiador” de ideias e paradigmas médicos. Deste modo, procuraremos com este trabalho discutir a medicina imperial portuguesa em vigor em fins do século XVIII comparativamente a outros contextos, de maneira a observar suas vicissitudes, para além de simples análises de atraso/avanço que, baseadas em um modelo centro-periferia, têm terminado por desconsiderar os diferentes contextos da Europa das Luzes.

Os Avisos ao público e a saúde dos povos

Foi, portanto, neste contexto que os Avisos ao público se difundiram. Com o passar dos anos, o termo banalizou-se e podemos notar obras um pouco distante dos princípios dos primeiros avisos, que se propunham a ser obras de instrução popular, a rotularem-se como tal no começo do século XIX. Foi o caso do aviso levado a público mais como uma propaganda de um fármaco do que suas congêneres anteriores. Impresso em 1819, o *Aviso ao publico: pomada anti-optalmica da viuva Farnier de*

¹⁸ Hélène Berlan, *Faire sa médecine aux XVIIIe siècle: Recrutement et devenir professionnel des étudiants montpelliérains (1707-1789)* (Montpellier: Presses Universitaires de la Méditerranée, 2013).

Burdeos pregava as vantagens de uma pomada que curava os mais graves problemas de visão¹⁹. Também neste conjunto de textos em que a ideia de aviso ao público já havia ganhado notoriedade ao ponto de se vulgarizar, temos a *Hipiatrica ou Aviso ao povo sobre as enfermidades maçónicas*²⁰, obra que por meio de analogia bastante simples criticava a Maçonaria como uma doença de Estado. E, por fim, a simples ideia de avisar ao público, de defender uma posição pessoal acerca de um facto ou de uma disputa: *Aviso ao público mostrando a indiferença com que tem ouvido as calúnias com que o tem injuriado o boticário António José de Sousa Pinto e a quem promete resposta*²¹.

À parte estes usos, na viragem do século XVIII para o XIX, os avisos foram obras bastante específicas e dedicadas à instrução pública da saúde, motivadas principalmente pela ideia de que o saber (popular) empregado nos campos era nefasto para a saúde dos povos. Assim, se estes textos refletiram ideias em transformação no final do século XVIII e princípios do seguinte e estiveram imbricados nas relações de poder que seus autores carregavam, importa saber, afinal, o quê e como eram estas obras.

Talvez o mais referenciado destes avisos tenha sido o do médico suíço Samuel Auguste André David Tissot. Doutor pela Faculdade de Medicina de Montpellier, Tissot publicou diversas obras que atraíram a atenção de um público amplo, nomeadamente a sua discussão publicada em francês em 1760 sobre o onanismo e as doenças dele advindas. Mas foi um ano depois que este físico trouxe a público o *Avis au peuple sur sa santé*²². Traduzida para diversas línguas, foi elemento distinguidor da importância que Tissot adquiriu no mundo das letras (na edição inglesa de 1766 de sua obra sobre o onanismo, a explicação acerca do autor é justamente apontada para o seu Aviso²³). Além deste aviso, Tissot publicou em 1767 uma versão específica desta obra de

¹⁹ *Aviso ao publico: pomada anti-optalmica da viuva Farnier de Burdeos*, 1819, Iconografia, BNP.

²⁰ *A Hipiatrica ou Aviso ao povo sobre as enfermidades maçónicas*, 1, 2, 1831.

²¹ José Joaquim de Castro, *Aviso ao público mostrando a indiferença com que tem ouvido as calúnias com que o tem injuriado o boticário António José de Sousa Pinto e a quem promete resposta* (Lisboa: Tip. de Bulhões, 1821).

²² Samuel Auguste André David Tissot, *Avis au peuple sur sa santé* (Lausanne: De l’Imprimerie de J. Zimmerli aux dépends de François Grasset, 1761).

²³ Samuel Auguste André David Tissot, *A Treatise on the Crime of Onan; Illustrated with a Variety of Cases, Together with the Method of Cure. By M. Tissot, M.D. Author of Advice to the People in General with Regard to Their Health. Translated from the Third Edition of the Original* (London: Printed for B. Thomas, in the Strand, 1766).

divulgação, então dedicada aos letrados (*gens de lettres*), que para ele ficam doentes por causa do trabalho assíduo e do sedentarismo²⁴.

Os avisos eram obras de escrita simples, condizente com os ideais de popularização perpetrados pela Ilustração e também com a referida ideia de que a medicina feita nos campos era atrasada e pouco “científica”, posto que praticada quase exclusivamente por iletrados e curandeiros. Neste sentido específico, o *Avis de Tissot* não difere de obras como a citada *Luz de comadres e parteyras*, porque estes textos testemunham uma compreensão geral na Europa das Luzes de que o saber em saúde aplicado corretamente nas populações “atrasadas” as faria avançar.

Tissot não inaugurou nenhuma linhagem de obras dedicadas a divulgar saberes médicos, mas a difusão do seu aviso acabou por normatizar as obras semelhantes que o sucederam. Contudo, obras como a *Governo de Mineiros*²⁵, por exemplo, que podem ser melhor enquadradas no conjunto de textos da “medicina doméstica” (um segmento que, igualmente influenciado pelos ideais de utilidade pública, defendia uma maior instrução para que as pessoas distantes ou ausentes de auxílio profissional pudessem realizar em casa os cuidados médicos²⁶), estavam muito mais próximas do *Aviso ao público* do que as que o sucederam. Isto porque os avisos seguintes passaram a dedicar-se a um tema específico, enquanto que esta obra de Tissot, ainda possuía o elemento da discussão geral sobre diversas doenças e tratamentos. Além disso, o *Avis* também se assemelha às obras de “medicina doméstica” por se propor a servir de auxiliar médico, bem como o facto de o público alvo ser as populações consideradas incultas e frequentemente “a sofrer” nas mãos de charlatões e curandeiros que não saberiam de verdade como proceder a uma cura. No entanto, distâncias existiam entre o *Avis au peuple* e este conjunto de textos médicos populares: a lista de questões que os doentes deveriam ser instruídos para quando fossem ao médico remete justamente para uma instrução que se afasta da ideia de medicina doméstica, uma vez que procurava ser útil aos povos, mas

²⁴ Samuel Auguste David Tissot, *Avis aux gens de lettres et aux personnes sédentaires sur leur santé* (Paris: J. Th. Hérisant, 1767).

²⁵ José António Mendes, *Governo de Mineiros mui necessario para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez, e mais legoas, padecendo por esta cauza os seus domesticos e escravos queixas, que pela dilaçam dos remedios se fazem incuraveis, e as mais das vezes mortaes: offerecido ao Senhor Coronel Antonio Soares Brandaõ, chirurgiam da Camera de sua magestade* (Lisboa: Offic. de António Rodrigues Galhardo, Impressor da Real Meza Censoria, 1770).

²⁶ Charles E. Rosenberg, “The Book in the Sickroom: A Tradition of Print and Practice”, in “Every Man His Own Doctor”: *Popular Medicine in Early America*, org. Charles E. Rosenberg e William H. Helfand (Philadelphia: Library Company of Philadelphia, 1998), 1–21.

não enquanto uma “medicina doméstica”²⁷. Por isso, parece-nos que esta obra, pela influência que representou e pela linguagem que acabou por ser seguida (a do *Aviso*), seria melhor classificada como uma obra de transição entre a “medicina doméstica” e os avisos que a seguiram.

No contexto do Império português, diversos avisos foram publicados ou traduzidos, sendo que a participação de portugueses da América não foi menor nesta empreitada. Mesmo após o *Avis de Tissot* (1761), não foi publicada em Portugal nenhuma obra especificamente alistada com o tema, apenas passados 25 anos outro aviso veio a lume²⁸. Um texto que era na verdade a tradução do *Avis de Tissot*, realizada por Manuel Joaquim Henriques de Paiva²⁹. Além de introduzir uma parte exclusivamente dedicada ao contexto português, o futuro professor de Farmácia, Matéria Médica e Terapêutica do Colégio Médico-Cirúrgico da Baía publicou no ano seguinte, 1787, um terceiro tomo do aviso, numa ampliação e aprofundamento da obra de Tissot e também de sua tradução³⁰. O escopo deste texto, não difere portanto daquele traçado anteriormente por Tissot, de tal modo que a relevância desta tradução encontra-se mais pela introdução em Portugal do tema dos avisos e menos pela proposta intermédia, discutida acima para o texto original do médico suíço, entre a “medicina doméstica” e os avisos propriamente ditos. Importa ainda notar que anos mais tarde, em 1796, Henriques de Paiva publicaria mais uma vez esta obra, agora pela “Officina de

²⁷ Tissot, *Avis au peuple sur sa santé*, cap. 32, “Question, aux quelles il est absolument nécessaire de savoir répondre, quand on va consulter un Medecin”. Importa notar uma questão, que não é sem importância: para Tissot, além das questões gerais, comum a todos, haveria doenças de mulheres e crianças, mas não de homens; numa compreensão marcadamente sexualista, então muito presente.

²⁸ Henriques de Paiva afirma que circulava uma tradução em português do *Avis de Tissot*, mas não encontramos referências da existência desta obra e, portanto, desconsideramos esta informação para efeitos de análise.

²⁹ Samuel Auguste André David Tissot, *Aviso ao povo acerca da sua saúde [...] acrescentado com notas, ilustrações, e hum tratado das enfermidades mais frequentes, tanto internas, como externas, de que não tratou Mr. Tissot na referida obra por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, medico*, trad. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, vol. 1 (Lisboa: na Offic. de Filipe da Silva e Azevedo, 1786); Samuel Auguste André David Tissot, *Aviso ao povo acerca da sua saúde [...] acrescentado com notas, ilustrações, e hum tratado das enfermidades mais frequentes, tanto internas, como externas, de que não tratou Mr. Tissot na referida obra por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, medico*, trad. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, vol. 2 (Lisboa: na Offic. de Filipe da Silva e Azevedo, 1786).

³⁰ Samuel Auguste André David Tissot, *Aviso ao povo acerca da sua saúde ou Tratado das enfermidades mais frequentes, tanto internas, como externas, de que não tratou Monsieur Tissot no seu Aviso ao Povo*, trad. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, vol. 3 (Lisboa: Officina Morazziana, 1787).

Simão Thaddeo Ferreira”³¹. Dividida em três volumes, esta edição não diferiu da sua anterior.

Mas no mesmo ano em que publicava os dois volume da sua tradução do aviso de Tissot, Henriques de Paiva redigiu um aviso. Dos seus primeiros textos deste gênero, que “avisava” sobre questões singulares que inquietavam toda a gente, este tratava das então ditas mortes aparentes, que compreendiam um rol de doenças e eventos pouco conhecidos e para aquela altura de difícil identificação³². Henriques de Paiva dedicou especial atenção sobre os meios de se realizar os socorros e distinção dos diferentes tipos de *asfixia*, pois segundo ele o “[...] estado dos sujeitos nas diferentes asfixias é em geral quase sempre o mesmo [...] está a respiração suspendida por falta de ar livre e puro”³³.

No ano da publicação do terceiro volume, Henriques de Paiva publicou mais duas obras, agora a “avisar” sobre as crianças, numa alusão à ideia de depopulação levanta por Tissot em seu *Avis*³⁴. A atenção para com as crianças era mais que necessária numa altura em que a mortalidade infantil era excessivamente alta³⁵. Henriques de Paiva procurava instruir elementos de prevenção das altas taxas de mortalidade e, segundo ele, prolongar a vida. Criticava os excessos que as pessoas saudáveis cometiam, recomendava especificamente cuidados com a higiene, a inclusão da prática de actividades físicas, a circulação do ar nos ambientes fechados, os cuidados com a alimentação e além de procurar “moderar as paixões”, como o álcool, Henriques

³¹ Samuel Auguste André David Tissot, *Aviso ao povo ácerca da sua saude*, trad. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, vol. 1 (Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1796); Samuel Auguste André David Tissot, *Aviso ao povo ácerca da sua saude*, trad. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, vol. 2 (Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1796); Samuel Auguste André David Tissot, *Aviso ao povo ácerca da sua saude*, trad. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, vol. 3 (Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1796).

³² Manuel Joaquim Henriques de Paiva, *Aviso ao povo sobre as asfyxias ou mortes apparentes, e sobre os socorros que convem aos affogados, ás crianças recém-nacidas com apparencias de mortes, aos suffocados por huma paixão vehemente d'alma, pelo frio, ou calor excessivos, pelo fumo de carvão, ou pelos vapores corruptos dos cemiterios, poços, cloácas, canos, prizões, hospitais, &c* (Lisboa: na Officina de Filipe da Silva e Azevedo, 1786).

³³ *Ibidem*, 15.

³⁴ Manuel Joaquim Henriques de Paiva, *Aviso ao povo ou summario dos preceitos mais importantes, concernentes á criação das crianças, ás diferentes profissões e officios, aos alimentos e bebidas, ao ar, ao exercicio, ao somno, aos vestidos, á intemperança, á limpeza, ao contagio, ás paixões, ás evacuações regulares, &c., que se devem observar para prevenir as enfermidades, conservar a saude, e prolongar a vida* (Lisboa: na Officina Morazziana, 1787).

³⁵ Anne-Emanuelle Birn, “Public Health and Medicine in Latin America”, in *The Oxford Handbook of the History of Medicine*, org. Mark Jackson (Oxford: Oxford University Press, 2011), 247.

de Paiva dedicou-se a “avisar” que quase todas as doenças eram contagiosas, sendo portanto imperioso evitar o contacto com pessoas doentes.

O outro aviso de Henriques de Paiva a vir a público neste mesmo ano, dava atenção a uma situação bastante específica, os envenenamentos³⁶. Seu autor procurou com este texto apresentar os sintomas e respectivas curas para o caso de pessoas envenenadas com substâncias “corrosivas”. Este aviso era como que uma complementação do anterior, uma vez que o autor ponderava que “socorrer as pessoas empeçonhadas com venenos corrosivos [...] é certamente tão interessante à humanidade, como [...] socorrer aos afogados em água”³⁷. Mas a preocupação primeira deste texto estava justamente em “avisar” aos povos (particularmente os médicos e cirurgiões, que ignoravam a natureza destes venenos), pois era atribuído aos maus ares muitas doenças que na verdade seriam provocadas por estes venenos corrosivos, ingeridos, segundo ele, nas misturas com os alimentos, ou mesmo por meio dos remédios feitos por charlatões, segredistas e mezinheiros, que envenenavam as pessoas³⁸.

A partir de então, diversos outros avisos chegaram ao conhecimento público em solo luso. O primeiro destes foi uma tradução de Francisco Manoel de Oliveira de textos publicados na Human Society que igualmente versavam sobre as mortes aparentes³⁹. Neste *Avisos interessantes à humanidade* a maior atenção estava mesmo depositada na temerosa ideia de que uma pessoa poderia ser considerada morta, por diversas razões, e então sepultada viva. Assim, pretendia-se “acautelar o género humano contra as enganosas aparências da morte”⁴⁰. Do ponto de vista formal, este aviso difere dos demais, pois continha diversas cartas e até mesmo um sermão, que relatara, dentre referências bíblicas da ressurreição de Cristo, um caso de um “morto trazido à vida”, ou

³⁶ Manuel Joaquim Henriques de Paiva, *Aviso ao povo ou summario dos sinaes e symptomas das pessoas envenenadas com venenos corrosivos, como Séneca, Solimão, Verdete, cobre, Chumbo, &c.; e dos meios de as socorrer* (Lisboa: na Officina Morazziana, 1787).

³⁷ Ibidem, cap. Prefação [não paginado].

³⁸ Ibidem.

³⁹ Carlos Murray, *Avisos interessantes á humanidade [Avisos interessantes á humanidade, ou colleccão de alguns artigos concernentes á restauração da vida dos affogados, e outros casos de morte apparente, ou animação suspensa extrahidos dos escriptos publicados em Inglaterra por ordem da Sociedade Humana]*, trad. Francisco Manoel de Oliveira (Lisboa: Off. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1788).

⁴⁰ Ibidem, 23.

nos termos de então de uma “restauração de qualquer vida”⁴¹. Ainda sobre esta temática das mortes aparentes, foi publicado pela Academia das Ciências de Lisboa um aviso compilado da Human Society dos textos de Joseph-Jacques de Gardanne e Philippe Nicolas Pia⁴². Mas este aviso é na verdade uma versão particular do documento referido acima, com uma linguagem ainda mais simples e clara, e sem trazer as cartas e os sermões publicados no aviso que ficou sob os cuidados de Carlos Murray.

A seguir esta cronologia dos avisos que se publicou em solo luso relativos àqueles identificados por nós na Biblioteca Nacional de Portugal, podemos observar um texto de carácter bastante específico sobre as pessoas que viviam do/no mar⁴³. Este aviso é distintivo para percebermos que a ideia geral destes escritos estava igualmente imbuída de um entendimento de que a saúde dos povos, a saúde pública, deveria ser igualmente orientada por uma concepção ampla utilitária e não apenas economicista, na medida em que o salvar vidas infantis, das gentes do mar, das populações rurais e daqueles que, enfim, não possuíam acesso aos curadores considerados adequados por estes autores (os físicos), seria uma vantagem sem reservas para a economia pública.

É neste sentido que o aviso para a gente do mar segue a ideia de colocar um receituário ao final do livro e “avisa” sobre doenças como a dracunculose, uma enfermidade parasitária praticamente erradicada nos dias de hoje⁴⁴, mas que então causava sérios problemas (inclusive registada sua existência na América portuguesa, embora a doença não tenha conseguido se adaptar na região, sendo posteriormente suprimida daquela zona). Diferente de referências divergentes que outros escritores afirmavam no período, o autor deste aviso defendia que a doença, por ele referida também como verme de Medina, era causada por um verme.

Já o tradutor, que era cirurgião-mor da Armada Real, ao elucidar seu propósito com a versão em português do texto, reafirmava os já comentados valores de utilidade pública, linguagem simples e, adicionalmente, de uma medicina prática e não mais de

⁴¹ Seth Thompson, “Sermão pregado em S. Margarida de Westminster no Domingo de 13 de Março de 1785”, in *Avisos interessantes á humanidade*, por Carlos Murray, trad. Francisco Manoel de Oliveira (Lisboa: Off. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1788), 108.

⁴² Joseph-Jacques de Gardanne e Philippe Nicolas Pia, *Avisos interessantes sobre as mortes aparentes: recopilados da collecção da Sociedade Humana de Inglaterra das obras de M. Pia, e M. Gardanne* (Lisboa: na Off. da Acad. Real das Sciencias, 1790).

⁴³ G. Maurant, *Aviso á gente do mar sobre a sua saúde*, trad. B. J. C. [cirurgião-mor da Armada Real] (Lisboa: Tip. de João António da Silva, 1794).

⁴⁴ Michele Barry, “The Tail End of Guinea Worm — Global Eradication without a Drug or a Vaccine”, *New England Journal of Medicine* 356, nº 25 (21 de junho de 2007): 2561–64.

gabinete⁴⁵. Além disso, defendia abertamente as reflexões de que salvar vidas era essencial para a economia pública:

É certo que ele à imitação do célebre Tissot intentou esta obra para por aos olhos de todos o tratamento das doenças próprias da gente que se emprega no exercício do mar, gente assaz preciosa a um Estado, e principalmente ao nosso, que tanto precisa da navegação para se comunicar com as suas Colónias⁴⁶.

Neste sentido, importa perceber que se poucos médicos portugueses se dedicaram a escrever este género de obras de divulgação, os avisos foram todavia bem recebidos no que se refere às traduções. A observar este elemento, parece que a explicação mais directa para tais escolhas resida no facto de que as obras comumente consideradas para tradução eram escolhidas devido às altas vendas, o que maximizava as possibilidades de rendimento dos textos em português.

Não foi em vão, portanto, que no contexto destes avisos tenham surgido aqueles com um carácter declaradamente propagandístico. Produzida por André Lopes de Castro, a água de Inglaterra era um remédio que atingiu níveis elevados de venda, ainda mais se contabilizarmos os valores de cada garrafa⁴⁷. E foi nesta conjuntura que veio a público o aviso a respeito da água de Inglaterra, texto que procurava reiterar as vantagens do seu uso e combater as contrafações, de um tal modo que o aviso em si é mais propriamente um somar de declarações de diversos e reconhecidos médicos ao redor do Império⁴⁸. Mas ainda que fosse marcado o teor de propaganda para a venda do produto, esse aviso estava também imbuído dos sentidos ilustrados, discutidos anteriormente, nomeadamente o de utilidade à saúde dos povos; pelo menos era o que defendia seu autor, quando salientava que se “tem enganado os povos com gravíssimo prejuízo no crédito da dita minha água, e irreparável dano na saúde pública”⁴⁹. Ainda sobre esta mesma “água”, em 1803 também foi publicado um aviso de José Joaquim de Castro, que em linhas gerais não diferia daquele de André Lopes de Castro, seu pai e

⁴⁵ William Bynum chama-a “medicina livreira”. Para mais sobre o tema cf. William F. Bynum, *History of medicine: A very short introduction* (Oxford: Oxford University Press, 2008), 26; Campos, “Os 15 de Montpellier”, cap. 1.

⁴⁶ Mauran, *Aviso á gente do mar sobre a sua saúde*, VII.

⁴⁷ José Pedro de Sousa Dias, *A água de Inglaterra: paludismo e terapêutica em Portugal no século XVIII* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012).

⁴⁸ André Lopes de Castro, *Aviso ao publico a respeito da Agoa de Inglaterra* (Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1799).

⁴⁹ *Ibidem*, 6.

antecessor na produção da dita água pela Real Fábrica⁵⁰. Além deste, outro aviso também não muito diferente, foi publicado a criticar as contrafações e a procurar instruir principalmente os habitantes dos domínios ultramarinos para evitarem fraudes; no fim do aviso, os preços das garrafas, apontam mais uma vez para a singularidade destes avisos da água de Inglaterra, enquanto sobremaneira objectivados com fins comerciais⁵¹.

Com o correr dos anos, novas concepções em saúde passaram a ganhar força, sendo a higiene uma delas. Assim, não parece ter sido descolado da realidade lusa que veio a público em 1819 um aviso anónimo que tinha por maior objeto a venda de remédios que prometiam rapidez na melhoria do aspecto das pessoas e na higiene⁵². Os tratamentos foram chamados de decocção antiescorbútica e antipútrida, mas não parece propriamente relacionar-se com o escorbuto: além da boca, dentes e gengivas em bom estado, propalava-se um aspecto mais saudável para aquele que fizesse o tratamento e os pobres, ao menos dizia-se no aviso, seriam “curados” gratuitamente. De maneira semelhante a esta ascensão da Higiene, no ano seguinte, 1820, com a prática do banho de mar a ganhar espaço enquanto recomendação médica, um aviso justamente a informar sobre as vantagens e cuidados da prática foi publicado⁵³, então vista como terapêutica para diversas doenças (em especial as “da infância e mocidade”) e não como entretenimento. E já no ano seguinte, em 1821, uma segunda edição deste aviso foi publicada no Porto, a apontar para a difusão que a mesma adquiriu⁵⁴.

Mas esse cariz marcadamente comercial não dominou de todo os avisos ao público, pois os que se seguiram continuaram a manter os elementos anteriores, de certa forma a negar o modelo de aviso enquanto propaganda e reforçar aquele mais próximo a um plano de instrução popular. O *Aviso de hum portuguez, amante da humanidade*⁵⁵,

⁵⁰ José Joaquim de Castro, *Aviso ao publico sobre assumptos concernentes ao fabrico e venda da “Agoa de Inglaterra”* (Lisboa: Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1803).

⁵¹ José Joaquim de Castro, *Aviso ao publico [acerca do fabrico da Água de Inglaterra]* (Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, [s.d.]).

⁵² *Aviso interessantissimo para todas as pessoas zelosas da sua saude e aceio* (Lisboa: Impressão Regia, 1819).

⁵³ M. J. M. C. L. S. C. J. V. A. R. S. L., *Aviso ácerca dos banhos do mar, ou direcção precisa ás pessoas que houverem de fazer uso d’elles* (Lisboa: na Regia Typografia Silviana, 1820).

⁵⁴ *Aviso ácerca dos banhos do mar, ou direcção precisa ás pessoas que houverem de fazer uso d’elles*, 2º ed (Porto: imprensa do Gandra, 1821).

⁵⁵ *Aviso de hum portuguez, amante da humanidade, aos seus compatriotas ácerca da afflictiva molestia de falta de respiração: no qual o author aconselha o proprio tratamento, de que usa, e com que se não se cura, ao menos modifica consideravelmente o seu mal* (Lisboa: Impressão Regia, 1823).

por exemplo, parece ter ignorado os objetivos comerciais de André Lopes de Castro e filho, e se relaciona mais com os textos de Henriques de Paiva. Este aviso possuiu, porém, a particularidade de o seu autor provavelmente não ser médico⁵⁶ e ainda assim apresentar um método de cura (fundamentada na prevenção das causas por ele assinaladas), portanto, distante dos demais avisos citados anteriormente. O texto em si examinava a “moléstia de falta de respiração”, ou seja, uma doença que segundo seu autor não seria tão grave quanto a asma e que era afectada pela constipação, indigestão ou por insultos hemorroidais.

Por fim, no ano de 1833 o médico liberal António José de Lima Leitão publica seu *Breve aviso*⁵⁷, em que procurava apresentar “uma explicação mais singela a fim de serem melhormente entendidas as minhas ideias” contra a cólera, uma epidemia que avassalava a Europa de então. Neste mesmo ano e também sobre a epidemia de cólera, o médico formado em Montpellier José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão publicava dois avisos, ou mais precisamente um aviso e o seu suplemento⁵⁸, com a declarada defesa de utilidade pública:

A importância do objecto, que exige mais candura do que elegância, desculpará a falta de formalidades minuciosas, que se houver de cometer; e a parte mais numerosa da sociedade, o povo, a que me dirijo, porque não pode fazer uso de obras científicas, e extensas, espero que leve a bem estas instruções escritas com clareza, e precisão em seu proveito⁵⁹.

Mas se no primeiro o teor é professoral, percebe-se que o aditamento é um texto mais belicoso, pois o autor julgava que suas (boas) lições não estavam a ser seguidas, de modo que chega a defender que a não aplicação de seus “avisos” seria um crime:

[...] seria pirronismo criminoso, ou cegueira à evidência, assim como é igual crime a credulidade pueril nas histórias dos curandeiros mercenários, e imperitos, por quanto a Medicina desde o seu berço, que é o mesmo do

⁵⁶ O autor não é identificado, mas pelas características gerais desta literatura médica, se possuísse qualquer título seria mais provável que fizesse referência ao mesmo; ao mesmo tempo, uma vez que a obra tinha sido aprovada pela censura, a omissão da autoria corrobora a possibilidade de o autor ser uma pessoa sem cargos e honras e, principalmente, não ser médico. Além disso, o autor do aviso afirma que havia parado de medicar-se, devido a utilização infrutífera dos mesmos.

⁵⁷ António José de Lima Leitão, *Breve aviso ao povo acerca do tratamento da doença epidémica que grassa na europa com o nome de cólera-morbus asiático* (Lisboa: Impressão Régia, 1833).

⁵⁸ José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, *Aviso ao publico ou resumo das verdades mais interessantes que elle deve conhecer ácerca da epidemia que actualmente grassa em Portugal* (Lisboa: Impressão Régia, 1833); José Mariano Leal da Camara Rangel de Gusmão, *Additamento ao aviso ao publico sobre o uso dos balsamos, ou elixires, ou tambem dos oleos* (Lisboa: Impressão Régia, 1833).

⁵⁹ Gusmão, *Aviso ao publico*, 3.

Homem, foi o resultado da observação, colhida até dos brutos, e instigada pelo instinto natural para poder chegar com muito estudo, e razão, já iluminada, à categoria de ciência, a que Deus manda expressamente obedecer⁶⁰.

O aviso trazia a natureza, as causas, os sintomas da doença, a terapêutica e os meios de se prevenir da mesma, pois segundo o autor certos hábitos poderiam contribuir para que a pessoa adquirisse a doença. Mas a epidemia de cólera levava a uma terapêutica pejorativamente descrita por termos como “remédios heróicos”, que claramente o médico denegava. Foi neste íterim que Gusmão publicou seu aditamento, a dedicar especial atenção aos bálsamos e elixires, então em franca utilização, mas também a ressaltar que em sua percepção a causa da doença seria “a imunidade, não obstante a influência da atmosfera venenosa, e iminente”⁶¹. Mas, importa notar que Gusmão não propriamente fecha este conjunto de obras médicas, mas os avisos que se seguiram já passam a estar imbuídos de uma outra lógica, menos relacionada com os valores primeiros destes avisos, discutidos acima.

Considerações finais

Assim, se observamos as obras em português que continham os desejos de “avisar” ao público no contexto mais amplo da Ilustração, não podemos deixar de perceber que estas mesmas publicações, muito embora defendidas enquanto meio de instrução da gente menos letrada, era um forte elemento de poder exercido por determinado grupo sob outros.

Como notamos, os avisos foram em sua quase totalidade produzidos por médicos ciosos de suas garantias, concedidas numa sociedade estratificada. Neste sentido, a Junta do Protomedicato é um exemplo que não pode ser totalmente dissociado das antigas guildas, pois ela avaliava quem pretendia compor o restrito grupo de físicos, fiscalizava as boticas e cobrava para fazê-lo, e mesmo os formados no estrangeiro passavam por avaliações compostas pelo órgão. Mas independentemente da Junta, que não esteve em actividade por muitos anos justamente devido às severas críticas de

⁶⁰ Gusmão, *Additamento ao aviso ao publico*.

⁶¹ *Ibidem*.

abusos cometidos por seus delegados⁶², eram os médicos os maiores interessados na permanência de sua condição hierárquica superior. Embora defendessem princípios utilitaristas aplicados à medicina, é preciso reconhecer que estes avisos foram grandes devedores de um interesse de autopromoção⁶³. De outra parte, se os médicos tinham interesses na difusão destas obras, é preciso reconhecer que o próprio Estado Moderno conferiu-lhes insígnias que eles antes não possuíam. Como notou Benoît Garnot, foi este mesmo Estado quem procurou atenuar as grandes crises demográficas⁶⁴, uma acção que certamente não poderia ser realizada sem o auxílio da difusão e instrução disseminadas pelos avisos e outras obras de divulgação médica; sem contabilizar instituições normatizadoras, como a Junta do Protomedicato ou a Provedoria-mor.

Como procuramos discutir em outro momento⁶⁵, a centralização das políticas de saúde em Portugal podem ser mais bem percebidas por meio das medidas de higiene e pela percepção do saneamento enquanto uma responsabilidade pública⁶⁶, nomeadamente com a adopção de uma direcção geral de polícia forte e interventora: o Intendente Diogo Inácio de Pina Manique combatia práticas médicas consideradas desviantes de modo mais enérgico que a Junta do Protomedicato e chegou a mobilizar:

[...] recursos aplicados na limpeza das ruas, hospitais e prisões e na criação de cemitérios públicos, em combate aos sepultamentos no interior das igrejas. [Pina Manique] Desencadeou também uma ofensiva aos charlatães e mezinheiros, que praticavam atividades de cura sem autoridade, e aos boticários, que abriam lojas e vendiam drogas sem exame, trazendo danos irreparáveis à ‘saúde dos povos’⁶⁷.

Além disso, importa notar fiscalizações sistemáticas que iam além de averiguar a entrada em Portugal das temidas ideias francesas⁶⁸: as requisições da Real Mesa Censória, imbuída do controlo dos livros nas livrarias pessoais, não descuidaram de

⁶² “Dona Maria I, cria a Real Mesa de Saúde [Junta de Saúde]”, [s.d.], ANTT, Ministério do Reino, mç. 469 (2ª Caixa), doc. 89.

⁶³ Rosenberg, “The Book in the Sickroom”.

⁶⁴ Benoît Garnot, *Les Villes en France aux XVIe, XVIIe, XVIIIe siècles* (Paris: Ophrys, 1989).

⁶⁵ Campos, “Os 15 de Montpellier”, cap. 1.

⁶⁶ Sobre a condição sanitária da cidade e de suas águas, cf. José Luís Cardoso, “Água, iluminação e esgotos em Lisboa nos finais do século XVIII”, *Análise Social* 35, nº 156 (2000): 495–509; António Fernando Bento Pacheco, “De Todos-os-Santos a São José: textos e contextos do *esprital grande de Lixboa*” (Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2008), 20–21.

⁶⁷ Jean Luiz Neves Abreu, “O corpo, a doença e a saúde: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII” (Tese de Doutoramento, UFMG, 2006), 189.

⁶⁸ “Edital de 10 de Julho de 1769”, 1769, Real Mesa Censória, Cx 1, ANTT.

incluir a Medicina como uma das sete categorias em que os proprietários de livros deveriam assinalar as suas obras.

Não surpreende portanto que Henriques de Paiva tenha dedicado seu aviso sobre as *asfixias* justamente para o Intendente Geral de Polícia, Pina Manique, alegando que “nenhum objecto mais do que o presente deve interessar à Polícia”⁶⁹. O poder exercido pelo Estado na perseguição de práticas desviantes, mas também na realização de obras públicas, como reformas dos hospitais e criação de aquedutos, habitou conjuntamente com os anseios dos grupos detentores da autoridade médica, que procuravam “avisar” e instruir, mas nunca abrir mão dos privilégios conseguidos.

⁶⁹ Paiva, *Aviso ao povo sobre as asfixias*, 3.

Médicos no regresso da *peregrinatio academica*: mobilidade e conflito no Portugal Quinhentista

Luís Ribeiro Gonçalves

CIDEHUS-U. Évora¹

Designa-se por *peregrinatio academica* o fenómeno de circulação de alunos e professores pelos principais centros de formação e primeiras universidades que nasceu no seio do movimento cultural urbano dos séculos XII e XIII. No decurso das centúrias seguintes, este movimento contribuiu de forma decisiva para a difusão de ideias políticas e religiosas e na partilha de conhecimento nos reinos europeus². No Portugal de quinhentos, a formação fora do reino assume-se como um momento decisivo nos percursos académicos de inúmeros médicos portugueses como Garcia de Orta e Amato Lusitano³. A historiografia moderna tem procurado associar a passagem destes letrados pelos *studia* da cristandade com o carácter inovador da sua produção intelectual e com os contextos reformistas que marcaram o reino neste período⁴. Ao mesmo tempo, outros trabalhos deram ênfase às origens *marranas* de muitos desses médicos observando o contributo das suas conexões com estas comunidades, para alicerçarem os seus percursos académicos e carreiras nos reinos europeus, onde estas se estabeleceram

¹ No decurso da elaboração deste artigo gostaríamos de agradecer a orientação da Professora Doutora Laurinda Abreu, assim como a revisão cuidada de Inês Lourinho, as colaborações de Alexandra Marques, Luísa Gama na identificação de fontes e as leituras críticas de André Leitão e Danielle Sanches de Almeida que permitiram enriquecer as perspectivas desenvolvidas neste trabalho.

² Hilde Ridder-Symoens, «A Mobilidade», em *Uma História da Universidade na Europa*, ed. Hilde Ridder-Symoens, vol. 1 (Lisboa: Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas / Fundação Eng. António de Almeida / Impr. Nac. Casa da Moeda, 1996), 279–84; António Resende Oliveira, «A mobilidade dos universitários», em *História da Universidade em Portugal*, vol. 1–Tomo 1 (Coimbra - Lisboa: Universidade; Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 339–40.

³ Jon Arrizabalaga, «Garcia de Orta in the Context of the Sephardic Diaspora», em *Medicine, Trade and Empire: Garcia de Orta's Colloquies on the Simples and Drugs of India (1563) in Context*, ed. Palmira Fontes da Costa (Farnham (Surrey): Routledge, 2015), 11–32; Conde de Ficalho, *Garcia da Orta e o seu tempo* (Lisboa: Impr. Nacional, 1886); Maximiano de Lemos, *Zacuto Lusitano: a sua vida e a sua obra apreciações da imprensa* (Porto: Eduardo Tavares Martins, 1909).

⁴ Humberto Baquero Moreno, *Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo* (Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques, 1970); Armando Luís de Carvalho Homem, Luís Miguel Duarte, e Eugénia Pereira da Mota, «Percursos na burocracia régia (séculos XIII–XV)», em *A Memória da Nação*, ed. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991), 403–23; Para a reforma da universidade em Portugal cf. Mário Brandão, *A inquisição e os professores do Colégio das Artes*, *Acta universitatis conimbrigensis* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948), 151.

depois da sua expulsão da península ibérica, em finais do século XV⁵. Porém, sabemos que a seu lado outros letrados transitaram nestes itinerários universitários sem estes traços culturais e religiosos, muitos dos quais regressaram ao reino onde exerceram medicina integrados no oficialato régio e municipal, nas misericórdias e nas fortalezas do império português.

O estudo deste grupo afigura-se por isso como um bom ponto de partida para uma análise ao contexto social dos profissionais de saúde que exerceram em Portugal durante o século XVI, naquilo que pretende vir a ser um trabalho mais vasto do que aquele que aqui pretendemos apresentar. Neste texto apresentaremos apenas alguns dados de um trabalho mais vasto que temos em curso, inicialmente desenvolvido no âmbito do projecto *Decisão política, necessidades colectivas e afirmação profissional: o Hospital de Todos os Santos em perspectiva* (PTDC/HIS-HIS/113416/2009)⁶, que entretanto se autonomizou. O nosso objectivo é contribuir para o conhecimento das profissões de saúde quinhentistas, observando os agentes envolvidos na difusão do saber médico entre a Europa e o reino.

A geografia da *peregrinatio academica*

Os primeiros resultados obtidos permitiram identificar uma circulação específica da *peregrinatio medica* lusitana, marcada pela predominância dos *studia* peninsulares, em Salamanca, Lérida, Valladolid ou Alcalá. Ainda assim, foi possível encontrar numerosos letrados em outras universidades além Pirenéus, nomeadamente em Paris, e também nas das cidades portuárias do sul de França e as do norte de Itália⁷ (cf. mapa 1).

⁵ Jon Arrizabalaga, «The World of Iberian converso practitioners, From Lluís Alcanyís to Isaac Cardoso», em *Beyond the Black Legend: Spain and the Scientific Revolution*, ed. Víctor Navarro e William Eamon (Valência: Universitat de València - CSIC, 2005), 307–22; Hilde de Ridder-Symoens, «Maranos and Universities in the Renaissance Netherlands», em *Special Issue: The Modern University; Past, Present and Prospects; Essays in Honour of Sheldon Rothblatt*, ed. Roy Lowe, *History of Universities*, 27.2013,1 (Oxford: Univ. Press, 2013), 20–49.

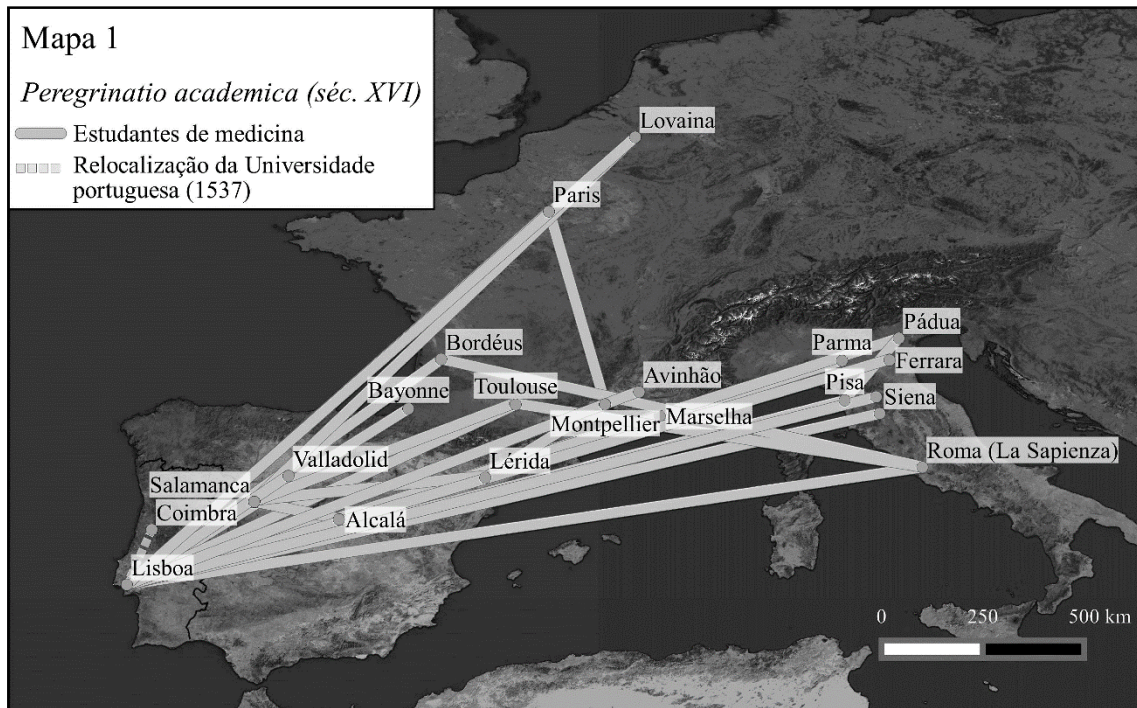
⁶ Projecto cofinanciado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pelo Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE), onde fomos bolseiro de investigação entre 2011 e 2013, sob a coordenação da Professora Laurinda Abreu.

⁷ Mário Farelo, «On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment», em *Centers of Medical Excellence?: Medical Travel and Education in Europe, 1500-1789*, ed. Andrew Cunningham, Ole Peter Grell, e Jon Arrizabalaga (Farnham, England; Burlington, VT: Ashgate, 2010), 132–41; Esta geografia poderá ser enriquecida nos próximos anos, com a apresentação dos resultados do projecto de André Leitão. Para um esboço do seu projecto cf. André de Oliveira Leitão, «Circulação, redes e percursos dos escolares portugueses na

Praticamente sem relevância terá o norte da Europa, onde a única excepção foi Lovaina nos Países Baixos, associada por certo à presença de importantes comunidades *marranas*. Esta geografia suscita-nos um conjunto de questões sobre as condições e as motivações que deram origem à *peregrinatio* nacional. Por exemplo, interessa compreender em que medida este movimento reflectirá a acção de um grupo determinado de letrados de origens culturais ou religiosas próprias. Caso se confirme, poderá esta geografia corresponder a uma intenção política específica, reproduzindo a proibição dos letrados espanhóis de estudar em universidades europeias a partir de 1559? Em que medida esta actuação política explica a presença de portugueses em *studia* como Salamanca? E já no regresso ao reino, como se articulam com as políticas de controlo dos graus académicos obtidos no estrangeiro?

Procurando dar resposta a algumas destas questões, tentámos analisar as motivações de cariz social, político e religioso subjacentes ao percurso de formação destes letrados. Começámos por tentar identificar o seu papel na construção de redes científicas, para depois analisar o seu contributo para a integração do reino no panorama humanista europeu. A partir daqui valorizamos a sua presença tanto na difusão dos conhecimentos obtidos pela expansão marítima, como na promoção de reformas internas no campo da medicina quinhentista. Por fim, tentaremos seguir estes médicos no regresso ao reino, desvendando os factores que favoreceram ou dificultaram a *peregrinatio*, nomeadamente o modo como foram acolhidos e integrados no oficialato régio e municipal ou na rede de instituições de cariz assistencial.

Christianitas durante a Idade Média. Apresentação de um plano de tese de doutoramento em História Medieval», em *Incipit 3: Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2013-14*, ed. Diogo Faria e Filipa Lopes (Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2015), <http://www.academia.edu/download/37409828/13127.pdf>.



Humanismo europeu e *peregrinatio*.

Nos finais do século XV, a *peregrinatio academica* lusitana foi muito marcada pela influência do humanismo renascentista italiano, de resto, patente na educação de muitos membros da Casa Real⁸. Isso resulta em grande medida das políticas desenvolvidas durante esta centúria para resolver a carência de oficiais para a burocracia régia. Assim, a partir do reinado de D. Afonso V, torna-se frequente a concessão de bolsas aos filhos de algumas das famílias dos principais membros da Corte destinadas à sua formação académica superior⁹.

Os percursos dos letrados portugueses neste período permitem identificar o papel central de algumas universidades, como Bolonha ou Pisa, para os alunos em leis, e de Salamanca, Paris ou Montpellier, para os de medicina¹⁰. Nas primeiras décadas de

⁸ Manuela Mendonça, *D. João II. Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal* (Lisboa: Editorial Estampa, 1991), 70–71; António Rosa Mendes, «A vida cultural», em *História de Portugal*, vol. 3, *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, ed. José Mattoso (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993), 375.

⁹ Moreno, *Um aspecto da política cultural de D. Afonso V*.

¹⁰ Salvador Dias Arnaut, «A Medicina», em *História da Universidade em Portugal*, vol. 1–Tomo 1 (Coimbra - Lisboa: Universidade de Coimbra; Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 350; Luís de Matos, *Les portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1950); Joaquim Veríssimo Serrão, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)* (Lisboa:

quinhentos, encontramos diversos académicos a viajar para a Europa como é o caso de Francisco Rodrigues, físico morador em Viana do Castelo¹¹, ou Mestre Gil da Costa, futuro Cirurgião-mor (1518-1554)¹². Os seus percursos parecem fazer parte da política régia de atribuição de bolsas encetada a partir de 1499 para o Colégio parisiense de Montaigu¹³ criada por D. Manuel tendo em vista a formação de indivíduos que viessem a assegurar as reformas de que o reino necessitava¹⁴. D. João III manteria a mesma política em relação aos de teologia igualmente com propósitos reformistas. A influência francesa no reino ficará por isso bem patente na reforma da universidade, como se viu com a criação do colégio de artes e o recrutamento de numerosos professores com passagem nos *studia* franceses¹⁵.

No campo da medicina, a passagem dos mencionados Francisco Rodrigues e Mestre Gil da Costa por Montpellier representaria a continuação de um trajecto pelo *Midi*, já bem conhecido dos médicos portugueses desde o século XIV¹⁶. O seu curso de medicina continuava a ter ainda muita fama, pelo menos em Portugal¹⁷, não sendo menor importância a ligação que portos como Bordéus, Toulouse ou Marselha asseguravam entre as redes económicas ibéricas e o Mediterrâneo e o Atlântico. A esta estadia também não seria estranha a presença das comunidades *marranas*, que, depois da expulsão do reino e da conversão forçada, se tinham concentrado nas principais cidades comerciais europeias.

Universidade de Lisboa, 1962); Joaquim Veríssimo Serrão, *Les Portugais à l'Université de Montpellier: XIIIe-XVIIe siècles* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971).

¹¹ ANTT, CHR. D. Manuel I, liv. 10, fl. 78v

¹² Artur Moreira de Sá, *Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis* (Lisboa: Inst. de Alta Cultura, 1973), vol. II, doc. 638, pág. 75.

¹³ Ainda que numa lógica bem distinta da motivação espiritual que marcaria a introdução em 1527 do colégio parisino de Santa Bárbara, sob a protecção de Diogo de Gouveia, então mestre teólogo na Alma Mater, cf. Mário Farelo, «Lisboa numa rede latina? Os escolares em movimento», em *A universidade medieval em Lisboa, séculos XIII-XVI*, ed. António Nóvoa, Hermenegildo Fernandes, e Luís Urbano Afonso (Lisboa: Tinta da China, 2013), 252.

¹⁴ Mendes, «A vida cultural», 375–77.

¹⁵ Sebastião Tavares de Pinho, «A mobilidade dos universitários», em *História da Universidade em Portugal*, vol. 1–Tomo 2 (Coimbra Lisboa: Universidade de Coimbra; Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 989–1014.

¹⁶ Serrão, *Les Portugais à l'Université de Montpellier*, 35–66.

¹⁷ Elizabeth A Williams, «Medical Education in Eighteenth-century Montpellier», em *Centers of Medical Excellence?: Medical Travel and Education in Europe, 1500-1789*, ed. Andrew Cunningham, Ole Peter Grell, e Jon Arrizabalaga (Farnham, England; Burlington, VT: Ashgate, 2010), 248–50.

Conversos e universidade.

A predisposição para a prática médica tinha sido durante o século XV uma das principais marcas das comunidades judaicas peninsulares¹⁸, persistindo por isso nas comunidades quinhentistas *marranas* dos Países Baixos, em Antuérpia ou em Amesterdão¹⁹, e no norte de Itália²⁰, bem como entre os *conversos* portugueses, em particular os que gravitavam nos meios letrados das elites do reino, em instituições como a universidade e mesmo a Casa Real. Esta inclinação para a medicina explica-se em grande medida pelas próprias características do ensino judaico tardo-medieval, mantido à margem do meio universitário, desenvolvido em círculos restrictos recorrendo a obras em hebraico, como aquelas que o Mestre Luís, físico em Évora, foi autorizado a manter em 1499²¹. A presença destes círculos favorecia a criação de autênticas redes familiares dentro de uma determinada profissão²². Refira-se, a propósito, que durante a elaboração do *Regimento do Físico-mor* de 1515, surgiram referências à necessidade de examinar quaisquer físicos que tivessem aprendido “per linguagem ou per hebraico ou per outra lingua”²³.

Contudo, a mesma conversão forçada que impossibilitara a fuga destes médicos permitia agora abrir as portas a carreiras que até ali tinham permanecido praticamente fechadas à comunidade judaica. Tirando partido da sua capacidade financeira, os *conversos* foram desde logo integrados nas instituições universitárias, levando consigo muitas obras da cultura medieval helenística e árabe até ali apenas acessíveis na cultura judaica. Decorrente deste movimento, na primeira metade do

¹⁸ Iria Gonçalves, «Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas: as Cartas de Exame», *Do tempo e da História*, n. 1 (1965): 84; Charles Boxer, «Some Remarks on the social and Professional status of Physicians and Surgeons in the Iberian World 16th-18th centuries», *Jornal da Sociedade das Ciências médicas de Lisboa* 137, n. 4-5 (1974): 199; Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV* (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982), 355-57; Francis A. Dutra, *The Practice of Medicine in Early Modern Portugal: The Role and Social Status of the Físico-Mor and the Surgião-Mor* ([Stuyvesant, N.Y.]: [Pendragon Press in cooperation with the New York Public Library], 1991), 136.

¹⁹ Yosef Kaplan, *Les Nouveaux-Juifs d'Amsterdam: Essais sur l'histoire sociale et intellectuelle du judaïsme séfarade au XVIIe siècle* (Paris: Chandeigne, 1999); Ridder-Symoens, «Maranos and Universities in the Renaissance Netherlands».

²⁰ Farelo, «On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment».

²¹ ANTT, CHR. D. Manuel I, liv. 16, fl. 75v.

²² Gonçalves, «Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas: as Cartas de Exame»; Alfredo Rasteiro, *Medicina judaica lusitana: século XVI*, Saúde e Sociedade 9 (Lisboa: Quarteto, 2000).

²³ Sá, *ACUP*, 302 vol. 1, doc. 417.

século XVI, são identificados diversos *conversos* da universidade, como o lente de medicina Agostinho Henriques Micas, membro da família Mendes Benveniste²⁴. Assumindo papéis cada vez mais centrais junto da burocracia régia, esta comunidade foi assegurando a sua permanência no reino, mesmo depois da introdução do Tribunal do Santo Ofício, em 1534, pelo menos, enquanto se mantivesse distante de práticas religiosas suspeitas.

Na *peregrinatio* reconhece-se que, até 1520, a rede de contactos criada pelo exílio das comunidades sefarditas concedera novas oportunidades para muitos destes físicos *conversos*, como Garcia de Orta e Amato Lusitano, permitindo a sua integração nas dinâmicas culturais humanistas da época²⁵. Durante o primeiro quartel da centúria, muitos destes letrados regressaram ao reino, transportando consigo muitas dessas ideias, concorrendo de forma decisiva para unir os letrados nacionais às principais correntes europeias²⁶. Só com o reforço das políticas de controlo da população *conversa* se assistiria a uma profunda alteração do modelo de *peregrinatio academica* médica portuguesa, não apenas aumentando o número dos estudantes em trânsito, mas também a sua disseminação pelas universidades europeias²⁷.

A mobilidade dos *conversos* na *peregrinatio*.

A presença desta comunidade no reino nem sempre decorreu de forma pacífica, chegando mesmo a protagonizar situações de extrema violência, como foram as registadas em 1506 na cidade de Lisboa, com um massacre de cristãos-novos que terá patrocinado por alguns agentes eclesiásticos²⁸. Um bom exemplo dessa tensão traduzir-se-ia no parecer dos procuradores cristãos-novos estabelecidos em Itália, enviado em 1546, referindo já o que parecia ser um afastamento da comunidade de cargos nas

²⁴ Herman Prins Salomon e Aron di Leone Leoni, «Mendes, Benveniste, de Luna, Micas, Nasci: The State of the Art (1532-1558)», *The Jewish Quarterly Review* 88, n. 3/4 (Janeiro de 1998): 150, doi:10.2307/1454662.

²⁵ A. J. Andrade de Gouveia, *Garcia d'Orta e Amato Lusitano na ciência do seu tempo* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1985), 73.

²⁶ Mendes, «A vida cultural», 380.

²⁷ Farelo, «On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment», 134.

²⁸ François Soyer, «The Massacre of the New Christians of Lisbon in 1506: A New Eyewitness Account», *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n. 7 (2007): 221–44.

misericórdias, nos colégios e nas corporações de ofícios urbanos²⁹. Um movimento que, por certo, já reflectiria a introdução do Tribunal do Santo Ofício em Portugal, a partir de 1536, com consequência nas políticas de limpeza de sangue nos meios letrados das décadas seguintes³⁰. Será neste período que, apesar da proibição geral de saída do Reino, se acentuou a fuga de numerosos *conversos*, uns partindo para outras paragens do império, outros acolhidos em nos reinos europeus que lhes abriam a porta, como França ou as cidades italianas.

Na *peregrinatio medica*, os primeiros sinais surgem com o aparecimento de escolares lusitanos nas cidades portuárias do *Midi* francês, como Bordéus, Bayonne, Marselha ou Avinhão³¹. A partir de 1550, com a concessão do privilégio de cidadania aos mercadores portugueses judeus ou *conversos* por parte de Henrique II, esse movimento intensifica-se ainda mais³². A estadia destas comunidades nestes portos asseguraria igualmente importantes ligações com os familiares que tinham permanecido nos reinos peninsulares³³. Desse modo, durante este período garantiriam frequentemente os percursos de académicos portugueses, com ou sem raízes judaicas, permitindo mesmo que alguns *magistri conversos* pudessem circular entre os *studia* do *Midi* francês, como Montpellier ou Toulouse.

Nesse momento, a *peregrinatio* para lá dos Pirenéus era a oportunidade para muitos destes letrados *conversos* prosseguirem uma carreira académica, longe do reino nacional onde a desconfiança sob as suas crenças religiosas agora imperava. A sua opção, foi exercerem a sua actividade nas cidades cujas elites asseguravam a sua protecção, o que lhes permitiu criar autênticas redes familiares, algumas das quais constituídas essencialmente por médicos que exerciam nos municípios e universidades que os acolhiam. Assim aconteceu com Manuel Ribeiro e a sua família, em Avinhão³⁴, e

²⁹ António José Saraiva, *Inquisição e Cristãos-Novos*, 5ª (Lisboa: Editorial Estampa, 1985), 52 e 113.

³⁰ Fernanda Olival, «Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal», *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n. 4 (2004): 151–82; Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da Inquisição portuguesa (1536-1821)*, 2013.

³¹ Gerard Nahon, «The Portuguese Jewish nation of Saint-Esprit-Les-Bayonne: The American dimension», em *The Jews and the expansion of Europe to the West, 1450 to 1800*, ed. Paolo Bernardini e Norman Fiering (New York, 2001).

³² Gerard Nahon, *Les «nations» Juives Portugaises du Sud-Ouest de la France (1684-1791)* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1981), 21–26 doc. VIII.

³³ Kaplan, *Les Nouveaux-Juifs d'Amsterdam: Essais sur l'histoire sociale et intellectuelle du judaïsme séfarade au XVIIe siècle*.

³⁴ Luís de Matos, *Les Portugais en France au XVIe siècle. Études et Documents* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1952), 154–55.

com muitos outros médicos em Antuérpia e noutras cidades dos Países Baixos. Assim integrados muitos destes *conversos* iriam alcançar reconhecimento social através da sua atividade profissional, pelo menos, enquanto as autoridades confiassem nas suas convicções religiosas³⁵.

As mesmas motivações podem ser vistas na presença lusitana nas universidades do norte de Itália, seguindo em grande medida o mesmo percurso da *peregrinatio academica* quatrocentistas³⁶. A fama que a educação italiana adquirira em Portugal neste período tinha então sido central na integração da cultura letrada nacional nas principais correntes humanistas³⁷, mas pouco se reflectira na medicina. Até 1520, a excepção foi garantida pela sua ligação à Santa Sé do *studium* romano, onde Fernando do Campo, médico leigo morador na Golegã, obteve o grau de doutor³⁸. A partir da quarta década quinhentista, reforçou-se a presença portuguesa nas universidades do norte de Itália. Encontram-se então vários físicos do reino nas universidades de Ferrara, Pisa ou Pádua como é o caso de João Rodrigues de Castelo Branco (Amato Lusitano), Filipe Rodrigues de Montalto ou Rodrigo da Fonseca. Um dos traços mais interessantes dos seus percursos residirá na ligação permanente a outros letrados com raízes nacionais. Assim foi com João Rodrigues de Castelo Branco, que, durante a sua estadia no *studium* de Ferrara, poderá ter-se encontrado com Duarte Gomes (David Zaboca), médico em Veneza, e o astrónomo Francisco Mendes Vezinho (Esdras Vezinho), filho de Yosef Vezinho, médico do monarca português D. João II³⁹. Neste contexto, é provável que as comunidades sefarditas tenham assegurado a estadia destes letrados,

³⁵ Kaplan, *Les Nouveaux-Juifs d'Amsterdam: Essais sur l'histoire sociale et intellectuelle du judaïsme séfarade au XVIIe siècle*; Ridder-Symoens, «Maranos and Universities in the Renaissance Netherlands».

³⁶ Mendes, «A vida cultural», 375–76; Oliveira, «A mobilidade dos universitários», 348–50.

³⁷ Mendonça, *D. João II. Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, 70–71.

³⁸ Artur Moreira de Sá, Francisco da Gama Caeiro, e António Domingues de Sousa e Costa, eds., *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, 16 vols. (Lisboa: IAC / INIC / JNICT / FCT, 1966) vol. X, doc. 3904, p. 35.

³⁹ Maximiano de Lemos, *Amato Lusitano: a sua vida e a sua obra* (Porto: Eduardo Tavares Martins, 1907); Augusto da Silva Carvalho, *História da medicina portuguesa* (Lisboa: Imp. Nacional, 1929); Pier Cesare Ioly Zorattini, «Sephardic Settlement in Ferrara under the House of Este», em *New Horizons in Sephardic Studies*, ed. Yedida Kalfon Stillman e George K Zucker (Albany: State University of New York Press, 1993).

ajudando a criar redes de contacto entre médicos portugueses e as principais figuras da ciência europeia, exteriores às suas crenças religiosas⁴⁰.

As ligações às comunidades sefarditas favoreceriam o desenvolvimento de percursos de grande mobilidade em médicos *conversos*. A *peregrinatio* de João Rodrigues de Castelo Branco, depois Amato Lusitano, é disso um bom exemplo. O seu trajecto é caracterizado pelas curtas passagens em cidades conhecidas pelas suas importantes comunidades sefarditas: Saindo de Lisboa em 1533 passou a Antuérpia onde permaneceria até 1540. Daqui deslocou-se ao Norte de Itália, onde esteve em Ferrara (1540), Ancona (1547 e 1552) e Roma, aqui, ao serviço do Papa (1550). Foi nessas viagens que adoptou o nome hebraico de Amato Lusitano. Em 1558 partirá para Salónica onde viria a falecer em 1568⁴¹.

No caso concreto de João Rodrigues, a questão poderia ser não apenas motivada pelas redes familiares que o apoiavam, ou pelas oportunidades de carreira junto das instituições e dos poderes locais, mas antes decorrer da ambiguidade que a sua condição religiosa impunha. A sua determinação em retomar a fé hebraica dos seus pais, associada às marcas que a adopção forçada ao cristianismo deixara em muitos destes *conversos*, deu origem a uma identidade miscigenada difícil de reconhecer até pelas comunidades judaicas que os protegiam. A tensão social daqui corrente poderá justificar as estadias curtas, bastante dependentes dos poderes locais⁴². Sempre que surgiam laivos de tensão social estes médicos viam-se obrigados a percorrer longas distâncias até encontrarem um local onde pudessem viver pacificamente.

Ainda assim, e contra todas as já referidas adversidades, alguns destes médicos *conversos* regressaram aos reinos ibéricos. Refira-se o caso de Garcia Lopez que, depois de se graduar como bacharel em Salamanca, rumou até aos Países Baixos. Obteve o doutoramento em Lovaina, praticando em Antuérpia durante alguns anos antes de regressar ao reino em 1570. Aqui acabou julgado pelo Santo Ofício por práticas de

⁴⁰ Kaplan, *Les Nouveaux-Juifs d'Amsterdam: Essais sur l'histoire sociale et intellectuelle du judaïsme séfarade au XVII^e siècle*.

⁴¹ Lemos, *Zacuto Lusitano*; Pinho, «A mobilidade dos universitários», 1005.

⁴² Kaplan, *Les Nouveaux-Juifs d'Amsterdam: Essais sur l'histoire sociale et intellectuelle du judaïsme séfarade au XVII^e siècle*; Arrizabalaga, «The World of Iberian converso practitioners, From Lluís Alcanyís to Isaac Cardoso»; David B. Ruderman, *Early Modern Jewry: A New Cultural History* (Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2011).

judaísmo e condenado a auto de fé em 1572⁴³. Como este, diversos outros médicos cristãos-novos vão regressar ao reino da sua *peregrinatio*, exercendo em Portugal a sua actividade, pelo menos durante algum tempo, até serem obrigados a retirarem-se do reino. Subjacente a esse regresso estava o desejo que muitas comunidades sefarditas de manter contacto com os familiares *conversos* que tinham permanecido nos domínios ibéricos. Isso levava-os a manter fortes ligações com as redes comerciais portuguesas e até mesmo com a própria *peregrinatio*, o que não era de todo desconhecido das elites religiosas hispânicas. A partir de meados do século XVI, este movimento passou a enfrentar cada vez mais dificuldades, não só pelas questões religiosas, mas também pela situação da universidade portuguesa. O problema fundamental era, no caso da Faculdade de Medicina, o facto de se manter pouco apelativa para quem se queria dedicar ao estudo da medicina.

A universidade, o Físico-mor, os *conversos* e a *peregrinatio medica*.

Em 1550, o reitor da Universidade de Coimbra Fr. Diogo de Murça apresentou uma exposição a D. João III referindo a existência de poucos alunos de medicina, uma vez que muitos portugueses partiam para Salamanca, onde poderiam formar-se em dois ou três anos⁴⁴. Criticava, assim, o programa de estudos do curso nacional que, no total, atingia os oito anos⁴⁵. Além disso, apontava também críticas à acção do Físico-mor,

⁴³ Durante a sua estadia nos Países Baixos, publica a obra "De Comentarie de varia sei medicae lectione", Antuerpiae Aperdivduam Martini Nutié, 1564, 8.º, cf. ACL, Augusto da Silva Carvalho, *Dicionário dos Médicos e Cirurgiões Portugueses ou que estiveram em Portugal*, doc. dactilografado inédito, 3.ª versão, vol. 6 L-M, fl. 80; ANTT, TSO, Évora, proc. 171; Ridder-Symoens, «Maranos and Universities in the Renaissance Netherlands», 31–32.

⁴⁴ Fr. Diogo Murça, «Carta de frei Diogo de Murça, reitor da Universidade de Coimbra, dando parte ao rei que naquele ano se fizeram 162 actos públicos nas quatro faculdades», 1550, ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 84, n.º 136, <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3778326>.

⁴⁵ Laurinda Abreu, «A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados», em *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, Catálogos BNP (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2010), 103, <https://www.rdp.uevora.pt/handle/10174/1971>; Farelo, «On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment», 129. Incluindo os anos de formação obrigatórios do curso de artes, cf. Serrão, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)*, 119; Ángel Marcos de Dios, «A Transferência de Escolares entre Salamanca e Coimbra», em *Universidade(s): história, memória, perspectivas: Actas do Congresso «História da Universidade», Coimbra 5 a 9 de Março de 1990*, ed. Comissão organizadora do C.H.U. e Universidade de Coimbra, vol. 3 (História da Universidade, Lisboa: Diglivro, 1991), 155–64.

destacando a sua política de concessão de licenças de médico a “pessoas imdrotos e nom graduados”, conhecidos como “mata sanos”⁴⁶.

Em causa estava uma disputa jurídica sobre os mecanismos de profissionalização dos praticantes de medicina do reino. O Físico-mor, como principal oficial do reino, assumia-se como a principal autoridade do campo⁴⁷. Entre as suas competências estava a inspecção e regulação das actividades dos profissionais de saúde, concendendo licenças a todos os que se submetessem ao seu exame para obter autorização para exercer nos “reinos e senhorios de Portugal”, depois de pagar a estipulada pelo regimento. Para os médicos formados no estrangeiro, cujo título devia obrigatoriamente ser reconhecido pelo Físico-mor, esta era a solução mais simples, e porventura a menos dispendiosa⁴⁸. Para a universidade o que estava em causa era a protecção dos seus direitos económicos que via fugir para as mãos do Físico-mor. Contudo, ao colocar a dúvida sob a qualidade da formação reconhecida pelo Físico-mor, a sua intenção seria reposicionar a atenção das autoridades jurídicas sobre a actuação do oficial régio, um pouco à imagem do que já acontecia do outro lado da fronteira.

De facto, em Castela, a mesma preocupação em manter os alunos nas universidades levava à criação de um novo quadro jurídico por Filipe II a partir da década de 1550: as profissões médicas foram colocadas sob jurisdição da Junta do Protomedicato, ao mesmo tempo que se procurava proteger as universidades locais impondo limites ao percurso universitário dos letrados espanhóis fora dos *studia* ibéricos. A partir de 1559, aqueles passaram a poder frequentar apenas os estudos de Roma, Nápoles e o Colégio de Bolonha⁴⁹. Os reinos ibéricos procuravam, assim, dar

⁴⁶ Murça, «Carta de frei Diogo de Murça, reitor da Universidade de Coimbra, dando parte ao rei que naquele ano se fizeram 162 actos públicos nas quatro faculdades».

⁴⁷ A seu lado, o outro principal oficial do reino, o Cirurgião-mor, dedicava-se ao controlo do universo da prática cirúrgica. As esferas jurídicas destes oficiais encontravam-se claramente definidas, e apenas por motivos específicos, como a ausência de um deles do reino, é que um deles poderia acumular os dois cargos, cf. Dutra, *The Practice of Medicine in Early Modern Portugal: The Role and Social Status of the Físico-Mor and the Surgião-Mor*, 135–38.

⁴⁸ Cf. Regimento do Físico-mor publicado em Manuela Mendonça, «A Reforma do campo da saúde no reinado de D. Manuel», em *D. Manuel e a sua época: Actas do III Congresso Histórico de Guimarães D. Manuel e a sua época*, ed. Maria Norberta Amorim et al., vol. 2 (Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004), 346–38 anexo I; Abreu, «A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno», 102–11.

⁴⁹ Vicente Beltrán de Heredia, *Cartulario de la Universidad de Salamanca: la universidad en el siglo de oro*, vol. 4 (Salamanca: Universidad de Salamanca, 1972), 70–72; Ainda assim isso não impediria a divulgação de novas culturas médicas nas universidades ibéricas cf. José Pardo Tomás e Alvar Martínez

uma resposta à fuga de letrados das suas universidades, enquanto respondiam a outra preocupação latente entre as elites eclesiásticas: a desconfiança face à prática médica, frequentemente associada à comunidade *conversa* que permanecera após a conversão geral forçada, nos finais do século XV⁵⁰.

Nas décadas seguintes, a universidade portuguesa defenderia uma política assente na defesa dos seus estatutos face ao Físico-mor, mas que não deixaria de acompanhar os *conversos*, sobretudo, depois da entrada do Santo Ofício em Portugal, em particular durante a década de 1540. Essa política basear-se-ia na produção de um conjunto de tratados religiosos por membros do clero peninsular, preocupados com o papel que os cristãos-novos detinham na prática médica e noutras áreas, como o comércio e a justiça. Destas obras faz parte o comentário do Bispo de Goa, Jerónimo de Santa Fé ao “Tratado que fez mestre Hieronimo medico do papa Benedicto 13 cõtra os iudeus”, impressa em 1565 pela Companhia de Jesus⁵¹. É provável que a este movimento se tenha associado um conjunto de notícias sobre conspirações entre as comunidades *marranas* e *conversas* alegadamente para depor os governos ibéricos. Está neste caso a “Carta dos Judeus de Hespanha aos de Constantinopla”, talvez criada no seio do clero hispânico, reproduzida a partir de 1580 por toda a Europa, e que, na verdade, constituía um manifesto político⁵².

A circulação dessas obras, muitas das quais manuscritas, contribuiu nos reinos peninsulares, para o desenvolvimento das políticas de limpeza de sangue no campo da medicina, assente na proximidade das suas elites eclesiásticas à universidade⁵³. Em Portugal, tal poderá ter contribuído, entre outras razões, à criação, no final da década de 1560, de um programa de bolsas para os alunos cristãos-velhos do curso de medicina,

Vidal, «Presencias y silencios. Biografías de médicos en el Antiguo Régimen», *Asclepio* 57, n. 1 (2005): 55–66.

⁵⁰ François Soyer, *A perseguição aos judeus e muçulmanos de Portugal: D. Manuel I, e o fim da tolerância religiosa, 1496-1497*, 2013.

⁵¹ Jerónimo de Santa Fé, *Tratado que fez mestre Hieronimo medico do papa Benedicto 13 cõtra os iudeus... Carta do primeiro arcebispo de Goa ao pouo de Israel seguidor ainda da ley de Moises & do Talmud por engano & malicia dos seus Rabis*, ed. João de Endem (Em Goa: por João de Endem, 1565); Ângela Barreto Xavier e Ines G Županov, *Catholic Orientalism: Portuguese Empire, Indian Knowledge (16th-18th Centuries)*, 2015.

⁵² João Lúcio de Azevedo, *História dos cristãos-novos portugueses*, 3a ed (Lisboa: Clássica, 1989) Apêndice 10; François Soyer, «The Anti-Semitic Conspiracy Theory in Sixteenth-Century Spain and Portugal and the Origins of the Carta de los Judíos de Constantinopla: New Evidence», *Sefarad* 74, n. 2 (Julho de 2014): 372, doi:10.3989/sefarad.014.010.

⁵³ Soyer, «The Anti-Semitic Conspiracy Theory in Sixteenth-Century Spain and Portugal and the Origins of the Carta de los Judíos de Constantinopla: New Evidence», 378.

custeado essencialmente pelos aglomerados urbanos das comarcas portuguesas fronteiriças⁵⁴. Do mesmo modo que os regimentos dos Colégios de S. Miguel e de Todos-os-Santos em Coimbra excluía qualquer *converso* e os seus descendentes, na década de 1540⁵⁵, este sistema não só concebia a exclusão dos estudantes cristãos-novos do curso, como vai permitir que os alunos bolseiros em medicina se distingam dos demais, passando a partir de então a ser conhecidos por “partidistas”.

Este documento da década de 60 de Quinhentos, afigurava-se como o resultado final de um processo de afirmação jurídica da universidade no campo da medicina perante o Físico-mor, com quem se digladiava desde 1515, na sequência da reforma do *Regimento do Físico-mor*⁵⁶. Contenda que seria retomada a partir da Reforma da Universidade, mas apenas em 7 de julho de 1561 atingiu o ponto sem retorno, quando o rei atendeu às constantes queixas contra a política de licenciamento do Físico-mor, colocando-o sob o directo escrutínio das autoridades jurídicas do reino⁵⁷. Ainda assim, em março de 1566, apesar da universidade ter visto confirmado o seu estatuto, asseverado pelas palavras do próprio monarca sobre a necessidade de formação académica para quem pretendesse exercer medicina, nenhum limite era imposto à acção do Físico-mor⁵⁸. O aparecimento do sistema de bolsas para o curso de Coimbra no final da década de 1560 surge como uma resposta alternativa, conferindo à universidade os meios económicos que lhe deveriam assegurar a sua posição de principal centro de ensino médico no reino. Nesse momento, esta instituição deveria tanto manter a qualidade das matérias leccionadas, como assegurar a presença de um corpo de alunos mais ou menos estável, de modo a assumir um papel essencial na reforma que então se

⁵⁴ Laurinda Abreu, *O poder e os pobres: as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)* (Lisboa: Gradiva, 2014), 120 Cf. mapa 1.

⁵⁵ «Não será porem algum recebido, que não for tẽ o 4.º grao purgado de casta dos Judeos, Mouros ou gentios (...)» Mário Brandão, *O Colégio das Artes*, vol. 1 (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1924), 424; Margarida Brandão, *O Colégio de S. Paulo*, vol. 1 (1548-1580) Parte 1 (Coimbra: Edição da autora, 1971), 32; Olival, «Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal», 153–54.

⁵⁶ Abreu, «A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno».

⁵⁷ António de Almeida, «Collecção da Maior Parte dos Estatutos, Leis, Alvarás, Decretos, e Ordens Relativas a Medicina e Cirurgia para servirem como Documentos à História da Sciencia de Curar em Portugal», em *Jornal de Coimbra*, ed. José Feliciano de Castilho (Lisboa: na Impressão Regia, 1812), 266–68 doc. 8; Abreu, «A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno», 104.

⁵⁸ António de Almeida, «Collecção da Maior Parte dos Estatutos, Leis, Alvarás, Decretos, e Ordens Relativas a Medicina e Cirurgia para servirem como Documentos à História da Sciencia de Curar em Portugal», em *Jornal de Coimbra*, ed. José Feliciano de Castilho (Lisboa: na Impressão Regia, 1812), 266–68 doc. 8; Abreu, «A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno», 104.

empreendia nos quadros municipais de saúde⁵⁹. Esta reforma, assegurava uma ocupação e uma visibilidade institucional cada vez mais relevante às profissões médicas no contexto social do reino.

Contudo, nem mesmo assim o curso de medicina se expandiu. No último quartel do século XVI o número de alunos que o frequentam ainda está longe de se equiparar ao curso de Leis⁶⁰. Na prática, tal situação mantinha a importância da formação em universidades estrangeiras e do Físico-mor. Em Salamanca, Alcalá ou Lérica mantinham-se fortes as marcas da *peregrinatio* lusitana pelo menos até à secessão das coroas, em 1640⁶¹.

A universidade portuguesa e a *Peregrinatio* hispânica.

A presença de letrados portugueses no estudo salmantino assumia-se como um dos traços sociológicos mais relevantes do seu *corpus academicus* desde a sua fundação, tendo-se tornado, como Mário Farelo bem refere, num autêntico “viveiro cultural” lusitano⁶². Entre os principais factores justificativos, encontrava-se a proximidade geográfica e o prestígio dos professores, sobretudo nos cursos direccionados para a formação da burocracia régia⁶³. O século XVI deu apenas continuidade a esta conexão, fortalecida logo nos primeiros anos, através da presença de Rodrigo Álvares, clérigo português que além de ser chantre da Catedral, foi igualmente conselheiro,

⁵⁹ Laurinda Abreu, «Assistance et santé publique dans la construction de l'État moderne: l'expérience portugaise», *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* 61, n. 3 (2014): 67–97; Abreu, *O poder e os pobres: as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*.

⁶⁰ Fernando Taveira da Fonseca, «Os Corpos Académicos e os Servidores», em *História da Universidade em Portugal*, vol. 1–Tomo 2 (Coimbra - Lisboa: Universidade de Coimbra; Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 534 fig. 2 A.

⁶¹ Marcos de Dios refere mesmo que entre 1550 e 1650 cerca de 14% dos alunos matriculados em Salamanca são de origem nacional. cf. *Ibid.*, 156; No campo da medicina, a sua importância já é comprovada pelos dados recolhidos por Veríssimo Serrão para o segundo quartel do século XVI, que identificou 99 alunos no curso de medicina. Cf. Serrão, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)*, 144–145. Por seu turno, Mercedes Grangel detetou 616 médicos portugueses entre 1546 e 1600. Cf. Serrão, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)*, 144–45; por seu turno, Mercedes Grangel detectou 616 médicos portugueses entre 1546 e 1600. Cf. Mercedes Grangel, «Salamanca y la formación de Medicos Portugueses en el siglo XVI», *Medicina na Beira Interior da pré-história ao século XXI: cadernos de cultura*, 2000, 9.

⁶² Farelo, «On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment», 138.

⁶³ Grangel, «Salamanca y la formación de Medicos Portugueses en el siglo XVI»; Farelo, «On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment».

deputado e reitor desta universidade⁶⁴. Nas décadas seguintes, esta frequência seria identificada pelas autoridades portuguesas como uma ameaça à universidade lusitana. Para limitar a sangria de alunos foi estabelecido um conjunto de privilégios e benefícios que reconheciam as leituras já realizadas em Salamanca, logo em 1538, a serem concedidos a qualquer aluno que pretendesse transitar para o *studium* português. Ao mesmo tempo era elaborado um sistema de equivalências, destinado a regulamentar a *peregrinatio*⁶⁵. A partir desse mesmo ano de 1538, isso seria visível nos cursos de direito, cânones e teologia obtidos fora do reino, cujo licenciamento passou a realizar-se sob a jurisdição da Universidade de Coimbra.

A única exceção seria a medicina que continuava sob a jurisdição do Físico-mor. Isso vai impedir a criação de qualquer limite à frequência portuguesa na Universidade de Salamanca⁶⁶, numa inclinação que até se irá acentuar neste período. A passagem de Luís Nunes, Gonçalo Fernandes, Agostinho Lopes⁶⁷ ou Ambrósio Nunes, este último lente catedrático de véspera de medicina antes de 1569⁶⁸, reflectem precisamente a importância da presença de alunos e até de professores portugueses a frequentarem o curso de medicina em Salamanca⁶⁹. De certo modo, este local tinha-se tornado um centro de oportunidades de carreira universitária, que parecia não existir em Portugal.

Nas cortes de Espanha e nos claustros da universidade salmantina essa presença não deixaria de ser notada. A partir da década de 1550, surgem em Salamanca diversas notícias de alunos de medicina que conseguiam obter licenças para exercer nos seus países de origem sem concluir os respectivos cursos nos *studia* espanhóis, mimetizando algumas das suspeitas que a universidade portuguesa levantara contra o Físico-mor⁷⁰.

⁶⁴ Armando Marques, «Conselheiros portugueses na Universidade de Salamanca (1505-1506)», *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2ª, n. 25 (1979); Armando de Jesus Marques, *Portugal e a Universidade de Salamanca. Participação dos escolares lusos no governo do Estudo (1503-1512)* (Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1980).

⁶⁵ Pinho, «A mobilidade dos universitários»; Para uma visão da evolução da *peregrinatio academica* até aos nossos dias, cf. Anthony Welch, «From Peregrinatio Academica to Global Academic: The Internationalisation of the Profession», em *The Professoriate: Profile of a Profession* (Dordrecht: Springer, 2005), 71–96.

⁶⁶ Algo que a estabilidade do número de alunos notada a partir de 1538 parece confirmar. Cf. Serrão, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)*.

⁶⁷ Pinho, «A mobilidade dos universitários», 1005; Rasteiro, *Medicina judaica lusitana*, 24–25.

⁶⁸ ANTT, CHR. D. Sebastião e D. Henrique, liv. 22, liv. 297v.

⁶⁹ Cf. Nota 64.

⁷⁰ Grangel, «Salamanca y la formación de Medicos Portugueses en el siglo XVI», 5–7.

Em resposta a estas suspeitas e ao problema da presença *conversa* levantado nos claustros salmantino, as autoridades espanholas promovem a reforma da década de 1560 do processo de exame para a obtenção dos graus académicos mais baixos, em particular o bacharelato⁷¹. Com o passar do tempo, com a unificação das coroas, essa preocupação diminuirá não só em relação a Salamanca como a toda a Espanha, em geral. Tendência que se verificará em Portugal na resposta que nas cortes de Tomar de 1581, Filipe II deu às petições dos povos e da nobreza que pretendiam delimitar o acesso dos cristãos-novos a cargos de justiça e municipais⁷². O monarca chegou a levantar dúvidas sobre a utilidade do assunto, o que provocou algumas dúvidas quanto ao tipo de proteção que era concedido à comunidade *conversa* do reino⁷³. Este clima ambíguo favorecia a circulação de letrados pela *peregrinatio* hispânica, tal como já acontecia com muitos comerciantes⁷⁴, permitindo que o movimento se acentuasse ainda mais nas primeiras décadas do século XVII⁷⁵. Para tal, contribuía, evidentemente, a disputa com o principal oficial médico do reino, o Físico-mor, uma situação aproveitada pelos médicos da *peregrinatio academica* que beneficiavam de uma formação mais curta e menos dispendiosa, face aos bacharéis graduados no reino⁷⁶.

Em suma, a fragilidade da universidade portuguesa decorriam, não apenas do menor prestígio dos seus professores ou da menor qualidade do ensino⁷⁷, mas também do quadro institucional introduzido nos inícios do século XVI, que mantinha a jurisdição do Físico-mor sob a *peregrinatio*. Não se poderão também ignorar as tensões

⁷¹ Nesse sentido, apontavam os representantes nas Cortes de Valladolid em 1555, referindo-se ao que «acontece y se ha visto que muchos sin haber estudiado un año de medicina salen de los estudios e se van a otros y con informes falsos de que tienen los cursos que se requieren, les dan grado de bachilleres.» Beltrán de Heredia, *Cartulario de la Universidad de Salamanca*, 4:35.

⁷² Cf. capítulo XIII dos povos e capítulo XVII da nobreza J. J Lopes Praça, *Collecção de leis e subsidios para o estudo do direito constitucional portuguez. Leis e Subsidios referentes ao Nosso Velho Regimen Político*, Edição Fac Simile, Junho 2000, vol. 1 (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1893), 219 e 237-238.

⁷³ António Manuel Hespanha, «La “Restauração”», em 1640: *la monarquía hispánica en crisis*, ed. Antonio Domínguez Ortiz, La Sociedad 221 (Barcelona: Crítica, 1992), 141.

⁷⁴ Rafael Carrasco, «Preludio al “siglo de los portugueses”: la Inquisición de Cuenca y los judaizantes lusitanos en el siglo XVI», *Hispania: Revista Española de Historia* 47, n. 166 (1987): 503–60.

⁷⁵ Serrão, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)*, 92–93; Ángel Marcos de Dios, «Portugueses na Universidade de Salamanca», ed. Belarmino Afonso, *Brigantia: revista de cultura* IV, n. 4 (1984): 569–86; Marcos de Dios, «Universidade(s)», 162; Grangel, «Salamanca y la formación de Medicos Portugueses en el siglo XVI»; Farelo, «On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment», 139.

⁷⁶ Pinho, «A mobilidade dos universitários».

⁷⁷ Farelo, «On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment».

religiosas e sociais, que rodeavam os *conversos* na universidade, que em parte explicarão o aparecimento das políticas de limpeza de sangue, patente no *Regimento dos Médicos e Boticários Cristãos Velhos*, conhecido na sua versão de 1604, documento que cristalizava também muitos dos conflitos que então se viviam e que se constituía, em certa medida, como um limite à própria expansão do curso de medicina, forçando muitos alunos a procurarem universidades estrangeiras.

Considerações finais.

Ao longo do século XVI, a *peregrinatio medica* resultou de um conjunto de factores políticos, religiosos, sociais e culturais, que marcaram Portugal. As tensões religiosas e sociais constrangeram as comunidades *conversas* ibéricas a moverem-se por toda a Europa. Para muitos dos letrados *marranos*, a *peregrinatio* correspondeu a uma oportunidade de fuga ao clima de insegurança que predominava nos reinos ibéricos e de encontro com os seus familiares – e as suas origens religiosas. Ao mesmo tempo, este movimento permitiu uma abertura dos *studia generalia* europeus a muitos *conversos*, o que lhes ofereceu uma alternativa à carreira comercial frequentemente associada às famílias judaicas. A passagem pelas universidades europeias foi, assim, um momento central nos percursos de vida destes letrados, que tiveram a oportunidade de integrar as redes científicas europeias em formação. Em alguns casos, sobretudo no início do século XVI, as hipóteses de carreira também se abriram em Portugal, no oficialato régio e na universidade, e no império, onde estes médicos se mantiveram, enquanto foram discretos quanto à sua fé.

O favorecimento da *peregrinatio* partia da predisposição cultural das elites portuguesas, em particular da Casa Real, que, durante o primeiro quartel do século XVI, favoreceu a formação no estrangeiro. O objectivo das elites nacionais passava pela participação no movimento de identificação e de divulgação do conhecimento científico, impondo uma crescente necessidade de letrados, ainda mais necessária com a expansão marítima. Esta carência de letrados para os cargos de justiça, para a missiões e até para a identificação de produtos naturais provenientes das diversas partes do Império, justificaria assim a política de bolsas, concedidas, por exemplo, na *Alma Mater* parisiense a partir de D. Manuel. Este contexto concedeu a muitos destes

médicos a oportunidade para assumirem um papel central nas reformas do quadro legal das profissões de saúde reino e, depois, com D. João III, na reestruturação do curso da universidade. Um subproducto dessa posição, deve incluir-se a difusão de um número cada vez maior de obras impressas dos lentes do curso de medicina de Coimbra. a partir da década de 1540.

Estas políticas motivariam o regresso de inúmeros letrados portugueses ao reino, muitos dos quais de origem *conversa*, contribuindo, com isso, para uma imagem cosmopolita do reino, patente entre as elites letradas quinhentistas. A reforma da universidade, com a sua transferência para Coimbra, inseriu-se nesse movimento, no modo como promoveu a integração em Portugal dos quadros formados pela *peregrinatio*, com o objectivo de colocar a instituição ao nível dos melhores estudos superiores europeus. O que esteve patente, por exemplo, na adopção de algumas das tendências de ensino mais inovadoras da medicina europeia, como a anatomia.

Ainda assim, o exemplo da formação médica demonstra bem como muitas das reformas acabaram por encontrar obstáculos devido às múltiplas jurisdições a que se encontrava sujeito e às várias instituições com a incumbência de assegurar as regras do exercício da profissão, como a concessão de licenças. Os conflitos entre a universidade e o Físico-mor são disso exemplo. A solução, que desagradou ao reitor e aos lentes, passou por atribuir a formação dos médicos à primeira e a regulação da *peregrinatio* sob a jurisdição do segundo. Na verdade, era apontada pela universidade como um factor decisivo para a carência de estudantes no *studium* nacional, pendendo sobre o físico-mor a acusação de passar licenças a médicos ditos “mata-sanos”. Sob o signo deste discurso ocorrerá um conjunto de disputas com o Físico-mor, particularmente intenso no período entre a transferência da universidade para Coimbra e o final da década de 1560, quando foi criado o *Regimento dos médicos e boticários cristãos-velhos*, um sistema de bolsas para os alunos do curso de medicina, financiado por várias comarcas do Reino.

Este Regimento afigura-se como o resultado de um processo lento, onde se conjugam os interesses da universidade em assegurar um número estável de alunos e, assim, o financiamento do curso, e uma crescente oposição à presença da comunidade *conversa* no ofício de médico. A concretização das reformas não pode ser igualmente dissociada das transformações ao nível das redes de assistência locais ocorridas durante

o século XVI, em particular nas misericórdias, e das políticas régias de redefinição dos quadros de saúde municipais encetadas a partir dos finais da década de 1560, que abriram numerosos cargos para cargos de saúde.

Associadas ao facto de o curso de medicina ser demasiado longo quando comparado com os estrangeiros e cada vez menos aberto à presença de *conversos*, assistiu-se a um acentuado incremento da circulação de letrados portugueses em direcção ao *studium* salmantino. Aqui, encontravam uma escola reconhecida internacionalmente, mas também beneficiavam da presença de uma importante e bem estabelecida comunidade lusitana, até mesmo com assento no Conselho Geral da Universidade. No regresso ao reino, estes letrados beneficiavam da protecção jurisdicional do Físico-mor para encontrar oportunidades entre os quadros de saúde municipal e do império.

Construção e transferência de saberes médico-cirúrgicos entre Portugal e a América portuguesa no século XVIII

Monique Palma¹

CAPES/UP-FLUP/CITCEM

Introdução

O nosso ponto de partida é Portugal. Um país do continente europeu que durante o século XVIII permanecia com domínios no continente americano, no território que, em boa medida, atualmente é conhecido por Brasil. Assumir que o período colonial enriqueceu a metrópole com outros tipos de matérias, não apenas as matérias-primas, como espécimes e o ouro, mas também com saberes, neste caso, os médico-cirúrgicos, na época setecentista, é um dos pontos de partida do presente trabalho. Saber se será mesmo possível afirmar a existência de uma troca desses conhecimentos entre a metrópole Portugal e a colônia da América portuguesa, é todavia, tese ainda por provar, dependente de um percurso a ser percorrido.

É nosso entendimento o de que, ao olharmos para o universo da história das ciências, ainda podemos enxergar um lado que se atem aos grandes nomes e seus grandes feitos, que merecem seus respectivos méritos e destaques. No entanto, há outro lado, outras vertentes e possibilidades de pesquisas, refiro-me ao campo das práticas científicas e seus agentes práticos, personagens que também foram responsáveis pela transmissão de conhecimentos, que haverá que explorar. A atuação de homens que a historiografia nomeia por *go-betweens*, os artesões, práticos, indivíduos que estavam direcionados para lidar com os ofícios técnicos necessários em sociedade, que atualmente, tem chamado a atenção dos historiadores na busca de compreender a dinamização de métodos de construção de conhecimento, matéria que oferece campo

¹ Doutoranda em História na Universidade do Porto. Bolsista da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo programa Doutorado pleno no exterior. Atualmente pesquisando na área de História das Ciências sobre circulação do conhecimento médico cirúrgico entre Portugal e América portuguesa no século XVIII.

ainda por explorar². Para nós interessam-nos os relacionados com a saúde, especialmente: os cirurgiões.

Trabalharemos em concordância com o argumento de Henrique Leitão na obra: “360º ciência descoberta”, em que o autor salienta que atualmente os pesquisadores intentam estender a sua investigação à busca da compreensão de como as concepções e as práticas científicas se adaptavam e se modificavam em contextos geográficos e históricos distintos, e assim verificar como essas modificações alteraram as suas efetivas aplicações e conceitos relativos aos parâmetros de cientificidade³. O que significa dizer que é também nosso objetivo tomar conhecimento de como foi a trajetória da cirurgia e dos cirurgiões na América portuguesa setecentista, como adaptaram e aplicaram os seus saberes, bem como as resultantes e as associantes deste processo.

Este entendimento poderá ser também testado perante o quadro teórico argumentado por Peter Burke em sua obra: *What is the History of Knowledge?*⁴. Burke nos chama a atenção, exemplificando o seu pensamento, para uma metáfora de Claude Lévis-Strauss, que em linhas gerais estabelece que podemos pensar a informação como um elemento “cru”, não preparado, enquanto o conhecimento se revela como um elemento “pronto”, cozinhado⁵. Se estamos falando em analisar o processo de transferência de saberes, é válido constatar se os dados que foram trocados entre a metrópole e a colônia se traduzem em informações ou em conhecimentos. Se assumirmos que se trata de troca de conhecimento, deveremos então averiguar se de fato o mesmo não sofreu mudanças a ponto de se poder entender como uma troca de saberes, ou se o que houve foi uma adaptação no emprego de uma suposta técnica⁶ ou forma de conhecimento⁷. Ou ainda se devemos contrariar essa mesma hipótese, admitindo que a transmissão e circulação de um saber pode implicar a transformação do mesmo. Quando

² Kapil Raj, “Go-Betweens, travellers, and cultural translators” in *A Companion to the History of Science*, ed. Bernard Lightman et al. (Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2016), 44.

³ Henrique Leitão, “360º ciência descoberta” in: *360º ciência descoberta*, ed. Henrique Leitão et al. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013), 13.

⁴ Peter Burke, *What is the History of Knowledge?* (Cambridge: Polity Press, 2016).

Ao discorrer sobre a história do conhecimento, que Burke defende ser uma área de pesquisa específica em História, o autor salientou que o campo em discussão, em boa medida, tem sido desenvolvido pela história das ciências (Burke, *What is the History*, 5).

⁵ Burke, *What is the History*, 6.

⁶ A definição, para o século XVIII, de conceitos como o de técnica, arte, ciência e conhecimento, exige clarificações adicionais, que serão desenvolvidas num próximo trabalho.

⁷ Burke, *What is the History*, 40.

pensamos em conhecimentos e saberes precisamos precisar, com rigor, o que se reporta como tal.

A necessidade de precisão conceitual começa pela diferenciação de conceitos entre informação, saber e conhecimento. O nosso alvo de análise centra-se na disseminação de saberes e de conhecimentos médico-cirúrgicos entre a América portuguesa e Portugal no século XVIII, independentemente do debate em torno do que é, ou não, conhecimento científico. E difundidos pelos práticos da cirurgia. Essa análise será baseada nas perspectivas teóricas e conceituais de Kapil Raj⁸. Segundo o autor, partindo de um olhar mais dinâmico sobre a história das ciências, importa admitir a pluricentralidade na produção de conhecimentos, a par de uma dinâmica circulação, responsável pela transmissão de saberes não exclusivamente europeus ou seguindo um paradigma europeu.

Ao colocarmos esta investigação no âmbito do debate desta hipótese, é significativo também entender o que marca a emergência de um novo saber ou conhecimento médico-cirúrgico, a que Michel Foucault, em sua obra “O nascimento da clínica⁹”, chamou de o “fato individual”. Seguindo a perspectiva de Foucault, entendemos que, para a existência do “fato individual”, não basta que o mesmo seja apenas o encontro do oficial da saúde com um enfermo, tão pouco apenas a discussão entre um entendimento e uma concepção médico-cirúrgica. O conceito em questão resultará do entrelaçamento metódico de múltiplos conjuntos de indicações similares, porventura não conhecidas umas das outras, ou seja, de múltiplos conjuntos que relacionam vários episódios distintos, fazendo a associação entre eles emergir, em sua subordinação distinta e separada: “o fato individual”¹⁰.

Sabemos da demanda de oficiais da saúde, ou seja, dos que foram necessários e enviados para o espaço colonial, como agentes necessários à sustentação dos impérios. Alguns historiadores, como Flávio Coelho Edler e Maria Raquel Fróes da Fonseca, na

⁸ Kapil Raj, *Relocating modern science: circulation and construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*, (New York: Palgrave Macmillan, 2007).

Kapil Raj, “Beyond Postcolonialism... and Postpositivism: Circulation and Global History of Science”, *Isis* 104, (2013): 337-347.

⁹ Michel Foucault, *O nascimento da clínica*, (Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1ª ed. brasileira, 1977).

¹⁰ Foucault, *O nascimento*, 33.

pesquisa que intitularam “Saber erudito e saber popular na medicina colonial¹¹”, discutem a importância dos mesmos apontando os que, de fato, ressentiam a ausência deles na América portuguesa. Independente de tal pressuposto, o fato é que lá estiveram, e lá precisaram adaptar as suas práticas cirúrgicas ao Novo Mundo, e assim acumularam experiências que redigiram em tratados, compêndios e manuais médico-cirúrgicos, o que sugere uma produção vasta e plural de conhecimentos. Sabemos de igual modo que esses tratados e obras circularam. O que isso significou para a realidade médico-cirúrgica, enquanto campo de saber, e o que isso significou para os cirurgiões, enquanto agentes da saúde, nos intriga ainda, porém, pois os conhecimentos oriundos da colônia, se existiram enquanto tal, podem ter sido plurais. Convém questionar, neste momento, empregando a perspectiva de Peter Burke¹², se os mesmos foram tratados em pé de igualdade, considerando que existiam autoridades que detinham o controle e ditavam o que era importante e ou prudente para ser disseminado, como sabemos que, por vezes, saberes provenientes do ambiente colonial poderiam não ser vistos como equivalentes aos produzidos no reino. Esta perspectiva conduz em paralelo à percepção dos processos políticos, bem como à importância das redes de sociabilidade dos cirurgiões no período em estudo - um acrescento importante para verificarmos o quanto esses dados podem ter interferido na circulação e na incorporação desses saberes¹³. O romper barreiras estabelecidas por aqueles que exerciam domínio sobre as questões médico-cirúrgicas, que podiam ser representadas e executadas por indivíduos que ocupassem funções como a de físico-mor, e de cirurgião-mor, ou conformando-se com elas, o fato é que as informações e ou conhecimentos circularam entre a metrópole e a colônia. Ao falarmos de circulação de saberes assumimo-los como um “paradigma” ou “ciência normal”, conceito que Thomas Kuhn argumentou em sua obra “A estrutura das revoluções científicas”¹⁴, como um acúmulo de informes consolidados e aceites pela comunidade acadêmica. Kuhn também apontou que há questões não respondidas nas margens dos paradigmas. Seguindo este raciocínio, tentaremos averiguar sobre a circulação de saberes, para clarificarmos se estamos trabalhando com a circulação de

¹¹ Flávio Coelho Edler e Maria Raquel Fróes da Fonseca, “Saber erudito e saber popular na medicina colonial”, *Cadernos ABEM* v.2 (2006): 8-9, acessado 10 de fevereiro, 2015, http://www.ensp.fiocruz.br/observarh/arquivos/med_brasil_sex_xx.pdf.

¹² Burke, *What is the History*, 15.

¹³ Raj, *Beyond*, 337-347.

¹⁴ Thomas Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas* (São Paulo: Editora Perspectiva, 1998).

conhecimentos ou de informações, no que se refere ao campo médico-cirúrgico entre Portugal e América portuguesa no século XVIII. Para isso, e para teste de diferentes hipóteses, faremos uso das etapas apresentadas por Peter Burke¹⁵. Nessa base, coletaremos dados, depois analisaremos, verificaremos a sua transferência e constataremos qual foi o seu uso.

Analisando esta dinâmica, poderemos dialogar com os argumentos de Kapil Raj avaliando o que é entendido como conhecimento, na Europa e em espaços ultramarinos, e de que modo se faz a sua circulação, averiguando se o saber produzido na colônia é também considerado e incorporado, na metrópole, como conhecimentos.

Para compreendermos se houve construção e transferências de saberes médico-cirúrgicos entre Portugal e América portuguesa, devemos começar por refletir sobre como se aplicam tais conceitos em determinados contextos, territórios e espaços. Não poderemos descartar o que foi o século XVIII para a história das ciências, o que era a medicina no mesmo período, e neste enquadramento, como era vista a cirurgia em Portugal. Acreditamos que estas são premissas valiosas para a nossa análise, que nos impulsiona a pensar como tais circunstâncias foram conduzidas, produzidas e diluídas no ambiente colonial, e como retornaram ao reino.

Contextualização da prática da medicina e cirurgia

A história das ciências durante o século XVIII foi marcada por processos de mudanças e transformações que leva alguns autores a afirmarem que a Revolução científica iniciada no século XVII só foi de fato efetivada no período setecentista¹⁶. O século das luzes iluminou os mais variados campos do saber, estimulando indagações e esclarecimentos sobre o meio, o corpo humano e as suas dimensões. O desafio em entender o ambiente e toda a sua composição dinamizou a filosofia natural, desta forma consolidando um berço para as práticas científicas¹⁷.

De entre os campos de saber existentes, a física, como concebida no século XVIII, deveria estudar a natureza, sendo ela viva ou inanimada. Na verdade, muito do

¹⁵ Burke, *What is the History*, 46-47.

¹⁶ Thomas L. Hankins, *Ciência e Iluminismo* (Porto: Porto Editora, 2002), 1.

Paolo Rossi, *O nascimento da ciência moderna na Europa* (São Paulo: EDUSC, 2001), 13.

¹⁷ Hankins, *Ciência*, 1.

que se entende por física atualmente, ou física moderna, no período setecentista era compreendido por “matemáticas mistas”¹⁸. Então, era através da física que se estudavam as origens e circunstâncias das ações geradas pela natureza, incluindo nesta dimensão os estudos em medicina. Convém, de resto, sublinhar, que até o século XVIII um médico era, na verdade, conhecido como um físico. Sabe-se que no século IX nas escolas monásticas os estudos em medicina começaram a ser designados por física. Estima-se que a alcunha de físico para se referir ao que atualmente compreendemos como médico teve início ainda na Idade Média e, como poderemos perceber, permaneceu até ao século XVIII¹⁹.

Ao mantermos a nossa atenção na medicina e, neste caso, no seu percurso setecentista em Portugal, notamos que não foram apenas os físicos os protagonistas de transformações e mudanças. Até à segunda metade do século XVIII, medicina e cirurgia permaneciam como práticas separadas, pelo menos do ponto de vista regulamentar. No entanto, a cirurgia clamava por seu reconhecimento, que lhe foi concedido, mais uma vez, pelo menos no ponto de vista regulamentar, apenas a partir de um século XVIII muito tardio²⁰. Os levantes estabelecidos pelas reformas pombalinas, fomentadas por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o marquês de Pombal, fruto de um cenário de discussões científicas levadas a cabo num contexto europeu foram consubstanciais para as reformas que ocorreram nos estatutos de medicina em Portugal no século XVIII²¹, e também para a suposta ideia, que defendemos, de que houve um iluminismo português.

O século que é visto como responsável por concluir a revolução científica do século XVII não deixou de revolucionar as bases da medicina, através de uma série de observações e experiências que marcaram toda uma época e estimularam o espírito científico. A somatória de acontecimentos que resultaram do observar e experimentar demonstraram que as técnicas exerceram uma ação importante, evidenciando que muito do que foi descoberto, por exemplo, em medicina, não foi necessariamente uma

¹⁸ Hankins, *Ciência*, 10-11.

¹⁹ Germano de Sousa, *História da medicina portuguesa durante a Expansão* (Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2013), 59.

²⁰ Jean Luiz Neves Abreu, “Higiene e conservação da saúde no pensamento médico luso brasileiro do século XVIII”, *Asclepio Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, v. 62, n. 1, (2010): 226, acessado em 15 de fevereiro, 2015. doi:10.3989/asclepio.2010.v62.i1.303.

²¹ João Carlos Pires Brigola, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII* (Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003).

descoberta, mas sim uma sucessão de práticas e informações que se tornaram conhecimento²². Em grande medida, quem as praticava eram os cirurgiões, por serem eles os práticos do campo médico²³.

Hierarquia entre os oficiais da saúde no século XVIII

Em Portugal, no século XVIII o corpo de oficiais ligados à saúde era composto por uma hierarquia de agentes, sendo eles os físicos, cirurgiões, boticários, que contavam também com cirurgiões-barbeiros e barbeiros²⁴. Do ponto de vista legal, esses agentes deveriam ter as devidas licenças para atuar na área da saúde. Na América portuguesa, também verificamos a presença dos grupos já citados anteriormente a comporem o campo médico²⁵. E nos dois territórios, encontramos outras categorias de praticantes no exercício de saberes médicos, ou seja, tanto na colônia quanto na metrópole, verifica-se a existência de outros agentes da saúde além dos físicos, cirurgiões, cirurgiões-barbeiros e boticários. Em Portugal podemos adicionar os chamados “curandeiros”, assim denominados por aqueles que não lhes reconheciam legitimidade, por não terem uma instrução formal, e as parteiras²⁶. Na América portuguesa, além dos curandeiros e parteiras, também podemos acrescentar, por exemplo, os calunduzeiros²⁷.

A historiografia vem constatando, e exemplifico com trabalhos desenvolvidos por Júnia Ferreira Furtado²⁸, Jean Luiz Neves de Abreu²⁹, Maria Cristina Cortez

²² Kuhn, *A estrutura*, 35.

²³ Maria Cristina Cortez Wissenbach, “Gomes Ferreira e os simplices da terra: experiências sociais dos cirurgiões no Brasil colonial,” in *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*, ed. Júnia Ferreira Furtado et al. (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002), 107-149.

²⁴ Sousa, *História da medicina*, 13-59.

²⁵ Daniela Buono Calainho, “Médicos e curandeiros no Brasil colonial” in *XI Encontro Regional de História: democracia e conflito*, Anpuh-Rio, Rio de Janeiro, (2004): 2, acessado em 7 de março, 2015. www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2004/.../Daniela%20Buono%20Calainho.doc.

²⁶ Timothy D. Walker, *Médicos, medicina popular e inquisição: a repressão das curas mágicas em Portugal durante o Iluminismo* (Rio de Janeiro/Lisboa: Editora FIOCRUZ/Imprensa de Ciências Sociais, 2013). Para parteiras: CARNEIRO, Marinha, 2008 – *Ajudar a nascer. Parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (séculos XV-1974)*. Porto: Universidade do Porto; FREITAS, Marília Pais Viterbo de, 2011 – *Comadres e Matronas. Contributo para a História das Parteiras em Portugal (séculos XIII-XIX)*. Lusociência.

²⁷ Vera Regina Beltrão Marques, “Instruir para fazer a ciência e a medicina chegar ao povo no setecentos”, *Varia História*, 32 (2004): 37-47.

²⁸ Júnia Ferreira Furtado, “Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, XLI (2005): 88-105.

Wissenbach³⁰, Germano de Sousa³¹, José Pedro Sousa Dias³² e Laurinda Abreu³³, a existência de circunstâncias que provocavam desarmonias entre os oficiais da saúde no período setecentista. Desde os debates teóricos do pensamento médico ao prestígio social que era conferido mais aos físicos do que aos restantes agentes; envolvendo questões vinculadas aos saberes em medicina, e incluindo o fato de que parte de os agentes exerciam seus conhecimentos sem as devidas licenças, tudo terá contribuído para a construção do entendimento de alguns destes agentes como “charlatães”³⁴, pelo menos por parte dos representantes “oficiais” e “formais”, o que não conhecia idêntica correspondência entre a globalidade da população. Não podemos desconsiderar o fato de que não eram todos os que conseguiam solicitar um físico ou um cirurgião no século XVIII, por não serem os seus serviços acessíveis a todos, do ponto de vista financeiro³⁵. Como constatou Timothy Walker na obra “Médicos, medicina popular e inquisição: a repressão das curas mágicas em Portugal durante o Iluminismo”, em Portugal podia-se notar até uma certa preferência pelos métodos curativos dos curandeiros, por serem

Júnia Ferreira Furtado, “A medicina na época Moderna” in *História em exame*, ed. Heloisa Maria Murgel Starling et al. (Belo Horizonte: EDUEMG, v. 1, 2011), 21-81.

²⁹ Jean Luiz Neves Abreu, “A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das 'luzes' e as informações sobre as enfermidades da América Portuguesa”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 14 (2007): 761-778, acessado em 20 de outubro de 2014, doi.org/10.1590/S0104-59702007000300005.

Jean Luiz Neves Abreu, “Os estudos anatômicos e cirúrgicos na medicina portuguesa do século XVIII”, *Revista da SBHC*, 5, 2, (2007): 149-172.

Abreu, *Higiene e conservação*, 225-250.

³⁰ Wissenbach, *Gomes Ferreira*, 107-149.

³¹ Sousa, *História da medicina*, 2013.

³² José Pedro de Sousa Dias, *A farmácia em Portugal: uma introdução à sua História (1338-1938)* (Lisboa: Associação Nacional das Farmácias/INAPA, 1995).

José Pedro de Sousa Dias, “O odor e o sabor da farmacologia galênica.” in *A epopeia das especiarias*, ed. I. Guerreiro et al. (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1999), 90-103.

José Pedro de Sousa Dias, “A Igreja e as ciências da saúde em Portugal nos Séculos XVI a XVIII”, in *Assim na Terra como no céu. Ciência, religião e estruturação do pensamento ocidental*, ed. C. P. Correia et al. (Lisboa: Relógio d’Água, 2003), 300-345.

José Pedro de Sousa Dias, “Até que as Luzes os separem. Hipócrates e Galeno na literatura médico-farmacêutica portuguesa dos séculos XVII e XVIII”, in *Revisitar os saberes. Referências clássicas na cultura portuguesa do Renascimento à época Moderna*, ed. Inês Ornellas et al. (Centros de Estudos Clássicos FLUL e IELT, Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2010).

³³ Laurinda Abreu, “A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados”, in *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, ed. Adelino Cardoso Oliveira et al. (Lisboa: BNP, 2010), 97- 122.

³⁴ Sousa, *História da medicina*, 2013.

Laurinda Abreu, “A organização e regulação.

³⁵ Christian Fausto Moraes dos Santos, Monique Palma e Rafael Dias da Silva Campos, “O cirurgião, o físico e as quebraduras: tratamento e cura de fraturas ósseas em dois manuais de medicina no século XVIII”. *Revista Antíteses*, 6, 12, (2013): 239-268. Acessado em 5 de julho de 2015, doi: 10.5433/1984-3356.2013v6n12p239.

menos ofensivos e dolorosos³⁶. Esta possibilidade não podemos descartar como aplicável também ao ambiente colonial.

Esperar um meio sem disputas e conflitos de interesses e de pensamentos quando estudamos transferências de saberes entre práticas disciplinares, do espaço colonial e a metrópole, é no mínimo fantasioso. Como bem argumentou Paolo Rossi em “O nascimento da ciência moderna na Europa”, geralmente pouco exploramos os processos que acompanharam as transformações científicas, processos que não raras vezes foram um tanto tumultuosos, mas que discorreram ao lado do desenvolvimento de novas técnicas³⁷. A história das ciências tem provado que os conhecimentos foram os que homens produziram, pelo que não podem ser isolados dos seus atos, aplicações de técnicas e relatos sobre suas experiências³⁸. Ou seja, considerando que o conhecimento não é algo abstrato e independente daqueles que os produziram, faz-se importante inquirir também sobre quem os produziu³⁹. O que significa dizer que estudar o desempenho de quem personificou as dinâmicas e práticas no contexto em que estiveram envolvidos é de igual importância para o processo de compreensão da construção do conhecimento. E por isso, e não só por isso, a cirurgia merece um lugar de destaque na história da medicina, porque até o século XVIII foram os cirurgiões que assumiram parte da medicina prática e aqueles que defendiam o quanto a área da saúde ganharia quando as duas linhas de raciocínio fossem unificadas⁴⁰.

Teorias acerca do pensamento médico

Em ambos os espaços territoriais aqui citados, Portugal e América portuguesa, a relação estabelecida entre os oficiais da saúde era aproximadamente a mesma, os regimentos a serem seguidos também eram praticamente os mesmos, mas as circunstâncias não eram iguais. O ambiente diferente e desconhecido para os portugueses proporcionou desafios. Desafios que intensificaram a necessidade de conhecer melhor o ecossistema da colônia, o que supomos que motivou, e muito, mais proximidade e contato com as populações nativa. Em simultâneo cirurgiões e outros

³⁶ Walker, *Médicos*, 79.

³⁷ Rossi, *O nascimento da ciência*, 12.

³⁸ Mary Lindemann, *Medicina e sociedade no início da Europa Moderna*, (Lisboa: Replicação, 2002), 67.

³⁹ Burke, *What is the History*, 2016.

⁴⁰ Santos e Palma et al., *O cirurgião, o físico*, 2013.

práticos e pensadores da medicina em plena a época das Luzes, continuavam a compreender o funcionamento do corpo humano através da teoria dos humores e simpatias de Hipócrates e Galeno⁴¹. A necessidade e urgência de cura desencadeou um diferente olhar para o corpo. O que significa que os agentes oficiais de saúde, inseridos em suas premissas conceituais, tiveram que reformular e ou adaptar saberes para exercerem suas funções.

Para a medicina hipocrático-galênica, o organismo humano era composto por quatro humores, sendo eles: sangue, pituita, bile amarela e bile negra, e a doença era resultado de alguma desordem entre os referidos humores, sendo as doenças apresentadas por “signos” e “sintomas”⁴². Seguindo a perspectiva hipocrático-galênica não havia a necessidade de um olhar interno do funcionamento do corpo para diagnosticar a disfunção que apresentava o doente⁴³. Outras formas de entendimento também estiveram presente na época setecentista, de que destacamos: a iatroquímica, que estabelecia sua teoria na tradição hermética, defendendo que o homem era como um microcosmo, uma perfeita representação do macrocosmo – o universo⁴⁴. Compunha também o campo das teorias médico-cirúrgicas setecentista a iatromecânica, algumas vezes conhecida como iatrofísica, que via o corpo humano como uma máquina, assim justificando que as leis do movimento serviam para compreender a do organismo humano⁴⁵. Existia também o vitalismo, que em boa medida se baseava em um princípio, o mesmo que recebe a denominação de anima, que deveria regular as forças primordiais do corpo humano⁴⁶. Soma-se a estas formas de concepção do saber médico uma

⁴¹ Flávio Coelho Edler, *Boticas e farmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*, (Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006).

Sousa, *História da medicina*, 2013.

Foucault, *O nascimento*, 1977.

⁴² Foucault, *O nascimento*, 1977.

⁴³ Manuel Valente Alves, *História da medicina em Portugal – Origens, Ligações e contextos*, (Porto: Porto Editora, 2014).

⁴⁴ Joffre M. de Rezende, “A obsessão de John Hunter”, in *À Sombra do plátano*, (São Paulo: UNIFESP, 2009).

⁴⁵ Edler, *Boticas e farmacias*, 2006.

Santos e Palma et al., *O cirurgião, o físico*, 2013.

Christian Fausto Moraes dos Santos e Monique Palma, “Não há remédio mais singular, nem mais pronto, nem que tenha as virtudes que tem a aguardente: a finalidade antisséptica da aguardente no século XVIII. *Revista Portuguesa de História*. t. XLVI, 2015, p. 190.

Monique Palma “Consolidação e transferência de saberes médico-cirúrgicos no espaço metropolitano e ultramarino português no século XVIII”. *IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna*, 2015. Porto: IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna, 2015, p. 1-12.

⁴⁶ Dias, *Até que as Luzes*, 2010.

medicina de natureza mais simbólico. Uma medicina que entendia e imaginava o corpo de forma diferente, e que contava e era legitimada por outras maneiras de curar. Serve como exemplo, um Alvará de 13 de Outubro de 1654, em que D. João IV concede uma pensão de 40\$000 réis anuais a um soldado que “curava com palavras” as enfermidades que grassavam no exército do Alentejo⁴⁷.

Como dito no parágrafo anterior, a medicina hipocrático-galênica não entendia como necessário o conhecimento do funcionamento da parte interna do corpo humano para diagnosticar doenças, mas para as outras vertentes os saberes em anatomia não eram desprezados, pelo que deles faziam parte preocupações com as formas através das quais as anatomias poderiam vir a ser realizadas. Até o século XVIII, os estudos em anatomia encontravam barreiras no seu desenvolvimento, e a igreja não via com bons olhos o fato de se abrir corpos humanos⁴⁸. Em Portugal isso só foi permitido do ponto de vista legal na segunda metade do século⁴⁹.

O ato de abrir corpos humanos, quando ocorre, é presumível que tenha sido feito em grande parte pelos cirurgiões, considerando que eram eles os agentes que estavam fadados a cuidar de lesões que necessitassem de toques manuais. A prática era proibida, mas não é raro ler um manual médico-cirúrgico do período e lá encontrar a descrição do que conhecemos como autópsia⁵⁰. Podemos constatar e exemplificar com Luís Gomes Ferreira (1686-1764), cirurgião português que exerceu cirurgia na América Portuguesa durante a primeira metade do século XVIII, que ao redigir seu tratado médico-cirúrgico comentou sobre episódios em que abriu cadáveres, tanto para compreender a causa da morte do enfermo⁵¹, quanto para ponderar sobre a reação do mercúrio, mais reportado como “azougue”, nos ossos⁵².

Gomes Ferreira não foi único. Veja-se também o cirurgião português Antônio Francisco da Costa e a sua obra: “Algebrista perfeito, methodo de praticar exatamente

47 Almeida in LEMOS, Maximiano, 1991 – *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*. 2 vols. Lisboa: Dom Quixote, Ordem dos Médicos. 1º ed. 1989, p. 161.

48 Rafael Mandressi, “Dissecações e Anatomia”, in *História do corpo: da Renascença às Luzes*, (Rio de Janeiro: Vozes, 2010), 411- 440.

49 Nauk Maria de Jesus, *Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul (1727-1808)*. (PhD diss., Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, 2001).

50 Utilizo o conceito de autópsia como exames realizados no corpo humano após a morte do indivíduo (SANTOS, 2003/2004, pp. 4-5).

51 Luís Gomes Ferreira, “Erário Mineral”, in *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*, ed. Júnia Ferreira Furtado et. al., (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002), 267-268.

52 Santos e Palma et al., *O cirurgião, o físico*, 2013.

todas as operações da álgebra, tocantes á cura das deslocações, e fratura do corpo humano, simples, e complicadas” (1764). Numa passagem da sua obra Costa relatou: “morto finalmente o ferido, quizemos abrir por curiosidade o seu cadaver”⁵³.

Consideramos significativo destacar esse ponto, porque o argumento precisa ser mais cauteloso e aprimorado quando defende que a proibição da abertura de corpos, para fins investigativos, foi um elemento que causou um expressivo retrocesso para o avanço dos saberes sobre o organismo humano. É conveniente fazermos essa reflexão, pois, como Michel Foucault nos chama a atenção em “O nascimento da clínica”, é preciso analisar se realmente o problema era a ausência de estudos sobre os constituintes anatômicos ou o olhar que era voltado aos mesmos quando os corpos eram abertos⁵⁴. Tal perspectiva nos permite abordar os percalços enfrentados pela iatroquímica e ou a iatrofísica, teorias médicas que apoiavam o estudo do corpo pelo corpo, mas que tiveram entraves para a compreensão da substância humana. É evidente que os aparatos tecnológicos contribuem para um entendimento mais rigoroso, mas convém refletirmos sobre o olhar que tais princípios canalizavam, quais as perguntas que faziam e o que procuravam, pois tais elementos, provavelmente, foram relevantes para as respostas que encontravam, o que pode acusar a interpelação que era voltada ao corpo como responsável pelas respostas que obtiveram, e não necessariamente a proibição que existia para esta prática⁵⁵.

Ainda assim, prevalece a questão: teriam sido os universos coloniais mais permissivos às práticas da anatomia, das autópsias, por serem, por natureza, e pela sua imensa vastidão, menos controláveis, em simultâneo pela Igreja e pela Coroa? Teriam sido essas circunstâncias mais propícias ao desenvolvimento de conhecimentos sobre o corpo humano, obtidos pela abertura de cadáveres, e por isso aceleradoras dos avanços da Medicina, através de conhecimentos práticos obtidos pela Cirurgia? A questão mantém-se em aberto, até prova empírica mais cabal. Isto atém-se à questão da produção desse conhecimento. E quanto à sua circulação?

⁵³ Antonio Francisco Costa, *Algebrista perfeito, methodo de praticar exatamente todas as operações da algebra, tocantes, á cura das deslocações, e fratura do corpo humano, simples e complicadas*, (Liboa: Oficina de Manoel Coelho Amado, 1764), 178.

⁵⁴ Foucault, *O nascimento*, 143-144.

⁵⁵ Foucault, *O nascimento*, 143-144.

Como analisar a transmissão de saberes médico-cirúrgicos entre Portugal e América portuguesa

Percebemos que a medicina em Portugal do século XVIII estava conhecendo transformações que, certamente, foram além de unificar a cirurgia à medicina. O estudo do corpo humano foi sendo iluminado por ideias que pairavam no mundo ocidental, o que pode indicar que o incentivo às práticas anatômicas pode ter contribuído para o abandono da medicina hipocrático-galênica, em benefício aos levantes dos cirurgiões no que tange a junção da cirurgia à medicina.

Insistimos que o nosso enquadramento teórico-metodológico depende dos conceitos que utilizaremos para testar, em nossa investigação, como o nosso objeto de estudo se comporta ao ser submetido aos pressupostos teóricos. Na verdade, e como já referimos, ultimamente a historiografia tem dedicado mais atenção aos práticos e artesãos, também nomeados por *go-between*s, para transcorrer e compreender como os mesmos puderam ser importantes para o andamento do pensamento científico⁵⁶. Com isso é possível verificar como as práticas científicas se moldavam e se remodelavam em espaços geográficos e históricos distintos ao acadêmico⁵⁷, antes de se tornarem conhecimento oficial lecionado em espaço.

Considerando que os cirurgiões redigiram documentos com dados informativos acerca da adaptabilidade da sua prática ao espaço colonial, como sejam tratados, cartas, compêndios médico-cirúrgicos, documentos que vão nos conduzir ao processo de coleta, análise, disseminação e emprego dos referidos dados⁵⁸, só a análise dessas obras nos revelará quais são as informações e/ou conhecimentos que veiculam⁵⁹, passíveis de ter contribuído para a afirmação da medicina ocidental. E para identificarmos que se trata de conhecimento, precisaremos confrontar o pensamento de Burke⁶⁰ com a perspectiva de Raj⁶¹ sobre esse conceito, averiguando se os saberes locais, ao sofrerem transformações, se afirmam, noutros espaços como conhecimento, assim se apresentando como um “fato individual”, ou não. No primeiro caso, esse conhecimento

⁵⁶ Raj, *Go-Betweens*, 44.

⁵⁷ Leitão, *360º ciência*, 13.

⁵⁸ Burke, *What is the History*, 46-47.

⁵⁹ Burke, *What is the History*, 2016.

⁶⁰ Burke, *What is the History*, 2016.

⁶¹ Raj, *Beyond*, 337-347.

seria, em si, a evidência de uma sistematização metódica de vários conjuntos de indícios parecidos, porém não reconhecidos uns aos outros, em outras palavras, vários conjuntos similares que relacionam acontecimentos distintos⁶². Desta maneira, examinaremos as objeções pertinentes à circulação de saberes médico-cirúrgicos, enquanto paradigma⁶³.

Paralelo a isso, faz-se necessário refletirmos sobre a contextualização e referenciar o lugar da cirurgia face à medicina, ambas inseridas no complexo século XVIII, no que se refere, primordialmente, aos territórios em análise: Portugal e a América portuguesa. Considerando que são elementos que contribuem para o desenrolar da nossa investigação, que também tem como intuito perceber como se deu o suposto abandono da medicina hipocrático-galênica e o florescimento da iatroquímica, iatrofísica, no período setecentista, precisamos averiguar também se as informações levantadas pelos cirurgiões foram fatores de peso para a aproximação da cirurgia à medicina e para a sua valorização científica e social.

Em ordem a testar as hipóteses formuladas, algumas obras foram selecionadas como potencialmente interessantes para a análise a empreender. Apresento algumas das que foram selecionadas para o andamento da pesquisa:

- “Erário Mineral”⁶⁴ (1735), do cirurgião Luís Gomes Ferreira;
- “Governo de Mineiros, mui necessário para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez e mais léguas⁶⁵” (1770), do cirurgião José Antonio Mendes;
- “Relação cirurgica, e médica, na qual se trata e declara especialmente hum novo methodo para curar a infecção escorbutica”⁶⁶ (1741), do cirurgião José Cardoso de Miranda;
- “Prodigiosa Lagoa descoberta nas congonghas das minas do Sabará”⁶⁷ (1749), também do cirurgião José Cardoso de Miranda;

⁶² Foucault, *O nascimento*, 33.

⁶³ Kuhn, *A estrutura*, 1998.

⁶⁴ Ferreira, *Erário Mineral*...

⁶⁵ José Antonio Mendes, *Governo de Mineiros, mui necessário para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez e mais léguas*., (Lisboa: Officina de Antonio Roiz Galhardo, 1770).

⁶⁶ José Cardoso de Miranda, *Relação cirúrgica, e médica, na qual se trata e declara especialmente hum novo methodo para curar a infecção escorbutica*, (Lisboa, 1741).

- “Provisão real a regular os banhos de rio como forma de remédio para os oficiais militares doentes, à semelhança do que aconteceu com os banhos das Caldas. Registada na Contadoria Geral da Guerra e na Vedoria do Alentejo”⁶⁸, (1744), anônima;

O levantamento de fontes para discorrer sobre a investigação proposta tem sido elaborado em centros de pesquisa como a Academia de Ciências de Lisboa (ACL), Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Torre do Tombo (TT), Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), Arquivo Histórico Militar (AHM), nos quais identificamos manuais médico-cirúrgicos, cartas e requerimentos que serão ferramentas para confrontar as premissas em debate.

Conclusão

A história das ciências tem sido esquadrihada e tem propalado o seu olhar ao passado em busca de compreender as dinâmicas que acompanharam a sociedade humana em seu deslocamento, manutenção, desenvolvimento e capacidade de sobreviver aos mais variados meios e circunstâncias⁶⁹. Os envolvidos nesse processo, conforme pontuamos no decorrer do trabalho, não foram apenas os homens ligados ao eruditismo do período. Estimamos que os práticos tiveram um papel ativo para a reformulação de saberes, ou no mínimo para o envio de informações consubstanciais, justamente porque praticavam e exerciam de forma mais desafiante e mais livre de constrangimentos legais e religiosos (de igual modo existentes, mas mais difíceis de controlar). Tendo a observação e a experimentação elementos imprescindíveis para o espírito científico que remodelou a medicina ainda no final do século XVIII⁷⁰ – uma análise mais detida desta questão revela-se essencial.

⁶⁷ José Cardoso de Miranda, “Prodigiosa Lagoa descoberta nas congonghas das minas do Sabará – 1749”, in *Prodigiosa Lagoa descoberta nas congonghas das minas do Sabará – 1749*, ed. Augusto da Silva Carvalho, (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925).

⁶⁸ Anônima, *Provisão real regular os banhos de rio como forma de remédio para os oficiais militares doentes, à semelhança do que aconteceu com os banhos das Caldas*, (Alentejo: Contadoria Geral da Guerra e na Vedoria do Alentejo), AHM, PT AHM-DIV/(DOC) – 1/5/1/19, 1744.

⁶⁹ Leitão, *360º ciência*, 2013.

⁷⁰ Foucault, *O nascimento*, 1977.

Kuhn, *A estrutura*, 1998.

Em paralelo, impõe-se que, a par dos conhecimentos, se analisem também os praticantes desses conhecimentos, e os constrangimentos e oportunidades com que se deparavam, pois isso interfere no processo de compreensão da aplicabilidade das técnicas médico-cirúrgicas. Tanto em Portugal quanto na América portuguesa os agentes da saúde eram submetidos ao rigor de regimentos e estatutos, que foram clarificados com as reformas pombalinas – as mesmas que foram estimuladas pelo cenário do pensamento científico europeu, e que dinamizaram e fixaram os estudos em cirurgia no curso de medicina⁷¹.

Os cirurgiões estavam inseridos num universo multifacetado de saberes, informações e agentes da saúde. Os seus levantamentos e efetivas contribuições, redigidas em tratados, compêndios e manuais médico-cirúrgicos nos permitirá indagar acerca das suas práticas na metrópole e na colônia e questionar se fomentaram a transmissão e a circulação de saberes, se constituíram um “fato individual”, e se contribuíram para o desenvolvimento do pensamento científico médico-cirúrgico.

Práticos e práticas são fios condutores na busca da compreensão do processo histórico. A relevância dos mesmos para a consolidação do pensamento científico possui um caráter de indispensabilidade. Na nossa investigação, os cirurgiões e suas habilidades técnicas serão examinados na tentativa verificar sobre a capacidade dos portugueses para se adaptarem e sobreviverem nos inusitados ambientes a que foram submetidos no território colonial, como também os recursos que conseguiram prover durante o século XVIII na América portuguesa, e como se deu e o que significou o retorno dessas experiências ao reino.

⁷¹ Brigola, *Coleções*, 2003.

Condicionantes sociais e políticos nos processos de produção de conhecimento. O caso da Índia portuguesa do século XVIII.

Fabiano Bracht¹

CAPES/UP-FLUP/CITCEM

Delimitação e objetivos.

O objetivo geral deste capítulo é oferecer uma pequena contribuição para o estudo da História das ciências – especialmente da medicina e filosofia natural – no âmbito do Império Português no século XVIII. Procurarei cumprir esta demanda a partir de dois eixos principais. Primeiro, estabelecer um panorama historiográfico que possa servir de apoio à construção de critérios de seleção documental. Em seguida, através da apresentação desses critérios, elencar exemplos de fontes documentais adequadas a estes parâmetros. Ambos os objetivos serão permeados pela discussão acerca da influência de determinadas dimensões de poder no contexto a ser estudado.

A partir deste objetivo, considerando-se as proporções descomunais de um império que se estendeu por quatro continentes, surge a necessidade do estabelecimento de um delimitador geográfico para este objeto de análise. Desta forma, configura-se o objetivo específico deste capítulo: examinar alguns aspectos das relações de poder e aspectos político-sociais inerentes ao contexto da produção de conhecimento, nomeadamente nos campos da Medicina e Filosofia Natural, no espaço geográfico do Império Oriental no século XVIII. A porção asiática do império, cujo centro político e administrativo, e principal foco deste texto, era Goa, na costa ocidental do subcontinente indiano. Esta opção configura-se como adequada, principalmente, por três fatores. Primeiro, ao longo dos últimos anos, no que se refere ao estudo da História das Ciências no império português do século XVIII, a atenção dos historiadores esteve, maioritariamente, voltada aos aspectos referentes ao reino e sua grande colônia americana, o Brasil. Embora existam diversos trabalhos relativos, principalmente à

¹ Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Bolsista do Programa de Doutorado Pleno no Exterior da CAPES. Investigador colaborador do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» - CITCEM.

História da Medicina no império oriental, ainda assim sua concentração é maior em relação aos recortes temporais focalizados nos séculos XVI e XVII. São, portanto, consideravelmente mais escassos no que se refere ao século XVIII. Em segundo lugar, embora igualmente importante, porquê verifica-se a existência de um importante volume de fontes documentais, ainda pouco exploradas, nas quais os historiadores podem vir a buscar respostas para algumas das questões que vem sendo recentemente formuladas, principalmente no campo da História das Ciências. Por último, considerando-se o elevado grau de conexão existente entre as diversas partes componentes do império, a compreensão de certos fenômenos, mesmo que geograficamente localizados, pode também ser útil ao estudo das mesmas questões, ou suas análogas, relativas a outras partes do complexo imperial. Esta definição quanto ao recorte geográfico, e sua relação com o tema deste capítulo, no entanto, carece de maior precisão.

A partir do ponto de vista da história do império português, a denominação de Índias Orientais aplica-se a toda região a circundar o oceano Índico, na qual a circulação de grandes embarcações era influenciada pelo regime climático das monções. Nas Índias Orientais estava o Estado da Índia, que tinha Goa como seu centro nevrálgico, e cuja forma e extensão variou consideravelmente entre os séculos XVI e XVIII. No entanto, algumas definições gerais podem ser aplicadas, observando-se alguns limites, de forma quase que atemporal. Da forma como compreendiam os europeus, faziam parte das Índias Orientais a miríade de portos e Estados, de várias dimensões, do subcontinente Indiano, além dos reinos e sultanatos das ilhas do arquipélago Malaio². Devemos considerar ainda outros entrepostos. Estes, em boa parte sob o controle de governantes ou mercadores árabes, estavam localizados entre o estreito de Ormuz e a costa Oriental da África³. Esta região era constituída por um grande número de comunidades mercantis. Seus portos, por vezes autônomos, por outras, governados por impérios distantes, fervilhavam com a atividade diária de comerciantes asiáticos, africanos e europeus. Alguns eram importantes centros produtores de alimentos, tecidos,

² BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. Introdução. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (Org). *Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa: Edições 70, p. 1-18. 2010.

³ PEARSON, Michael N. Mercados e Comunidades Mercantis no Oceano Índico: Situar os Portugueses. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (Org). *Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa. Edições 70, p. 93-114. 2010.

metalurgia, vidro, cavalos, especiarias ou produtos de luxo. Outros eram, em grande parte, empórios puros, ou seja, entrepostos comerciais que, de maneira geral não beneficiavam nem produziam a maior parte dos bens que comercializam⁴. Neste ponto, a definição de Luís Filipe Thomaz a respeito do que seria o Estado da Índia é, de fato, ilustrativa:

“O Estado da Índia designava, no século XVI, não um espaço geograficamente bem definido, mas um conjunto de territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses administrados, geridos ou tutelados pela coroa portuguesa no Oceano Índico e mares adjacentes, e nos territórios ribeirinhos, do Cabo da Boa Esperança ao Japão”⁵.

Algumas destas regiões eram densamente povoadas e repletas de grandes mercados, com intensa circulação de pessoas oriundas de muitos lugares diferentes. Via de regra essas populações não sofreram grandes impactos pela introdução das doenças vindas da Europa. O contraste é grande em comparação com a situação análoga das populações do Novo Mundo^{6,7}. As dificuldades para o estabelecimento de comunidades europeias no subcontinente indiano e suas adjacências encontram expressão exemplar na afirmação de Felipe Fernández-Armesto de que, durante o século XVI e a maior parte do XVII, os europeus apenas tangiam a pele do continente asiático, isto é, permaneceram em grande medida confinados a posições litorâneas, sem grande penetração para o interior⁸. É certo que o transplante de seu modo de vida para os trópicos representou um constante desafio⁹. No que se refere às dificuldades impostas ao estabelecimento e desenvolvimento das colônias, as condições relativas ao clima tropical e às enfermidades que lhe são próprias pouco alteraram-se na passagem do século XVII para o XVIII. Ao contrário, durante todo o período entre os anos de 1700 e 1800, na Ásia, tanto quanto na América e África, os participantes dos processos colonizatórios e as autoridades imperiais, tiveram que lidar com números expressivos de baixas, entre colonos, soldados, marinheiros, funcionários e escravos. Em um artigo recente, Timothy D. Walker apontou que os percentuais de baixas, devido a fatores que

⁴ PEARSON, op. Cit.

⁵ THOMAZ, Luís .F. Reis. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p. 207

⁶ DIAMOND, op. cit.

⁷ CROSBY, op. cit.

⁸ FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. A Expansão Portuguesa num Contexto Global. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (Org). *Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa. Edições 70, p. 491-524. 2010.

⁹ CROSBY, op. cit.

envolvem também as doenças tropicais eram, nas décadas imediatamente anteriores a 1800, ainda consideravelmente altos¹⁰.

Do ponto de vista econômico, a questão era sem dúvida crucial, principalmente se levarmos em conta que a mortalidade entre os escravos esteve, por essas e outras causas ao longo do século XVIII, sempre em níveis bastante elevados¹¹. Dentro deste panorama, cresceu, em relação às necessidades do Império, a urgência por utilizar, de forma mais adequada, os recursos disponíveis em suas diversas partes componentes. Medidas foram tomadas pela coroa, justamente neste sentido. Um dado pode vir a corroborar esta ideia. A partir de 1777, o Conselho Ultramarino passou a comissionar médicos e filósofos naturais, em diversas partes do Império, para catalogar e investigar a respeito das potencialidades medicinais de plantas e outros itens^{12,13}. Ao mesmo tempo, sob incentivo oficial, os contingentes de médicos, enfermeiros e boticários, naturais das colônias, especialmente no caso de Goa, aumentaram significativamente. Seguindo a mesma tendência que pode ser observada em relação a administração pública, postos militares e até mesmo às ordens religiosas, ao longo do século XVIII filhos de famílias goesas católicas ocuparam diversas posições nas instituições de atendimento aos doentes e produção de medicamentos¹⁴. De fato, ao final do século XVIII, até mesmo o cargo de fisco-mor do Estado da Índia, invariavelmente um privilégio reinol desde o século XVI, era ocupado por Ignácio Caetano Afonso, um brâmane, que jamais havia estudado em uma instituição europeia¹⁵. Neste contexto foram produzidos diversos trabalhos, muitos dos quais nunca chegaram a ser publicados, mas que constituem recursos importantes para a compreensão do objeto de estudo proposto neste capítulo. Dentro do contexto imperial, as complexas relações de

¹⁰ WALKER, Timothy D. The Medicines Trade in the Portuguese Atlantic World: Acquisition and Dissemination of Healing Knowledge from Brazil (c. 1580–1800). *Social History of Medicine*. n. 26; v. 3; maio de 2013; p. 1 – 29.

¹¹ WALKER, op. cit. 2013.

¹² Idem.

¹³ WALKER, Timothy D. Acquisition and Circulation of Medical Knowledge within the Early Modern Portuguese Colonial Empire. In: BLEICHMAR, Daniela; DE VOS, Paula; HUFFINE, Kristin; and SHEEHAN, Kevin (Ed.). (2008). *Science in the Spanish and Portuguese Empires (1500-1800)*. p. 247-270.

¹⁴ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires; MATOS, Paulo Lopes. Naturais, Reinóis e Luso-descendentes: a socialização conseguida. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 41-43. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

¹⁵ WALKER, Timothy. Evidence of the use of Ayurvedic medicine in the medical institutions os Portuguese India, 1680-1830. In: SALEMA, A. (ed.). *Ayurveda: at the crossroads of care and cure*. Lisboa. Centro de História de Além Mar. 2002, p. 74-104.

poder intrínsecas aos processos de produção do conhecimento podem ser conhecidas através deles. Para cumprir este objetivo, ao menos três questões, relativas a estas fontes documentais e seus produtores devem ser respondidas. A que fatores e contextos históricos respondem os textos médicos, farmacopeias e trabalhos de Filosofia Natural produzidas no Império português? Qual o perfil dos autores que produziram esses textos? E, finalmente, quais as particularidades dos percursos intelectuais de seus autores; porque escreveram; para quem escreveram; que condições, de vida e trabalho a que estiveram submetidos?

Panorama historiográfico.

Antes, no entanto, é fundamental o traçado de um breve panorama historiográfico. Procurarei fazê-lo da forma mais sintética possível, admitindo, no entanto, a impossibilidade de incluir aqui a totalidade dos trabalhos já publicados.

Se há a pretensão de se compreender as questões pertinentes à medicina e filosofia natural na Goa setecentista, dada sua complexidade conjuntural, a opção mais coerente é aquela que direciona para a construção de um quadro teórico de amplo espectro

Em termos históricos, as questões relacionadas à História da medicina no Império Português, em qualquer de suas partes componentes, não podem ser dissociadas de seu contexto mais amplo, ou seja, o próprio Império e seu processo de construção. As características deste processo acabaram por imprimir outras tantas, cuja compreensão é importante. Há aqui uma forte conexão com a história do estabelecimento do domínio português sobre as diferentes áreas que vieram a compor o Império.

Ao longo das últimas décadas, diferentes níveis de análise vêm convergindo a uma mesma direção. Na historiografia sobre os impérios coloniais, tem havido cada vez mais espaço para questionamentos relativos ao papel das populações locais dentro de seus processos de construção. Também tornou-se mais e mais relevante a discussão quanto à importância dos circuitos extra oficiais e redes auto organizadas no estabelecimento de pontes de ligação entre as suas diversas partes componentes – sejam elas culturais ou geográficas – e o resultado da circulação de bens – materiais ou

culturais – através dessas estruturas. No entanto, há ainda uma questão fundamental a ser resolvida. Devemos nos perguntar como podem ser articulados estes diversos níveis de abordagem em relação a uma História das ciências no Império Português. Da resposta a esta pergunta poderemos extrair um amplo quadro de referenciais teóricos.

Dentre os muitos estudiosos da História do Império Colonial Português, destaque especial precisa ser conferido a Charles Ralph Boxer¹⁶, principalmente – embora não apenas – em relação a dois aspectos. Primeiro, porque Boxer foi capaz de demonstrar, de forma convincente, que as dificuldades enfrentadas durante o processo de expansão e estabelecimento do Império português foram derivadas, em grande parte, de problemas logísticos. Isso se deveu, principalmente, às limitações do Estado português em termos de recursos humanos e materiais, frente a grande extensão espacial do Império.

No que se refere à História da filosofia natural e medicina, estes aspectos tiveram de fato grande influência. Primeiro, porque a grande extensão espacial também significou uma grande variedade climática e ambiental. Também, em relação de proporção direta, grande variedade de doenças. Tais dificuldades logísticas também incluíam um grande desafio ao transporte e circulação de remédios, assim como de pessoas habilitadas a ministrá-los.

Em segundo lugar, mas não menos importante, Boxer colaborou para que houvessem discussões mais aprofundadas a respeito de algumas questões centrais relativas ao estabelecimento e consolidação do domínio português sobre os territórios coloniais. Dentre elas, talvez as de maior impacto sobre diversos campos das Ciências Humanas no universo de língua portuguesa foram, justamente, as que envolveram, no contexto imperial, as relações raciais¹⁷ e as ideias em torno de uma eventual, maior capacidade adaptativa – em relação a outros europeus – dos portugueses aos trópicos. Para uma História da Medicina, essas são definitivamente questões centrais.

Desde meados dos anos trinta do século XX, grande parte das publicações em torno desta temática pagou, de formas variadas, pesados tributos a diversos conceitos formulados por Gilberto Freyre¹⁸, genericamente reunidos sob a denominação de luso-

¹⁶ BOXER, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português 1415 – 1825*. Lisboa: Edições 70, 2011.

¹⁷ BOXER, C. R. *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963.

¹⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2004.

tropicalismo^{19,20}. A grosso modo pode-se dizer que esta perspectiva foi inaugurada em 1933 com a primeira edição de *Casa Grande e Senzala* e paulatinamente desenvolvida durante os vinte anos subsequentes. Influenciado por diferentes vertentes dentre os muitos referenciais teóricos então vigentes, o luso-tropicalismo serviu de base à interpretação segundo a qual os portugueses, no que se refere ao estabelecimento de um império colonial, eram possuidores de uma espécie de plasticidade de matiz étnico-racial. Ou seja, eram dotados de uma especial habilidade de se adaptarem aos trópicos, ativada não necessariamente por interesses econômicos ou políticos, mas sim por uma suposta empatia, inata e criadora²¹. Segundo algumas ideias de Gilberto Freyre, esta adaptabilidade resultou em uma grande vocação para a miscigenação e na consequente criação, nas diversas partes que compunham o império, de relações sociais permeadas de certa dose de harmonia, no que tange a algumas das muitas dimensões das relações raciais.

Em seu livro *Race relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*²², publicado em 1963, Boxer pôs em causa a ideia das relações raciais harmônicas, demonstrando de forma convincente a assimetria existente entre o *status* social dos diferentes grupos raciais dentro das estruturas sociais do império²³. Tratando-se, por exemplo, de uma História da Medicina, estas são questões muito importantes. Uma vez que as dificuldades relativas aos cuidados com a saúde nas colônias, e os intensos intercâmbios culturais advindos dos encontros ocorridos durante o processo de estabelecimento do império impuseram aos colonizadores a necessidade de recorrer aos saberes médicos locais em larga escala, como veremos, as questões raciais devem ocupar um lugar central na metodologia de análise aqui proposta.

A ideia da harmonia das relações raciais, na versão de Freyre, personificada pela miscigenação, foi inicialmente incômoda para o regime do Estado Novo português

¹⁹ Para essa discussão, ver a introdução à edição de 2011 do livro de Charles Ralph Boxer, escrita por Diogo Ramada Curto. CURTO, Diogo Ramada. Uma história do Império marítimo português? (Intro.) in: BOXER, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português 1415 – 1825*. Lisboa: Edições 70, 2011.

²⁰ CASTELO Cláudia. O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 1999.

²¹ CASTELO Cláudia. O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 1999.

²² BOXER, C. R. *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963.

²³ SCHNEIDER, Alberto Luiz. Charles Boxer (contra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 26, n° 52, p. 253-273, julho-dezembro de 2013.

(1926 – 1974). Do outro lado do Atlântico porém, outro Estado Novo, o brasileiro, a despeito de certas semelhanças ideológicas para com seu homônimo, tirou proveito, à sua própria maneira, da ideia da “democracia racial” tropical²⁴. Este quadro permaneceu razoavelmente inalterado após o fim do Estado Novo brasileiro, até meados da década de 1980, quando do final de outro período ditatorial (1964 – 1985). Do lado português, à medida que se recrudesçam os combates, durante as guerras de independência das colônias, algumas das ideias componentes do luso-tropicalismo passaram ser vistas pelo regime de Lisboa como adequadamente convenientes. Logo, não fizeram falta os acadêmicos de diversas áreas, prontos a referendar as origens históricas das boas relações raciais no império. Assim, mesmo que a obra do conservador Boxer, tenha causado algum desconforto ao regime de Salazar, uma revisão mais ampla da historiografia sobre os temas da expansão e do império teria que esperar mais alguns anos, até a definitiva consolidação da democracia em Portugal e no Brasil, ao longo dos anos de 1980.

No contexto que se seguiu, o foco de alguns dos historiadores ligados ao tema deslocou-se, sensivelmente, da ideia da exaltação aos feitos nacionais, em direção a análises mais detalhadas, uma narrativa Histórica ao rés-do-chão, à procura de uma compreensão mais ampla dos universos multifacetados que foram compostos pelas relações econômicas e sociais do império. Neste contexto merecem destaque obras como a coletânea de textos, cuidadosamente concatenados, organizada por Francisco Bethencouth e Diogo Ramada Curto, *A expansão Marítima Portuguesa – 1480 - 1800*²⁵. Tratando de temas variados, desde cultura, ciência náutica e economia, o fio condutor que permeia todos os capítulos funciona como uma advertência. O historiador deve procurar evitar o que os próprios organizadores denominaram, na introdução à obra, como um *eurocentrismo glorificante*, cuidando-se de mensurar segundo este princípio, – em relação aos contributos de outros povos e nações – o papel destes no processo de consolidação do império. São exemplares, nesse contexto, os capítulos de Stuart B. Schwartz²⁶ e Felipe Fernández - Armesto²⁷, justamente por chamarem a atenção à

²⁴ CASTELO Cláudia. O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 1999.

²⁵ BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (Org). *Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa: Edições 70, p. 1-18. 2010.

²⁶ SCHWARTZ, Stuart B. A Economia do Império Português. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (Org). *Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa: Edições 70, p. 21-52. 2010.

perspectiva de que, longe de ser um bloco monolítico, o império português desenvolveu-se como a soma de suas partes, em amplo contato com o mundo que o circundava. O conjunto dessas obras fornece um quadro aberto de interpretações e lança luz a problemáticas variadas, e são um bom auxílio ao entendimento deste processo. O mesmo tipo de inflexão pode ser observada na trajetória da obra de Michael N. Pearson^{28,29,30,31}. Desde meados da década de 1970, ele contribuiu para que o império, especialmente sua parte oriental, passasse a ser visto como um conjunto dinâmico de localidades e comunidades, mercantis ou não, cada qual extremamente viva, dotada de grande potencial transformador. Esta mesma complexidade foi captada, quase à perfeição, por Francisco Bethencourt³², em um consagrado estudo sobre as características organizacionais do Estado da Índia. Na mesma direção, com mais ênfase ao papel atribuído às populações locais, Sanjay Subhramanyan³³, desvendou alguns aspectos históricos das relações sociais que se desenvolveram no contexto Sul do continente asiático, dando margem a diversas e novas interpretações, principalmente aquelas relacionadas ao potencial auto organizador das comunidades locais. Este potencial, de grande capacidade transformadora, deve ser uma questão central no que se refere ao estudo de uma História das Ciências, em qualquer que seja o contexto colonial observado.

A respeito da Goa colonial em setecentos, a tese de doutoramento de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, defendida em 1993 na Universidade Nova de Lisboa, publicada em forma de livro três anos mais tarde, parece fornecer um bom ponto de

²⁷ FERNÁNDEZ – ARMESTO, Felipe. A expansão portuguesa num contexto Global. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (Org). *Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa: Edições 70, p. 491-524 - 2010.

²⁸ PEARSON, Michael N. Mercados e Comunidades Mercantis no Oceano Índico: Situar os Portugueses. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (Org). *Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa. Edições 70, p. 93-114. 2010.

²⁹ PEARSON, M.N. *Merchants and rulers in Gujarat: the response to the Portuguese in the sixteenth century*, Berkeley: University of California Press, 1976.

³⁰ PEARSON, Michael N. *Port cities and intruders : the Swahili Coast, India, and Portugal in the early modern era*, Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 1998.

³¹ PEARSON, Michael N. *The world of the Indian Ocean, 1500-1800: studies in economic, social, and cultural history*. Burlington, VT : Ashgate, 2005.

³² BETHENCOURT, Francisco. O estado da Índia. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.). *História da Expansão Portuguesa, Vol. III - O Brasil na Balança do Império (1697-1808)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997, p. 250-269.

³³ SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700: Uma História Política e Económica*. Lisboa: DIFEL Editora, 1996.

partida. Em *Goa setecentista: tradição e modernidade 1750-1800*³⁴, Lopes procurou compreender o ambiente sócio cultural daquela parte da Índia portuguesa, apresentando uma discussão pormenorizada da forma como se relacionavam os diversos setores da sociedade Goesa, inclusive as relações entre europeus e indianos. Este último aspecto, o das relações raciais na Goa setecentista, demanda, definitivamente, um cuidado especial. O corpus documental selecionado para esse estudo contém diversos indicativos de que essas questões fazem-se fundamentais ao estudo de uma história que envolva a circulação de informação e conhecimento na Índia portuguesa. Sobre esta temática, autores já citados anteriormente, como C. R. Boxer e S. Subrahmanyam trabalharam de forma vertical, no entanto, o tema é complexo e possui transversalidade em praticamente todos os aspectos históricos ligados ao Império asiático. Isso vai de encontro, mais uma vez, a um trabalho de Lopes, desta vez em coautoria com Paulo Lopes Matos intitulado *Naturais, reinóis e luso-descendentes: a socialização conseguida*³⁵. Este texto faz parte da coleção *Nova História da Expansão Portuguesa*. Trata-se de um capítulo inserido na primeira parte do quinto volume dessa série, *O Império Oriental, tomo 2*³⁶. A primeira metade deste livro, que abriga dois capítulos sob o título geral de *Goa: a simbiose luso-asiática*, aborda o tema da configuração organizacional da Goa portuguesa em sua relação específica com os contextos raciais, nas suas dimensões políticas, sociais, culturais e religiosas. Desta forma, o segundo capítulo desta mesma obra, também de Lopes, e que aborda a questão da vida religiosa, apresenta uma discussão relevante a respeito de um tema fundamental, o da assistência e beneficência³⁷, considerando a estreita relação das diversas ordens religiosas estabelecidas em Goa com a prática e o ensino da medicina e das ciências. Igualmente importante é a análise contida no capítulo três da mesma obra, também de autoria de Lopes, e que aborda aspectos relativos à ação das ordens religiosas. Em *Ensino e*

³⁴ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. *Goa setecentista: tradição e modernidade 1750-1800*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1996.

³⁵ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires; MATOS, Paulo Lopes. *Naturais, Reinóis e Luso-descendentes: a socialização conseguida*. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 15-70. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

³⁶ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

³⁷ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. *Vida Religiosa: princípios comportamentos e prática*. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 71-132. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

*Cultura*³⁸, a autora procurou compreender a articulação dos processos educacionais, em grande medida, embora não de forma exclusiva, nas mãos dos Padres da Companhia de Jesus. Este é um ponto fundamental em relação à percepção dos aspectos relativos à circulação e produção do conhecimento na Índia portuguesa. Assim como é importante uma percepção sobre os universos descritos no parágrafo anterior, a compreensão de um quadro mais amplo a respeito dos processos políticos, administrativos e econômicos, principalmente no que tange à questão do funcionamento das instituições, é também relevante. O volume anterior desta mesma coleção *O Império Oriental*, tomo 1³⁹ contém quase todo o substrato necessário.

Quanto ao universo médico, relativo à Goa do século XVIII, existem dois artigos que procuraram tratar o tema a partir de uma reunião de dados preliminares, mas indispensáveis para a compreensão do quadro como um todo. O primeiro, *Medicine in Goa, a former Portuguese territory*⁴⁰ de S. K. Sandya foi concebido na forma de uma cronologia, do século XVI ao XIX, na qual estão reunidas informações básicas a respeito do tema. Outro texto, de Cristiana Bastos, *Medicine, Colonial Order and Local Action in Goa*⁴¹, tem seu foco no ensino da medicina, e na prática médica nos hospitais, assim como a relação de ambos com as políticas oficiais do Estado. Ambos constituem a base preliminar a partir da qual pode-se verticalizar a abordagem sobre o tema.

Voltados para o universo específico da produção, circulação e utilização de medicamentos e do conhecimento médico em Goa durante o século XVIII, estão alguns dos trabalhos de Timothy Walker, que investigou tanto os aspectos comerciais dos medicamentos, sua importância como *commodities* dentro do complexo imperial, quanto aspectos epistemológicos relativos ao uso de mezinhas asiáticas dentro do corpus da medicina portuguesa no oriente^{42,43,44,45,46,47}.

³⁸ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. Ensino e Cultura. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 133-150. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

³⁹ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. IV, tomo 1).

⁴⁰ Pandya S K. *Medicine in Goa a former Portuguese territory*. *Journal of Postgrad Med* [serial online] 1982 [cited 2014 Jan 25];28:123.

Available from: <http://www.jpgmonline.com/text.asp?1982/28/3/123/5573>

⁴¹ BASTOS, Cristiana. *Medicine, Colonial Order and Local Action in Goa*. In: DIGBY, Anne; WALTRAUD, Ernst; MUHKARJI, Projit B. (Ed.). *Crossing Colonial Historiographies: Histories of Colonial and Indigenous Medicines in Transnational Perspective*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2010.

⁴² WALKER, Timothy. *A commodities price guide and merchant's handbook to the ports of Asia: Portuguese trade information – gathering and marketing strategies in the Estado da India (circa 1750 –*

Porque o lugar importa: A produção de médico e filosófico-natural na Índia portuguesa no século XVIII.

Há ainda outro percurso de análise que, devido à natureza da investigação aqui proposta, precisa ser cuidadosamente incorporado. O conhecimento médico e filosófico-natural produzido na Índia portuguesa no século XVIII, pode ser definido como resultado de diversas combinações de características culturais, práticas cotidianas, relações de troca entre diferentes campos de saberes e de circulação, adaptação e/ou transformação de conhecimento científico. Uma vez que, na Era Moderna, não deve-se considerar uma total separação entre a medicina, química, farmácia e filosofia natural, todos estes campos do conhecimento tem que ser tratados como parte do todo a ser investigado.

Para que haja sentido em formular uma investigação com base na ideia de que há algum tipo de distinção entre o conhecimento científico produzido na Índia portuguesa em relação àquele produzido em qualquer outro espaço, deve-se então partir da premissa fundamental de que o *lugar* onde este foi produzido constitui uma variável fundamental à equação que se pretende resolver.

Embora esta observação pareça querer saltar aos olhos, como se fosse em si própria, condição *sine qua non* para o entendimento de qualquer aspecto relativo à

1800). In: BORGES, Charles J.. PEARSON, M.N. *Metahistory: History questioning History*. Lisboa. Nova Vega, 2007, p. 569 – 579.

⁴³ WALKER, Timothy. *Evidence of the use of Ayurvedic medicine in the medical institutions os Portuguese India, 1680-1830*. In: SALEMA, A. (ed.). *Ayurveda: at the crossroads of care and cure*. Lisboa. Centro de História de Além Mar. 2002, p. 74-104.

⁴⁴ WALKER, Timothy D. Acquisition and Circulation of Medical Knowledge within the Early Modern Portuguese Colonial Empire. In: BLEICHMAR, Daniela; DE VOS, Paula; HUFFINE, Kristin; and SHEEHAN, Kevin (Ed.). (2008). *Science in the Spanish and Portuguese Empires (1500-1800)*. p. 247-270.

⁴⁵ WALKER, Timothy. Stocking Colonial Pharmacies: Commerce in South Asian Indigenous Medicines from their Native Sources in the Portuguese Estado da Índia.” In: MUKHERJEE, Rila (ed.). *Networks in the First Global Age (1400-1800)*. New Delhi. Primus Press, 2011, p. 141-170.

⁴⁶ WALKER, Timothy. Stocking Colonial Pharmacies: Commerce in South Asian Indigenous Medicines from their Native Sources in the Portuguese Estado da Índia.” In: MUKHERJEE, Rila (ed.). *Networks in the First Global Age (1400-1800)*. New Delhi. Primus Press, 2011, p. 141-170.

⁴⁷ WALKER, Timothy D. The Medicines Trade in the Portuguese Atlantic World: Acquisition and Dissemination of Healing Knowledge from Brazil (c. 1580–1800). *Social History of Medicine*. n. 26; v. 3; maio de 2013; p. 1 – 29.

História de uma antiga colônia europeia, em tratando-se de História das Ciências, ela precisa ser justificada.

Os historiadores positivistas, desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, tendiam a considerar que o conhecimento científico, ou ainda a ciência e seus princípios como um todo, possuíam características que faziam com que estes fossem, categoricamente, universais. Entendidas como baseadas em princípios de formalização matemática e verificação experimental, as verdades expressas através suas formulações poderiam ou ainda, deveriam, ser aceitas de forma ampla e irrestrita por qualquer ser dotado de padrões mínimos de racionalidade⁴⁸. A ideia de que os princípios do conhecimento científico pudessem ser universalmente adotados pelos seres humanos, como ferramentas explicativas que viriam a substituir outras pré-existentes está, por exemplo, explícita na obra de Émile Durkheim⁴⁹ (1858 – 1917), naquilo que David N. Livingstone chamou de *crença na imunidade sociológica das ciências naturais*⁵⁰. De maneira geral, partindo-se da ideia da universalidade do conhecimento científico, as modificações resultantes de sua circulação por ambientes fora da Europa ocidental foram, em geral, classificadas como sendo produtoras de um tipo menos válido e preciso do mesmo conhecimento, uma versão válida apenas localmente, uma cópia imperfeita do universal original⁵¹. No entanto, uma lenta transformação vem se processando entre os estudiosos do tema, pelo menos desde meados da década de 1950. Segundo demonstrou Kapil Raj, apenas alguns poucos historiadores, dentre os que contribuíram para a delineação das narrativas clássicas em História das Ciências, dedicaram atenção à variável resultante da inserção do fator *localidade*, para a construção do conhecimento científico na era moderna⁵². Em uma série de trabalhos recentemente publicados, Raj^{53,54} chamou a atenção para alguns aspectos do percurso

⁴⁸ RAJ, Kapil. (2013). Beyond Postcolonialism ... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science. *Isis*, 337-347.

⁴⁹ DURKHEIM, Émile, and Anthony Giddens. *Selected Writings*. Cambridge: University Press, 1972.

⁵⁰ No original: “Émile Durkheim’s classical insistence on the sociological immunity of natural science” - LIVINGSTONE, D. (2003). *Putting science in its place geographies of scientific knowledge*. Chicago: University of Chicago Press.

⁵¹ RAJ, Kapil. (2013). Beyond Postcolonialism ... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science. *Isis*, 337-347.

⁵² LIVINGSTONE, D. (2003). *Putting science in its place geographies of scientific knowledge*. Chicago: University of Chicago Press.

⁵³ RAJ, Kapil. (2013). Beyond Postcolonialism ... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science. *Isis*, 337-347.

⁵⁴ RAJ, Kapil. *Relocating modern Science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650 – 1900*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

pelo qual passou a historiografia das ciências ao longo da segunda metade do século XX e quanto à crescente importância conferida, por historiadores de variadas tendências, às questões relativas à localidade, produção compartilhada e circulação do conhecimento científico. Em seus trabalhos, Raj demonstrou, de maneira convincente, que em termos de uma melhor compreensão dos processos históricos que envolveram a produção de conhecimento científico dentro dos complexos imperiais da Era Moderna, é razoável que um historiador considere pensar em termos de *circulação* do conhecimento científico ao invés da ideia da sua simples *difusão* a partir de um ponto de origem. Por consequência, isso implica uma reavaliação do papel dos agentes locais, assim como de seus vários níveis de atuação. No que tange ao objeto central da análise aqui proposta, qualquer compreensão do papel de tais agentes passa, obrigatoriamente, pelo entendimento de como estes se relacionaram com uma complexa rede de estruturas burocráticas, administrativas, religiosas, raciais e econômicas, ou seja, com as muitas dimensões e esferas de poder ativas e transversais aos universos coloniais. Para que esta compreensão seja atingida de forma satisfatória, uma caracterização mais precisa dos perfis dos produtores de conhecimento faz-se, igualmente necessária.

Critérios para a seleção documental.

O universo dos documentos produzidos no império português, relacionados às questões médicas, filosófico-naturais ou científicas é virtualmente inesgotável. No entanto, para os propósitos desse capítulo, apenas uma pequena fração deste conjunto é realmente adequada. A maior parte da documentação sobre o tema é constituída de correspondência burocrática, regulatória e administrativa. Embora importante, essa documentação raramente informa a respeito de questões relativas à natureza científica ou filosófica da produção intelectual das partes componentes do Império. No que se refere, especificamente à Índia portuguesa, grande parte da documentação dessa natureza encontra-se, ou entre os documentos remetidos da Índia no *Livro das Monções*, ou então em meio aos *documentos da Junta da Real Fazenda da Índia*. Existe ainda grande quantidade de documentação avulsa, pertencente à mesma tipologia, nos fundos documentais do Arquivo Histórico Ultramarino e da Torre do Tombo.

O núcleo central da documentação a ser analisada compõe-se de um grupo específico e tipologicamente coeso de fontes documentais. Sendo o objetivo central deste texto a caracterização tipológica dos indivíduos produtores de conhecimento médico e filosófico-natural no contexto da Índia portuguesa e suas adjacências durante o século XVIII, as principais peças de análise devem, obrigatoriamente, ser obras desse tipo. Ainda, se as perguntas a serem respondidas referem-se, substancialmente, às relações de poder que podem ser inferidas através do perfil dos agentes produtores deste conhecimento, as respostas devem então ser procuradas em textos que contenham, entre outras, as seguintes características. Primeiro, devem fazer parte de contextos de produção compartilhada de conhecimento, principalmente de cunho médico, farmacêutico ou filosófico-natural, entre agentes pertencentes à grande variedade sociocultural do império. Também devem ter sido produzidos na Índia portuguesa ou outro ponto do Império oriental, ou então devem fazer parte do contexto de atividades intelectuais que de alguma forma tenham envolvido esses mesmos locais em suas redes de circulação de pessoas, ideias e informações. A adoção desses critérios funciona como uma eficiente cláusula restritiva, ao limitar consideravelmente a extensão do universo documental adequado. Ainda assim, a quantidade de material disponível extrapola em muito as capacidades de análise deste capítulo, a qual fixa-se, por motivos estruturais e cronológicos, em apenas algumas de suas muitas dimensões.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, como previamente demonstrado, o volume e variedade de obras escritas e publicadas, e que poderiam enquadrar-se nos critérios acima relacionados, foi razoavelmente grande. De autores como Tomé de Pires e Garcia da Orta, passando por Cristóvão da Costa e Manuel Godinho de Erédia, há grande volume de material, que tem sido alvo de constante investigação por historiadores, sociólogos e filósofos da ciência. No entanto, o mesmo não pode ser observado para o século XVIII. Em meio a essas condicionantes, um pequeno grupo de fontes documentais pode ser selecionado, para que seja uma amostra representativa do todo a ser analisado.

A representatividade das obras que se seguirão pode ser demonstrada a partir de uma breve revisão contextual, de parâmetros que foram apresentados anteriormente, na discussão bibliográfica. Nela, foram apresentados alguns dos aspectos relevantes para a

compreensão de diversos temas relativos à história do Império português na Ásia. De forma simplificada, estes podem ser distribuídos entre quatro tópicos:

- A grande extensão do território frente à relativa carência de recursos materiais e humanos e a necessidade de utilização de saberes e agentes locais.
- Papel das ordens religiosas, especialmente, mas não apenas, da Companhia de Jesus, no ensino e prática das ciências, principalmente a filosofia natural e a medicina.
- Políticas de Estado implementadas ao longo do século XVIII para a inclusão de agentes locais nas redes de produção de conhecimento acerca das potencialidades naturais do império.
- A transversalidade das questões raciais.

Estes quatro tópicos constituem parâmetros de seleção, mas também de tipificação das fontes documentais, para o período e espaços geográficos analisados nesse capítulo. Em termos de caracterização dos agentes produtores, o primeiro caso selecionado é então, representativo, por conter os elementos de pelo menos dois deles.

Ignácio Caetano Afonso: a medicina tradicional indiana no Hospital Real de Goa.

Encontra-se no Arquivo Histórico de Goa (HAG), foi escrita pelo então Físico-Mor do Estado da Índia, e contém cerca de cinquenta páginas de precisas descrições de plantas medicinais das Índia Portuguesa. Ignácio Caetano Afonso, o Físico-Mor, era Goês, brâmane e médico praticante da Medicina tradicional indiana⁵⁵. Seu legado, vinte páginas em forma de correspondência⁵⁶ intituladas *Discripçoens e Virtudes das Raizes Medicinaes*, foi endereçado àquele que era, na época, o secretário de Estado do reino, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, um entusiasta das ciências. O pequeno tratado de Ignácio Afonso foi escrito a pedido do conselho ultramarino em 1794, e contém preciosas informações a respeito do uso, em Goa, dentro de uma instituição portuguesa, de medicamentos e práticas de várias origens, mas

⁵⁵ WALKER, Timothy. Evidence of the use of Ayurvedic medicine in the medical institutions os Portuguese India, 1680-1830. In: SALEMA, A. (ed.). *Ayurveda: at the crossroads of care and cure*. Lisboa. Centro de História de Além Mar. 2002, p. 74-104.

⁵⁶ HAG MR 175 - Ignácio Caetano Afonso, *Discripçoens e Virtudes das Raizes Medicinaes* (1794)

principalmente os locais⁵⁷. A medicina era uma das profissões mais comuns aos Brâmanes católicos de Goa. Caetano Afonso provavelmente não era o único Goês a trabalhar no Hospital Real. Em parte devido às dificuldades em se atender as necessidades, no que tange não apenas à presença de médicos, mas também à disponibilidade de remédios que fossem eficientes no tratamento das doenças próprias das Índias Orientais, um grande número de médicos, boticários, cirurgiões, herboristas e filósofos naturais acrescentaram, a partir da medicina indiana, importantes contribuições ao desenvolvimento dos conhecimentos sobre plantas, animais e doenças. Isso se deu basicamente de duas formas. A primeira, e mais frequente, foi através dos muitos médicos, herboristas e boticários indianos que prestaram serviços aos hospitais e autoridades portuguesas⁵⁸. A informação foi largamente absorvida através da observação da prática diária destes curadores. A segunda, menos frequente mas igualmente importante, era o estabelecimento de diálogo e permuta de informações, entre os agentes europeus e os médicos indianos. Muitos dos médicos ou boticários portugueses foram capazes de estabelecer extensas redes de contatos, das quais recebiam, eventualmente mediante pagamento, informações sobre as propriedades curativas das diversas drogas locais⁵⁹. Pode-se supor que tais redes não se constituíram sem exigir uma considerável dose de energia, diálogo negociação e esforço de ambas as partes. No que se refere aos europeus, os que conseguiram estabelecê-las puderam adentrar a um universo extremamente restrito, para o qual a permissão deve ter custado algo considerável em termos de permuta de serviços, favores ou mesmo pagamentos em dinheiro. Em um caderno de anotações contendo mais de cem páginas com diversas receitas médicas utilizadas no Hospital Real por volta de 1696, há a informação de que em Goa, por aquela época, haviam cerca de oitenta médicos indianos. Estes, segundo o autor, não eram naturalmente propensos a compartilhar suas receitas e conhecimentos⁶⁰. Talvez o proprietário do caderno, João dos Reis, sobre quem pouco se sabe, fosse alguém com dificuldades em estabelecer sua própria rede de acesso aos medicamentos e

⁵⁷ WALKER, Timothy. Evidence of the use of Ayurvedic medicine in the medical institutions of Portuguese India, 1680-1830. In: SALEMA, A. (ed.). *Ayurveda: at the crossroads of care and cure*. Lisboa. Centro de História de Além Mar. 2002, p. 74-104.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ PEARSON, Michael, N. First Contacts between India and European Medical Systems: Goa in the sixteenth century. In: ARNOLD, David (ed.). *Warm Climates and Western Medicine: The Emergence of Tropical Medicine, 1500 – 1900*. Amsterdam. Editions Rodopi B. V. 1996, p. 20 – 41.

⁶⁰ Biblioteca Nacional de Portugal, sessão de reservados. CÓD. 2102, *CADERNO DE VÁRIAS RECEITAS MEDICINAIS ORIENTAIS*. 1696. 54 fls.

receitas indianas. Mas ao contrário deste, sabe-se que muitos foram habilidosamente capazes. Portanto, a partir desses elementos, pode-se assumir que Ignacio Caetano Afonso, e sua pequena obra, sejam representativos em relação ao universo total dos agentes produtores de conhecimento no contexto analisado. Sua contribuição foi produzida no contexto do apoio estatal à inserção das populações locais ao serviço da Coroa, também fazendo parte do conjunto dos interesses do Estado pelas potencialidades naturais de seus territórios coloniais. Como nativo de Goa, e praticante da medicina em um ambiente hospitalar, esteve envolvido no conflito pendular entre a cooperação mútua e a desconfiança, em grande parte motivado por questões de cunho racial, e finalmente, foi provavelmente educado, com razoável qualidade, em dois universos distintos, o brâmane, e o católico. Este último, evidência da inserção e do papel das ordens religiosas em todo o processo da produção de conhecimento no Estado da Índia em particular, e do Império como um todo.

O papel fundamental das ordens religiosas: do manuscrito de Roma à *Flora Cochinchinensis*.

Os jesuítas estiveram estreitamente ligados à produção de medicamentos e à circulação do saber existente sobre eles, de forma que possuíam, neste campo, uma espécie de monopólio informal⁶¹. Não é de todo surpreendente, portanto, que tenha saído de dentro das boticas da companhia a segunda fonte importante para o estudo da produção e circulação de conhecimento médico na Índia Portuguesa do século XVIII. O livro a que me refiro encontra-se nos arquivos da Companhia de Jesus (ARSI), em Roma. Trata-se de um enorme manuscrito, *Coleção de Varias Receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macao, e do Brazil compostas, e experimentadas pelos Melhores Medicos, e Boticarios mais célebres que tem havido nessas partes. Aumentada com alguns índices, e notícias curiosas e necessárias para a boa direção, e acerto contra as enfermidades*⁶² Anônimo, de 1766. Apesar de ter sido esta obra compilada em Roma, o material que lhe serviu de

⁶¹ WALKER, Timothy. Stocking Colonial Pharmacies: Commerce in South Asian Indigenous Medicines from their Native Sources in the Portuguese *Estado da Índia*.” In: MUKHERJEE, Rila (ed.). *Networks in the First Global Age (1400-1800)*. New Delhi. Primus Press, 2011, p. 141-170.

⁶² ARSI - Archivum Romanum Societatis Iesu, Opp. NN 17

base foi escrito nos locais de origem das receitas, entre elas, o Colégio de São Paulo, em Goa⁶³. A produção e administração de medicamentos era uma grande fonte de poder, prestígio e dividendos. Após a expulsão da companhia, em 1749/50, muito do que fora seu património foi apropriado por outras ordens, sendo causa de grande preocupação por parte de seus membros. No *Prólogo ao Leitor* o autor do manuscrito deixou a seguinte advertência.

“...não fiz esta collecção de Receitas particulares das nossas Boticas, senão para que não se perdessem tão bons segredos, e estes não andassem espalhados por todas as mãos; poso bem saber, que revelados eles, ainda que seja de uma Botica para outra, perdem toda a sua estimação: e que pelo contrario o mesmo he estar em segredo qualquer Receita experimentada, que fazerem della todos um grande apreço, e estima com fama, e lucro considerável da Botica a que pertence. Pelo que peçote, que sejas muito acautelado, e escrupuloso em não revelar alguns destes segredos; pois em consciencia se não pode fazer, advertindo que são couzas estas da Religião, e não tuas.”⁶⁴

Ora, mas se os jesuítas podem ser caracterizados como agentes importantes ao processo aqui estudado, não se deve, ao mesmo tempo, mistificar sua ação como sendo composta, maioritariamente de conchavos e segredos. Parte importante dos padres da companhia estava ligada à produção de conhecimento fomentada pela ação do Estado, assim como com as instituições que surgiram, ao longo do século XVIII, para este fim, com o apoio da Coroa. Um caso exemplar é o do padre João de Loureiro, nascido em Lisboa, e que viveu por mais de quarenta anos na Ásia. Loureiro trabalhou em diversos campos das ciências, entre eles a medicina e a botânica, produzindo diversas obras. Embora seu trabalho mais importante seja a *Flora Cochinchinensis*⁶⁵, cuja escrita foi finalizada em 1788⁶⁶, para o argumento deste capítulo, é a própria relação deste autor com a Academia das Ciências de Lisboa, responsável pela publicação da obra em 1791, o

⁶³ MAIA, Patrícia Albano. *Práticas terapêuticas jesuíticas no Império colonial português: medicamentos e boticas no século XVIII*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo: 2012.

⁶⁴ ARSI - Archivum Romanum Societatis Iesu, Opp. NN 17

⁶⁵ *Flora Cochinchinensis Sistens Plantas in Regno Cochinchina Nascentes. Quibus Accedunt Aliae Observatae in Sinensi Imperio, Africa Orientali Indiaeque Locis Variis Omnes Dispositae Secundum Sistema Sexuale Linneanum Labore, Ac Studio Johanne de Loureiro. // Regiae Scientiarum Academiae Ulyssiponensis Socii: Olim in Cochinchina Catholicae Fidei Praeconi: Ibique Rebus Mathematicis, Ac Physicis in Aula Praefecti. // Jussu Acad. R. Scient. in Lucem Edita. // Xylaloen, Myrrham, Piper ardens, Sacchara profert: Pluraque si Repetas, Officiosa Dabit. TOMUS I. // ULYSSIPONE / Typis et Expensis, Academicis / Anno M.D.CCXC. / Permissu Regii Concilii pro Examine, Censura Librorum.*

⁶⁶ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa / Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia; Lisboa, Edições Zairol, 1ª atualização, 1981-1988, 10 volumes, 2ª atualização, 1998-1999

fator que revela a validade dos parâmetros de caracterização adotados nessa análise. Ao final de sua vida, Loureiro manteve estreita relação com a Academia. Esta, participando do movimento que, com o apoio de Estado, procurava investigar sobre as potencialidades das colônias para o desenvolvimento do Império, financiou a publicação póstuma de uma série de sete outras obras, que Loureiro havia escrito enquanto ainda se encontrava na Ásia⁶⁷. Desta forma, é importante perceber que, enquanto o primeiro tipo, dentre os agentes aqui descritos, uma forte conexão com uma localidade específica era um de seus traços marcantes, dentre os jesuítas, a mobilidade, tanto dos indivíduos quanto de suas produções era uma de suas mais notórias características. No entanto, não apenas de conexões com os jesuítas viveu a relação dos poderes estatais e de instituições como a Academia das Ciências de Lisboa. Através destes canais, também houve a inserção de agentes locais, mas que não eram necessariamente pertencentes aos dois primeiros grupos exemplificados.

Os trabalhos de Francisco Luís de Meneses: um militar com talentos de Naturalista.

Durante a segunda metade do século XVIII, houve um aumento considerável no número de indivíduos comissionados, quer pela Coroa, pela Universidade de Coimbra ou por outras instituições, para produzirem trabalhos de Filosofia Natural em diversos pontos do Império⁶⁸. Parte dos indivíduos eram naturais das colônias, tendo sido educados nas instituições gerenciadas pelas ordens religiosas⁶⁹. Em Goa, ao longo de quase trinta anos, um indivíduo pode ser destacado, e a partir de sua trajetória podem-se identificar algumas das características pertencentes à que foram anteriormente definidas.

Francisco Luís de Meneses nasceu em Goa, na freguesia de São Pedro de Panelim, em 1749, provavelmente em uma família de origem portuguesa, talvez com algum grau de mestiçagem, estabelecida na Índia há mais de três gerações⁷⁰. Como

⁶⁷ História e Memórias da Academia. Lisboa Typografia da Academia das Ciências, 1798.

⁶⁸ BRIGOLA, João Carlos. *Coleccionismo no Século XVIII. Textos e Documentos*. Porto, Porto Editora, 2009

⁶⁹ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. Ensino e Cultura. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 133-150. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

⁷⁰ PT/TT/TSO-CG/A/008-001/8744 - Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 126, doc. 1893.

nasceu após a expulsão dos Jesuítas, é pouco provável que estes tenham participado diretamente de sua educação. Sabe-se também que, a partir da segunda metade do século XVIII, houve incentivo estatal, ainda que de forma errática, à criação de escolas públicas, incremento da capacidade das instituições particulares e do ensino das ciências em escolas, tanto laicas quanto regidas por clérigos regulares. Nesse caso, papel importante coube aos padres da Congregação do Oratório de Goa, que ensinavam meninos, de origem portuguesa ou indiana⁷¹. Quando tinha aproximadamente vinte e três anos, Francisco Luís passou a corresponder-se com Joseph Rolland van Deck, colaborador de Domingos Vandelli e da Universidade de Coimbra, na criação de uma coleção de objetos e estudos de História Natural. Durante alguns anos, enviou materiais e textos, alguns deles contendo estudos detalhados da natureza de Goa, além de algumas ilustrações⁷². Também foi por essa época que Francisco Luís ingressou ao serviço do Exército de Sua Majestade, chegando ao posto de Oficial de Campo, provavelmente beneficiado pela nova política, vigente desde o ministério do Marquês de Pombal, que abriu a possibilidade de naturais de Goa acederem a postos intermediários na cadeia de comando das forças Goesas⁷³. Francisco Luís era um indivíduo ambicioso, e esforçava-se por galgar posições utilizando-se das ferramentas que lhe eram permitidas, como atesta, por exemplo seu pedido de ingresso como Familiar do Santo Ofício, feito em 1785⁷⁴. Em 1793 foi alçado à patente de Capitão Tenente da Armada do Estado da Índia, mercê esta concedida pela Rainha. O interesse pela ciência produzida nas colônias era grande durante o reinado de D. Maria I (1777 – 1816), e Francisco Luís, pelo menos aparentemente, soube aproveitar isso em seu favor.

Os anos de correspondência com o gabinete de van Deck, e o posto que ocupava no exército, provavelmente o auxiliaram a estabelecer uma razoável rede de contatos, ao ponto que, em 1781, Francisco Luís foi nomeado sócio correspondente da recém criada Academia das Ciências de Lisboa (1779)⁷⁵. Entre 1782 e 1792, correspondeu-se pelo

⁷¹ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. Ensino e Cultura. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 133-150. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

⁷² AHMB – Rem. 382.

⁷³ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires; MATOS, Paulo Lopes. Naturais, Reinóis e Luso-descendentes: a socialização conseguida. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 15-70. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

⁷⁴ PT/TT/TSO-CG/A/008-001/8744 - Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 126, doc. 1893.

⁷⁵ ACL – Processos de habilitação dos sócios da academia.

menos treze vezes com a Academia, escrevendo a seus dirigentes, o Abade Correia da Serra, o Marquês de Barbacena e o Duque de Lafões entre eles, a tratar do andamento dos trabalhos a ele encomendados pela instituição, mas também a pedir, por diversas vezes, que tivessem em conta os humildes serviços por ele prestados, e viessem em seu auxílio na concessão de mercês, tenças e favores dos mais variados⁷⁶. Este número de correspondências expressa constância e regularidade, é necessário lembrar que os navios partiam, de Goa para Lisboa, apenas uma vez ao ano, devido ao regime climático das monções. Durante mais de dez anos, embora estivesse sempre a se queixar da falta de condições adequadas e, principalmente, de recursos financeiros para executar seu trabalho, enviou à academia diversos caixotes com material de História Natural, além de vários trabalhos escritos, todos eles contendo ilustrações⁷⁷. Um de seus trabalhos chegou a fazer parte do acervo da biblioteca do 1º Visconde de Pina Manique, sendo, entretanto, escassas as pistas sobre como este teria chegado até lá⁷⁸. Francisco Luís soube bem como movimentar-se, dentro de seus limites, entre as diferentes instâncias de poder às quais estava submetido, delas tirando razoável proveito ao longo da vida. Foi provavelmente graças a essa capacidade que ele conseguiu ter acesso a algumas das mais avançadas obras científicas, no que concerne ao seu campo de atuação como naturalista. Também nesse sentido, foi capaz de ultrapassar algumas das barreiras impostas pelas condições específicas da conjuntura social do Império Oriental.

Aos enfermos do oriente, as curas indianas: A “Medicina Oriental” de Luís Caetano de Meneses.

⁷⁶ ACL – Cód 1944 - correspondência da academia real das ciências de lisboa desde 1780 até 1790, e Cód 1945 - correspondência da academia real das ciências de lisboa desde 1790 até 1800.

⁷⁷ ACL – Cód 203 - MENESES, Francisco Luís de Descrisoens de istoria natural apresentadas à Academia Real das Siencias de Lisboa / [por] Francisco Luis de Meneses .– Goa, 1788 .– 3 fls. em branco inums. + 1 fl. de rosto inum. + 23 fls. de texto nums. a lápis, que incluem a tabuada e 4 estampas + 1 fl. em branco inum.; 4º [225 x 185 mm]; Cód 209 - MENESES, Francisco Luís de Historia Natural e Descrição do Terió, ou Bicho Vergonhozo / [por] Francisco Luis de Menezes .– Goa. [s.d.] .– 2 fls. em branco inums. + 1 fl. de rosto inum. + 13 fls. de texto nums. a lápis + 1 fl. em branco inum. + 5 estampas coloridas inums. + 2 fls. em branco inums.; 4º [217 x 170 mm]; Cód 981 - MENESES, Francisco Luís de 1 - Lista das produsoens da natureza para o Gabinete da Academia Real das Siencias de Lisboa pelo correspondente de Goa Francisco Luis de Meneses / [por] Francisco Luis de Menezes .– Goa, 29-02-1788 .– 1 fl. de texto + 1 fl. em branco; 2º [342 x 222 mm]. 2 - Remessa de hum caixote com letreiro á margem - Entregue ao S.or Antonio Joaquim dos Reis Commandante da nau S. Luis e S. Maria Madalena / [por] Francisco Luis de Menezes .– [Goa], 19-03- 1789 .– 1 fl. de texto + 1 fl. em branco; 4º [235 x 188 mm].

⁷⁸ BNP – COD 6377

Na segunda metade do século XVIII, era escassa a literatura existente sobre os assuntos da História Natural, da Índia portuguesa. Quando precisou encontrar referências que o auxiliassem na composição de seus trabalhos, Francisco Luís mais uma vez recorreu aos contatos pessoais, às redes informais de poder, para ter acesso às obras que julgou serem necessárias. A confirmação do recurso às redes de favores pessoais pode ser encontrada na introdução (advertência ao leitor) a uma memória escrita em 1786. Nela, Francisco Luís refere-se à dificuldade que teve em aceder a um certo livro, cuja importância ele justificou:

“Já havia tempo que eu tinha noticia destes manuscritos; e os não pude alcançar mais que modernamente por favor. Eles me derão conhecimento dos nomes próprios com que em Goa se denominão as plantas, ervas, arvores, animaes vegetaes e mineraes para as descriçoens que necessitava confirmar e pretendo escrever; e não seria fácil achar em Dicionarios, nem haver pessoa com intelligência que me pudesse dizer com individuação o que quereria saber, sem equívocos.”⁷⁹

A obra em questão, de acesso restrito, enquadra-se em dois dos campos que foram estabelecidos para identificar e caracterizar tipologicamente os autores produtores de conhecimento científico no Império Oriental. Primeiro, era restrita porque circulava dentro dos canais de uma ordem religiosa, segundo, porque esta ordem religiosa estava, à época em que Francisco Luís escrevia, estreitamente relacionada a conflitos de poder e interesse que tinham como pano de fundo as profundas marcas sociais provocadas pelas contradições originárias das questões raciais. Sobre a obra, e seu autor, Francisco Luís escreveu, em 1786:

“O Medico Luis Caetano de Menezes natural de Goa e morador que fôí na ilha de Divar da Piedade, huma das suas adjacentes, com trabalho de muitos anos despeza e exames reiterados, formalizou e escreveu os seus Tratados em dois outros volumes que intitulou Medecina Oriental, Socorro Indico. Não tendo chegado a dar a ultima mão aos seus manuscritos por lhe ter talhado a morte; os recomendou a hum seu parente para os fazer imprimir”⁸⁰

Na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, encontram-se guardados dois volumosos manuscritos, dois tomos de uma mesma obra. Não há, nem nos manuscritos, nem nas informações dos arquivos da Academia, qualquer referência a seu autor, ou período de produção. Não existe nenhuma assinatura, tampouco registro de propriedade

⁷⁹ BNP – COD 6377

⁸⁰ BNP – COD 6377

anterior à da própria Academia, à qual passou, provavelmente, ainda no século XVIII ou princípios do XIX, a julgar pela estampa do carimbo da tipografia da própria Academia. A volumosa obra intitulada *Medicina Oriental*, é composta de dois tomos. O primeiro, *Socorro Indico aos Clamores dos Pobres Enfermos do Oriente para a total profiligação de seus males*, compreende mais de mil e trezentas páginas de teoria médica, listagem e análise de medicamentos e receitas farmacêuticas⁸¹. Informa-se, em seu título, que foi *Adquirida de varios Professores da Medicina*, e é *Offerecida a S.ma Trindade único deos verdadeiro. Por hum natural de Goa*. O primeiro tomo é composto por sete livros, escritos na forma de *historologias* médicas, ou seja, um discussão que incluía aquilo que, no século XVIII, comungava a descrição de aspectos históricos aplicados à análise de predicados de dado objeto. O termo era de uso relativamente comum, principalmente para a indicação da natureza de tratados médicos e botânicos. Os tratados, na ordem em que aparecem no livro, versam acerca das *Plantas, Peixes, e Aves, dos Animaes Quadrupedes, e Reptantes, dos Metaes, Mineraes, e Pedras preciosas*. O segundo tomo é o complemento do primeiro. Sob o título, *Medicina oriental. Pharmacia indiana*, anuncia em seu título ser de fato uma compilação de mais de trezentas páginas, contendo *varias Composições Pharmaceutico-Indianas*. É, de fato, uma farmacopeia, com instruções para o preparo e fabrico de diversos medicamentos, segundo o autor, em suas composições *Chimicas e Galénicas*⁸².

Existem muitas evidências de que essas obras são as mesmas à qual se referiu Francisco Luís. Em seus trabalhos, este citou e transcreveu diversas passagens do livro com o qual teve contato em Goa, e que são exatamente iguais na obra anônima da Academia. Em seu prefácio, o autor ainda informa que pretendia escrever três livros, o que confirma a informação dada por Francisco Luís, de que ele teria morrido antes de completar seu trabalho. Portanto, não restam dúvidas, a obra em dois volumes que está na Academia das Ciências de Lisboa foi escrita por um Goês, identificado por um de seus contemporâneos como médico, chamado Luís Caetano de Meneses.

O período provável da produção da obra pode ser inferido a partir das indicações dadas pelo próprio autor, bem como pela informação de que este já estaria morto em 1786. Entre as pistas fornecidas pelo próprio Luís Caetano para a datação de seu trabalho, a mais evidente é derivada da lista de obras por ele citadas. São várias

⁸¹ ACL – COD 22.

⁸² ACL – COD 23.

farmacopeias do século XVIII, tais como a *Pharmacopeia Lusitana*, de Dom Caetano de Santo Antônio, publicada em 1704; *Âncora Medicinal, para conservar a vida com saúde*, de Francisco da Fonseca Henriques⁸³ publicada em Lisboa em 1721; *Historiologia medica, fundada, e estabelecida nos princípios de George Ernesto Stahl, famigeradíssimo escritor do presente século, e ajustada ao uso prático deste Paíz* de Joseph Rodrigues de Abreu, publicada em Lisboa em 1733; *Divertimento erudito para os curiosos de noticias historicas, escolasticas, politicas, e naturaes, sagradas, e profanas: Descobertas em todas as idades, e estados do mundo até o presente. E extrahida de varios authores* de Frei João Pacheco, publicada em 1734; e por último a *Materia Medica*, de 1735, publicada em Londres por Jakob de Castro Sarmiento^{84,85}. As edições aqui indicadas são as primeiras de cada obra, havendo, portanto, fortes indícios de que a *Medicina Oriental* foi produzida entre 1735, ano da publicação da *Materia Medica* de Jakob de Castro Sarmiento, e 1786, ano em que pode-se ter certeza de que Luís Caetano já não era mais vivo. Alguns indícios indiretos, no entanto, permitem inferir que talvez a produção da obra tivesse cessado alguns anos antes. Em um livro repleto de citações às mais importantes farmacopeias de seu tempo, é notória a falta de pelo menos duas delas, a *Pharmacopea Dogmática Médico-Chimica e Theorico-Prática* de 1772, escrita pelo frei-boticário e monge beneditino João de Jesus Maria e a *Pharmacopea Lisbonense*, de 1785, de Manuel Joaquim Henriques Paiva, médico formado pela Universidade de Coimbra⁸⁶. Pode-se sugerir, portanto, que a composição da obra já tivesse cessado, por volta de 1772.

Identificados o autor, Luís Caetano de Meneses, Goês, natural da Ilha de Divar, freguesia da Piedade, e o período de produção da obra, entre 1735 e 1786 (1772?), resta agora, para os propósitos deste capítulo, saber quem ele foi. Isso é necessário, para saber-se se sua caracterização pode ser feita a partir dos parâmetros que foram

⁸³ Também é interessante referenciar que o próprio título da obra, *Medicina Oriental, Socorro Índico*, foi inspirada em uma obra de Francisco da Fonseca Henriques, publicada em 1710, intitulada *Medicina Lusitana, Socorro Delphico*. Entretanto, embora haja essa clara referência no título, o teor e a estrutura das duas obras é substancialmente diferente.

⁸⁴ PITA, João Rui Rocha. *História da Farmácia*. Coimbra: Ordem dos Farmacêuticos; Secção Regional de Coimbra; Minerva, 1998.

⁸⁵ DIAS, José Pedro Sousa. *Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 2007.

DIAS, José Pedro Sousa. *Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 2007.

anteriormente definidos. Mais uma vez, Francisco Luís de Meneses fornece indícios promissores. Ao relatar sobre a obra de Luís Caetano ele escreveu:

“A impressão dos referidos manuscritos foi dirigida de Goa pelo Padre Pedro Delgado, da Congregação do Oratório ao Padre João Faustino, da mesma congregação de Lisboa do Colegio das Necessidades; e se espera que brevemente se farão publicar.”⁸⁷

O padre Pedro Delgado, da Congregação do Oratório de Goa, pode ter sido o parente a quem Luís Caetano havia confiado a impressão de sua obra. Embora hajam poucos indícios desse fato, essa conjectura contém alguma plausibilidade. A Congregação do Oratório de Goa, canal através do qual a obra teria chegado a Lisboa, tinha por principal característica, ser formada quase que exclusivamente por Goeses, de ascendência indiana, da casta Brâmane^{88,89,90}. Estes, segundo Maria de Jesus dos Mártires Lopes e Paulo Lopes Matos, dedicavam-se, além da vida religiosa, principalmente a atividades como o direito, a diplomacia e a medicina, sendo também, após a expulsão dos jesuítas, em 1749/50, os principais responsáveis pelo ensino e administração dos hospitais de Goa⁹¹. É altamente provável que Luís Caetano de Meneses fosse um desses brâmanes, sendo também plausível pensar que fosse um oratoriano. A evidência mais clara nesse sentido pode ser encontrada em uma carta, escrita em 1772, e remetida de Lisboa para Goa pelo oratoriano goês e brâmane Caetano Vitorino de Faria ao padre Pascoal Pinto, da mesma congregação.

“Os padres Neris me fizeram grande obsequio offerecendo-se para tudo que eu necessitasse, mas não houve precisão de cousa alguma. Creio firmemente que se erigirão nessa cidade e as províncias três Universidades, assim das lingoas latina, grega, franceza, e hebraica, como as ciencias, philosophia, theologia, théo canónico, para se doutorarem nellas, pelo que lhe offereço huma Arte Franceza do autor Lima. Seria de muita utilidade na conjunção

⁸⁷ BNP – COD 6377

⁸⁸ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. Vida Religiosa: princípios comportamentos e prática. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 71-132. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

⁸⁹ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. *Estudo Introdutório*. In: REGO, Sebastião do. *Cronologia da Congregação do Oratório de Goa [1746]*. Lisboa: CHAM, 2009.

⁹⁰ PIEDADE, Carla Delgado de; TAVARES, C. C. S.. Oratorianos de Goa (verbete). In: José Eduardo Franco; José Augusto Mourão; Ana Cristina Costa Gomes. (Org.). *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal. 1ed. Lisboa: Gradiva, 2010

⁹¹ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires; MATOS, Paulo Lopes. Naturais, Reinóis e Luso-descendentes: a socialização conseguida. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 15-70. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

presente remetter a obra dos senhores Luis Caetano de Lima, e Menezes, a imprimir, dirigidas ao dito Ilm.º, e offerecidas ao ministério, pois já lhe tenho informado nesta matéria.”⁹²

O *ilustríssimo* ao qual Caetano Vitorino de Faria se referiu era o Mestre da Ordem dos oratorianos em Lisboa, padre João Faustino, também mencionado por Francisco Luís⁹³. Além de fornecer um reforço à probabilidade de a *Medicina Oriental* já não estar mais sendo produzida em 1772, também indica que é consideravelmente provável que seu autor, Luís Caetano de Meneses fosse um padre oratoriano. João Faustino foi um dos membros fundadores da Academia das Ciências de Lisboa, o que pode explicar o porquê de a obra fazer parte de seu acervo.

Isso nos traz a um elemento importante para a caracterização desse autor. Se era mesmo indiano, brâmane e oratoriano, então, na segunda metade do século XVIII, ele certamente teve sua vida afetada, de alguma forma, pelos conflitos de origem política e racial, então em franco desenvolvimento. Em 1787, os oratorianos goeses em grande número, além de outros personagens, envolveram-se em uma conjuração contra diversas dimensões da autoridade metropolitana, principalmente a eclesiástica. A conjuração de 1787 foi um evento complexo, que envolveu luta política, religiosa e princípios de afirmação racial, principalmente por parte dos brâmanes goeses⁹⁴. O padre Caetano Vitorino de Faria, e o padre Pedro Delgado, de alguma forma conectados a Luís Caetano, foram presos e julgados por traição^{95,96}, como muitos outros oratorianos, quase todos naturais, assim como ele, da mesma localidade, a ilha de Divar. Luís Caetano de Meneses não se encontra na lista dos presos ou acusados de conspiração, provavelmente porque em 1787, já havia falecido há muito tempo.

O autor de *Medicina Oriental*, enquadra-se nos critérios aqui adotados por estar compreendido entre as dimensões referentes ao papel das ordens religiosas no ensino e prática das ciências, principalmente a filosofia natural e a medicina, à ação das políticas de Estado implementadas ao longo do século XVIII para a inclusão de agentes locais

⁹² RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *A conjuração de 1787 e varias cousas desse tempo*. Goa: Nova Goa, 1875, p. 96.

⁹³ BNP – COD 6377

⁹⁴ PINTO, Celsa. *The Forgotten Martyrs*. Mumbai: Publishing House, 2013.

⁹⁵ PINTO, Celsa. *The Forgotten Martyrs*. Mumbai: Publishing House, 2013.

⁹⁶ ⁹⁶ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *A conjuração de 1787 e varias cousas desse tempo*. Goa: Nova Goa, 1875

nas redes de produção de conhecimento, e da influência e transversalidade das questões raciais.

Considerações finais.

Desta forma, completa-se um quadro que pode vir a servir de referência para o estudo da produção de conhecimento científico no Império português ao longo do século XVIII. Assim como puderam ser selecionadas as fontes documentais descritas nesse capítulo, os mesmos padrões de caracterização podem ser aplicados a todo um universo de possíveis fontes correlatas. A existência das obras aqui citadas, e de muitas outras que podem ser selecionadas com a mesma definição tipológica quanto a seus autores, demonstra a validade de critérios de seleção que considerem, ao mesmo tempo a natureza espacial do Império, as políticas de Estado para o fomento da atividade intelectual, o papel das ordens religiosas e aspectos das conjunturas sociais geograficamente localizadas, principalmente aquelas relacionadas aos processos impulsionados pelas questões raciais. Desta forma, espero que esse texto possa auxiliar na delimitação de princípios de análise e seleção de fontes documentais em um universo que ainda tem muito a ser explorado.

Terapêutica e flora brasílica no contexto da farmácia portuguesa do século XVIII

Wellington Bernardelli Silva Filho¹

CIUHCT/UL/CAPES

Introdução

É consenso que as monarquias europeias realizaram com afincos o descortinamento das potencialidades naturais ao longo do processo de colonização do Novo Mundo. Todavia, é relevante registrar que o encontro de uma natureza ímpar, rica e única em sua flora e fauna, impôs - desde o primeiro contato com o homem europeu - que desvendar seus mistérios era item imperativo à manutenção da colônia. Para além da manutenção da colônia, desvendar as potencialidades de seus gêneros naturais também indicavam lucros promissores.

Apesar de reconhecer as potencialidades comerciais da exploração da natureza colonial, ao longo de todo século XVIII existe uma questão recorrente nas cartas, tratados, livros e textos que abordam a América portuguesa: o subaproveitamento português dessas riquezas. De fato, a queixa em si – articulada em favor de uma maior atenção da Coroa para questões relativas a colônia – não é um elemento exclusivo do período setecentista, visto que tal situação pode ser encontrada com facilidade em textos do século XVI, a exemplo nas cartas de Duarte Coelho (1485-1554), no tratado de Gabriel Soares de Sousa (1540-1591) ou mesmo na crônica de Pedro de Magalhães Gandavo (1540-1580). Para os autores quinhentistas, a questão legitimava-se pela necessidade de melhor conhecer o território e suas potencialidades; ou ainda, na queixa da falta de homens e meios para explorar apropriadamente o território recém-descoberto. Todavia, para os autores do século XVIII a crítica era realizada, para além de um melhor reconhecimento da natureza, também para um melhor aproveitamento das potencialidades terapêuticas e/ou comerciais de muitas plantas já então conhecidas por eles.

¹ Aluno de Doutorado do Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa. Bolsista do programa Doutorado Pleno no Exterior – Capes.

Entre as diversas narrativas setecentistas, a literatura farmacêutica destaca-se como gênero textual onde podem ser encontrados recorrentes críticas ao subaproveitamento português da natureza brasílica. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar algumas dessas publicações farmacêuticas do século XVIII, confrontando-as em seus objetivos, influências e forma de descrever a flora terapêutica colonial. Para tanto, pretende-se antes fazer uma breve análise sobre a história da farmácia portuguesa, focando-se especialmente nas diferenças existentes entre a farmácia conventual e a farmácia laica. Enquanto a primeira possui uma maior presença no cenário médico-farmacêutico português, a farmácia laica conhece a partir de setecentos uma gradual emergência de sua importância na sociedade e predomínio científico. Essa condição pode ser constatada devido a maior parte dos autores de farmacopeias durante o período serem de origem laica.

Entre os poucos boticários conventuais autores de publicações farmacêuticas do período, o frei João de Jesus Maria possui duas obras onde a flora terapêutica do Brasil são representadas com destaque. Assim, também é objetivo do presente texto analisar as formas como o autor fez uso dessa flora medicinal, bem como as diferenças existentes entre suas obras e outras do mesmo período.

A dinâmica da botica conventual e botica laica

Um exemplo sobre o subaproveitamento da flora brasílica pode ser encontrada no excerto retirado da carta de António Nunes Ribeiro Sanches (1689-1783) endereçada ao médico português, então radicado no Rio de Janeiro, Manoel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829):

“Os castelhanos que não têm os olhos mais perspicazes que nós souberam fazer dos produtos da História natural da sua América negócio de muito rendimento para eles e de muita utilidade para a Europa. Tiveram a habilidade de fazer entrar no comércio a cochonilha, a quina, a jalapa, a contra-erva, os bálsamos, a cevadilha, (...). Nós tão desasados desde duzentos anos não tivemos habilidade de fazer entrar no comércio a raiz de mil homens, a casca barbatimão, a almeçaga e outras mil raízes, frutos e cascas

que podem servir na medicina e nas artes tintas. E admiro-me como o óleo de copaíba e a ipecacuanha chegaram a ser conhecidas (...).²

A denúncia de Ribeiro Sanches, ainda que inflamada em suas palavras, possui estreita ligação com o fato de que numerosas plantas, apesar de naturais da colônia portuguesa do Novo Mundo, não eram satisfatoriamente comercializadas pelos portugueses durante o período. Descritas desde o primeiro século de colonização do território brasileiro e amplamente presente nas boticas portuguesa, muitas delas apenas alcançaram projeção comercial através das mãos de médicos, naturalistas e boticários de outras nacionalidades.

Uma das plantas mais significativas dessa condição é a ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*). Largamente encontrada ao longo da Mata Atlântica, a ingestão da sua raiz induz a um poderoso reflexo de vômito, devido ao emético presente em sua composição, emético esse que hoje leva seu nome³. As qualidades terapêuticas da ipecacuanha foram descrita inicialmente por Anchienta e Fernão Cardim na segunda metade do século XVI, onde relatavam o seu uso no combate a ingestão e inoculação de veneno. Apesar desta notícia inicial, as primeiras descrições botânicas e médicas da ipecacuanha foram feitas apenas no século seguinte, por Guilherme Piso (1611-1678), em sua *Historia Naturalis Brasiliae*, assim como por Georg Marcgraf (1610-1655) em *Historia rerum naturalium Brasiliae*, ambas publicadas em Leida em 1648, resultantes do período que seus autores passaram no Brasil.

Pouco ou nada utilizada fora do Império Português até finais do século XVII, devido ao seu caráter de remédio ordinário e próprio da colônia, a ipecacuanha adquire *status* de distinção terapêutica após o médico Jean-Adrien Helvetius (1661-1727), curar o filho do Luís XIV de disenteria através da administração de um remédio produzido a base dela⁴. A partir desse evento singular, e obviamente pela propaganda realizada por Helvetius sobre o valor desta botica, poucas décadas bastaram para que a ipecacuanha encontrasse lugar de destaque nos meios médicos europeus.

² Academia de Ciências de Lisboa. Século XVIII. História do descobrimento da cochonilha no Brasil, da sua natureza, geração, criação, colheitas e utilidades. *Manuscrito Azul*, n. 374. *Memória* n. 30.

³ Maria Camargo de Assis. Ana Maria Giulietti, “Diferenciação morfológica e anatômica em populações de ‘ipecacuanha’ *Psychotria ipecacuanha* (Brot.) Stokes (Rubiaceae).” *Revta Brasil. Bot.*, 22 n2 (1999): 205.

⁴ José Pedro Sousa Dias, “Levanta-te e Caminha: a Igreja e as ciências da saúde em Portugal nos Séculos XVI a XVIII” in *Assim na Terra como no Céu: ciência, religião e estruturação do pensamento ocidental*, ed. Clara Pinto Correia, José Pedro Sousa Dias (Lisboa: Relógio D’Água, 2003), 318.

Durante o final do século XVII, a raiz foi tema de vários textos médicos e farmacêuticos. Um dos mais famosos foi o do matemático e filósofo alemão Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) que, em 1696 assinou a autoria do “*Relatio de novo Antidysenterico Americano magnis successibus comprobato*” onde, em quase 40 folhas, descreve as propriedades da ipecacuanha. Também é digno de nota o médico francês Jean-Jacques Manget (1652-1742) que em 1721, assinala no *Traité de la Peste* que as propriedades da ipecacuanha são positivas no tratamento contra a Peste.

Como visto na emergência da ipecacuanha como terapêutica de sucesso, existia um ávido interesse entre os médicos, droguistas e boticários por drogas naturais desconhecidas, qual fomentavam um extenso mercado europeu para as ditas drogas simples. Como denunciado por Ribeiro Sanches, os espanhóis tiveram, das plantas encontradas em suas possessões na América, grande lucro através de sua comercialização. O maior exemplo delas é a quina (*Cinchona sp.*), talvez a maior e mais conhecida droga de origem americana durante o Antigo Regime. Planta da família das rubiáceas, os derivados de sua árvore foram amplamente utilizadas pelos nativos no combate a diversos achaques, especialmente os febris. Observado a potencialidade terapêutica de seu uso, sua casca foi intensamente comercializada pelos espanhóis de tal forma que se assistiu a extinção desta planta em algumas localidades⁵.

O subaproveitamento português das potencialidades naturais de suas colônias, em boa parte, se explica devido a dinâmica da farmácia portuguesa. Durante o período, o campo boticário estava articulado na hegemonia da farmácia conventual quando comparada à projeção científica e socioeconómica da farmácia laica. As boticas dos conventos tinham uma atuação regional, onde normalmente supriam a demanda de cidades inteiras por custo quase zero e sem taxação da Fazenda⁶. Isso fazia com que os boticários laicos não tivessem uma condição econômica elevada, em consequência, ocupavam um estatuto social baixo na sociedade portuguesa⁷. Essa condição secundária do ofício boticário laico em Portugal fica evidente quando comparamos com a riqueza e reconhecimento científico de outros boticários da Península Ibérica, como a exemplo da

⁵ Antônio M. Amorim Costa, “Thomé Rodrigues Sobral (1759-1829) e a virtude febrífuga de um grande número de quinas.” *Quim. Nova* 38, n7 (2015): 1002.

⁶ Maria Paula Basso. João Neto, “O Real Mosteiro de S. Vicente de Fora” In: *A Botica de São Vicente de Fora* (Lisboa: Associação Nacional das Farmácias, 1994), 14.

⁷ José Pedro Sousa Dias, *Droguistas, Boticários e Segredistas: ciência e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa de Setecentos*. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007), 233-244.

família Salvador em Barcelona⁸. Logo, não se assistiu em Portugal linhagens familiares de grande projeção no campo boticário. Quando ocorria o destaque econômico de um boticário, não era comum que o mesmo investisse em sua botica, mas sim, era usual a compra de títulos e propriedades alheias a profissão farmacêutica. Quanto aos seus descendentes, também era comum que boticários economicamente proeminentes influenciassem seus filhos a seguirem profissões de estatuto social mais elevado, seja na medicina ou no clero⁹. Outro ponto relevante dá-se pela quase totalidade das publicações farmacêuticas portuguesas serem impressas em língua portuguesa¹⁰, o que impedia sua divulgação para um amplo grupo de leitores estrangeiros.

Por estarem em posições frontalmente diferentes, o atrito inevitável entre as duas modalidades boticárias cresceu ao longo do tempo, adquirindo seu ápice na metade do século XVIII, quando os boticários laicos de Lisboa endereçaram uma petição à Coroa pedindo o fechamento das boticas conventuais¹¹. Todavia, o conflito não conheceria seu fim antes da primeira metade do século seguinte. Iniciada em 1833 pelo Ministro e Secretário de Estado Joaquim António de Aguiar, a Comissão da Reforma Geral do Clero colocou fim aos Conventos, Monastérios, colégios religiosos de todas as ordens existentes em território nacional e, como consequência, das farmácias que operavam dentro destes estabelecimentos religiosos.

Porém, até o fechamento da farmácia conventual ser decretado com a Reforma Geral do Clero, o desagravo dos boticários durante os setecentos passou progressivamente a se acirrar, ocupando gradativamente mais espaço nos debates e textos de caráter médico e político. Um dos personagens mais célebres a capitanear as reivindicações dos boticários laicos foi Ribeiro Sanches. O médico português então radicado em Paris discorreu asperamente sobre o tema em *Apontamentos para estabelecer hum Tribunal & Colégio de Medicina na intenção que esta Ciência se conservasse de tal modo que sempre fosse útil ao Reino de Portugal e dos seus*

⁸ José Pardo Tomás, “Escrito en la rebotica. Coleccionismo naturalista y prácticas de escritura en el gabinete de curiosidades de la familia Salvador. Barcelona, 1626-1857” *Cultura Escrita & Sociedad*, 10 (2010): 17-52.

⁹ José Pedro Sousa Dias, *Farmácia Setecentista* (Lisboa: Associação de Estudantes da F.F.U.L., 1990), 6-7.

¹⁰ Como exceção a essa condição hegemonia de publicações em português, temos Jacob de Castro Sarmiento e António Nunes Ribeiro Sanches que publicaram alguns de seus textos em latim.

¹¹ José Pedro Sousa Dias, *Droguistas, Boticários e Segredistas: ciência e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa de Setecentos*. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007) 276.

dilatados Domínios. Em suas páginas, Ribeiro Sanches pretendia delimitar as esferas de atuação dos médicos, cirurgiões, e boticários, assim como sublinhar a urgência na criação de um Tribunal de Medicina, para assim garantir bom exercício das profissões médicas em Portugal.

Apesar de não ser uma das bandeiras do texto, é marcante as críticas tecidas pelo autor à condição que se encontrava a farmácia laica portuguesa. Segundo Ribeiro Sanches, visto que a população ser passiva ao poder exercido pelas Ordens eclesiásticas, seus medicamentos era adquiridos entre os clérigos, razão pela qual as boticas laicas “(...) não gastam os remédios que comprem e muito menos aqueles que compõem: ficando por último corruptos, e podres (...)”¹². Com efeito, o médico defendia que o impedimento real que vetava os Mosteiros e Conventos de venderem as hortaliças produzidas pelos clérigos, com o intuito de proteger a economia e os produtores locais, deveria estender-se também aos remédios produzidos dentro das boticas conventuais¹³.

Para além das questões relativas aos interesses comerciais dos boticários laicos, Ribeiro Sanches denunciava que a atuação das boticas conventuais corroía também os fundamentos econômicos do Império, visto que a produção decorrente das casas religiosas não eram taxadas pela Fazenda Real. A conjuntura também afetava o progresso da farmácia em Portugal, visto que em condição de miséria, os boticários laicos pouco ou nada contribuíam para o desenvolvimentos das artes de curar. Dessa forma, Ribeiro Sanches afirmou que “é tão evidente este roubo do público, e aos Boticários seculares pelas Boticas dos Conventos, que só uma piedade fátua, só uma indolência e aversão para todo o bem comum poderá conservá-las no estado que hoje existem (...)”¹⁴. Assim, para ele, as contradições do campo boticário em Portugal não configuravam um problema de ordem localizada, exclusivamente concernente aos interesses dos boticários laicos, mas antes, uma ameaça a estabilidade do Estado.

Se a atuação da botica conventual era objeto de críticas dos praticantes laicos, seus argumentos não contemplaram um importante elemento que explica a proeminência dessa: sua existência estava firmemente assentada na atuação histórica que os clérigos tiveram nesse campo de saber.

¹² António Nunes Ribeiro Sanches, *Obras vol. 2* (1966), 22.

¹³ *Idem, Ibidem*, 19.

¹⁴ *Idem, Ibidem*, 63.

A atividade dos membros do clero em Portugal remonta ao período de formação do próprio reino portugalense, estando a história das Ordens religiosas no país intimamente imbricada com os primeiros anos de formação nacional. Em princípio, as principais Ordens que ingressaram no país foram a regra beneditina, adotada pelos mosteiros da diocese de Braga ainda no século XI, e a agostiniana, qual tem no Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1132) sua principal localidade. A fundação desse mosteiro revela-se especialmente significativa tendo em sua importância nos primeiros anos do reinado, uma vez que D. Afonso Henriques, ao transferir a corte de Guimarães para Coimbra, utilizou suas dependências como chancelaria, guarda dos tesouros reais, além de frequentemente fazer uso dos membros do mosteiro nas atividades reais.

Com relação às questões referentes à assistência dos pobres e enfermos, o Mosteiro de Santa Cruz também é um dos primeiros a destacar-se, figurando durante quase dois séculos como principal centro de difusão, aprendizagem e prática médico-farmacêutica portuguesa¹⁵. Sua posição medular no campo médico nacional permaneceu até a fundação do *Studium generale* (1290) por D. Dinis (1297-1325), qual estruturou o ensino acadêmico no reino e retirou o quase monopólio monástico da educação médica.

É do Mosteiro de Santa Cruz que provém um dos principais personagens do campo práticas médico-farmacêutico de Portugal medieval: S. Frei Gil (1185/90-1265), também conhecido como Frei Gil de Santarém. Natural de Vouzela, iniciou seus estudos médicos, filosofia e em língua latina no mosteiro crúzio, sendo posteriormente enviado para Paris por Sancho I (1154-1211), com o objetivo de complementar sua educação¹⁶. Sua atuação na prática terapêutica refletiu as preocupações do campo médico do período, marcadas por uma vertente galénica na administração das drogas de origem vegetal e animal, associadas às práticas mágico-religiosas características da medicina monástica medieval¹⁷.

Outra personalidade proveniente do clero, Pedro Hispano (1200-1277) notabilizou-se como um dos principais vultos da farmácia lusitana na Idade Média. Natural de Lisboa, o clérigo estudou medicina em Paris e também era versado em

¹⁵ Dulce O. Amarante dos Santos, “A domus infirmorum do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e o acolhimento no hospital São Nicolau (Portugal, séculos XII-XIII)”. *História (São Paulo)* 34 (2015): 76.

¹⁶ Dulce O. Amarante dos Santos, “Aproximações à medicina monástica em Portugal na Idade Média” *História (São Paulo)* 31 (2012): 58.

¹⁷ João Rui Pita, *História da Farmácia* (Minerva: Coimbra, 1998), 91-92.

matemática e filosofia. Eleito pontífice maior da Igreja em 1276, quando então adotou o nome de João XXI, sendo a obra *Thesaurus Pauperum* sua contribuição de caráter médico mais significativa. Nela, Pedro Hispano copilou uma série de fórmulas farmacêuticas e práticas terapêuticas que transparecem a influência que a medicina árabe exercia sobre o autor, além de inúmeras referências a autores clássicos, como Galeno, Avicena e Discórides¹⁸.

Por meio desse olhar retrospectivo, podemos identificar que a tradição médico-farmacêutica esteve profundamente enraizada à atuação conventual e monástica na Europa medieval. A própria gnose cristã legitima tal prática, tendo em vista que a assimilação metafórica de elementos característicos do universo médico são relacionados aos fundamentos da espiritualidade que propiciou uma visão cristã da medicina¹⁹. Assim, pecado e doença, cura e cristianismo, e ainda a própria figura do médico e do Redentor se aproximam e se associam simbolicamente, compartilhando o mesmo significado catártico.

Mesmo nas Escrituras a associação metafórica dos elementos espirituais e médicos são utilizadas, como quando os Fariseus acusam Cristo de partilhar a mesa com pecadores, qual responde que “não necessitam de médico os sãos, mas, sim, os doentes”²⁰. Também são recorrentes os casos em que os milagres de Cristo são narrados dentro de uma esfera de cura de doentes e inválidos, como quando na cura de leprosos²¹. Tais passagens permeiam a figura do *Christus medicus*, isso é, a compreensão de Cristo como, simultaneamente, o médico e o próprio medicamento, tanto no combate da doença em seu aspecto físico como espiritual, ou seja, na remissão dos pecados²². Por conseguinte, as práticas relacionadas a cura estavam intimamente inscritas na práxis da vida cristã e, como tal, sua atividade estendia-se a própria atividade litúrgica e evangelizadora.

Herdeiras de uma tradição que tanto legitimava como impelia as práticas médico-farmacêuticas como extensão do trabalho eclesiástico, as boticas conventuais

¹⁸ *Idem, Ibidem*, 92.

¹⁹ José Pedro Sousa Dias, “Medicina e Religião na História (Antiguidade e Idade Média)” in *Assim na Terra como no Céu: ciência, religião e estruturação do pensamento ocidental*, ed. Clara Pinto Correia, José Pedro Sousa Dias (Lisboa: Relógio D’Água, 2003), 209.

²⁰ Mateus 9:12; Marcos 2:17; Lucas 5:31.

²¹ Mateus 8:1-4; Lucas 17:11-19.

²² José Pedro Sousa Dias, *Op. cit.*, 209.

portuguesas desempenharam um papel considerável na evolução do campo farmacêutico nacional²³. Como dito por José Pedro Sousa Dias, a riqueza e influência exercida no panorama farmacêutico português caracterizou a botica conventual até o século XVIII. A trajetória proeminente desta botica ao longo da História, por si só, justifica-a como objeto de estudo; todavia, o contraste de sua opulência frente a, até então, fragilidade da farmácia laica portuguesa, fomenta ainda mais sua singularidade²⁴.

Muitos mosteiros possuíam dentro de seus muros jardins e boticas dedicadas ao atendimento tanto de suas necessidades internas, abastecimento dos mosteiros que não possuíam boticas, além do serviço à população que as circundavam. Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Dominicanos e Jesuítas foram Ordens cuja atividade boticária conheceu maior projeção, sendo os Carmelitas, Beneditinos e Oratorianos também reconhecidos nesse campo²⁵. Sob a bandeira de tais instituições, as atividades desempenhadas pelos monges boticários fizeram seu legado estar indissociável à própria História da Farmácia portuguesa. Como exemplo disto, basta lembrar que a primeira botica do país foi erguida no Mosteiro de Alcobaça, além da primeira farmacopeia portuguesa publicada tenha sido obra do monge boticário crúzio em 1704²⁶.

Literatura farmacêutica e sua relação com as drogas do Brasil

A tentativa de racionalizar a exploração dos géneros naturais da colônia foi vista pela historiografia como uma característica advinda da Reforma Pombalina e, principalmente, da trajetória profissional de Domenico Vandelli (1735-1816), lente da Universidade de Coimbra e responsável as expedições filosóficas portuguesas no último quartel do século XVIII, como a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) ao Brasil²⁷. O presente texto não pretende minimizar a importância de Vandelli para o amadurecimento e profissionalização do campo botânico português. Na

²³ A. C. Correia da Silva, “Inventário de uma Botica Conventual do Século XVIII” *An. Fac. Farm* 32 (1972): 9.

²⁴ José Pedro Sousa Dias, *Droguistas, Boticários e Segredistas: ciência e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa de Setecentos*. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007), 274.

²⁵ *Idem, Ibidem*, 275.

²⁶ A. C. Correia da Silva, “Inventário de uma Botica Conventual do Século XVIII” *An. Fac. Farm* 32 (1972): 9.

²⁷ Ermelinda Moutinho Pataca, “Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808)” (Tese, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2006), 10.

verdade, é inegável que sua atividade na Universidade de Coimbra e frente ao Jardim Botânico da Ajuda transformaram radicalmente a História Natural do país²⁸. Entretanto, é preciso ressaltar que Portugal não era um mar de obscurantismo no campo da filosofia natural no período anterior a Vandelli. Ao contrário, entendo podem ser encontrados vários exemplos de personagens ativos na publicação de obras de interesse da Filosofia Natural e Botânica. Dentre estes, muitos dos quais dedicados às drogas naturais da colônia brasileira, sejam ao advogar por uma racionalização de seu uso, ou em estudo e utilização terapêutica.

Podemos pegar como exemplo disso a obra “*Desenganos para a medicina ou botica para todo pay de famílias*” publicado em 1656 em Lisboa, e reeditado tanto em Lisboa como em Coimbra diversas vezes ao longo dos dois séculos subsequentes. As numerosas redições desta obra demonstram o interesse latente que existia na sociedade lusitana sobre a Filosofia Natural, em especial em sua aplicação terapêutica. Seu autor, o médico alemão Gabriel Grisley, também é autor da “*Viridarium Grisley Lusitanicum...*” (1661), que figura como a primeira publicação onde são listadas as plantas de Portugal. Importante destacar que ela teve uma reedição de 1789, levada a cabo pela Academia de Ciências de Lisboa por ordem de Domenico Vandelli. Para o naturalista italiano, não existia propriamente um interesse científico no livro, mas antes, por ser o primeiro livro português sobre a flora do país, suas páginas eram de grande relevância para a História da Botânica portuguesa²⁹.

O mesmo vemos no “*Diccionario portuguez das plantas, arbustos, matas, árvores, animais quadrupedes, e reptis, aves, peixes, mariscos, insectos, gomas, metaes, pedras, terras, mineraes, & que a Divina Omnipotencia creou no globo terraqueo para utilidaded dos vivos*” (1765). Escrita pelo sargento-mor José Monteiro de Carvalho, a obra destaca-se pelas muitas entradas de plantas originárias das Américas. São exemplos dessa descrição da *herva de cobra* (possivelmente *Mikania glomerata*), qual Carvalho escreve que “(...) nasce no Brazil, e lhe chamão assim, porque não tem a natureza vegetante antidoto mais soberano contra a mordedura de cobra, ou serpente

²⁸ Rómulo de Carvalho. *A História Natural em Portugal no Século XVIII* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ Ministério da Educação, 1987), 50-59.

²⁹ *Idem, Ibidem*, 11.

(...)”³⁰. Também pode ser encontrada em suas páginas a descrição do anacardo (*Anacardium sp.*), qual Carvalho distingue duas espécies: a originária de Malaca e a do Brasil. Apesar de suas propriedades terapêuticas, o autor sublinha os cuidados necessários para sua administração, visto que “ (...) se corrobora os nervos, queima o sangue, e pelo muito calor, que faz ao corpo, saúda febre (...)”³¹. As duas entradas extraídas desse dicionário, mesmo possuindo um objetivo declaradamente Botânico e não necessariamente médico, destacam o interesse terapêutico relacionado as plantas advindas do Brasil.

Alias, foi justamente no campo boticário que a flora colonial despertou maior interesse, bem como, onde podem ser vistos os maiores esforços no fomento e conhecimento da fauna e flora colonial. As farmacopeias, maiores expoentes da literatura farmacêutica no século XVIII, ilustram com clareza a necessidade de melhor conhecer as drogas do Brasil. Não houve sequer uma única no período que não abordasse o valor da flora originária colonial, seu potencial terapêutico, e suas possibilidades comerciais.

Dentre tais farmacopeias, algumas destinaram capítulos inteiros para as plantas exóticas, das colônias ultramarinas ou demais partes da Europa e Ásia. Uma delas é a *Farmacopeia Ulissiponense* (1716), de João Vigier (1662-1723), qual dedicou grande parte do do capítulo *Tratado das virtudes e descrições de diversas plantas, e partes de animais do Brasil, e das mais partes da América, ou Índia Ocidental, de algumas do Oriente descobertas no último século* para abordar as mezinhas advindas das colônias ultramarinas portuguesas. Nas quase 60 páginas desse capítulo, João Vigier compilou uma série de espécies naturais até então desconhecidas por grande parte dos boticários portugueses, além de outras encontradas recorrentemente em suas boticas. Entre as diversas entradas de plantas originárias do Brasil, como o cajú, ananás, bálsamo de copaíba, inhames, cacau, contra-erva, jabotapita, parreira-brava, genipapo, iparandiba, ipecacuanha, pau-brasil, manacá e mangaba.

³⁰ José Monteiro de Carvalho, *Diccionario portuguez das plantas, arbustos, matas, arvores, animaes quadrupedes, e reptis, ayes, peixes, mariscos, insectos, gomas, metaes, pedras, terras, mineraes, &c. que a Divina Omnipotencia creou no globo terraqueo para utilidade dos viventes* (Lisboa: officina de Miguel Manescal da Costa, (1765), 172.

³¹ *Idem, Ibidem*, 39.

A *Farmacopeia Tubalense químico-galênica* (1735), do boticário Manuel Rodrigues Coelho (1687-?) também contém um capítulo destinado as plantas existentes nas colônias portuguesa, o *Em que se dá a notícia da origem dos simples mais versados no uso médico, que das Índias, América, e de mais partes nos vêm a este Reino*. Nesse texto, o boticário identifica espécies dos três reinos naturais, qual do reino vegetal afirma que de todas as partes de uma planta podem ser retirados elementos utilizados para a cura, necessitando o boticário o correto conhecimento das operações farmacêuticas, para “fabricando-se dellas, e de todas as suas partes, os mais seguros, e benignos remedios para a saude humana (...)”³².

Quanta a vasta gama de plantas brasileiras abordada ao longo do capítulo, uma das que recebe maior atenção pelo boticário é a abútua, ou parreira-brava (*Abutua sp.*). Sua raiz macerada e diluída em água era destinada ao tratamento contra as câmaras de sangue e abscessos do trato intestinal. Ao misturar o mesmo pó com vinagre, de forma a produzir um emplastro, torna-se propícia para cura de chagas e quistos cutâneos. Cozida, a raiz ou seu pó em água quente funciona contra contusões decorrente de quedas, dores do parto, cólicas, dores de cabeça e no tratamento contra chagas no fígado. Ressalta o autor que “(...) além de outros proveitos, (...) he potentissima para provocar a ourina, expulsar as arêas, pedras do rins, e bexiga (...)”³³.

De autoria do frei-boticário João de Jesus Maria (1716-1795), a *Farmacopeia dogmatica, médico-química, e teórico-prática*, publicada na cidade do Porto em 1772, também possui um extenso número de plantas brasileiras indicadas para o seu uso como mezinhas. Em passagem extraída de seu prólogo, o frei expõe sua preocupação quanto ao uso insipiente das plantas brasileiras em face das potencialidades que tais géneros naturais poderiam representar ao comércio e ao desenvolvimento das práticas farmacêuticas. Afirmou ele que:

“(...) não deixando de lamentar, segundo as noticias, que ha de Pessoas, que viverão nas Americas, a falta, que temos de pôr na Praxe Medica a muitos vegetaes de conhecida efficacia, para varias queixas, que dizem, tem descoberto com larga experiencia a rustica agilidade racional dos Caboucos daquelles Estados; que a ser certo, poderia haver com utilidade da saude, e

³² Manuel Rodrigues Coelho, *Farmacopéia tubalense químico-galênica* (Lisboa: Officina de António de Sousa da Silva, 1735), 183.

³³ *Idem, Ibidem*, 189.

crescido lucro, augmento no comercio, igual ao que se vê nos generos, vindos de fóra do Reino”³⁴.

O excerto acima extraído da *Farmacopeia Dogmatica* apresenta grande correspondência com a carta assinada por Ribeiro Sanches, anteriormente relatada no presente texto. Para ambos, existe uma deficiência tácita na forma como Portugal subaproveita as potencialidades naturais de sua colônia no Novo Mundo. Ainda que os dois autores - um representante da botica conventual, e outro partidário dos boticários laicos - apresentem diferenças profundas em seus trajetos socioprofissionais, seus discursos convergem para um mesmo ponto: uma melhor exploração dos géneros terapêuticos do Brasil representaria, além dos lucros comerciais, um maior e melhor desenvolvimento da arte farmacêutica.

Para além das farmacopeias portuguesas, alguns desses mesmos autores escreveram ao longo do século XVIII obras voltadas exclusivamente a identificação, preparação e descrição das potencialidades terapêuticas das plantas medicinais. Entre eles, podemos encontrar o frei João de Jesus Maria e o droguista João Vigier. Todavia, ainda que os propósitos de publicação desses autores sejam semelhantes, existem diferenças radicais podem ser encontradas nessas duas obras.

Dada estampa em Lyon no ano de 1718, a *História das Plantas da Europa e das mais usadas que vem da Ásia, África & das Américas* foi assinada pelo droguista francês na intenção de suprir a necessidade de um livro exclusivamente dedicado as plantas terapêuticas em Portugal³⁵. Como declarado pelo autor em seu prólogo, a obra tinha como objetivo instruir os leitores na prática de reconhecimento e classificação das espécies vegetais, qual considerava os droguistas de Portugal carentes nesse sentido³⁶.

Não há conhecimento da tiragem de impressões, todavia, a obra é profusamente encontrada no inventário de várias boticas conventuais, além de inúmeros exemplares estarem hoje disponíveis nas bibliotecas e arquivos portugueses, o que sugere que o livro possuiu grande dispersão pelo país. Boa parte do sucesso da *História das Plantas* de Vigier reside no fato dela ser uma das primeiras obras em português a incluir, em profusão, ilustrações das plantas que estavam sendo abordadas. Nos dois volumes, que

³⁴ João de Jesus Maria, *Pharmacopea dogmatica medico-chimica, e theoricopratica* (...) (Porto: Officina de António Álvares Ribeiro Guimar, 1772).

³⁵ Rómulo de Carvalho. *A História Natural em Portugal no Século XVIII* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ Ministério da Educação, 1987), 13-14.

³⁶ *Idem, Ibidem*, 14.

contabilizam mais de 800 páginas, o autor incluiu ao lado do texto, uma pequena xilogravura onde pode ser visto os principais elementos morfológicos das plantas abordadas, com o formato de suas folhas, raízes, presença de fruto ou flores. A utilização de ilustrações por Vigier não ficou restrita unicamente a essa obra. Em sua *Farmacopeia Ulissiponense*, pode ser encontrada uma grande imagem com os principais instrumentos utilizados pela farmácia química. Deveras, sua farmacopeia é uma das primeiras a introduzir na literatura farmacêutica portuguesa, de maneira criteriosa e detalhada, os processos técnicos que caracterizam a farmácia química³⁷.

Ainda que assinada por João Vigier, a obra é antes uma tradução da *Historie des Plantes de L'europe*, publicada pela primeira vez em 1670, também em Lyon, por Jean Baptiste De Ville. Profusamente reeditada, podemos encontrar exemplares datados de 1689, 1716, 1719, 1726, 1737, 1753 e, por fim, em 1766, sendo as últimas edições assinadas por Nicolas De Ville. Ao confrontar o conteúdo das diferentes edições da *Historie des Plantes*, constata-se que não foram realizadas quaisquer modificações ao longo de seu texto ou ilustrações. Ainda que mais de cem anos separem a primeira e última edição da obra, seus conteúdos permaneceram inalterados. Na versão traduzida por Vigier, apesar do droguista francês expressar no prólogo que iria retirar e adicionar algumas plantas, não há sequer uma inserção ou exclusão de espécies quando comparada as edições francesas. As únicas modificações encontradas ao longo do texto são questões pontuais, como a inclusão de maiores informações sobre a morfologia e uso de algumas plantas, principalmente as do Brasil.

Tendo em conta essas constatações, pode-se notar que as seguidas publicações de *Historie des Plantes* legitimaram-se devido a grande demanda por tais livros. Essa conclusão pode ser corroborada quando percebemos que o livro foi balizado pela classificação Botânica defendida por Gaspard Bauhin (1560-1624). O naturalista suíço defendeu, no início do século XVII, uma classificação das plantas imposta através de sua morfologia, adotando o binômio em latim como forma geral de identificação. Após Bauhin, uma série de outros naturalistas propuseram novas formas de taxonomia botânica, incluindo Carolus Linnaeus (1707-1778), o mais importante deles. Entretanto, ainda que o campo Botânico esteja em plena efervescência de novas teorias e discussões

³⁷ João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)* (Coimbra: Minerva, 1996), 292.

durante o século XVIII, os livros editados por De Ville se omitem de tais debates, continuando com a impressão de um texto balizado por Bauhin mesmo quando essa encontrava-se em muito ultrapassado. Com isso, conclui-se que a intenção primeira dos editores de *Historie des Plantes* não era fomentar uma discussão botânica, mas antes, angariar os lucros decorrentes da publicação deste livro.

O sucesso de vendas desta obra em França, apesar de não ser declarado como um dos motivos de João Vigier, possivelmente o impeliu a traduzir seu conteúdo e imprimi-lo em português. A explicação por trás de sua impressão ter sido dada Lyon, ao invés de uma oficina tipográfica portuguesa, tem ligação com questões técnicas próprias da impressão de um livro ricamente ilustrado. Em *Picturing: the book of nature* (2012), Sachiko Kusukawa mostra que as questões técnicas que envolviam a produção de imagens encareciam enormemente o seu preço final e, muitas vezes, inviabilizavam sua rentabilidade comercial. Um livro como *História das Plantas*, que possui centenas de imagens, demandaria um ou mais desenhistas para debuxar as plantas em papel. Posteriormente, seriam necessários riscadores para transferir o desenho para uma placa de chumbo ou madeira, destinada então para a impressão gráfica destas plantas. Devido ao alto preço que envolvia essa produção, era recorrente que tais placas fossem guardadas para serem reutilizadas mais vezes, ou ainda vendidas para outros tipógrafos utilizarem-nas em obras que, não necessariamente, tinham ligações com a obra original a qual foram destinadas³⁸. Pelos motivos acima elencados que Vigier, ao invés de produzir um conteúdo novo e com novas placas para a ilustração, imprimiu sua tradução em Lyon, utilizando as mesmas imagens do original em francês. Também por esses motivos que o droguista pode não ter inserido novas plantas como havia declarado em seu prólogo, visto que inserir novas plantas acarretaria contratar novos desenhistas e riscadores, aumentando assim os custos de produção.

Historia Pharmaceutica das plantas exóticas

O segundo texto português dedicado as drogas simples aqui apresentado é o *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas, seus produtos, naturalidades e virtudes*

³⁸ Sachiko Kusukawa, *Picturing the Book of Nature: Image, Text, and Argument in Sixteenth-Century Human Anatomy and Medical Botany* (Chicago: University of Chicago Press, 2012), 58-64.

para facilitar os conhecimentos dos vegetaes e servir de addição à pharmacopea dogmática, de autoria do frei João de Jesus Maria. Apesar de não datado, sua escrita fora concluída não depois de 1777, data de aprovação da sua publicação. Segundo o Catálogo dos Escritores Beneditinos da Congregação de Portugal, elaborado pelo Frei Francisco de S. Luís, Cardeal Saraiva, este III Tomo manuscrito demorou oito ou nove anos a ser elaborado e esteve na Livraria da Botica do Mosteiro de S. Bento da Saúde - atual Assembleia da República - até ser doado por António José Nogueira à Sociedade Farmacêutica Lusitana em 1837³⁹. No último decênio, com a inauguração do Centro de Documentação Farmacêutica em Coimbra, o manuscrito foi translado para essa cidade, onde se encontra disponível para consulta.

Em comparação com a sua primeira farmacopeia, a *História Pharmaceutica das Plantas Exóticas* tem uma marcante influência de Domenico Vandelli em seu conteúdo. Não são raras as entradas que levam a classificação binominal creditada a esse naturalista italiano, além de duas passagens em que o frei Jesus Maria exprime sua admiração pelo trabalho realizado por Vandelli. Em um deles, o autor destaca como o período em que estava inserido era especialmente profícuo para o estudo da Botânica, devido aos investimentos que os reis, príncipes e outros membros da nobreza realizavam para a construção de Hortos e Jardins Botânicos pela Europa. Especificamente no caso português, o clérigo escreveu que: “(...) neste Reyno causa admiração o Regio, e Magnifico Jardim de Ajuda; animado de um grande numero de Plantas exoticas, devidas à directiva, e vigilante instrucção do Douto Professor da Historia Natural o Cl. Domingos Vandelli”⁴⁰.

O Real Jardim Botânico da Ajuda foi uma das principais instituições dedicadas a reformar o campo da Filosofia Natural em Portugal, porém, suas origens estão ligadas a uma passagem nebulosa da história portuguesa. Após o terremoto de 1755, a Corte deslocou-se da Capital para a região de Ajuda, por não ser aquela uma localidade especialmente afetada após o sismo geológico. Com o intuito de construir um ambiente humanístico e científico para o príncipe D. José (1761-1788), futuro delfim de Portugal,

³⁹ “Centro de Documentação Farmacêutica”, acessado em 05 de Novembro de 2015, <http://www.cdf.pt/archeevo/details?id=1002500>.

⁴⁰ João de Jesus Maria, *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas, seus produtos, naturalidades e virtudes para facilitar os conhecimentos dos vegetaes e servir de addição à pharmacopea dogmática* (Manuscrito, 1777), 3.

uma série de recintos científicos foram construídos nesse local, dentre eles, o Jardim Botânico⁴¹. Para além de Vandelli, também era responsável pela manutenção do espaço Júlio Mattiazi, qual ocupava o cargo do jardineiro. Nos primeiros anos de trabalho, contam-se mais de 5000 espécies de plantas encontradas no Jardim Botânico da Ajuda, muitas delas exóticas ao território português continental⁴².

Em um segundo momento, o frei Jesus Maria, ao explicar sobre a Botânica e suas características investigativas, escreve que esse campo de estudo é “(...) assaz digno de se ocuparem os homens, principalmente esses aplicados a Botanica todos os diferentes objectos da Agricultura, como de continuo estão fazendo alguns respeitaveis sabios, entre os quaes se distingue o Cl. Vandelli, e outros curiosos Doutos deste seculo (...)”⁴³. Tal colocação demonstra o grau de reconhecimento que o clérigo tinha pelo trabalho executado pelo naturalista italiano. A prática de exaltar e dedicar a obra para uma personalidade era praxe nos livros científicos do período. Tal atitude assenta na intenção de notoriedade científica, valorização da obra ou ainda na busca por um mecenas que contribuísse para futuros projetos.

Quando confrontadas, a presente obra do frei João de Jesus Maria difere-se em muitos pormenores a obra do droguista francês João Vigier. De início, elas se diferem pelo fato da obra do Frei Jesus Maria nunca ter sido publicada, razão a qual ainda hoje é desconhecida, visto que a mesma apresenta os textos introdutórios, o selo no início e carimbos real e do Santo Ofício em todos seus fólhos. Escrita mais de 50 anos após a publicação da *História das Plantas da Europa*, a obra do clérigo beneditino também possui um carácter cientificamente mais rigoroso: o texto é mais complexo, detalhado e extenso a do droguista francês. Essa diferença no carácter científico do conteúdo reflete o desenvolvimento do campo de estudo ao longo do século XVIII, tendo em conta que quase 60 anos separam as duas obras.

Entretanto, a diferença mais marcante é a numerosa quantidade de entradas de plantas advindas da colônia brasileira ao longo das páginas da *História Pharmaceutica das Plantas Exóticas*. Primeiramente, devemos nos lembrar que a obra de João Vigier

⁴¹ Rómulo de Carvalho. *A História Natural em Portugal no Século XVIII* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ Ministério da Educação, 1987), 66.

⁴² *Idem*, *Ibidem*, 66.

⁴³ João de Jesus Maria, *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas, seus produtos, naturalidades e virtudes para facilitar os conhecimentos dos vegetaes e servir de addição à pharmacopea dogmática* (Manuscrito, 1777), 5.

não é rigorosamente uma obra portuguesa, mas antes, tradução de uma obra francesa. Seu texto traduz as ideias e bagagens culturais de seu autor, assim como também reflete o local social de onde foi produzida, ou seja, as características geográficas, sociais e políticas que nortearam sua produção. Nesse contexto, a ampla variedade de plantas brasileiras encontradas nas páginas de Jesus Maria atestam como as redes imperiais ultramarinas moldaram a botica portuguesa para uma maior aceitação e presença das drogas simples coloniais.

Ao longo do texto do frei João de Jesus Maria, é nítida a conciliação que o autor faz entre as bases da farmacopeia europeia erudita, com os usos praticados no universo colonial, quais são marcadamente populares. A descrição do caju (*Anacardium sp*) ilustra essa condição de conciliação do erudito com o popular. Ao escrever sobre a fruta brasileira, o clérigo beneditino articula em torno de uma análise científica das propriedades botânicas, bem como para uma apresentação e explicação dos usos populares que envolviam sua terapêutica. Assim, afirmou o frei Jesus Maria que “*Anacardum occidentale* vem a ser hum fructo, ou noz reniforme de grandeza de castanha, cuberta de cinzenta casca subfusca, chamada de alguns de castanha de Caju; ella consta de quasi duplicadas membranas, e certa intermedia substancia, fungoso–melloso subarraixada (...)”⁴⁴. A respeito das características dos castanha, escreveu o frei que a mesma “(...) se inflamma no fogo, e taõ adente, que untando ainda as de leve a cútis com ella, a corroe, e queima, e se por descuido se avinca nos dentes, ulcera os labios, lingua, e mais partes da bocca com dor summa”⁴⁵. Devido a essa particularidade, qual tornava a castanha do caju especialmente violenta, os naturais do Brasil fazem com ela:

“(...) hum óleo, que alem de impedir a corrupção da madeira, tambem deles se aproveitaõ na pintura; as melhores do paiz se valem do succo acre desras nozes para maltarem os bichos, e tirarem as manchas do rosto, pos corroendo-lhe a pelle, o deixa em carne viva, vindo-lhe depois outra de novo (...) havendo pessoa de todo credito, que me seguro fazia expellir as secundinas, e feito morto huã inteira noz destas atada com linha, e intrusa no orificio da vagina do utelo por alguãs horas, e por fim dellas se tira.”⁴⁶.

⁴⁴ *Idem, Ibidem*, 266.

⁴⁵ *Idem, Ibidem*, 266.

⁴⁶ *Idem, Ibidem*, 267.

Dessa forma, as características botânicas expressas pelo autor, quais são feitas dentro de uma realidade científica europeia, se relacionam com as práticas coloniais ligadas ao seu uso. Por isso, é importante destacar que a circulação das plantas ao longo das redes comerciais ultramarinas foram diretamente acompanhadas pelas práticas e usos tradicionais condizentes a tais plantas. Assim, o processo de exploração e comercialização dos géneros medicinais do Brasil não apenas abasteceram as boticas portuguesas, ou ainda aumentaram o acervo de plantas encontrado no Jardim Botânico da Ajuda. Antes. Eles também influenciaram e moldaram a terapêutica portuguesa.

Outra planta brasileira abordada pelo frei foi a parreira-brava ou abútua (*Abutua* sp.), género nativo do Brasil, mas largamente difundida em Portugal. Escreveu o frei que:

“Radix Butuo (...) chamaõ os habitantes da América pertencente ao Imperial Dominio deste Reyno á planta da Butua Coaapeba (...) Daõ alguãs praticas analyses feitas no todo desta raiz, bastante fundamento para se julgar, o constar ella de hum fixo principio gummoso-resinoso, remistado de moleculas salino-salas, subasteriusculo-terreas, dotadas de vigor diuretico, stomatico, discuciente, e digestivo; havendo quem lhe confere muitas excellencias eficazes em varias queixas (...)”⁴⁷.

Ainda que suas primeiras descrições tenham sido realizadas no século XVI pelos clérigos portugueses, ou sob jurisdição da Coroa portuguesa, ela somente tornou-se conhecida no final do século XVII. Reconhecendo o seu valor terapêutico, o embaixador de Luís XIV, Michel Amelot (1655-1724), ao retornar à Paris, levou consigo várias amostras dessa planta, qual rapidamente difundiram-se como poderoso diurético no tratamento de pedras dos rins e doenças do trato urinário⁴⁸. O droguista Pierre Pomet (1658-1699), no seu livro *Historie Generale des Drogues*, assinala que, em 19 de Outubro de 1692, recebeu uma carta do Monsieur Thevard, qual diz que “a parreira Brava, que vem dos índios do Brasil, é uma raiz mais comum que a da ipecacuanha, que é encontrada em quase todos os boticários deste país, mas a quantidade não é tão grande”⁴⁹. Em 1710, a parreira brava foi objeto do relatório por

⁴⁷ *Idem, Ibidem*, 364.

⁴⁸ José Pedro Sousa Dias, “Levanta-te e Caminha: a Igreja e as ciências da saúde em Portugal nos Séculos XVI a XVIII” in *Assim na Terra como no Céu: ciência, religião e estruturação do pensamento ocidental*, ed. Clara Pinto Correia, José Pedro Sousa Dias (Lisboa: Relógio D’Água, 2003), 319.

⁴⁹ Pierre Pomet, *Histoire générale des drogues* (Paris: Chez Jean-Baptiste Loyson, & Augustin Pillon, 1694), 69.

Etienne-François Geoffroy, professor de Medicina da Farmácia no Collège de France, a pedido da Academia das Ciências, onde relatou várias experiências positivas no tratamento de inflamação da bexiga⁵⁰.

Conclusão

Para concluir, como defendido por David N. Livingstone, as características espaciais de onde a ciência foi praticada pode afetar diretamente suas práticas. Para além de uma suposta homogeneidade, a ciência foi moldada regionalmente por características históricas e geográficas próprias de onde ela era praticada⁵¹. Logo, a obra do Frei João de Jesus Maria está profundamente radicada no lugar social qual ela foi produzida, resultante das redes de interação social e científica, a qual ele é tanto vetor como receptor. O amplo número de plantas nativas do Brasil presentes na obra do Frei Jesus Maria reflete, em primeiro lugar, uma característica das boticas portuguesas, qual tinham uma forte influência das plantas e práticas de suas possessões ultramarinas, e em segundo, uma preocupação própria do período histórico em questão, que era de uma utilização maior e melhor das riquezas naturais coloniais.

⁵⁰ Etienne-François Geoffroy, “Sur le Pareira Brava”, in *Historie de L'académie royale des sciences* (Paris: 1710), 56-59.

⁵¹ David N. Livingstone, *Putting science in its place: geographies of scientific knowledge* (Chicago: The University of Chicago Press, 2003), 180.

Natureza Ilustrada: Estudos sobre Filosofia Natural no Brasil ao longo século XVIII.

Gisele Cristina da Conceição¹

CAPES/UP-FLUP

Introdução

No século XVI, sob a influência dos eventos desencadeados a partir das Grandes Navegações e do estabelecimento dos europeus em suas colônias no Novo Mundo, foram construídas, paulatinamente, novas perspectivas referentes à compreensão do Mundo Natural. Estas perspectivas, foram fundamentadas em muitos aspectos, e boa parte deles se deu a partir do contato dos europeus com o novo ambiente natural e com os povos nativos. Os trabalhos escritos sobre o Novo Mundo e tudo o que o circundava, foram relevantes para a reconstrução das perspectivas filosófico-naturais vigentes até então². Relatos sobre a fauna, flora, comunidades autóctones, mineralogia, geografia e clima, advindos das terras recém-descobertas, foram consideráveis para que uma rede de agentes pudesse, a partir da segunda metade do século XVI, dar início a transformações no universo da Filosofia Natural³.

As transformações iniciadas no século XVI continuaram, e ao longo de todo o século XVII, houve o desencadear de uma “revolução” no que até então era compreendido por Filosofia Natural⁴. Neste período, as palavras “razão e natureza”,

¹ Bolsista do Programa de Doutorado Pleno no Exterior da Capes. Doutoranda em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto-Portugal. Investigadora colaboradora do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Este trabalho contou com o financiamento da CAPES.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4293694Z6>

² DEBUS, Allen G. O Homem e a Natureza no Renascimento. Porto: Porto editora, 2002.

GRANT, Edward. História da filosofia natural do mundo antigo do século XIX. São Paulo: Madras, 2009, p. 353-358.

SAVOIA, Andrea Ubrizsy. The influence of new world species on the botany of the 16th century. *Asclepio-yo*. XLVIII-2-1996.

SMITH, Pamela H.; FINDLEN, Paula. Merchants and marvels: commerce, science, and art in early modern Europe. New York: Routledge, 2002.

³ OGILVIE, Brian W. The Science of describing : natural history in Renaissance Europe. Chicago: The University of Chicago Press, 2008, p. 36-39.

CARVALHO, Rómulo de. A História Natural em Portugal no século XVIII. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, p. 7-11.

⁴ Filosofia Natural é o estudo da natureza. Tal episteme buscava explicar o mundo natural englobando todos os aspectos possíveis, fossem relativos ao habitat, fisiologia, utilidade ou hábitos (CONCEIÇÃO, Gisele Cristina. *No qual se trata do que há nos mares e rios deste Novo Mundo: A importância dos*

eram harmônicas e não poderiam ser separadas uma da outra. Para se compreender o funcionamento do universo, os filósofos deveriam observar a natureza através do experimentalismo. Os conceitos de inteligência e razão se modificaram com os novos pensamentos filosóficos iluministas. Agora, o conceito de “razão”, antes compreendido como uma “inteligência perfeita”, a partir das premissas iluministas, passará a ser designado razão como reconhecimento e compreensão das leis da natureza⁵.

Essa revolução epistemológica no campo da Filosofia da Ciência projetou-se paulatinamente para o domínio da prática científica. Só durante o século XVIII, com o advento do Iluminismo, este ciclo de transformações recebeu contributos que potenciaram a sua cabal projeção nos domínios da ciência⁶. A partir desse período, novas perspectivas e questionamentos se apresentaram aos que se dedicaram à observação do Mundo Natural, tanto na Europa, quanto nas colônias. Neste âmbito, a compreensão da natureza, com toda a sua diversidade e complexidade, ganhou novas perspectivas e o entendimento do que era o Mundo Natural baseado no pensamento aristotélico começou a ser questionado. No cruzamento entre as experiências derivadas dos eventos relacionados com as navegações interoceânicas; o contato dos europeus com o novo ambiente natural dos trópicos; e o turbilhão intelectual que culminou no Iluminismo do século XVIII, resultou uma mudança de paradigma científico. Em termos teológicos ou filosófico-naturais, virtualmente, nenhum dogma deixou de ser exaustivamente examinado, passando por uma reflexão crítica sobre os seus parâmetros⁷.

Podemos dizer que os estudos filosófico-naturais desenvolvidos pelos europeus sobre o Novo Mundo, e que produziram relatos das mais variadas espécies de animais e plantas, assim como de minerais; comunidades autóctones, do clima e geografia; são fontes essenciais para aqueles que se dedicam a compreender os processos históricos de formação e transformação das sociedades, da política e da economia, através das perspectivas teóricas e metodológicas da História das Ciências. Esses estudos terão contribuído para a construção do conhecimento acerca do ambiente natural em toda a

recursos pesqueiros na América portuguesa do século XVI. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História, 2013).

⁵ HANKINS, Thomas L. *Ciência e Iluminismo*. Porto: Porto Editora, 2002, p. 1-17.

⁶ HANKINS, 2002, p. 113-157

⁷ HALL, Alfred Rupert. *A Revolução na Ciência (1500-175)*. Lisboa: Edições 70. 1990.

sua complexidade, não apenas no Velho continente, mas no Novo também. O trabalho sistemático de identificação e catalogação da fauna e flora feita pelos naturalistas das chamadas Viagens Filosóficas ao longo do Iluminismo, forneceu material para que a Filosofia Natural se desenvolvesse amplamente, ao mesmo tempo em que contribuiu para que os poderes políticos da Metrópole reforçassem o controle sobre os domínios coloniais⁸.

Se ao longo dos séculos XVI e XVII, os tratados, compilações e descrições do ambiente natural tinham por objetivo o reconhecimento do território e das potencialidades naturais ligadas ao manutenção da formação da sociedade colonial, à alimentação e ao comércio, no século XVIII, as viagens eram orientadas por um cunho científico e o objetivo não era apenas o de reconhecer o espaço geográfico e biogeográfico de maneira puramente utilitarista, mas também o de dominar os aspectos zoológicos, botânicos e minerais, na tentativa e empenho constante pela formação de conhecimento. Havia uma busca de complementariedade entre o reino e a colônia, e as chamadas Viagens Filosóficas pretendiam conhecer, classificar e dominar o território e as suas potencialidades, ao mesmo tempo em que contribuíram para estreitar os laços entre Portugal e seus domínios. O Reino precisava e queria conhecer e reconhecer o universo de possibilidades que a colônia poderia lhe fornecer⁹. Prova desta busca pode ser encontrada nos relatos feitos por colonizadores ou viajantes que passaram pela América portuguesa ao longo do século XVIII e anotaram em seus diários de viagens as mais diversas descrições e observações do ambiente natural. O contexto no qual estes estudos foram produzidos, não pode ser compreendido sem um exame, ainda que breve, do universo que foi constituído pelo Império português desde o século XVI, e a maneira como a observação da natureza foi se modificando ao longo do tempo.

⁸ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*. v. VIII (suplemento), 823-38, 2001.

DOMINGUES, Ângela. Notícias do Brasil Colonial: A Imprensa Científica e Política ao Serviço das Elites (Portugal, Brasil, Inglaterra). *Varia História*. v. 22, n. 35, p. 150-174, 2006.

KURY, Lorelai. O Naturalista Veloso. *Revista História* (São Paulo), n. 172, p. 243-277, jan.-jun., 2015

PATACA, Ermelinda M. Viagens Científicas no Império Português (1755-1808). I Simpósio de Pesquisa em Ensino e História de Ciências da Terra III Simpósio Nacional Sobre Ensino de Geologia no Brasil. Unicamp, 2007.

⁹ PATACA, 2007.

Contextos: Iluminismos, O Império português e as observações sobre o Mundo Natural do Brasil

Todas as rotas marítimas que interligavam a Metrópole portuguesa com suas colônias e seus portos comerciais faziam parte de uma complexa rede de contatos que fornecia, não somente uma grande circulação de produtos comerciais, mas também de conhecimento. Quando falamos em conhecimento nos referimos à grande circulação de informações sobre o Mundo Natural das colônias, em especial o Brasil. Podemos descrever o processo de expansão lusa, do ponto de vista logístico e geográfico, como um sistema marítimo que criou uma rede comercial entre diversos portos e pequenos povoados¹⁰, e foi através desta rede que as informações sobre as potencialidades naturais da colônia, e os trabalhos científicos foram divulgadas.

A grande extensão do Império fez com que este fosse composto por áreas extremamente diversas do ponto de vista climático e biogeográfico, o que implicava em múltiplos processos de adaptação, não só por parte dos colonizadores, mas também dos animais e plantas que os europeus levavam em suas naus. As preocupações e dificuldades enfrentadas ao longo de todo o período colonial do Brasil, não devem ser ressaltadas apenas do ponto de vista econômico ou político. Para se fixar no Novo Mundo o europeu precisou, em primeiro lugar, encontrar meios de sobreviver no novo ambiente. Deste ponto de vista, podemos dizer que a América portuguesa pode ser considerada como um destes lugares onde um poder colonial europeu estabeleceu seus domínios, através de um vasto controle territorial, num processo de longa duração com implicações extensas do ponto de vista económico, comercial, mas também ambiental, envolvendo as dimensões geográficas, biológicas, zoológicas e botânicas¹¹. O estabelecimento nas mais diversas áreas requeria um esforço sistemático em prol do reconhecimento do ambiente, o que resultou no empenho da Coroa, principalmente a partir do século XVIII, no envio de indivíduos para desenvolver o trabalho de

¹⁰ SCHWARTZ, Stuart B. A economia do Império Português. IN: A expansão marítima Portuguesa, 1400-1800. Editora: Edições 70, Lisboa/Portugal, p. 21-51, 2010, p. 21-51.

¹¹ CONCEIÇÃO, Gisele C. No qual se trata do que há nos mares e rios deste Novo Mundo: a importância dos recursos pesqueiros na América portuguesa do século XVI. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História, 2013.

averguiação territorial, e também os trabalhos filosóficos naturais que forneceriam informações sobre a fauna e flora.

Foi neste período que diversos indivíduos empreenderam esforços para ampliar, reformular ou ainda construir novos instrumentos de compreensão da natureza¹². Podemos dizer que um dos maiores contributos do pensamento ilustrado tenha sido a criação de novas disciplinas científicas que trouxeram certa modernização aos estudos filosóficos, tanto no âmbito da Filosofia Natural, como na Física, Química, Matemática e Astronomia.

O Iluminismo, longe de ser um movimento homogêneo, produziu uma grande diversidade de ideias e abordagens acerca dos mais variados temas, e os conceitos centrais formulados pelos iluministas, foram aplicados de maneira diversa nos variados territórios europeus e coloniais. Em parte, por esse motivo, o século XVIII configurou-se como um período de grande difusão da Filosofia Natural e de outros campos do conhecimento¹³. A circulação das ideias provenientes da atividade intelectual, ao longo do “século das luzes”, se fazia em profusão a partir de livros editados e impressos em grande quantidade, bem como de publicações periódicas de circulação rápida e com grande alcance. O surgimento de um grande e pontual interesse na observação de espécies de animais e plantas, também auxiliou na criação e manutenção dos jardins botânicos. O conhecimento acumulado por esta atividade intelectual reunia-se em consideráveis composições de textos de diversas classes de eruditos, das quais se destaca “*L’Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné Des Sciencies, Des Arts et Des Métiers*”¹⁴.

A *Encyclopédie*, em concordância com o princípio de renovação e reformulação das antigas concepções epistemológicas, promoveu ataques contundentes às velhas ortodoxias e à cosmologia então hegemônica. Esta tendência foi, em parte, promovida a

¹² HANKINS, 2002.

¹³ HANKINS, 2002.

¹⁴ “*L’Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné Des Sciencies, Des Arts et Des Métiers*”: Enciclopédia Iluminista: Indexada em 1759, legitimada por um total de 28 volumes, 71.818 e 2.885 pranchas. Já na página de rosto proclamava a pretensão da obra: “Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios”. Com uma trajetória de denúncias a Enciclopédia parecia estar com os dias contados, contudo devido o alto investimento de seus editores que agiam com rapidez, revelou-se um sucesso, tendo suas vendas impelidas justamente por aquilo que fizera o governo confiscá-la. “*Ela desafiava os valores tradicionais e as autoridades constituídas do Antigo Regime*” DARNTON, Robert. *The business of enlightenment: A publishing History of the Encyclopedie, 1775-1800*. Cambridge, Massachusetts, and London, England: The Belknap of Harvard University Press, 1979.

partir da postura revolucionária de seus colaboradores, que compreendiam personalidades como Denis Diderot (1713-1784), responsável pela coordenação geral de verbetes da História da Filosofia, François Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (1694-1778) e Mary Jean Antoine Nicolas Caritat, marquês de Condorcet (1743-1794), que trabalharam questões relacionadas à Filosofia, e Jean Jacque Rousseau (1712-1778), que compôs o verbete sobre Música. Participaram também, Jean le Rond d'Alembert (1717-1783), Paul-Henri Thiry, o barão de D'Hobach (1723-1789), François Quesnay (1694-1777), Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781) e António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). Dentro do contexto das transformações paradigmáticas referentes à compreensão do mundo natural, uma das mais importantes contribuições aos quadros da *Encyclopédie* veio da participação de George Louis-Leclerc (1707-1788), o Conde de Buffon, a quem foi entregue o tema das Ciências Naturais¹⁵.

A importância do Conde de Buffon para a Filosofia Natural do século XVIII perpassa pela maneira como ele procurou estabelecer uma epistemologia que pudesse servir à compreensão e classificação das faunas, tanto da Europa, quanto da América, Ásia e África. O Conde de Buffon foi tão ou mais prestigiado em sua época quanto o sueco Karl Von Linaeus (1707-1778). Este último acabou por ser considerado o idealizador do sistema de classificação binominal das espécies¹⁶. A princípio, Buffon negou o sistema classificatório Lineano, e fez críticas contundentes quanto aos métodos aplicados por Lineu. Buffon era uma figura forte para ciência do período, seus trabalhos eram revolucionários e traziam consigo a marca de uma produção científica francesa, o que lhe concedia ainda mais prestígio. A verdade é que o trabalho desenvolvido por Buffon catapultou elevados processos de renovação e inovação no que se pode entender por Filosofia Natural e classificação de espécies. Sua importância para a História da Filosofia Natural é de extrema valia, e confirma, de certo modo, a tendência filosófica setecentista em buscar na natureza, através do experimentalismo, explicações para compreender o funcionamento do universo¹⁷.

¹⁵ SANTOS, C. F. M. Uma Cosmologia do Novo Mundo: Os Diálogos Geográficos de Joseph Barbosa De Sá no ano de 1769. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde. Rio de Janeiro, 2005, p. 86.

¹⁶ PRESTES, Maria Elice Brzezinsk. A investigação da Natureza no Brasil Colônia. São Paulo: Annablume – Fapesp, 2000, p. 58-72.

¹⁷ HANKINS, 2002

O século XVIII é marcado pelo aumento de interesse pela natureza e tudo o que nela estava conectado. Este fato auxiliou nos progressos de transformação e circulação de estudos sobre a fauna e da flora. O novo interesse pelo mundo natural, guiado pelos paradigmas do Iluminismo, potencializado pela ampla circulação de textos impressos e pela criação de diversas instituições de divulgação, tais como as academias de ciências, jardins botânicos, periódicos e coleções particulares, proporcionou também o surgimento dos gabinetes de História Natural. Financiadas pelos patronos e mecenas da Ciência e da Filosofia Natural, nobres ou burgueses abastados, estas instituições fomentaram a publicação de livros, memórias e catálogos de coleções de plantas e animais exóticos¹⁸. Uma das consequências marcantes deste grande interesse pela História Natural foi à concepção, muitas vezes por parte dos governos nacionais, de que era necessária a investigação sistemática, tanto das áreas ainda desconhecidas do globo, quanto das colônias já estabelecidas e em processo de expansão. Tudo era passível de observação, experimentação, catalogação, descrição, classificação, e por fim, análises quanto aos usos, fossem eles ligados a ciência ou a economia. E estes processos impulsionaram a produção científica ao longo do século XVIII.

Diferentes nações europeias financiaram empreendimentos de cunho filosófico natural. Viagens como as do capitão inglês James Cook (1728-1779)¹⁹, famoso por ter explorado o Oceano Pacífico, do francês Louis Antoine de Bougainville (1729-1811), autor de um tratado de cálculo de navegação e que empreendeu uma viagem ao redor do globo²⁰, ou como a expedição de Charles-Marie de La Condamine (1701-1774), lembrada por Mary Louise Pratt, como sendo a viagem pioneira e que marcou o início das viagens exploratórias²¹, ou mesmo a Viagem Filosófica pela América portuguesa idealizada pelo naturalista italiano Domenico Vandelli, levada a cabo pelo luso brasileiro formado em Coimbra, Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815)²², demonstram que nações como Inglaterra, França e Portugal, apesar de terem tido papéis

¹⁸ MAYR, E. O desenvolvimento do pensamento biológico: diversidade, evolução e herança. Brasília: Universidade de Brasília. 1998.

¹⁹ FISHER, Robin; JOHNSTON, Hugh. Captain James Cook and His Times. Londres: Croom Helm LTDA. 1979.

²⁰ DUNMORE, John. Storms and Dreams: The Life of Louis de Bougainville. Chicago: University of Chicago Press. 2007.

²¹ PRATT, Mary Louise, 2010 - Ojos Imperiales. Literatura de viajes y transculturación. México: Fondo de Cultura Económica [1º ed. 1992 - Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation. Londres/Nova Iorque: Routledge].

²² PATACA, 2007.

diferentes no âmbito científico iluminista, compreendiam a necessidade de se estudar o mundo natural e suas potencialidades.

Como movimento intelectual, o Iluminismo esteve longe de ser um privilégio de uma determinada nação, e, em diversas partes da Europa, como Alemanha, Inglaterra, Escócia, Itália, França, características próprias eram desenvolvidas. Foi um fenômeno que se estendeu a, praticamente, toda Europa ocidental e Américas. Um grande volume de informações, resultantes da investigação e observação da natureza, encontrados em tratados, memórias, jardins botânicos e museus, impulsionadas pelos princípios de uma nova racionalidade, divulgada pelas conquistas do pensamento iluminista percorriam a Europa e, em certa medida, suas colônias²³. Diante deste quadro, podemos dizer que, a exemplo da França ou da Inglaterra, os estudos filosófico-naturais em Portugal não estiveram alheios a este processo. Pelo contrário. Em muitos aspectos, os homens de letras portugueses ocuparam posição de vanguarda, principalmente no que se refere à História Natural²⁴, desenvolvendo trabalhos ricos em descrições e classificações da fauna e flora americanas com os mais variados intuitos, como no caso do trabalho de Francisco Antônio de Sampaio, que escreveu em 1782 a “História dos reinos Vegetal, Animal e Mineral do Brasil, pertencente à Medicina”, onde este médico e cirurgião de Vila Real relata as mais variadas plantas da América portuguesa e procura relacioná-las com usos médicos. O que mais impressiona nesta obra setecentista produzida na Bahia, é o fato de Sampaio citar e procurar relacionar suas observações e classificações com as do sueco Lineu, o que denota o quanto a circulação de ideias e da própria ciência iluminista, transitava por todo o globo, influenciando os trabalhos dos mais diversos filósofos.

O trabalho feito por Francisco Antônio de Sampaio também demonstra que os intelectuais portugueses estavam interligados com as mais avançadas teorias sobre Filosofia Natural. Isso fica claro quando analisamos os casos dos chamados estrangeirados. Intelectuais portugueses que deixavam seu país e circulavam nos mais variados centros de ensino espalhados pela Europa, e que voltavam imbuídos dos pensamentos iluministas que visavam uma reestruturação nas bases de pensamento

²³ FURTADO, 2012

²⁴ CARVALHO, 1987

científico em todas as áreas de conhecimento²⁵. Figuras como o Conde de Ericeira, Luís António Verney e Martinho de Albuquerque, voltaram do “estrangeiro” com propostas inovadoras para a reformulação da educação e ciência em Portugal. Outro caso emblemático é o de António Nunes Ribeiro Sanches, médico português que deixou o país para estudos na Holanda, e, apesar de nunca mais ter retornado, sempre teve papel relevante nas discussões mais avançadas sobre o ensino da Medicina nas Universidades portuguesas²⁶. Baseados nas ideias iluministas, estes homens e outros, pretendiam tirar Portugal da condição de atraso intelectual²⁷. Se é que o mesmo existia.

Apesar das particularidades que envolveram as questões da ilustração e das tribulações pelas quais passaram as Ciências em Portugal em meio de reformas, perseguições, reviravoltas políticas e desconfiança por parte dos bastiões do Antigo Regime, a produção filosófico-natural lusa daquele período é considerável²⁸, e deve ser analisada como base fundamental para compreender os possíveis processos de transformação nos campos do conhecimento científico, em especial a Filosofia natural.

Desde o início do século XVIII, o Estado português iniciou alguns processos de transformação nas políticas de incentivo à ciência. A partir de 1750, começa em Portugal o que Charles Boxer denomina de a “Ditadura Pombalina” (2011). Foi um período significativo e extremamente importante para Portugal e suas colônias. Em nossa análise, este período traz algumas das principais políticas de implementação e reformulação das bases educacionais e políticas do Reino, ligadas diretamente com o interesse da Metrópole nas potencialidades econômicas de suas colônias, e no

²⁵ CARNEIRO, Ana; SIMOES, Ana; DIOGO, Maria Paula. Enlightenment Science in Portugal: The Estrangeirados and their Communication Networks Social Studies of Science 30/4(August 2000) 591-619.

²⁶ BOTO, Carlota. Enciclopedismo de Ribeiro Sanches: Pedagogia e Medicina na Confecção do Estado. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (4): 117, set. 98.

MALAGUIAS, Isabel. A geografia do saber em António Nunes Ribeiro Sanches através do inventário da sua livraria. Ágora. Estudos Clássicos em Debate 14.1 (2012) 203-226.

RAMOS JUNIOR, Nelson de Campos. Mediador das Luzes: Concepções de progresso e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). Dissertação apresentada ao Programa de pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para obtenção do título de mestre em História, 2013.

²⁷ DISNEY, A. R. História de Portugal e do Império Português. Volume II. Cambridge: Syndicate of the Press of the University of Cambridge. 2011.

BOXER, C.R. O Império Marítimo português 1415-1825. Reimp. – (Extra-coleção; 47), Edições 70, p. 340 – 348.

²⁸ DOMINGUES, 2001, p. 823-38; DOMINGUES, 2006, p. 150-174

reconhecimento e demarcação territorial²⁹. Pombal investiu na reforma das Universidades portuguesas, principalmente a mais importante delas e única a partir de 1759, a de Coimbra. Contratou funcionários qualificados, como o naturalista italiano Domenico Vandelli. Neste sentido, a coroa portuguesa não só não esteve alheia, como participou de forma ativa no processo de renovação cultural e científica, com financiamentos e incentivos para a realização de viagens e expedições que resultaram em tentativas de reformulação e inventariação do que se sabia sobre mundo natural, em Portugal e nos espaços coloniais. Assim, deve-se ressaltar o fomento, implementado pela coroa portuguesa, sobretudo a partir dos reinados de D. José I (1750 – 1777) e D. Maria I (1777 – 1816), das chamadas *Viagens Filosóficas*. As políticas de incentivo às investigações filosóficas, a partir do reinado de Maria I, avançaram e se intensificaram com as expedições coordenadas e financiadas pela Coroa.

Promoveram-se o envolvimento de diversos setores da sociedade portuguesa, com a congregação dos trabalhos de matemáticos, astrônomos, médicos, cirurgiões, clérigos, funcionários da coroa, engenheiros e filósofos naturais, alguns vindos de outras partes da Europa. E também, daqueles que não tinham necessariamente uma formação acadêmica nesses campos do conhecimento, mas que foram treinados para exercer a função de recolhedores de informações sobre o ambiente natural. Esses podem ser considerados como a grande maioria da mão-de-obra do período, principalmente quando analisamos os territórios coloniais³⁰. Não foram poucos os funcionários estatais que, impulsionados pelos ventos da ilustração, realizaram notáveis trabalhos à frente da administração pública e na promoção e produção de saberes acerca do mundo natural³¹. Uma parcela considerável destes esforços foi direcionada às colônias, na Ásia e África, mas principalmente, ao Brasil. Os objetivos de tal política eram múltiplos, e muitas vezes conciliavam o objetivo utilitarista com a busca pelo conhecimento científico, e iam, desde a intenção de racionalizar e superar as dificuldades relativas à produção de bens em território colonial, quanto à de consolidar e sustentar o ainda corrente processo de expansão e domínio territorial.

²⁹ BOXER, 2011; DISNEY, 2009

³⁰ BRIGOLA, João Carlos. *Coleccionismo no Século XVIII. Textos e Documentos*. Porto, Porto Editora, 2009

³¹ DOMINGUES, 2001

As Viagens Filosóficas tiveram início ao mesmo tempo em que a Coroa portuguesa estava preocupada com a demarcação territorial da colônia. A princípio, pode-se notar certa confluência entre os objetivos políticos e financeiros em relação à busca reconhecimento e definição territorial, em associação com os objetivos científicos das Viagens Filosóficas. Por isso, podemos encontrar trabalhos de catalogação e descrição de espécies de animais e plantas escritos por engenheiros, governadores de capitanias, e por homens não letrados que acompanhavam as expedições. Ou seja, o universo natural, suscitava o interesse de todos³², além de ser uma questão primordial para o desenvolvimento da colônia, do reconhecimento territorial do ambiente americano, e do desenvolvimento científico.

Tal processo permitia ainda a reunião, com propósitos acadêmicos, de informações sobre a natureza, que pudessem servir e potencializar as ações das instituições do império como um todo. Neste período, a questão das ciências tornou-se crucial à manutenção, sustento, progresso e expansão imperial, principalmente no entendimento do próprio Estado³³. No que se refere aos paradigmas filosófico-naturais e ao estudo do ambiente nos domínios coloniais, diversas iniciativas foram promovidas pelo Estado, que visava à coleta da maior quantidade possível de dados a respeito das potencialidades existentes na natureza da colônia americana³⁴.

Neste período, foi contratado pelo Marquês de Pombal para ocupar a cátedra de História Natural da Universidade de Coimbra, o filósofo natural italiano Domenico Vandelli (1735-1816). A partir de 1764, quando contratado, Vandelli foi o principal idealizador de uma série de viagens pelo reino e possessões ultramarinas, todas elas condensando o caráter científico às intenções de cunho econômico e político, tais como o de fazer um inventário dos recursos naturais que pudessem ser explorados no futuro. Vandelli buscou transformar a Universidade de Coimbra em um relevante centro de pesquisa na Europa. Seus discípulos viviam espalhados por Portugal e outras nações estudando todas as particularidades naturais que pudessem ser relevantes para a economia e ciência. Suas instruções eram claras: catalogar e classificar do mais minúsculo musgo ao metal mais brilhante e precioso. Para Vandelli, as pesquisas que

³² DOMINGUES, 2001, p. 823-38

³³ DOMINGUES, 2001

³⁴ DOMINGUES, 2006

coordenava tinham caráter patriótico, e o conhecimento científico poderia significar o poder, no próprio Reino, mas principalmente, nas colônias³⁵.

Dentro deste princípio, foram planejadas viagens filosóficas às colônias. Para a mais importante foi incumbido à tarefa ao luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, que estudara Filosofia Natural na Universidade de Coimbra, e que levou com ele um arsenal de conhecimentos específicos elaborados por Vandelli que o orientariam na recolha de dados³⁶. Por norma, os naturalistas de formação, mas principalmente aqueles que não a tinham, deveriam ter consigo um manual que lhes fornecesse o cabedal útil e primordial para fazer de maneira correta e produtiva a observação, descrição e, por fim, classificação da espécie. Vandelli e seus discípulos acreditavam piamente que esta seria a maneira mais eficiente de efetuar os trabalhos filosóficos nas colônias³⁷. Principalmente por aqueles que não assistiram às aulas do curso de História Natural da Universidade de Coimbra.

A Viagem Filosófica capitaneada por Alexandre Rodrigues Ferreira deve ser compreendida dentro do contexto do Iluminismo português, uma vez que os iluminismos correntes na Europa tinham características particulares. Neste contexto há que considerar o importante papel do Estado³⁸, para o qual o empreendimento das expedições científicas fazia parte da construção de uma rede de informações que permitisse, sobretudo na América portuguesa, uma melhor compreensão e, consequentemente, exploração dos recursos naturais de suas possessões³⁹.

A viagem em si teve dimensões monumentais, e não apenas pela distância percorrida em território colonial pouco explorado (foram, aproximadamente, 39.372 km) ao longo das regiões da bacia amazônica e da Capitania do Mato Grosso. Foi grande também o volume de informações coletadas durante quase dez anos nas florestas da América portuguesa. São relatos e desenhos da fauna e flora tropical com riquezas de detalhes e que fornecem informações para os estudos filosóficos naturais. Também podemos notar um interesse constante nos rios e seus regimes de marés. Apesar dos

³⁵ BRIGOLA, 2003; DOMINGUES, 2006; DOMINGUES, 2001; PATACA, 2007

³⁶ BRIGOLA, 2003

³⁷ BRIGOLA, 2003

³⁸ Embora o debate sobre o conceito de “Estado” esteja em aberto na historiografia portuguesa e europeia, de que a obra de Antônio Manuel Hespanha e seus discípulos dão prova, cremos não haver dúvida acerca da sua aceitação para o século XVIII, em particular durante e após o consulado de Marquês de Pombal.

³⁹ DOMINGUES, 2001

posteriores desencontros que proporcionaram a pilhagem, perda e deterioração de boa parte do material coletado, a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira demonstra a importância conferida, em termos estratégicos, ao estudo da natureza dentro do império português⁴⁰.

Outra orientação sistemática adotada pela Coroa portuguesa, que visava uma melhor compreensão dos recursos coloniais e, assim, fortalecer a posição de Portugal no cenário político internacional, foi a criação de instituições responsáveis pelo estudo e divulgação das Ciências Naturais na metrópole e na colônia. Uma dessas instituições foi a *Casa Literária do Arco do Cego*. Idealizada pelo então Secretário de Estado de Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), e concretizada a partir da ação do luso-brasileiro Frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811). A *Casa Literária do Arco do Cego* foi um claro empreendimento do enciclopedismo português. Seu principal objetivo era o de fomentar as ciências, sua publicação e a otimização do uso das potencialidades econômicas do império e da colônia a partir de uma perspectiva ilustrada. Apesar de seu curto período de funcionamento (1799-1801) a *Casa Literária do Arco do Cego* contribuiu para a construção, em Portugal, de novas perspectivas, além de uma nova maneira de se ver a América portuguesa. Não é possível enumerar todos os pontos impulsionados pelo trabalho desenvolvido no Arco do Cego, mas é certo que houve uma mudança expressiva na posição que a colônia americana ocupava, em termos estratégicos e políticos. Dentro do contexto iluminista, portanto, era cada vez maior, a preocupação das nações com o mundo natural e a racionalização dos processos exploratórios deste⁴¹.

Um dos pontos principais desta política se referiu ao incentivo e preocupação com a exploração mal feita dos recursos naturais na colônia, e também em relação a aclimação de novas espécies. A exploração das árvores para a construção civil, mas principalmente naval, estava entre as preocupações de D. Rodrigo que previa uma escassez desse recurso. Algumas espécies já estavam ameaçadas de “extinção”, segundo ele⁴².

⁴⁰ SANTOS, 2007; SANTOS, 2010

⁴¹ DOMINGUES, 2001

⁴² NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. A cultura luso-brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil. Editorial Estampa, Lisboa, 1999.

Ainda sobre os processos de incentivo promovidos pela Coroa, e ligadas a Universidade de Coimbra e a Academia de Ciências de Lisboa, podemos dizer que muitos outros setores estavam ligados direta ou indiretamente ao objetivo de reconhecimento das potencialidades naturais das colônias portuguesas. Advogados, militares, clérigos, médicos, pessoas ligadas aos setores administrativos, todos poderiam contribuir para esta formação de conhecimento.

Neste caso, o papel dos militares e do clero foi relevante. Muitos empregaram esforço no processo de coleta de dados relativos ao Mundo Natural colonial. A formação destes profissionais era completa e havia algumas cadeiras nos cursos ligadas às ciências do período, tais como, Astronomia, Matemática e História Natural, cuja disciplina era dada no último ano do curso militar, e contemplava assuntos específicos como a sistemática Lineana⁴³. Além disso, os militares tinham alguma formação técnica em engenharia, o que facilitava no trabalho de reconhecimento territorial e formação de mapas geográficos e hidrográficos. A formação dos clericais também contemplava uma cadeira de História Natural⁴⁴, e muitos destes homens ligados à igreja desenvolveram trabalhos de História Natural, como o já mencionado, Frei José Mariano da Conceição Velloso.

Como podemos verificar, quase todos os setores estavam empenhados em inventariar e descrever as potencialidades naturais, fossem no Reino ou nas colônias. Este é o período em que se acreditava no poder da razão e do conhecimento acerca do universo como um todo. Assim como nos séculos anteriores, onde havia secretismo em relação ao conhecimento marítimo, como os percursos de navegação, cartografia ou sobre a tecnologia naval, o poder estava conectado com o conhecimento sobre os espaços geográficos, as populações, a fauna, a flora e os minerais. Neste período, a relação entre o poder e o conhecimento, estava relacionado aos recursos naturais do Reino e das colônias, ao reconhecimento dos territórios interiores do Brasil, suas fronteiras e populações indígenas. As coleções de História Natural eram feitas por motivos variados, fossem pelo simples fato de colecionar, ou pela confiança de que poderiam ser úteis para os setores econômicos ou medicinais. O fato é que o século XVIII configura-se como um período de efervescência do conhecimento.

⁴³ NIZZA DA SILVA, 1999, p. 62-65

⁴⁴ NIZZA DA SILVA, 1999

Neste período, a circulação do conhecimento acontecia na base de trocas de informações, e das redes de contato entre os filósofos das mais diversas áreas do conhecimento⁴⁵, como no caso de António Nunes Ribeiro Sanches, Dom Luis da Cunha, e outros agentes que mantinham uma vasta troca de correspondência com amigos e companheiros de profissão que estavam em Portugal⁴⁶. As transformações sociais e econômicas, ocorridas na Europa em simultâneo à revolução científica fomentaram o surgimento de um mercado para o saber e imprimiram novas dinâmicas ao processo de produção do conhecimento⁴⁷. A busca por compreender as dimensões políticas, sociais e culturais do Iluminismo, desde a sua longa gestação, durante o início da Era Moderna, até à sua consolidação como um conjunto de ideias e práticas correspondentes a várias esferas da ação humana⁴⁸, foi tema de muitos trabalhos que se tornaram baluartes da construção do pensamento científico sobre o período ilustrado.

Esta perspectiva, discutida principalmente por Darnton e Dupré, aponta para a compreensão de como as descobertas científicas, e o próprio pensamento científico, circulavam durante esse período na Europa, e como a influência desta nova forma de se produzir e expandir o conhecimento pode ter chegado até Portugal e suas colônias. Este aspecto, relativo às redes de contato, pode ser relevante para compreendermos os motivos que levaram a coroa portuguesa a investir nas chamadas Viagens Filosóficas enviando os chamados naturalistas para as colônias, e também no incentivo para que outros setores, tais como Clérigos, Militares, acadêmicos e funcionários do governo acumulassem juntamente com suas funções, o trabalho de catalogação e identificação do ambiente natural. As mudanças paradigmáticas que ocorreram ao longo deste período, impulsionaram a curiosidade sobre o ambiente natural e suas possíveis potencialidades para a economia, e a troca de correspondências entre os estudiosos pode ser uma excelente ferramenta de análise⁴⁹.

Neste processo de reconhecimento das principais características iluministas e sua relação com a Filosofia Natural, temos que compreender de que maneira a ciência

⁴⁵ DARNTON, Robert. *O Iluminismo como Negócio: História da publicação da Enciclopédia, 1775-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

⁴⁶ FURTADO, 2012.

⁴⁷ DARNTON, 1996

⁴⁸ DUPRÉ, Louis. *The Enlightenment and the Intellectual Foundations of Modern Culture*. New Haven: Yale University Press. 2004.

⁴⁹ Como no caso da troca de correspondência entre Vandelli e Lineu. Publicada na íntegra no livro de Lorelai Lury (*O Gabinete de Curiosidades de Vandelli*, 2008).

evoluiu, elevando os estudos de Ciências Naturais aos mais altos níveis dentro das Universidades. No livro de Thomas Hankins (2002) temos essa abordagem. Discussões que remontam ao século XVII e a chamada Revolução Científica como sendo primordial para compreensão das transformações ocorridas nas ciências ao longo do Iluminismo. Segundo Hankins, para os filósofos iluministas, a Filosofia Natural poderia servir como base coesa e lógica, usando aquilo que é dado como antigo, como aporte para construir o novo. Esta seria a ciência que compreende as transformações da Natureza e do Homem⁵⁰.

Esta ideia não ficou restrita apenas às academias francesas. Em Portugal, assim como em outros países, os ideais iluministas e suas propostas para a renovação do ensino e da ciência, foram ou tiveram, tentativas de ser incorporados. Um panorama sobre o Iluminismo português e suas atribuições acerca da Filosofia natural e as modificações nas grades curriculares da Universidade de Coimbra, são assim pontos fundamentais para compreendermos os trabalhos filosófico-naturais feitos por portugueses no Brasil⁵¹. Para alguns autores, existiu certo retardo nas Universidades portuguesas ao longo do século XVIII, não havendo influência direta e evidente do Iluminismo nas grades curriculares das Universidades, mas principalmente, no próprio pensamento dos filósofos. Ou seja, Portugal teria ficado para trás neste quesito, e não teria dado contribuições para o desenvolvimento da Filosofia Natural, ou da Medicina. O fato é que houveram esforços significativos por parte da Coroa e da massa intelectual portuguesa na tentativa de trazer, e ou refletir, toda essa efervescência filosófica para Portugal e iniciar aqui possíveis transformações na ciência e filosofia do período. Podemos considerar, como um dos principais atos nesse sentido, a contratação do naturalista italiano Domenico Vandelli, a expulsão dos jesuítas da Universidade de Coimbra, e a ordenação de Pombal para que as grades curriculares sofressem modificações⁵².

Procuramos compreender melhor essas questões e buscar informações em trabalhos que demonstram que esse aspecto não pode ser compreendido de maneira tão simples. Se existiu atraso intelectual em Portugal, este não fica evidente quando

⁵⁰ HANKINS, 2002

⁵¹ CARVALHO, 1987; BOXER 2001; DISNEY, 2011

⁵² BOXER, 2001

analisamos as fontes documentais, muito pelo contrário. O que pode ter havido, são transformações diferentes, com características distintas das que ocorreram em outros lugares, como Alemanha, Inglaterra ou mesmo França. Houve empenho do Estado português na tentativa de reformular as bases teórico-metodológicas do ensino ministrado na Universidade de Coimbra. As ciências naturais ganharam espaço e força, principalmente com o trabalho de Domingos Vandelli e as Viagens Filosóficas pelas colônias portuguesas. Além da preocupação em reconhecer o ambiente natural do próprio território português na Europa, as investigações em território colonial por uma busca e exploração organizada de recursos, elevaram Portugal a membro de uma rede que contribuía para os estudos de História Natural⁵³, em um âmbito global.

É de fato relevante e interessante compreendermos a logística das Viagens Filosóficas organizadas por Vandelli e das redes de contatos e intercâmbio de informações organizadas por ele, uma vez que estas faziam com que um grande volume de espécies de animais, plantas e minerais fossem coletados e enviados para análise na Metrópole⁵⁴. Ainda podemos ressaltar o grande volume de informações relatadas em diários, tratados, cartas e correspondências que circulavam da colônia para o Velho continente. O próprio Vandelli fazia uso desses meios para fazer com que as informações fossem divulgadas, organizadas e analisadas de maneira minuciosa. Um de seus correspondentes, enquanto estava a serviço da Coroa portuguesa, foi o sueco Carl von Linné⁵⁵.

Os viajantes e naturalistas que desembarcavam no Novo Mundo, mesmo enfrentando algumas dificuldades, estas relativas aos poderes administrativos e a própria organização colonial⁵⁶, fizeram um trabalho sistemático e organizado de reconhecimento territorial e de recursos naturais, que possibilitou uma recolha de informações sobre o ambiente natural das colônias que foi essencial para que o Estado português pudesse demarcar as fronteiras em relação à Espanha, mas principalmente, elevou os níveis de conhecimento acerca das potencialidades naturais que poderiam ser

⁵³ PATAÇA, 2007

⁵⁴ PATAÇA, 2007

⁵⁵ PATAÇA, 2007; KURY, 2008

⁵⁶ KANTOR, Iris. Cultura Cartográfica e Gestão territorial na época da instalação da Corte portuguesa. IN: Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à Nação independente. Org. Lorelai Cury, Heloisa Gesteira. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2012.

extraídas da América portuguesa⁵⁷. E no caso português, conhecer e controlar as riquezas de suas colônias poderia significar o próprio manutenção dessas. Ângela Domingues (2001) e Ermelinda Pataca (2004 e 2007) trabalharam com esse aspecto e demonstraram o quanto a Coroa precisava e queria obter total controle sobre as potencialidades naturais de sua colônia na América.

É de extrema importância para a compreensão desta matéria, que conheçamos os processos de transformações nas bases portuguesas de políticas que visavam uma reestruturação dos meios de exploração e reconhecimento do território colonial. Os objetivos que levavam aos trabalhos de recolha de informações, que visavam os mais variados propósitos - estes relacionados com questões econômicas e políticas: como no caso da verificação de espécies de árvores que tivessem uma madeira boa para a construção de embarcações; os relatos e diários que tinham por objetivo demarcar o território e que levavam em consideração, na maioria dos casos, os aspectos hidrográficos, regime de cheias dos rios e índice de piscosidade; relatórios de viagens de expedições para reconhecimento das tribos indígenas; e muitos outros -, tinham o intervencionismo estatal por detrás e a preocupação pulsante em relação aos lucros que poderiam gerar para a Coroa⁵⁸.

Podemos dizer, embasados no volume de fontes documentais produzidas no período e na literatura que discute o tema, que a partir do reinado de D. Maria I, existiu nos trabalhos de recolha de informações sobre o Mundo Natural, certa relação com os conhecimentos específicos advindos da efervescência intelectual iluminista, que ultrapassaram as fronteiras do Velho Mundo e chegaram até a América. Mesmo que o intuito inicial fosse o simples reconhecimento de potencialidades, não podemos deixar de notar através de análises que podem nos auxiliar na compreensão de como se davam estas relações entre metrópole e colônia, e como a observação do Mundo natural nos trópicos e os trabalhos de catalogação, descrição e classificação foram influenciados

⁵⁷ DOMINGUES, 2006; BURNS, 1964; CALAFATE, Pedro. *A Ideia de Natureza no Século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda. 1994.; MAXWELL, Keneth. *Marques de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

BRIGOLA, 2009; KANTOR, 2012; ABREU, 2013; SIMÕES, DIOGO, 2000)

⁵⁸ DOMINGUES, 2001; PATACA, 2004; RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008

pelo pensamento ilustrado, que estava, naquele momento, permeando todo o universo intelectual do Velho e Novo Mundo⁵⁹.

O interesse da coroa, através de D. Maria I, propiciou a elaboração de um novo estatuto para a Universidade de Coimbra, assim como a fundação da Academia Real de Ciências, do Jardim Botânico de Lisboa e o de Coimbra. O ato de querer e precisar conhecer e reconhecer seu território em além-mar, não deve ser condicionado apenas às questões inerentes à política e/ou economia. O alto escalão intelectual português estava imerso nos novos paradigmas iluministas, e a coroa depositava nestes homens certa confiança, tanto para executar os trabalhos de recolha de dados nas colônias, como também para promover reforços e incentivos aos projetos políticos da Coroa através dos ideais iluministas. Prova disso, mais uma vez, está na contratação de Vandelli e a total liberdade dada a ele para desenvolver seus trabalhos filosóficos naturais na Universidade de Coimbra. Este naturalista italiano, contratado para reformular as bases curriculares da educação portuguesa, percebia a importância de se observar o ambiente de Portugal e das colônias, e considerava extrair o maior conhecimento possível do ambiente natural da colônia⁶⁰.

Para compreendermos estes aspectos específicos da relação entre Portugal e sua colônia americana, e o interesse da coroa em reconhecer as potencialidades naturais do Brasil, é obrigatória a leitura e abordagem de obras que tratem do contexto no qual Portugal e Brasil estavam inseridos, do ponto de vista da expansão e política. Perceber a relação entre ambos os aspectos, nomeadamente, política colonial, expansão marítima e filosofia natural, não é tarefa fácil. Portugal possuía diversas colônias, e cada uma delas, por sua vez, tinha características próprias -sejam essas relacionadas com os povos nativos, clima e geografia. A coroa tentava estabelecer uma rede de contatos e comércio com suas colônias. Era preciso ter conhecimento preciso sobre cada uma delas, para que o controle pudesse ser eficiente. Durante muito tempo, e principalmente ao longo do século XVIII, Portugal focou suas forças administrativas no Brasil. Possivelmente porque entendia ser esta a sua maior e mais rentável colônia, e ainda talvez, aquela cujo

⁵⁹ PRESTES, 2000; DOMINGUES, 2001; PATACA, 2004; RAMINELLI, 2008 SANTOS, 2005; POLÓNIA, Amélia - *Environmental impact of the historical uses of the sea. The case of port cities in Amélia Polónia & Cátia Antunes*, coord. – Portuguese Port-cities in the First Global Age (15th-18th Centuries) in 6th. IMEHA Conference (Ghent, 1-5 July 2012); KURY, 2015

⁶⁰ BRIGOLA, 2003; RAMINELLI, 2008

controle e manutenção fosse o mais frágil. Este é um dos motivos que nos leva na busca por compreender a relação comercial e política que a coroa mantinha com sua colônia americana⁶¹. Para compreender as particularidades relativas à Filosofia Natural, temos que conhecer os processos políticos e econômicos, e toda a teia político-econômica que Portugal mantinha no Atlântico com suas colônias.

Os interesses, por vezes, ultrapassavam os quesitos econômicos e políticos. E é aqui que o nosso interesse maior repousa. A interação e interligação atlântica entre a metrópole e a colônia, que no caso deste trabalho é tema central, são essenciais para compreendermos os motivos que levaram a coroa portuguesa a realizar estudos de reconhecimento territorial e científico, impulsionados, entre outros, por motivos políticos e econômicos⁶². Compreender tais ligações atlânticas entre a Metrópole e suas colônias nos auxiliará no entendimento dos motivos que levaram a observação e catalogação sistemática da fauna e flora da América portuguesa. Entender as redes de contato, de comércio e de conhecimento que foram estabelecidas desde o século XVI quando os portugueses desembarcaram no Novo Mundo, e que transformaram o cenário econômico e político ao longo de três séculos⁶³, nos auxilia neste processo de construção de conhecimento sobre o período e sobre os trabalhos de filosofia natural que foram desenvolvidos pelos portugueses ao longo do século XVIII.

⁶¹ BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Edições 70, 2010.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A rede económica do Mundo Atlântico português. IN: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Edições 70, 2010, p. 115-144.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Padrões de colonização no Império português. IN: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Edições 70, 2010, p. 171-206.

FÉRNANDEZ-ARMESTO, Felipe. A expansão portuguesa num Contexto Global. IN: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Edições 70, 2010, p. 491-526.

FÉRNANDEZ-ARMESTO, Felipe. *Pioneiros: A história épica das explorações do homem ao longo dos séculos*. Publicações Dom Quixote: Lisboa, 2008.

⁶² POLÓNIA, Amelia. *Redes informais e mecanismos de cooperação na Época Moderna*. Quadro teórico e contributos epistemológicos aplicadas ao espaço colonial português in ST3 "Articulações Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema Atlântico (séculos XVI – XVIII)" in III Congresso Internacional de História Colonial (Recife, 4-7 September 2010).

⁶³ BOXER, 2011; BETHENCOURT; CURTO, 2010; MAURO, Frédéric. *Political and economic structures of empire, 1580-1750*. New York: Cambridge University Press, 1987. SCHWARTZ, Stuart B. *Plantations and peripheries*. New York: Cambridge University Press, 1987.; ALDEN, Dauril. *Late colonial Brasil, 1750-1808*. New York: Cambridge University Press, 1987; FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2008

As questões políticas, econômicas e filosóficas que permeavam o universo luso-brasileiro são de extrema importância para compreendermos o universo total do período em questão. Contudo, nossa pretensão repousa em aspectos que relacionam estes temas, com as teorias e metodologias da História das Ciências, traçando um panorama geral da produção científica portuguesa sobre o Mundo Natural, tentando identificar seus agentes e a possível circulação de conhecimento entre a colônia e a metrópole, claro, as suas mútuas influências e consequências no contexto científico do período. Para compreender estes aspectos da produção científica ao longo do século XVIII, é preciso conhecer e analisar os trabalhos produzidos no período e as teorias tradicionais da História das Ciências.

Uma de nossas preocupações e prioridades é compreender a partir de que parâmetros o conhecimento acerca do Mundo Natural poderia ser desenvolvido durante o Iluminismo, e esclarecer quais eram as perspectivas adotadas pelos homens de ciência na elaboração dos trabalhos científicos, e a possível relação deste tipo de trabalho com o avanço e consolidação dos paradigmas emergentes pelo pensamento ilustrado. Para compreender estes quadros epistemológicos tão complexos, é preciso buscar aporte teórico em trabalhos de cientistas que há muito buscam respostas para essas transformações que ganharam caráter de “concluídas”, ou quase isso, ao longo do período ilustrado⁶⁴.

Para Thomas Hankins (2010), duas palavras podem ser consideradas como primordiais para compreender as transformações científicas do período ilustrado: Razão e Natureza. A compreensão do funcionamento do universo e a criação de novos paradigmas que pudessem trazer luz aos mais variados campos do saber, residiam na relação entre a razão, produto do intelecto humano⁶⁵, e a natureza, que ainda trazia consigo tantos mistérios e respostas a serem desvendadas. O que hoje compreendermos por ciência, era apontado ao longo do Iluminismo, como Filosofia Natural. Para os editores da *Encyclopédie* existia uma diferença relevante entre Filosofia natural e História Natural. A primeira era a faculdade da razão, e a segunda, a faculdade mental

⁶⁴ KRAGH, Helge. *Introdução A Historiografia Das Ciências*. Porto: Porto Editora, 2011. Chicago: The University of Chicago Press, 2003; HANKINS, 2010; THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação ao homem e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁶⁵ GRIBBIN, John. *História da Ciência de 1543 ao presente*. Publicações Europa-América, Portugal, 2005.

da memória⁶⁶. Ambas eram importantes e ajudavam os filósofos a compreender o Mundo Natural. A história, para os filósofos iluministas, era um instrumento de conhecimento e combate contra as ideias obscuras dos períodos anteriores⁶⁷. Essas perspectivas iluministas apontadas por Hankins e Kragh não ficam apenas no campo abstrato, podemos fazer usos de análises como essas para compreender os processos sensíveis que ocorreram na filosofia do período e que afetaram todo o conhecimento sobre o Mundo Natural. E neste processo, como já mencionamos ao longo deste texto, Portugal e suas colônias tiveram um papel pertinente. Se a Filosofia natural era considerada ao longo do período iluminista aquela que poderia trazer a razão para o entendimento do Mundo Natural, conhecer a natureza da América portuguesa e produzir conhecimento sobre ele, torna-se fundamental naquele período, não apenas para Portugal e suas colônias, mas para todos aqueles que estavam envolvidos com as transformações filosóficas do período iluminista.

Os trabalhos de Filosofia Natural sobre a natureza do Brasil

Para compreendermos de que maneira as políticas de incentivo aos trabalhos de coleta de dados acerca do Mundo Natural foram empreendidas, é necessário voltarmos nossos olhos para o universo geral de trabalhos escritos ao longo do século XVIII e tentarmos perceber de que maneira os estudos sobre a natureza da América portuguesa, pôde ou não, alimentar o ambiente científico e aferir quais foram as contribuições destes estudos filosóficos naturais para as transformações correntes no período.

Como já tratamos, não apenas do fomento promovido pela Coroa e dos indivíduos com formação acadêmica viveu a investigação da natureza e o pensamento crítico no mundo lusófono setecentista. Não foram poucos os indivíduos que, mesmo sem formação acadêmica voltada para os estudos filosóficos naturais, produziram trabalhos com características filosófico-naturais.

Muitos foram os documentos produzidos antes e durante o período das Expedições Filosóficas, que tinham por objetivo fazer estudos sobre o ambiente natural das colônias, com relatos de espécies de animais, plantas, clima, hidrografia e geografia.

⁶⁶ HANKINS, 2010

⁶⁷ KRAGH, 2001

Os trabalhos desenvolvidos nesta altura podem ser peças fundamentais para montarmos o quadro de informações sobre o ambiente científico de Portugal e da América portuguesa no século XVIII.

As fontes documentais podem apresentar, em diversos aspectos, alguma relação com os princípios filosóficos naturais vigentes ao longo do período Iluminista (como a sistemática Lineana, por exemplo). Muitas contêm descrições e/ou inventariação da fauna e flora da América portuguesa, e foram produzidas no período em que Portugal buscava um maior conhecimento acerca das potencialidades naturais dos domínios coloniais, e nestes casos, é comum encontrarmos apenas listas de animais, plantas e populações nativas. Para este período, como já mencionamos, o acervo de fontes documentais que possam constituir a base de análise para os nossos propósitos é vasto, principalmente se contabilizarmos aquelas produzidas a partir do reinado de D. Maria I⁶⁸.

Podemos começar destacando o acervo do Arco do Cego, coleções particulares, relatos de viajantes que passaram pelos trópicos, tratados escritos por moradores da colônia, funcionários da Coroa, Militares, Clérigos e Acadêmicos, enfim, muitos foram os trabalhos desenvolvidos com o intuito de reconhecer o ambiente natural do Novo Mundo, mas nem todos podem ser colocados dentro do complexo entendimento da Filosofia Natural. Tenham sido produzidas com finalidades políticas, sociais, ou filosófico naturais, as fontes documentais do período ilustrado que dizem respeito sobre o ambiente natural do Brasil podem auxiliar-nos no entendimento das questões relativas a produção de saber científico ocorrida ao longo deste período.

A partir da análise destes trabalhos filosóficos naturais sobre a América portuguesa, é quase infinito o campo de trabalho que se nos abre. O número de trabalhos é de fato extenso, o que nos leva a adotar critérios de seleção documental que permitam uma análise conjunta das obras e que encontre características comuns entre elas, como por exemplo, se o trabalho circulou no meio científico colonial e europeu. Levando em consideração que muitos dos textos que fazem referência à natureza do Brasil no século XVIII não foram produzidos por discípulos de Vandelli, ou seja, não foram produzidos por naturalistas formados na Universidade de Coimbra, mas sim por homens que tinham as mais variadas funções e profissões e que dedicaram parte de seu

⁶⁸ NIZZA DA SILVA, 1999; CARNEIRO, SIMÕES, DIOGO, 2000; DA SILVA DIAS, 1968

tempo a descrever o ambiente natural, tais como sargentos, capitães, coronéis, clérigos, engenheiros e médicos, não podemos utilizar o critério de seleção documental referente apenas a textos escritos por naturalistas.

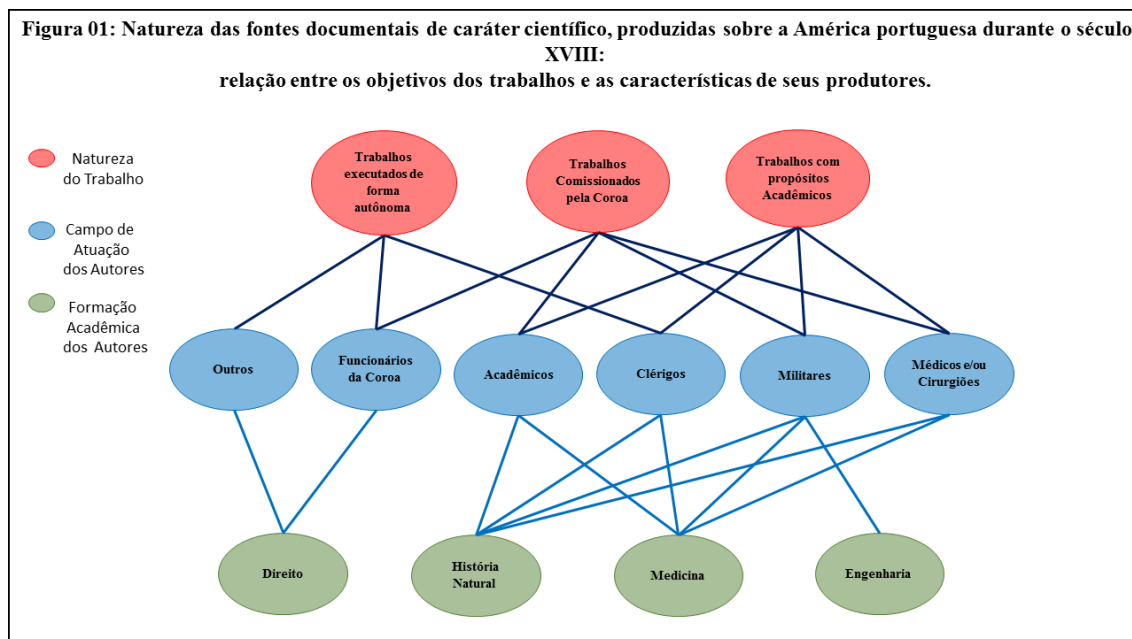
A partir desse problema inicial, buscamos então selecionar as fontes documentais a partir de critérios que pudessem, de uma forma global, reuni-las em um grupo com aproximações relativas a profissão e formação de quem as produziu, a atuação profissional, os objetivos que o levaram a escrever, e o conteúdo do trabalho. Todas essas características juntas devem ser utilizadas para selecionar os trabalhos que possam servir à demonstração da maneira como a natureza da América portuguesa foi observada, porque e para quem essas observações foram feitas, como essas informações chegavam até a Metrópole e que tipo de circulação, se houve, esses trabalhos tiveram. A partir deste critério, chegamos à seleção das fontes que poderiam conter todas, ou quase todas, essas características, e assim, compor o *corpus* documental para a análise proposta.

Ao verificar na historiografia que analisa os trabalhos sobre o Mundo Natural da América portuguesa ao longo século XVIII e os agentes produtores destes trabalhos, observamos uma ampla participação de diversos indivíduos cuja formação intelectual e função que desempenhavam, fazem com que possam ser agrupados em um número limitado de conjuntos. Em relação ao universo total de trabalhos, uma parcela considerável destes autores possuía alguma formação acadêmica, sendo as mais recorrentes nas áreas de Direito, Engenharia, Teologia, História Natural (que conferia habilitações em Química e Botânica), Medicina e\ou Cirurgia⁶⁹. Muitos destes eram formados pela Universidade de Coimbra. Em termos de ocupação profissional, as mais frequentes estavam ligadas aos serviços Militares (que possuíam formação em engenharia e História Natural), aos cargos eclesiásticos (que tinham uma cadeira específica de História Natural), aos acadêmicos formados em Coimbra (que poderiam ser Bacharéis em Direito e Filósofos Naturais). Havia ainda os funcionários da Coroa ligados aos cargos de confiança, que comumente poderiam desempenhar alguma função ligada ao reconhecimento das potencialidades naturais, e por fim, ainda haviam os

⁶⁹ NIZZA DA SILVA, 1999; CARNEIRO, SIMÕES, DIOGO, 2000; SILVA DIAS, 1968, BRIGOLA, 2003

Médicos e/ou Cirurgiões, que normalmente desenvolviam trabalhos de análises do Mundo Natural, que pudessem ser úteis para a manipulação de medicamentos.

A partir deste quadro geral das formações e ocupações dos produtores de trabalhos de filosofia natural da América portuguesa, podemos pensar de forma esquemática, para representar o universo total tipificado da produção dos trabalhos científicos e técnicos sobre a natureza, e assim, criar um critério de seleção de fontes documentais que abranja, em escala reduzida, as mesmas características. Trata-se de uma redução de proporções para tornar possível a compreensão da produção de trabalhos sobre a natureza da América portuguesa ao longo do século XVIII. A *figura 01* pretende ilustrar o universo global dos produtores, a distribuição de suas formações e atuações em relação aos trabalhos produzidos, no âmbito da recolha de dados e produção de conhecimento acerca do Mundo Natural das colônias.



Um estudo de caso: Francisco Antonio de Sampaio e sua *História dos Reinos Vegetal, Animal e Mineral do Brasil* pertencente à Medicina.

Desde o início do século XVIII, no reinado de D. João V, houve uma maior circulação de indivíduos, livros, ideias e correspondências entre os mais variados agentes portugueses, seja pelo Império português, ou entre este e os países do norte da

Europa. Na primeira metade do século XVIII boa parte do pensamento científico português circulava através da troca de correspondências entre diplomatas, funcionários da Coroa, e intelectuais⁷⁰. Os conteúdos dessas cartas eram os mais variados, e através delas, o pensamento científico circulava, e se validava. Este cenário não se modificou para a segunda metade do século XVIII, muito pelo contrário, se intensificou. O volume de trabalhos escritos a partir de meados do século, em relação às questões políticas, econômicas e científicas relativas à averiguação das potencialidades naturais das colônias, especialmente o Brasil, é inegavelmente maior. Havia um maior interesse do Estado, que por sua vez se traduziu em um aumento de agentes que buscavam produzir trabalhos, ou simplesmente escrever sobre a natureza das colônias e apresentar mecanismos que deveriam ser utilizados pela Coroa para potencializar o conhecimento e a utilização dos recursos naturais para o comércio e para as ciências.

No século XVIII, apesar de ser notável o pequeno número de trabalhos impressos, em relação ao volume de manuscritos, isso não configurou pouca circulação de trabalhos, ideias e conhecimento no Império português. O conhecimento científico circulava através da extensa rede de agentes e das trocas de correspondências e trabalhos manuscritos que eram enviados através desta rede a partir de todos os recônditos do Império para a Metrópole⁷¹. Como o número de agentes inseridos nos centros fora de Portugal era significativo, o conhecimento circulava e se difundia através desta complexa rede que envolvia muitos territórios e uma grande diversidade de indivíduos, que atuavam em diferentes frentes, como diplomatas, médicos, intelectuais e funcionários da Coroa.

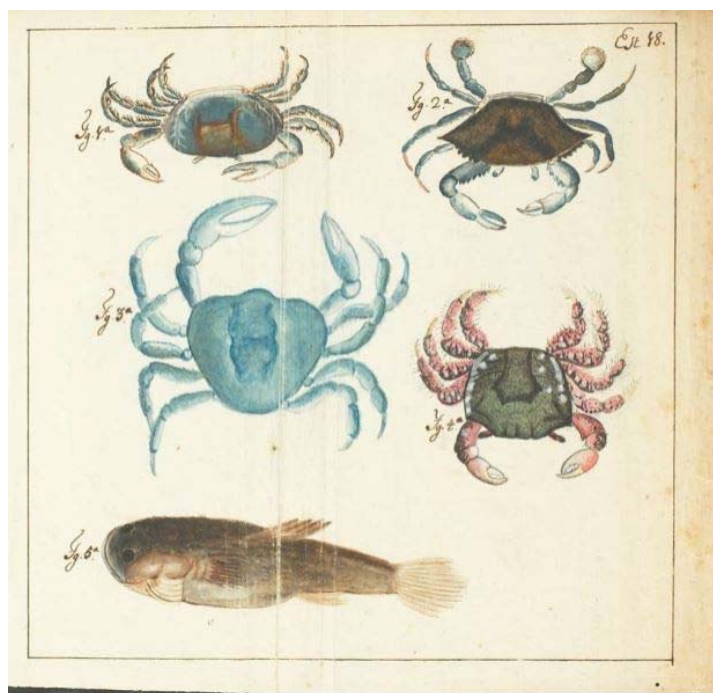
É neste cenário de circulação de ideias e pessoas, que podemos apresentar o caso de Francisco Antônio de Sampaio e seu trabalho sobre a natureza do Brasil, a “*História dos Reinos Vegetal, Animal e Mineral do Brasil pertencente à Medicina*”.

Francisco Antônio de Sampaio nunca frequentou o curso de Medicina, apesar de se intitular e ter recebido autorização para atuar como Cirurgião e Médico em 1762 (ANTT, CHR. D. José I, liv. 70, fl. 282v). Nasceu em Vila Real, Portugal, e se mudou para o Brasil ainda criança. Mais tarde se estabeleceu na Vila de Cachoeira – Estado da

⁷⁰ FURTADO, Junia Ferreira. *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2012

⁷¹ FURTADO, 2012

Bahia. Seu trabalho não é inédito para a comunidade científica atual, já foi citado em alguns textos. Por exemplo, em 2008 foi publicado com título modificado pela editora Dantes no Brasil⁷², uma possível cópia encontrada na Biblioteca do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Nesta edição, a publicação da obra não está completa, contendo apenas seleções de alguns trechos do trabalho de Sampaio, e cópias das cartas que ele enviou para Academia das Ciências de Lisboa. Algumas décadas antes, em 1969, uma versão sem as estampas coloridas, porém com todo o conteúdo descritivo da obra, foi publicado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com introdução e pesquisa do então chefe da divisão de manuscritos, Darcy Damasceno⁷³⁷⁴. Contudo, existem poucos trabalhos onde os textos de Francisco Antonio de Sampaio foram utilizados para análise, não apenas de sua obra e da importância dela para o cenário científico do período, mas também, análises de sua relação com a Academia das Ciências de Lisboa.



Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Acervo Digital –
Francisco Antonio de Sampaio, *História dos Reinos Vegetal,
Animal e Mineral* pertencente a Medicina – Tomo I e II.⁷⁵

⁷² MARTINS, Anna Paula. [Edição e Pesquisa]. Barreto, Domingos Alves Branco Muniz. *O Feliz Clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz*. – Rio de Janeiro: Dantes, 2008.

⁷³ Os originais encontram-se depositados e disponíveis em versão online na mesma Biblioteca.

⁷⁴ DAMASCENO, Darcy (edição e pesquisa). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/Acervo online Google Books: Escrito por Francisco Antônio de Sampaio - “História dos reinos Vegetal, Animal e Mineral do Brasil, pertencente à Medicina – Tomos I e II”*, de 1782.

⁷⁵ Disponível em:

Francisco Antonio de Sampaio nunca voltou a Portugal. Trabalhou e escreveu seu texto na Vila da Cachoeira, Brasil. A partir de breves relatos em suas cartas enviadas à Academia das Ciências, podemos deduzir que viveu, ou pelo menos passou algum tempo, nas Capitanias do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

O que nos chamou atenção no trabalho escrito por Sampaio, não foram os coloridos desenhos de plantas e animais, mas sim, as descrições dos Reinos Vegetal e Animal, a utilização de alguns trabalhos de extrema relevância para o período, e a rede de relações interpessoais estabelecidas por ele com agentes em território colonial e na Metrópole.

Em primeiro lugar, destacamos o fato de Francisco Antônio de Sampaio ter tido contato com os trabalhos de Carl von Linné. A sistemática Lineana é citada e utilizada na obra de Sampaio em muitas das descrições de animais. O autor procura classificar as espécies que vê, de acordo com o sistema Lineano, e quando não encontra correspondência, avisa o seu leitor que a espécie não foi classificada por Lineu, e então faz a sua própria descrição, e tentativa de classificação da espécie. No caso das plantas, Sampaio buscou dar as virtudes e usos medicinais. Já para os animais, além da incorporação da classificação Lineana para as espécies que fossem compatíveis, ele as descrevia anatomicamente, e dava os usos medicinais, quando isso se aplicava.

Outro ponto relevante no texto de Sampaio, neste caso, relativo ao Reino Vegetal, é a citação de dois autores e suas respectivas obras – os médicos Manoel Rodrigues Coelho - *Pharcopeia Tubalense* (1735) e Francisco da Fonseca Henriques - *Ancora Medicinal* (1731). Ambos os autores, e seus trabalhos, já eram amplamente conhecidos no final do século XVIII, e seus trabalhos sofriam críticas por parte dos estudiosos do período⁷⁶. No caso dos trabalhos de Henriques e Coelho, Francisco Antonio de Sampaio adota uma abordagem diferente daquela que utilizou com a sistemática lineana, ele não usa os trabalhos destes autores como base metodológica e teórica, ao invés disso, ele reprovava o conhecimento de ambos, apontando que o seu

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss22949/mss22949.pdf

⁷⁶ DIAS, José Pedro Sousa. Droguitas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 2007.

conhecimento em relação à determinadas plantas e seus usos na medicina, era mais preciso do que o de Coelho e Henriques.⁷⁷

Além da análise dos conteúdos de seu trabalho, e a busca por elementos que forneçam dados para averiguar a presença, ou não, de circulação e reconfiguração de conhecimento científico, um segundo ponto interessante sobre a obra de Sampaio pode ser notado em quatro cartas escritas por ele e endereçadas à Academia das Ciências de Lisboa nos anos 1783, 1788, 1789, 1793.⁷⁸

Francisco Antônio de Sampaio, em 1783 escreveu uma carta endereçada à Academia das Ciências, onde ele se apresenta, diz não ter formação universitária, e assume que seus conhecimentos foram adquiridos de maneira empírica em território colonial. Conta que tinha dado início à um projeto onde ele escreveria a História dos Reinos Animal, Vegetal e Mineral do Brasil pertencente à Medicina, e que estava enviando para a Academia o primeiro tomo, sobre os vegetais. Na sequência, nos anos de 1788, 1789, 1793, Francisco Antônio de Sampaio envia mais três cartas, onde agradece a boa recepção da Academia a respeito de seu trabalho, o que nos faz crer que ele recebeu cartas vindas da Academia. Anuncia que tem problemas com seu pintor, o que nos faz supor que os desenhos foram feitos por esse indivíduo. Pede à Academia que lhe seja concedido o status de sócio correspondente. Pede desculpas pelo atraso no término dos tomos sobre os animais e os minerais. Diz ser multado constantemente por exercer Cirurgia e Medicina sem ter formação universitária, e diz julgar absurdo ainda ter que comprovar a própria eficiência como Medico e Cirurgião depois de longos anos de profissão. Se coloca como humilde servo da Academia e da Rainha, e diz que dará continuidade no trabalho como naturalista.

⁷⁷ Por exemplo, na página 176 do Tomo I sobre o Reino Vegetal, Francisco Antonio de Sampaio descreve e dá as virtudes e usos dos mundobins (edição XI – Dos Antiespasmódicos), de acordo com seus conhecimentos sobre a planta. Em sequência, no que ele denomina de “Advertência”, ele cita Henriques e Coelho: “Esta é a verdadeira, e sincera descrição dos Mundobins, e não a que se lhes fazem Manoel Rodrigues Coelho na sua Pharmacopea Tubalence, em que diz não ter rama, nem forma de planta, e Francisco da Fonseca Henirques na sua Ancora Medicinal, que lhes dá o sabor semelhante ao dos feijões; o que tudo é engano, erro crasso como se colhe do que acabo de expor”. (Tradução própria a partir do manuscrito original da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), pg. 176.

⁷⁸ Estas cartas, que no período da pesquisa para a tese pareciam-me inéditas, foram publicadas, porém sem análises, pela editora Dantes (MARTINS, 2008). Contudo, para este capítulo, e para os demais trabalhos de análise na Tese, utilizei a transcrição, feita por mim, dos originais das cartas depositados na Academia das Ciências de Lisboa.

Na última carta, temos mais alguns elementos interessantes. Primeiro que Francisco Antonio de Sampaio tinha contato estabelecido com o sócio correspondente da Academia, Joaquim de Amorim Castro, que também produzia trabalhos como naturalista no Brasil. Depois, que a Academia ainda não havia lhe concedido o título de sócio correspondente, e que estava cobrando o envio dos trabalhos referentes aos reinos animal e mineral. Em resposta, Francisco Antônio de Sampaio diz ter enviado o restante do trabalho, mas, a princípio, a caixa com todo o material havia sido extraviada ou havia se perdido.⁷⁹ Em uma busca na lista de sócios correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa, descobrimos que Sampaio só foi registrado como Sócio no ano de 1798, ou seja, 15 anos após ter enviado a primeira carta à Academia juntamente com o Tomo referente às plantas.

Toda essa trama, rapidamente descrita, envolvendo as cartas de Sampaio à Academia e a produção de seu trabalho sobre os Reinos Vegetal, Animal e Mineral, abre-nos uma via para perceber que o incentivo da Coroa para que trabalhos filosóficos naturais fossem feitos a respeito da natureza do Brasil, atingia um grande número de agentes em território colonial. Sampaio não era um erudito de formação acadêmica, mas mesmo inserido em um contexto secundário - não somente do ponto de vista das relações interpessoais, mas também do ponto de vista do território -, Sampaio pôde, primeiro, ter contato com trabalhos científicos que estavam inseridos nos mais elevados centros intelectuais da Europa, como os de Lineu, Manoel Rodrigues Coelho e Francisco da Fonseca Henriques. E com as instruções da Academia para que agentes inseridos nos contextos coloniais se dispusessem a descrever e classificar o ambiente natural). Em suas cartas, Sampaio diz que fez, e continuaria fazendo, seus trabalhos debaixo das ordens e termos de Lineu, e que esperava que o mesmo fosse útil para a Academia e para o Reino. De alguma forma, Sampaio pôde aplicar e transformar os conhecimentos que absorveu de outros trabalhos, à medida que foi escrevendo seu próprio trabalho, que depois foi enviado para a Academia das Ciências de Lisboa.

O que tentei demonstrar neste capítulo, é a maneira como em Portugal e no Brasil, o conhecimento circulava não em uma via única, mas em uma ampla e complexa rede de agentes que envolvia indivíduos em vários pontos do Império e fora dele. Além

⁷⁹ Muitos outros pontos interessantes podem ser extraídos e utilizados para a análise dos trabalhos de Francisco Antonio de Sampaio, contudo, estas análises serão feitas ao longo da Tese.

disso, através da circulação de agentes e trabalhos, o conhecimento científico atingia todos os recônditos do Império e era utilizado, transformado e recodificado antes de chegar a ser publicado ou tornado público. Muitas vezes, e no caso de Portugal, o fato de trabalhos como o Francisco Antônio de Sampaio nunca ter sido publicado, não significou a falta de circulação e divulgação do mesmo. Por exemplo, na publicação dos textos de Sampaio feita pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1969, Darcy Damasceno, diretor da biblioteca no ano da publicação da obra, diz que os manuscritos, exceto o que dizia respeito aos minerais, foram enviados para o Brasil por Joaquim Henriques de Paiva⁸⁰ e doados ao Instituto Histórico no ano de 1853. O caminho feito pelos textos de Sampaio até chegar em Paiva não sabemos, o que podemos dizer é que havia uma grande circulação de textos entre os sócios correspondentes da Academia. A rede que existia entre os correspondentes da Academia no final do século XVIII era complexa e englobava todo o Império.

De maneira concisa, este capítulo representa a prática metodológica de análise que procuro aplicar à minha tese. Através de uma análise do panorama geral dos trabalhos produzidos ao longo do século XVIII sobre o Mundo Natural do Brasil, e baseados em uma bibliografia específica do tema, pude traçar o perfil dos agentes produtores, de suas profissões, atuações profissionais no momento em que escreveram o trabalho e a natureza do trabalho escrito. Através desse modelo, selecionamos as fontes documentais, e iniciamos a análise na tentativa de compreender de que maneira os agentes, seus trabalhos e o próprio conhecimento científico circulavam entre Portugal e o Brasil, traçando conexões com outras áreas.

O objetivo de análise na Tese, é a compreensão da produção científica – e no caso específico da Filosofia Natural – a partir de parâmetros ligados à circulação do conhecimento científico, suas práticas, seus materiais, suas ideias, entre Portugal e sua colônia americana. Compreender quais foram as aplicações da Filosofia Natural no Reino, e dele para a América portuguesa; compreender como era observado, classificado e sistematizado o Mundo Natural da América portuguesa, a circulação de conhecimento através de trabalhos escritos, e o perfil daqueles que produziam os trabalhos – porque produziam e para quem produziam - será o nosso objetivo.

⁸⁰ Joaquim Henriques de Paiva foi um médico e químico português.

Não me deterei, assim, apenas aos aspectos matérias e instrumentais da produção científica portuguesa, mas sim, buscarei compreender como era formada a rede de contatos, trocas, interações, observações, associadas aos aspectos sociais, políticos e econômicos da relação de Portugal com o Brasil, e do Brasil com Portugal.

Este tipo de análise é possível se nos focarmos em uma série de trabalhos que possam traduzir um universo amplo da produção científica do período, e não apenas em um ou dois trabalhos.

O encontro entre o pensamento amplo iluminista que chegou à Portugal através de iniciativas do reino, de particulares, de intelectuais que deixaram o país para buscar conhecimentos fora, de funcionários da coroa, de militares, de clérigos, - e a própria formação do pensamento iluminado português, em associação com a realidade colonial, serão aqui o nosso *locus*. Quando nos referimos à circulação, não estamos pensando apenas na simples disseminação ou transmissão de ideias, mas, nos processos de produção de conhecimento a partir de uma produção local, reconfigurado a partir de métodos de encontros, negociação e reconfiguração⁸¹. Poder e resistência, entre as comunidades científicas e os produtores de trabalhos. Em tal modelo, podemos alocar o trabalho de Francisco Antônio de Sampaio. O caminho percorrido por ele, pelo conhecimento que ele absorveu e produziu, pela prática do conhecimento transcrita em seus trabalhos. Pela observação dos métodos de outros, e reconfiguração destes em seus próprios moldes de observação e descrição.

Assim, creio ser possível traçar um panorama geral, não apenas da produção de conhecimento científico sobre o Mundo natural do Brasil, mas também, a caracterização dos agentes produtores, de seus trabalhos, do conhecimento e da circulação de todos esses elementos entre o Brasil e Portugal no século XVIII.

⁸¹ RAJ, Kapil. *Beyond Postcolonialism... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science* Isis, 2013, 104:337–347.

Anexos

Cartas de Francisco Antonio de Sampaio para a Academia das Ciências de Lisboa. Transcrição própria, feita a partir dos originais depositados na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa – COD 1944, série azul, páginas 233, 282, 402, 463. A grafia foi atualizada.

1783

“Exmo. Senhor.

Um sincero desejo de ser no pouco que posso útil à minha Nação, e é que anima a minha confiança a expor na presença respeitável de V. Ex^{as}. que saindo eu de Vila Real minha Pátria nos meus primeiros anos, passei a estes Estados da América; e depois de correr, com engenho naturalmente curioso, os mais notáveis lugares do Rio de Janeiro, Capitania do Espirito Santo e Bahia, estabelecendo a minha residência na Vila da Cachoeira, e entregando-me por uma natural propensão ao estudo da Medicina, Cirurgia e Farmácia, e fazendo nele os progressos que o País me pode permitir, por meio de uma continuada lição dos livros, procurei com diligência no decurso de trinta e cinco anos de Brasil, e vinte e quatro de uso pratico do curativo, alcançar alguns conhecimentos mais particulares das produções medicinais deste continente, observando quanto pode a minha exaço as suas diferentes naturezas, formações, espécies, vegetações, e o diverso mecanismo com que cada uma delas opera no corpo humano seus diferentes efeitos: e reconhecendo os enormes erros com que destas mesmas produções tem escrito muitos autores, já alterando as suas substâncias, e configurações, já acrescentando ou diminuindo as suas virtudes, talvez por imperícia dos observadores, ou credulidade nas tradições, me determinei a fazer umas breves descrições das mais notáveis produções em todos os três reinos, com as suas virtudes e usos, e ao menos daquelas que me são mais familiares na pratica e experiência, desenhando-as em estampas debuxadas à face dos mesmos originais no seu estado natural com a maior exaço e clareza que eu pudesse conseguir; e tendo concluído a primeira parte do Reino Vegetal, considerando-as suas imperfeições e falta da arte, do método e da ciência que eu deveria possuir para a satisfação do meu dever, a deixaria em silêncio se ao mesmo passo não ponderasse que ao menos poderá servir de estímulo

a algum gênio mais feliz que o meu, para que a empreenda e execute de um modo capaz de ser adotada por essa Real Academia para utilidade pública, a quem nem estes muis inúteis desejos alegaria a oferecer se o Ilustríssimo e Exmo. Presidente dessa Regia Academia, bem como V. Ex.^a aos demais Ilustres membros dela não tivessem animado a minha inação com aquele afável acolhimento, e benigna proteção a que movem o ânimo dos estudiosos para que concorram a instruir a Nação e dar as Artes e Ciências um imortal e glorioso esplendor e utilidade do bem comum, único fim que tem por objeto a mesma Real Academia de quem V. Ex.^a por suas distintas virtudes é benemérito e secretário, e a quem dignamente serve com tão altos talentos literários, e com tão brilhantes luzes ilustra, orna e condecora.

Estas são as razões que me animam a que apresente a essa Real Academia pelas respeitadas mãos de V. Ex.^a a pequena e inculta descrição das plantas medicinais do Brasil. Se eu for tão feliz que mereça a honra da sua aprovação e inteligência para a continuação, prosseguirei a segunda parte do Reino Vegetal e do Animal e Mineral, ou pelo mesmo método que me tenho adotado, ou por aquele que por V. Ex.^a me for proscrito e determinado.

É nesta esperança que eu tenho a honra de procurar a proteção de V. Ex.^a fazendo por sua preciosa vida incessantes votos a Deus que guarde e felicite a nobilíssima pessoa de V. Ex.^a.

Villa da cachoeira da comarca da Bahia de Março de 1783.

De V. Ex.^a

Servo o mais humilde e obsequioso.

Francisco Antonio de S. Payo.

1788

Exmo. Senhor. Presidente e demais Sócios dessa real Academia.

É indizível o gosto de que meu espirito se preocupa com as estimáveis letras que de V. Ex.^a recebi, e com a maior submissão vou gratificar-lhes a distinta honra que participam a minha inútil indigência, que por destituída de qualidades boas, nada merece.

Por satisfação ao gosto de V. Ex.^a estou continuando com o Tomo Segundo que constam o Reino Animal, e na verdade se faz bem plausível pela extravagância das figuras, costumes e Anatomia que de tudo trato.

Com a possível brevidade a farei ver à Real Academia, com intimo desejo de que seja dos Exmos. Senhores sócios, bem aceito.

Da mesma sorte pretendo enviar às honras dessa Real Academia em um Relicário encerado, e em uma pedra Brasílica esculpida, que por falta de Professores de talha e escultura me vi obrigado a fabricar tudo com a delicadeza que minha curiosidade pode; se pela perfeição não merece agrado, ao menos o conseguirá pela matéria de que é construída.

Por falta de tempo com que sempre o sofro, não posso juntamente remeter o retrato da Rainha minha Senhora na mesma pedra debuxado; o que se Deus me conservar a vida farei na mais próxima ocasião.

O supremo ser comunique a V. Ex.^a abundantes graças e felicidades repetidas para eu com intenso prazer publicar a honra que consigo em ser,

De V. Ex.^a

Villa da cachoeira

7 de novembro de 1788.

Obsequiosíssimo criado.

Francisco Anto. De S. Payo.

1789

“Exmo. Senhor Presidente e demais sócios dessa Real Academia.

O estimável aviso que de V. Ex.^a recebi, foi um estímulo vivo para o seguimento do meu principiado projeto.

Continuou a minha incansável diligência à História dos Reinos Vegetal, Animal, e Mineral do Brasil, e na atendível presença de V. Ex.^a oferece o segundo Tomo, se não com os atributos do desejo, ao menos com a exaltação da possibilidade.

Nele se faz ver o diverso método que segui crendo ser mais preciso, perceptível e interessante; merecendo justa desculpa a alguma miscelânea das estampas por se precisar debuxar as figuras no tempo em que apareciam os originais.

As virtudes Medicinais que tenho neste Reino alcançado, e no volume descrito, foram nos anos passados conseguidos. As condenações continuadas pelos Delegados do Proto-medicato de Lisboa, principalmente a de 1786 em que todos os Professores desta Vila fomos multados cada um pelo de Medicina em 70\$000, e pelo de cirurgia em 52\$ - tem posto inteiro embaraço dos meus experimentos.

Poucas semanas há que repetindo o mesmo Delegado de Medicina a sua correição nesta Vila, me fez notificar para o livramento das culpas da sua devassa na presença da Junta do Proto-medicato em Lisboa, não só por fabricar medicamentos, mas também por curar de Medicina, não obstante sua licença vitalícia que conservo passada por Sua Majestade Fidelíssima, assinada pelo último físico-mor do Reino Cristóvão Vaz Carapinho, com o selo da chancelaria e todas as mais circunstâncias, que a constituíram para os seus antecessores até agora valiosa; além disto não haver nesta Vila, Medico, e distar da Bahia onde só os há quatorze léguas por mar e mais de trinta por terra. Nem as minhas instâncias foram válidas de lhe pedir repentino exame, e de ter a honra de ser nomeado na lista dos correspondentes dessa Real Academia, Médico na Villa da Cachoeira; respondendo que sim conhecia em mim grande Erudição Ciência, prática e habilidade; mas que nada me valia não sendo médico formado.

Nesta situação Exmos. Senhores, vejo-me precisado a dispensar do uso médico, se V. Ex.^{as} me não concedem, ou alcançam uma ampla isenção do domínio destes mal-intencionados homens; que se a piedade da Senhora Rainha chegasse a notícia do que eles por cá praticam, perdendo, sequestrando, extorquindo dinheiros avultados, certamente a Senhora aboliria justiça tão perniciosa, e nociva as seus Estados.

Igualmente oferece o meu afeto em uma pedra brasiliense esculpida, e um Relicário clausuradas, as Armas dessa Real Academia, quando eu tratar do Mineral darei a noção das suas qualidades, que na verdade são estimáveis. Ardente desejo de ser solicito nos preceitos de V. Ex.^a, me fez passar de Médico à Geógrafo, fiz certa descrição; mas com o desgosto de não o poder agora concluir por contratempos do meu Pintor; na mais oportuna ocasião, que na verdade são daqui raras já lá farei ver à essa Real Academia, que penso lisonjeará o gosto, se não pelo rustico da frase, ao menos pela novidade do objeto.

No plano do manuscrito que agora ofereço, vão ponderadas em parte os motivos da muita falta na execução dos preceitos que V. Ex.^{as} me tem proposto; agora porem

repetindo digo, que neste País há em todos os Reinos, utilíssimas e admiráveis cousas, cuja notícia não tem chegado a naturalista algum; mas tão recôndita algumas, e difícil a sua invenção, que só o benefício de muito trabalho e dispêndios se podem conseguir o que eu não posso executar.

A demora da resposta da carta com o primeiro manuscrito incluso, diminuiu grandemente a vivacidade da minha diligência no exercício de Naturalista, crendo ser inútil o meu laborioso desvelo; e só desde o tempo em que a recebi tornei o projeto; por isso tem sido a presente remessa tardar, este o motivo porque rogo a V. Ex^{as}. a graça de com a possível brevidade me fazerem enviar a resposta desta. Ultimamente Exmos. Senhores, se aos correspondentes dessa Real Academia fosse permitido que esculpida as suas armas ou qualquer outra divisa fizesse publica a honra que da sociedade recebiam certissimamente exerceríamos com muito maior gosto o honorífico ministério. O céu participe a V. Ex.^a prosperidades infinitas, pare eu com mais prazer confessar a honra que adquiro em ser

De V. Ex.^a

Villa da Cachoeira

27 de Maio de 1789.

Obrigado e fidelíssimo servo.

Francisco Anto. De S. Payo.

1793

“Exmos. Senhores Presidentes e demais Sócios dessa Real Academia.

Pelo Doutor Joaquim de Amorim Castro, Juiz de Fora desta Villa da Cachoeira, em 14 de Abril de 1787, tive eu a honra de receber estimável conta que V. Ex.^{as} me remeterão, com a data de 10 de Novembro de 1785 resposta da que com o primeiro Tomo da História dos Reinos vegetal, Animal e Mineral pertencente a Medicina enviei; e como V. Ex.^a me rogaram a continuação de coisas novas, o de 1º de satisfazer os seus preceitos, foi estímulo bastante para eu prosseguir o principiado projeto. Sem perda de tempo eu pus em execução o 2º Tomo com 104 espécies de animais, quadrúpedes, aves, anfíbios, peixes, insetos e mariscos; todos descritos nas suas figuras, e cores, e muitos

na sua grandeza estampados; anatomizados todos, e com virtudes Medicinais muitos: tudo de baixo da ordem e termos de Linneu.

Tendo completo e pronto determinei remetê-lo, e por dar mais gosto a V. Ex.^a tentei igualmente enviar em uma bela pedra brasílica esculpida e em um Relicário clausuradas, as Armas dessa Real Academia, que por falta de Professores de Escultura, e talha a minha curiosidade tudo executou.

Na carta inclusa com este livro que eu remeti, se usa este Paragrafo: O ardente zelo de ser solícito nos preceitos de V. Ex.^a me fez passar de Médico a Geógrafo. Eu fiz certa discrição, mas com o desgosto de não a poder concluir e remeter por contratempos do meu Pintor; na mais oportuna ocasião o farei ver a essa Real Academia; que penso lisonjeira o gosto, se não pelo rustico da frase, sim pela novidade do objeto.

Era a descrição desta Vila da Cachoeira, desde a primeira casa que foi um engenho de fazer açúcar até o estado presente; com um Mapa mostrando esta Villa da cachoeira vista do Porto de S. Felix e este visto daquele até o oriente, e pelo meio do Rio Paraguaçu e pelo meio dele lanchas, canoas com remeiros, barcos, e d'água essa de mar e rio mostrando o rumo na onde corre e donde vem. Além disto descritas as plantações e manufaturas dos tabacos, das farinhas, dos açucares, tudo com estampas iluminadas e números das Almas não só desta Freguesia da cachoeira, mas também de mais sete que os seus termos compreendem.

Ultimamente Exmos. Senhores, em 10 de junho de 1789, Livro, Relicário, e carta, tudo em um caixão pregado eu remeti, e na tampa com letras grandes: Para a Invicta Academia Real das Ciências de Lisboa; com efeito para a Bahia o enviei a sujeito fidedigno com o rogo de o remeter a V. Ex.^{as}, e como tem sido tão demorada a resposta, eu penso que levaria descaminho; por isso que vou rogar com a maior instância e brevidade na resposta a V. Ex.^{as} que me certifiquem se com efeito foi lá o caixão recebido ou por cá desencaminhado.

Enquanto eu rogo ao céu que felicite a V. Ex.^{as} na estimável concórdia de Ilustre Sociedade confessado a honra que me resulta em ser.

De V. Ex.^{as}

Villa da Cachoeira 8 de abril de 1793.

Humilde criado

Francisco Anto. De S. Payo

As Ciências de Polícia em Portugal: teoria, reformismo e prática nos finais do Antigo Regime

Maria Luísa Gama

CIDEHUS-UE¹

Introdução

Em 2010, num artigo publicado no *e-Journal of Portuguese History*, Alexandre Cunha procurava reflectir sobre as características do reformismo ilustrado em Portugal, tentando não só articular o pensamento económico com a administração do Estado, mas também dar grande enfoque aos conceitos de *cameralismo* e *ciência de polícia*. No que a estes diz respeito, o autor enfatizava a presença da ideia de polícia nos discursos político, económico e jurídico ao longo da segunda metade de Setecentos, assinalando a ampla conceptualização que esta viria a ter em Portugal, proporcionada pela ideia de polícia francesa, mas também pela adopção de práticas *cameralistas* que eram sobretudo alemãs².

Dando importância crucial ao Marquês de Pombal na introdução de reformas que trouxeram a Portugal novas ideias administrativas, que, para além de terem tido impacto no sistema educativo, também proporcionariam uma importante reflexão sobre a economia portuguesa e os seus problemas, Cunha procurou descortinar a influência do *cameralismo* alemão na formação de um discurso e práticas económicas diferenciadas, que tiveram reflexos muito particulares nas políticas para as colónias, nomeadamente no Brasil. Este autor, em conjunto com José Luís Cardoso, tem destacado o processo reformista na política portuguesa na segunda metade do século XVIII em torno de questões importantes no pensamento *cameralista* alemão como a centralização das

¹Membro integrado não-doutorado do Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades. Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, SFRH/BD/84464/2012, projecto orientado pela Prof. Doutora Laurinda Abreu, intitulado Crime, Criminosos e Justiça Régia em Portugal nos Finais do Antigo Regime.

² Alexandre Mendes Cunha, “Police Science and Cameralism in Portuguese Enlightened Reformism: Economic Ideas and the Administration of the State during the Second Half of the 18th Century,” *e-Journal of Portuguese History* 8 (2010): 36–47.

finanças públicas, a utilização dos recursos naturais, o aumento da população e a reforma do sistema educativo³.

A maioria dos autores que trabalha sobre este período em Portugal entende que estas ciências e estado de polícia teriam surgido com as reformas pombalinas subsequentes ao terramoto de 1755 e, ainda que com diversas nuances, até ao início do liberalismo, acompanhado uma nova ciência, que se desenvolveria um pouco por toda a Europa, a *Policeywissenschaft*, que para além de propor uma reflexão sobre os mecanismos de funcionamento do Estado, visando sobretudo promover o seu enriquecimento e crescimento populacional, concentrou diversas disciplinas, entre as quais gestão urbana, controlo social, bons costumes, agricultura, manufacturas, segurança e saúde das populações⁴.

Esta ideia científica proporcionou a criação de diversas cátedras universitárias, a primeira das quais datada de 1727, em Frankfurt an der Óder, sob a égide de Frederico Guilherme I da Prússia⁵ e, difundindo-se rapidamente, chegaram a Viena em 1752 mesclando filosofia e direito público⁶, pouco antes da publicação de um dos mais importantes tratados sobre esta matéria, rapidamente traduzido e difundido um pouco por toda a Europa⁷, *Grundsätze der Polizeywissenschaft* de Johann Heinrich von Justi, datado de 1756⁸. Ainda que não haja entre os historiadores total consenso sobre estas questões⁹, o principal objectivo destas cátedras seria a formação dos futuros servidores do Estado¹⁰.

³ José Luís Cardoso e Alexandre Mendes Cunha, “Enlightened Reforms and Economic Discourse in the Portuguese-Brazilian Empire (1750-1808),” *History of Political Economy* 44 (2012): 619–41.

⁴ No fundo está aqui presente uma nova ideia de *governamentalidade*, onde a polícia para além significar uma *tecnologia* colocada ao serviço do Estado, corporizou igualmente um programa social vastíssimo, quicá utópico. Michel Foucault, *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)* (São Paulo: Martins Fontes, 2008), 421.

⁵ Keith Tribe, “Cameratism and the Science of Government,” *The Journal of Modern History*, 1984, 263.

⁶ Pascale Laborier, “La «bonne police». Sciences camérales et pouvoir absolutiste dans les États allemands,” *Politix* 12 (1999): 7–35.

⁷ Andre Wakefield, “Police Chemistry,” *Science in Context* 13 (2000): 231–67; Jürgen Georg Backhaus, ed., *The Beginnings of Political Economy: Johann Heinrich Gottlob von Justi* (Boston, MA: Springer US, 2009).

⁸ Johann Heinrich Gottlob von Justi, *Grundsätze der Policeywissenschaft: in einem vernünftigen, auf den Endzweck der Policey gegründeten, Zusammenhange und zum Gebrauch Academischer Vorlesungen abgefasst*, 3rd ed. (Göttingen: W. Vandenhoeck, 1782).

⁹ Andre Wakefield, “Books, Bureaus, and the Historiography of Cameralism,” *European Journal of Law and Economics* 19, no. 3 (2005): 312–313.

¹⁰ O que implicava conhecimentos muito vastos. “Future cameralists would need to learn about royal domain rights, agriculture, grazing, how to draft inventories of fields and animals, brewing, regalian rights in general, mines and salt works, coins, postal privileges, taxes, forests and fisheries, “town and

No caso português, segundo José Subtil, estas ideias, aliadas a determinadas áreas onde os magistrados já tinham alguma intervenção, vieram consubstanciar-se em novas práticas administrativas marcadamente interventivas¹¹. Esta era uma nova forma de governar, que adoptou novos instrumentos governativos para intervir em todas as esferas públicas, “disciplinando os corpos, as almas e os bens, criando normas, procedimentos e orientações através da via administrativa sem recurso aos tribunais”¹². Neste contexto surgiram novas figuras político-governativas, como os intendentos e os superintendentes, que vieram actuar especificamente nas áreas do comércio, agricultura, obras públicas, fábricas ou saúde pública¹³, todas correspondentes à noção de polícia propagada pela influência de obras como a de Justi, mas sobretudo como o *Traité de la Police* de Nicolás de La Mare¹⁴, bastante influente em Portugal pela proximidade com a criação e actuação da polícia de Paris instituída por Luís XIV em 1667.

O conceito de polícia passava a ser sinónimo de uma administração iluminada, profundamente interventiva, com múltiplos braços, associada à figura de um Rei-legislador, identificando-se com toda a “política interna do príncipe”¹⁵.

Todavia, mais importante do que a veiculação de novas ideias, foi a sua instituição em novas “áreas funcionais”, sobretudo a partir da década de sessenta, consubstanciadas não só na criação da Intendência Geral da Polícia em Junho de 1760, mas noutros órgãos também importantes ao longo das décadas seguintes, dos quais se destacam o Erário Régio em 1761 ou a Junta do Protomedicato em 1782¹⁶.

police affairs in general”. Ibid., 312; Rui Manuel de Figueiredo Marcos, *História da Administração Pública* (Coimbra: Almedina, 2016), 299-303.

¹¹ A partir das *Ordenações Filipinas* podemos referir áreas como o controlo da criminalidade, da vagabundagem, da mendicidade e da higiene pública, bem como a verificação de pesos e medidas. José Subtil, *O Terramoto Político (1755-1759): Memória e Poder*, (Lisboa: EdiUAL, 2007), 65.

¹² José Subtil, *O Terramoto Político (1755-1759): Memória e Poder*, 65.

¹³ José Subtil, “Inspecteurs, Intendants et Surintendants. Structures administratives portugaises au 18e Siècle,” Robert Descimon, Jean-Frédéric Schaub e Bernard Vincent (org.), *Les Figures de L’administrateur: Institutions, Réseaux, Pouvoirs en Espagne, en France et au Portugal, 16e-19e Siècles* (Paris, Éditions de l’ÉHÉSS), 1997, 135–149.

¹⁴ Nicolas de La Mare, *Traité de la Police, où l’on trouvera l’histoire de son établissement, les fonctions et les prerogatives de ses Magistrats; toutes les loix et tous les reglemens qui la concernent*. (Paris: J. Et. P. Cot, 1705).

¹⁵ Rui Manuel de Figueiredo Marcos, “A felicidade não rogada e a administração pública de polícia em Portugal,” in *Estudos em homenagem ao prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*, vol. 4, *Stvdia iuridica* vol. 102-106 (Coimbra: Coimbra Editora, 2012), 339.

¹⁶ José Subtil, “Inspecteurs, Intendants et Surintendants. Structures administratives portugaises au 18e Siècle.”, 135–49.

Estas reformas corporizaram um verdadeiro *terramoto político*¹⁷, expressão cunhada por José Subtil, que abriu caminho para novas formas de intervenção da Coroa na gestão do espaço público e como consequência para uma modernização institucional, que se prolongaria nas décadas seguintes, onde o príncipe já não teria como fim último fazer justiça, mas sim “assumir um desígnio para a sociedade e traçar o melhor ordenamento possível com vista a otimizar as condições materiais da actividade produtiva”¹⁸.

Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, esta nova administração caracterizou-se pela “produção de leis numa profusão sem precedentes”¹⁹, mas também pelo facto das iniciativas legislativas não terem sido constituídas numa base isolada, partindo efectivamente de um governo, centrado na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, com o propósito de modificar o que já existia²⁰. Determinava-se assim que as consultas de conselhos e tribunais corressem pela sua secretaria. Deste modo o despacho era organizado pelo futuro Marquês, influenciando o processo de decisão régia²¹.

Neste sentido é fundamental lembrar o que António Manuel Hespanha já escrevera anos antes, quando apontava para os meados do século XVIII como o momento inicial de uma importante reforma da justiça, levada a cabo pela Coroa. Esta, para além de ter proporcionado uma mutação nas políticas penais em Portugal, visou sobretudo aumentar a eficácia da justiça, proporcionando à Coroa estabelecer-se como “centro único do poder e da ordenação social, esvaziando os centros políticos periféricos e pondo, com isto, fim à constituição política da monarquia pluralista”²².

¹⁷ Na opinião do autor, o Terramoto de 1755 foi o “acontecimento com maiores repercussões no processo político português durante o Antigo Regime [...] criou situações que proporcionaram dinâmicas políticas que, noutras circunstâncias, não teria ocorrido, sobretudo de forma abrupta e desproporcional”. Subtil, *O Terramoto Político (1755-1759): Memória e Poder*, 11.

¹⁸ Subtil, “Os Poderes do Centro,” in *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, ed. António Manuel Hespanha, vol. IV (Lisboa: Editorial Estampa, 1993), 161.

¹⁹ Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José*, (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), 167.

²⁰ Como se sabe existe alguma controvérsia em torno desta mudança de paradigma político. Nuno Gonçalo Monteiro, “The Patterns of Portuguese Politics in the 18th Century or the Shadow of Pombal. A Reply to António Manuel Hespanha,” *e-Journal of Portuguese History* 5 (2007): 56–61; António Manuel Hespanha, “A Note on Two Recent Books on the Patterns of Portuguese Politics in the 18th Century,” *e-Journal of Portuguese History* 5 (2007): 42–50; José Subtil, “Evidence for Pombalism: Reality or Pervasive Clichés?,” *e-Journal of Portuguese History* 5 (2007): 51–55.

²¹ José Subtil, *O Desembargo do Paço: 1750-1833* (Lisboa: UAL, 1996), 198–244.

²² António Manuel Hespanha, “A Punição e a Graça,” in *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, ed. António Manuel Hespanha, vol. IV (Lisboa: Editorial Estampa, 1993), 251–252. Para um maior desenvolvimento desta questão veja-se António Manuel Hespanha, *Justiça e Litigiosidade: história e prospectiva* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993), 321–327.

Dentro desta vasta reforma da justiça²³ a polícia enquanto *objecto* de múltiplas dimensões e competências teve um lugar fundamental não só enquanto novo instrumento no “contexto das tecnologias da disciplina social”²⁴, mas também enquanto nova área de intervenção pública, assente na *Policeywissenschaft*.

Sublinha-se a presença deste reformismo interventivo das ciências de polícia durante a segunda metade do século XVIII e primeiros anos do século XIX em dois momentos algo distintos: um primeiro onde se destacam algumas reformas institucionais e de âmbito legislativo, enquadráveis no *Pombalismo*, e um segundo que se pode balizar entre 1778 e 1805, período de intenso debate, produção teórica e sobretudo acção prática no que às ciências de polícia concerne.

No primeiro momento, para além da já citada criação da Intendência Geral da Polícia a 25 de Junho de 1760, destacou-se também a reforma da Universidade de Coimbra em 1772, que introduziu pela primeira vez nos estudos jurídicos a disciplina de Direito Pátrio²⁵ onde então foram feitas as primeiras referências em língua portuguesa à polícia, não sendo de desprezar a larga influência da *Lei da Boa Razão*²⁶ neste processo.

A reforma da Universidade constituiu um decisivo e importante “alargamento dos fins do Estado à área educativa”²⁷ e foi uma das bases do conceito de polícia da segunda metade do século XVIII²⁸.

Contudo, boa parte do debate teórico sobre este conceito, bem como vasta intervenção prática da Intendência no território, procurando aplicar os vastos objectivos consubstanciados na noção de polícia, viria a desenvolver-se já durante o Reinado de D. Maria I. Este momento, que nos interessa particularmente, assenta em três pontos: a

²³ Esta reforma desenvolveu-se em cinco áreas distintas: a criação da Intendência Geral da Polícia em 1760; a publicação da Lei da Boa Razão em 1769; a reforma dos Estudos Jurídicos na Universidade de Coimbra datada de 1772; a criação da *Junta do Novo Código* em 1778 e finalmente a reforma da organização judiciária em 1790. Hespanha, *Justiça e litigiosidade*, 322.

²⁴ Hespanha, “A Punição e a Graça,” 253.

²⁵ Mário Júlio de Almeida Costa e Rui Figueiredo Marcos, “Reforma Pombalina dos Estudos Jurídicos,” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, org. Ana Cristina Araújo (Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra, 2014), 107–139.

²⁶ Esta lei assim denominada já no século XIX, através dos comentários de José Homem Correia Telles. É datada de 18 de Agosto de 1769 e apela à “*recta ratio* jusnaturalista”, visando impedir irregularidades nos assentos e no direito subsidiário mas também fixar normas sobre a validade do costume e os elementos a que o interprete poderia recorrer para satisfazer lacunas. Mário Júlio de Almeida Costa, *História do Direito Português*, 5ª ed. (Coimbra: Almedina, 2014), 402–409.

²⁷ António Pedro Barbas Homem, *Judex Perfectus: Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820* (Coimbra: Almedina, 2003), 61.

²⁸ Ibid.

criação da *Junta do Novo Código*; a reforma da Intendência Geral da Polícia em Janeiro de 1780, com a actuação de Pina Manique nos vinte e cinco anos seguintes; e a produção teórica sobre a polícia enquanto ciência e prática, apoiada no *jusracionalismo*, a ciência do direito com o objectivo de reformar a sociedade e o Estado²⁹. Esta produção divide-se entre os resultados dos trabalhos da *Junta do Novo Código*, o único tratado de polícia escrito em Português durante o período, *Elementos da Polícia Geral de um Estado*, da autoria de João Rosado de Villalobos e Vasconcelos e os trabalhos de cariz académico, produzidos no âmbito das cadeiras de Direito Pátrio entretanto introduzidas na Universidade. Dentro destes salientaram-se, para além das *Prelecções de Direito Pátrio*, escritas por lentes como Ricardo Raimundo Nogueira e Francisco Sousa Sampaio, os trabalhos de Pascoal de Mello Freire, relativos não só às cadeiras de Direito Pátrio, mas também às ideias que desenvolveu no âmbito do projecto do *Novo Código*³⁰.

É importante salientar que foi a partir do Reinado de D. Maria I, graças à dimensão que os tratadistas lhe passariam a atribuir, que o conceito de polícia “ganhou precisão conceptual e institucional”, sendo que assim “as reformas pombalinas são anteriores à teorização das matérias de polícia”³¹.

Nestes anos de profunda interacção entre as teorias e as práticas, será fundamental a reforma da Intendência, que alargou a sua esfera de intervenção e concedeu novos poderes a um novo Intendente, Diogo Inácio de Pina Manique.

Pina Manique foi uma das personalidades mais importantes deste período, que não seria de todo possível analisar sem mencionar o profundo espírito reformador da Intendência, em articulação com a Casa Pia³². Embora não fosse um teórico, estava ao corrente das inovações que se efectuavam na Europa *iluminada*. Assim, tentou

²⁹ António Manuel Hespanha, *Cultura Jurídica Europeia: Síntese de um Milénio* (Lisboa: Almedina, 2015), 358.

³⁰ Neste texto introdutório optamos por utilizar as prelecções que se encontram impressas, deixando para um momento posterior a consulta das *Prelecções* que ainda se encontram manuscritas, nomeadamente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Sobre estas cf. Airtón Cerqueira-Leite Seelaender, “‘Economia Civil’ e ‘Polícia’ no ensino do ‘Direito Pátrio’ em Coimbra: notas sobre as ‘Prelecções’ de Ricardo Raymundo Nogueira” *Tempo* 16 (2011): 35–63.

³¹ Homem, *Judex Perfectus: Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820*, 558.

³² Aspecto que Laurinda Abreu analisou recentemente, dando ênfase aos campos da assistência, higiene e saúde públicas. Laurinda Abreu, *Pina Manique: Um Reformador no Portugal das Luzes* (Lisboa: Gradiva, 2013).

operacionalizar no terreno o conceito de polícia tal como ele era entendido e praticado na época.

Este texto, produzido no âmbito do *II Workshop História e Ciência: Ciência e Poder na Primeira Idade Global*, pretende, ainda que resumidamente, traçar um percurso das ciências de polícia em Portugal, tendo em conta o significado polissémico que o conceito adquiriu na época moderna, nas suas vertentes teóricas e institucionais. Com base, não só na produção teórica escrita em português, ao longo da segunda metade de setecentos, mas também observando algumas das novas práticas, enquadradas na actuação da Intendência Geral da Polícia, em especial após 1780, tentaremos expor uma nova maneira de pensar a política, o direito e a administração do Estado, que se pretendia que fosse, cada vez mais, científica e racional.

Noções de Polícia

O conceito de polícia teve ao longo dos séculos uma evolução bastante significativa, principalmente se considerarmos o período que vai desde o século XVIII até à segunda metade do século XX. Intrinsecamente ligada com ao vocábulo político, etimologicamente a ideia de polícia remete para a noção de *polis*³³, ou seja, para a cidade enquanto comunidade organizada³⁴, derivando da noção aristotélica de que a política é a boa organização da cidade³⁵.

Nas palavras de Michel Foucault, a polícia representaria, desde o século XVII, o “conjunto de meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado”³⁶. Todavia, o projecto através do qual se utilizaria um conjunto de meios pelos quais seria possível fazer as forças do Estado crescerem, não assumiu o mesmo desígnio nem a mesma forma em todos os estados europeus. Os instrumentos utilizados por cada um foram, tanto teóricos como práticos, bastante diferenciados³⁷.

³³ Hélène L’Heuillet, “La généalogie de la police,” *Cultures & Conflits*, no. 48 (2002): 109–32.

³⁴ Homem, *Judex Perfectus: Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820*, 558; Seelaender, “‘Economia Civil’ e ‘Polícia’ no ensino do ‘Direito Pátrio’ em Coimbra: notas sobre as ‘Prelecções’ de Ricardo Raymundo Nogueira,” 36–37.

³⁵ Hespanha, *Cultura Jurídica Europeia: Síntese de um Milénio*, 333.

³⁶ Foucault, *Segurança, território, população*, 421.

³⁷ *Ibid.*, 425.

A palavra *polizei* era frequentemente utilizada nos textos jurídicos produzidos nos Estados Alemães desde a segunda metade do século XV. Sendo, contudo, um termo plural, as suas múltiplas significações seriam sistematizadas nos séculos seguintes, com destaque para o final de Seiscentos e primeira metade de Setecentos³⁸. Esta sistematização surgiu por via da necessidade de se organizar o saber da boa gestão pública³⁹, concentrando-o numa única disciplina, baseada em novas ciências como a higiene, a economia, o direito natural e a ciência da legislação. Esta disciplina ficaria conhecida como *cameralismo* ou *ciências de polícia*. Voltando de novo a Foucault, o *cameralismo* simbolizou a “superproblematização da polícia” alemã e através deste verificou-se um desenvolvimento não só teórico mas também prático bastante intensificado do que deveria ser a polícia enquanto mecanismo de crescimento do Estado⁴⁰.

O conceito de cameralismo não tem uma definição simples e tem sido objecto de alguma controvérsia, conforme o demonstram os trabalhos de Keith Tribe⁴¹ e Andre Wakefield⁴², que abordaram o percurso desta ideia entre os séculos XVIII e XX. O termo *kammer* ou *cammer* vem do latim e designa geralmente os aposentos do príncipe ou os seus domínios, surgindo de forma mais frequente nas fontes nos finais do século XV. Definia-se como um espaço cortesão, eminentemente político, diferenciando-se das esferas eclesiásticas. Progressivamente este termo alargou-se aos funcionários do Estado, que podiam ou não ser especialistas nas questões económicas e financeiras.

Para Keith Tribe o *cameralismo* deve ser visto como uma ciência universitária, diferente da prática administrativa quotidiana na *Kammer*⁴³. Uma experiência que poderá resumir-se nas seguintes palavras:

“Elles incarnent alors la première tentative en Europe, à la fin de l’époque moderne, de systématisation de l’étude du management public et de fondation d’une science pratique de l’administration, dont l’Allemagne serait

³⁸ Pascale Laborier et al., “Les Sciences Camérales, Prolégomènes à toute Bureaucratie Future ou Parades pour Gibiers de Potence?,” in *Les Sciences Camérales: Activités Pratiques et Histoire des Dispositifs Publics* (Paris: Presses Universitaires De France, 2011), 11.

³⁹ Hespanha, *Cultura Jurídica Europeia: Síntese de um Milénio*, 333.

⁴⁰ Foucault, *Segurança, território, população*, 426.

⁴¹ Keith Tribe, “Cameralism and the Science of Government,” *The Journal of Modern History*, 1984, 263–84.

⁴² Andre Wakefield, *The Disordered Police State* (Chicago: University of Chicago Press, 2009).

⁴³ Keith Tribe, *Governing Economy: The Reformation of German Economic Discourse, 1750-1840* (Cambridge: Cambridge University Press, 1988), 35–54.

le modèle. Elles produisent un savoir sur l'Etat, définissent les modes de fonctionnement des pouvoirs classiques comme la justice, l'armée, les finances, la police, mais proposent également de nouvelles formes d'action politique et de ce que l'on nommerait aujourd'hui des instruments d'action publique"⁴⁴.

No caso dos Estados Alemães, entre os finais do século XVII e o início do século XVIII, foi necessário reorganizar o sistema de cobrança de impostos, para financiar diversas guerras, provocando alterações na estrutura administrativa do Estado para providenciar exércitos mais eficientes. Era também inevitável um crescente número de homens para alimentar estes mesmos exércitos, ou seja, criar condições para o aumento da população⁴⁵.

Tal desiderato conseguir-se-ia através de melhores condições de vida, ao valorizaram-se as práticas higiénico-sanitárias, mas também o incremento da agricultura e da indústria, fundamentais para criar riqueza. Estas também seriam o meio ideal para empregar vagabundos, vadios e ociosos, grupos populacionais em torno dos quais os legisladores procuraram desenvolver práticas mais sofisticadas e *úteis* de controlo social, dentro das quais se incluía a educação.

Há ainda que especificar que dentro das ciências de polícia emergiram três tipos de expressões que, ainda que relacionadas, são distintas: os tratados, o debate académico e os textos produzidos a partir desta temática concreta⁴⁶.

Os tratados científicos ofereciam ao Estado novos meios de governar, correspondendo ainda a uma nova política de regulação económica que incluía planificação da colonização, organização do ensino, regulação do urbanismo, fomento das artes e das ciências⁴⁷.

A difusão das ideias *cameralistas* pela Europa não se processou de igual modo, tendo diversas nuances consoante o país e a *praxis* política vigente. O caso francês é diferente do alemão, pois apesar da grande divulgação do *Traité de la Police* de Nicolas

⁴⁴ Laborier et al., "Les Sciences Camérales, prolégomènes à toute bureaucratie future ou parades pour gibiers de potence?," 13.

⁴⁵ Ibid., 14–15.

⁴⁶ Ibid., 13–14.

⁴⁷ Marcos, "A felicidade não rogada e a administração pública de polícia em Portugal," 363; Cunha, "Police Science and Cameralism in Portuguese Enlightened Reformism: Economic Ideas and the Administration of the State during the Second Half of the 18th Century," 5.

de la Mare⁴⁸, esta disciplina não seria objecto de especialização académica, ainda que muito se tenha escrito sobre ela⁴⁹. Todavia, a França teve uma institucionalização relativamente precoce da polícia, servindo depois como modelo para outros estados europeus⁵⁰.

A polícia francesa, nas palavras de Michel Foucault, foi concebida “sem teoria, sem sistema e sem conceptualização”⁵¹. A sua institucionalização deu-se através da promulgação de medidas, decretos, normas jurídicas e alguns projectos desenvolvidos por personalidades da administração do Estado⁵².

O édito de criação da Polícia de Paris, datado de 1667, não deixava de revalorizar a ideia de *bem comum*, no sentido de promover a abundância, controlar as desordens e assistir aos pobres, com o objectivo de erradicar a mendicidade e a vagabundagem, ligando-se intimamente à vida urbana e à sua correcta regulamentação⁵³. Ainda que a polícia estivesse sempre interligada com a justiça, esta nova instituição colocou-a num plano de actuação distinto da justiça contenciosa, tal como aconteceria cerca de um século mais tarde em Portugal⁵⁴.

Seria então para fazer face às necessidades apontadas anteriormente, que surgiria esta “nova” polícia, agregando as suas funções tradicionais, de vigilância e manutenção da ordem pública, que no caso português se encontravam dispersas por diversas jurisdições, a novas ideias com vista à manutenção de uma *felicidade pública* que incluiria questões económicas, de higiene e saúde. Desta associação nasceriam

⁴⁸ Esta obra iria influenciar o funcionamento de diversas polícias, entre as quais a portuguesa. Segundo este tratado, a actuação da polícia dividia-se em três áreas diferenciadas: a economia e o comércio; a ordem e a segurança; e a saúde e higiene públicas. Nicolas de la Mare, *Traité de la Police, où l'on Trouvera l'histoire de Son Etablissement, les Fonctions et les Prerogatives de Ses Magistrats; Toutes les Loix et Tous les Reglemens qui la Concernent*. (Paris: J. Et. P. Cot, 1705).

⁴⁹ Laborier et al., “Les Sciences Camérales, Prolégomènes à Toute Bureaucratie Future ou Parades Pour Gibiers de Potence?,” 12.

⁵⁰ Jean-Marc Berlière, Dominique Kalifa, e Vincent Milliot, eds., *Métiers de police : Être policier en Europe, xviii-xxe siècle* (Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2008).

⁵¹ Foucault, *Segurança, território, população*, 428.

⁵² Vincent Milliot, *Les mémoires policiers, 1750-1850: écritures et pratiques policières du siècle des lumières au second empire* (Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2006).

⁵³ Foucault, *Segurança, território, população*, 452–455; Vincent Milliot, “Saisir l’espace urbain: mobilité des commissaires et contrôle des quartiers de police à Paris au XVIIIe siècle,” *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine* 50 (2003): 57–80.

⁵⁴ Paolo Napoli, *Naissance de la police moderne. Pouvoir, normes, société* (Paris: La Découverte, 2003).

igualmente novas formas de “vigiar e punir”, às quais não foram alheias novas concepções trazidas por um direito cada vez mais racional e *científico*⁵⁵.

Como observou Pierangelo Schiera, a abertura de “novos campos ao interesse público” traduziu-se numa importante mutação no Estado Moderno, convertendo-o num Estado Administrativo, sendo delimitado a partir de toda a política interna do Estado, onde se situavam as matérias da polícia⁵⁶.

Portanto, nos finais de *Setecentos* a ideia de polícia ligava-se de forma mais restrita ao sentido de administração pública⁵⁷. Tratou-se de um processo teórico e intelectual, mas também de operacionalizar novas técnicas administrativas, através de burocratas cada vez mais especializados, que proporcionaram uma progressiva, ainda que lenta, separação entre os domínios político e administrativo, decisivas, segundo alguns autores na transformação do Estados Absoluto em Estado de Direito⁵⁸.

Este percurso consumou-se na criação ou reforma de instituições vocacionadas para promover não só a ordem e tranquilidade pública mas também a prosperidade do Estado. Foi com este propósito que surgiu em Portugal a Intendência Geral da Polícia⁵⁹.

⁵⁵ Sílvia Alves, *Punir e humanizar : o direito penal setecentista*. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014), 20–40.

⁵⁶ Pierangelo Schiera, “A Polícia como síntese de ordem e de bem-estar no moderno Estado centralizado,” in *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime: Colectânea de Textos*, ed. António Manuel Hespanha (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984), 307–319.

⁵⁷ É este o sentido que Marcello Caetano lhe deu e mais recentemente os trabalhos de Rui Figueiredo Marcos também estabeleceram ligações nesse sentido. Marcello Caetano, *Manual de direito administrativo*, 10a ed, vol. II (Coimbra: Almedina, 2005), 1145–1153.

⁵⁸ Cardoso e Cunha, “Enlightened Reforms and Economic Discourse in the Portuguese-Brazilian Empire (1750--1808),” 7; Marcos, *História da Administração Pública*, 286–287.

⁵⁹ Para uma visão detalhada deste assunto veja-se, entre outros, Gonçalo Rocha Gonçalves, “Modernização policial: as múltiplas dimensões de um objecto historiográfico,” *CIES e-Working Papers*, no. 116 (2011). Deve relembrar-se que o caso inglês é singular quando comparado a outros países da Europa continental. Em Inglaterra o termo *polícia* foi pouco utilizado até ao início do século XIX. As funções policiais tradicionais eram desempenhadas ao nível paroquial, através de voluntários. Em Londres, devido à dimensão da cidade, o sistema era um pouco diferente. Algumas paróquias com maior concentração demográfica, contratavam homens para procederem à vigilância nocturna da urbe. Em 1829 foi criada a *Metropolitan Police*, que traduzia uma certa visão mais liberal da sociedade, onde a polícia tinha uma intervenção mais ligada à segurança do indivíduo e da propriedade. *Ibid.*, 6.

- As Ciências de Polícia em Portugal: 1760-1777

A Criação da Intendência Geral da Polícia

Em Portugal a utilização do conceito de polícia⁶⁰ antes da segunda metade do século XVIII estava quase exclusivamente relacionada com a manutenção da ordem e do bem comum, descrita por Rafael Bluteau nos seguintes termos:

“a boa ordem que se observa, e as leis que a prudência estabeleceu para a sociedade humana nas Cidades, Repúblicas e etc. Divide-se em polícia civil e militar. Com a primeira se governam os cidadãos, com a segunda os soldados. Nem uma, nem outra polícia se acha nos povos a que chamamos bárbaros. [...] Cidade regulada, ou governada com boa polícia [...] algumas vezes vale o mesmo que asseio, limpeza, alinho, etc.”⁶¹.

No contexto do *ius policiae* e no âmbito da reforma da justiça encetada na segunda metade do século XVIII, a 25 de Junho de 1760 determinava-se a criação da *Intendência Geral da Polícia da Corte e Reyno*, inspirada no modelo da polícia de Paris de Luís XIX⁶². Tutelada pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, pretendia-se que esta instituição actuasse em concreto no controlo da criminalidade e da violência, tentando adequar legislações e competências diferenciadas, que sobrepunham diferentes magistrados e jurisdições, que em muito dificultavam a resolução dos problemas existentes. Criou-se assim um órgão centralizado, controlado por um Intendente que teria ampla jurisdição sobre todos os ministros criminais, com o objectivo de que toda a legislação que existia neste campo fosse cumprida com rigor⁶³.

⁶⁰ Seelaender, “‘Economia Civil’ e ‘Polícia’ no ensino do ‘Direito Pátrio’ em Coimbra: notas sobre as ‘Prelecções’ de Ricardo Raymundo Nogueira,” 38.

⁶¹ Rafael Bluteau, *Vocabulário portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero...autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos*, vol. VI (Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712), 575.

⁶² António Delgado da Silva, *Collecção da legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações. 1750-1762* (Lisboa: Typografia Maignrense, 1830), 731–739.

⁶³ O diploma português de 25 de Junho de 1760 consagrou assim o mesmo princípio da polícia francesa, para que as leis relativas à segurança pública tivessem efectiva aplicação e, como consequência os resultados pretendidos, algo que na opinião de Sebastião José de Carvalho e Melo ainda não havia sucedido. “Ditando a razão, e tendo-se manifestado por uma longa e decisiva experiência, que a justiça contenciosa, e a polícia da Corte e do Reino são entre si tão incompatíveis, que cada uma delas, pela sua vastidão se faz quase inacessível às forças de um só magistrado: havendo resultado da união de ambas em uma só pessoa a falta de observância de tantas e tão santas leis [...] sem que com tudo se pudessem até agora conseguir os úteis e desejados fins [...] até que sobre o desengano de tantas experiências vieram

Esta nova instituição viria também a interferir com jurisdição de outras entidades, nomeadamente o Senado da Câmara de Lisboa em competências relativas à saúde e higiene públicas e nas magistraturas locais, corregedores, juizes do crime, que ficavam sob a alçada do Intendente Geral da Polícia⁶⁴.

Ainda assim, durante os primeiros vinte anos da instituição, mais do que a figura de um Intendente, observou-se o controlo decisivo de Pombal, através da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Este privilegiou sobretudo alguns aspectos do controlo da criminalidade, relacionados com a mobilidade interna e verificação de passaportes, sem que a polícia, pelo que se conhece até ao momento, aplicasse na prática os vastos princípios conhecidos através dos textos teóricos sobre ela ou até mesmo a totalidade dos pontos que enumerava no seu alvará criador⁶⁵.

Como já referido, a criação da Intendência Geral da Polícia inseriu-se num movimento mais vasto de reforma da justiça em Portugal. Ao definir claramente a jurisdição do Intendente e separando a polícia da justiça contenciosa, à semelhança do caso francês, tentava-se criar uma administração mais racional, onde o arbítrio judicial fosse mais reduzido⁶⁶. O passo seguinte neste caminho de racionalização foi dado através da *lei da boa razão*, que visou assegurar a “supremacia definitiva da lei em relação ao costume”⁶⁷.

nestes últimos tempos a separar, e distinguir as sobreditas jurisdições com o sucesso de colherem logo delas os pretendidos frutos da paz, e do sossego público”. Silva, *Collecção da legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações. 1750-1762*, 731.

⁶⁴ O aparelho judicial de Lisboa era bastante complexo, por via do peso da demografia da cidade, superior a qualquer outra em Portugal. Destaca-se a Casa da Suplicação, principal tribunal de última instância do Reino. A sua actividade repartia-se por diversos domínios, entre os quais o *juízo crime da corte*, que julgava as causas crime “ocorridas no local onde o Rei e a sua corte estivesse ou num raio de cinco léguas”, *Ordenações Filipinas*, vol. I (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985), p. 27. Este juízo tinha alçada sobre os corregedores e juizes do crime de Lisboa. Estes doze ministros criminais, dos quais cinco eram corregedores e sete eram juizes do crime, exerciam funções de fiscalização, de modo a garantir a segurança e ordem pública da cidade. Os corregedores do crime eram nomeados pelo Desembargo do Paço e os juizes pelo Senado da Câmara de Lisboa. Nuno Camarinhas, *Juizes e Administração da Justiça no Antigo Regime: Portugal e o Império Colonial, Séculos XVII E XVIII* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - FCT, 2010), 114–117.

⁶⁵ Veja-se em particular Flávio Borda d’Água, “L’Intendance Générale de Police de la Cour et du Royaume du Portugal: Quelques Réflexions sur son Histoire et ses Références Européennes,” in *Circulations Policières : 1750-1915* (Lille: Presses de l’université du Septentrion, 2012), 139–58.

⁶⁶ Rui Manuel de Figueiredo Marcos, *A legislação pombalina: alguns aspectos fundamentais* (Coimbra: Almedina, 2006), 147.

⁶⁷ Rui Manuel de Figueiredo Marcos, *História da Administração Pública* (Coimbra: Almedina, 2016), 292.

A Lei da Boa Razão

A *lei da boa razão*⁶⁸, datada de 18 de Agosto de 1769, foi fundamental no reforço deste modelo governativo, pretensamente científico e racional. Surgida com o objectivo de travar uma administração ineficiente, esta lei veio consolidar a necessidade de considerar a vontade do Príncipe como fonte exclusiva do direito. Tentava-se pôr termo à confusão resultante de um quadro múltiplo de fontes legais⁶⁹, ideia, que também estivera na base da legislação que dera origem à Intendência⁷⁰.

A *lei da boa razão* introduziu em Portugal os conceitos de *leis políticas* e *leis económicas*, fundamentais nas *ciências de polícia*, procurando impedir irregularidades nos assentos, na utilização do direito subsidiário, mas também fixar normas em relação à validade do costume e aos elementos a que o interprete da lei poderia recorrer para o preenchimento de lacunas, eliminando-se assim a possibilidade de existirem assentos contraditórios. Caso existisse uma lacuna em matérias de foro político, económico, mercantil ou marítimo, deveria recorrer-se directamente às leis das “Nações Cristãs, iluminadas e polidas”⁷¹. Informação que também viria a constar nos novos estatutos da Universidade de Coimbra.

Esta norma representou uma viragem importante na ciência jurídica, significando o primado do Rei e da razão nas fontes de direito⁷², procurando estabelecer a certeza na prática de julgar, fomentando deste modo uma tentativa de tornar a norma legislativa mais sólida e fácil de interpretar algo caro a algumas correntes do direito neste período, nomeadamente a *jusracionalista*⁷³.

⁶⁸ *Ordenações Filipinas*, vol. III (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985), 725–730.

⁶⁹ António Manuel Hespanha, *Guiando a Mão Invisível: Direitos, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português* (Coimbra: Almedina, 2004), 33.

⁷⁰ “Sustentava que as manobras opinativas dos doutores juristas, pela sua imensa diversidade, constituíam factor de perturbação da indispensável segurança jurídica dos cidadãos. Daí o determinar-se que a referida lei se observasse literal e exactamente, não se consentindo em interpretação alguma, que era, de todo em todo, proibida e nula”. Marcos, *A legislação pombalina: alguns aspectos fundamentais*, 149.

⁷¹ *Ordenações Filipinas*, III: 728.

⁷² Nuno J. Espinosa Gomes da Silva, *História do direito português: fontes de direito*, 5a ed., (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011), 407.

⁷³ Marcos, *História da Administração Pública*, 287–289.

A Ciência do Direito

O *jusracionalismo* estava ligado às ciências de polícia e foi um dos principais reflexos iluministas em Portugal⁷⁴. Conforme destacam diversos estudos sobre esta temática, entre os quais os de Ana Cristina Araújo, o iluminismo não foi na Europa uma corrente homogênea, ainda que se reconheça neste período uma inequívoca mudança de mentalidades face aos séculos anteriores⁷⁵.

Na questão jurídica, isso verificou-se particularmente através de duas correntes divergentes: a dos *voluntaristas*, que “fundam o direito na vontade”⁷⁶ e a dos *racionalistas*, que fundam o direito na razão, processo que António Manuel Hespanha denominou de *cientificização* do direito⁷⁷. Neste, a vontade não tem relevância face a princípios jurídicos racionalmente válidos, afastando-se também dos princípios teológicos. No caso português a razão ilustrada não se afastaria dos princípios católicos, indo beber muitas das suas ideias a Itália, num comumente designado *iluminismo católico*⁷⁸.

Infere-se que a revolução científica que percorreu a Europa ao longo do século XVII, em particular nos domínios da física e da astronomia, influenciou também o campo do direito. Procuraram-se “evidências racionais” para dar respostas seguras a problemas complexos⁷⁹.

A ideia de um direito científico, fundamentado na razão, procurava proporcionar uma harmonia que criasse um *corpus* legislativo sólido, que não fosse transitório e que se interligasse com outras ciências como a economia e a polícia⁸⁰. O *cientismo* procurava ser uma disciplina rigorosa, científica, onde havia lugar para o verdadeiro e para o falso, mais do que para a mera opinião, com uma aproximação clara às ciências

⁷⁴ Ibid., 287.

⁷⁵ Ana Cristina Araújo, *A cultura das luzes em Portugal: temas e problemas*, (Lisboa: Livros Horizonte, 2003).

⁷⁶ Pedro Caridade de Freitas, *Um Testemunho na Transição para o Século XIX: Ricardo Raimundo Nogueira: Análise Histórico-Jurídica* (Coimbra: Almedina, 2005), 42–51.

⁷⁷ António Manuel Hespanha, *Apontamentos de história do direito português: complemento às lições de história do direito português do Dr. Guilherme Braga da Cruz* (Coimbra: Abrantes, 1970), 69–100.

⁷⁸ Ideia expressa por vários autores que denota esta influências obras de Verney e Mello Freire, que no caso deste último teria ido beber algumas das suas ideias às propostas de Beccaria. Veja-se Pascoal José de Mello Freire, *Ensaio do código criminal a que mandou proceder a Rainha fidelíssima D. Maria I* (Lisboa: Typographia Maigrense, 1823).

⁷⁹ Hespanha, *Cultura Jurídica Europeia: Síntese de um Milénio*, 309.

⁸⁰ Hespanha, *Guiando a Mão Invisível: Direitos, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português*, 34.

da natureza, com princípios claros e imutáveis⁸¹. Entre outras ideias encontrava-se a de que seria possível construir, como se fosse uma operação de cálculo, uma ciência do direito e por conseguinte do poder⁸². Este princípio surge em obras de Rousseau ou de Jeremy Bentham, para quem o direito justo é o que “organiza a sociedade de modo a obter o máximo de bem-estar para o maior número”⁸³. Dentro do jusracionalismo *científico*, impõe-se ainda outra ideia basilar: a ciência rigorosa do direito conduziria à ciência do bom governo, ou seja à ciência de polícia, sendo que estes princípios científicos, racionais e imutáveis deveriam ser codificados⁸⁴.

Estas concepções, ao proporcionarem novas doutrinas sobre o bom governo, reflectiram-se no recrutamento e especialização dos futuros oficiais régios, cuja formação, recorde-se, era o principal objectivo da criação das cátedras *cameralistas* em diversos pontos da Europa. Para tal a reforma do ensino universitário que vigorava em Coimbra e cujos estatutos datavam de 1598 seria fundamental.

A reforma do ensino jurídico na Universidade de Coimbra

António Barbas Homem, ao analisar este período, e em particular a ruptura epistemológica que na sua opinião caracterizou o direito português na segunda metade do século XVIII, denominando-a como *ciência da legislação*, atribuiu à reforma do ensino universitário um papel determinante para uma “reconstrução racional da ciência do direito”, processo totalmente dirigido pelas coroas absolutistas”⁸⁵.

A reforma da universidade em Portugal acompanhou em muito o processo de reformista espanhol, destacando-se os casos das reformas das Universidades de Sevilha em 1768 e a de Salamanca em 1771 preparadas sob a influência de Campomanes⁸⁶. As

⁸¹ Hespanha, *Cultura Jurídica Europeia: Síntese de um Milénio*, 328–329.

⁸² Segundo António Manuel Hespanha, “neste projeto um bom apoio teórico era constituído por estas concepções de uma ordem geométrico-matemática do cosmos, regida por grandes princípios que podiam servir de verdadeiros axiomas da ciência do direito, a partir dos quais se pudessem extrair, pelos métodos de demonstração lógica, próprios das ciências naturais, as restantes regras da convivência humana”.Ibid., 329.

⁸³ Ibid.

⁸⁴ Ibid., 332–333.

⁸⁵ Homem, *Judex Perfectus: Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820*, 380.

⁸⁶ Entre outros factores assinalou-se a introdução do estudo do direito nacional em Espanha, que obedeceu a três directrizes: a elaboração de compêndios de direito local; o estudo directo das normas legais e o estabelecimento de um sistema de concordâncias e discordâncias com o direito romano. Ibid.,

reformas universitárias tiveram um papel prioritário não só na construção de um direito científico e racional mas também na transformação da própria função do jurista, através de uma ideia utilitária do direito, programada para a preparação de advogados e juízes, mas principalmente dos burocratas régios. A reforma pombalina visou também um importante passo na secularização do ensino. Este deveria estar ao ao serviço da sociedade, de forma racional e científica, prática já verificada noutros países europeus⁸⁷. Com esta reforma, fundamental na “política educativa da polícia”⁸⁸, o Estado assumiu um papel activo na direcção da educação, tendo como guia estruturante a *necessidade pública*.

A reforma de 1772 caracterizou-se por três aspectos: enfraquecimento da autonomia da Universidade face ao poder político; reorganização administrativa; e o início de uma concepção diferenciada em torno da ciência e do saber, dando lugar a um “novo espírito científico e pedagógico”⁸⁹.

O processo que conduziu à reforma é bem conhecido. A Junta da Providência Literária foi encarregada de examinar as causas do declínio da instituição e, para além disso, de apresentar soluções para o problema. Estas foram depois compiladas no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, documento muito conhecido, no qual muitas das resoluções apontadas seguiam propostas apresentadas por Verney anos antes⁹⁰.

Luís António Verney, que criticou fortemente o funcionamento das Faculdades de Leis e Cânones, manifestou perplexidade pelo desconhecimento da História entre os juristas. Destacando a necessidade de estes se dedicarem ao estudo do direito pátrio e da

421–423. Mário Júlio de Almeida Costa, *História do Direito Português*, 5ª ed. (Coimbra: Almedina, 2014), 409–416.

⁸⁷ Ana Cristina Araújo, “Dirigismo Cultural e Formação das Elites no Pombalismo,” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, org. Ana Cristina Araújo (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014), 15–48.

⁸⁸ É preciso não esquecer que Delamare inclui a educação num dos seus onze objectos de polícia. No âmbito da polícia, o Estado deve regular o sistema de ensino, numa perspectiva utilitarista, consoante as necessidades desse mesmo Estado. Homem, *Judex Perfectus: Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820*, 384.

⁸⁹ Manuel Alberto Prata, “A Universidade e a Sociedade Portuguesa na 2ª Metade Do Século XVIII,” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, org. Ana Cristina Araújo (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014), 321–46.

⁹⁰ Costa e Marcos, “Reforma Pombalina dos Estudos Jurídicos,” 109. Saliente-se que o *Compêndio*, nas palavras de José Esteves Pereira é “um texto de representação do poder e não propriamente um levantamento suficientemente elaborado dos *estragos* eventuais que veementemente se enunciam”. *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra*, ed. José Eduardo Franco e Sara Marques Pereira (Porto: Campo das Letras, 2009), 11.

sua história, apontava como grave problema a preferência dada ao direito canônico e romano⁹¹. Para além disso relacionava o atraso económico do país com a má qualidade do ensino e da educação, sendo este o ponto de partida para uma reforma profunda⁹². Para os jurisconsultos deste período, o direito nacional, no qual se incluía não só as *Ordenações Filipinas* mas também a vasta legislação extravagante, começou a adquirir grande importância, ainda que o direito romano continuasse a ser aplicado, principalmente por ser uma fonte da legislação nacional.⁹³

No *Compêndio Histórico* observamos também a directriz que condena a preferência dada ao ensino do direito romano, em detrimento das leis nacionais, e que aconselha o recurso permanente à história da literatura jurídica, às fontes e às ciências auxiliares, crítica que também já se observava na *lei da boa razão*⁹⁴.

Esta ideia esteve bastante presente na reforma de 1772 e impulsionou a criação da cadeira de Direito Pátrio⁹⁵. Esta nova disciplina foi leccionada nas Faculdades de Leis e Cânones privilegiando pois as leis nacionais através da elaboração de manuais ou compêndios sistematizados, uma solução própria do pensamento das luzes⁹⁶. A valorização da legislação nacional como objecto do ensino superior, não só foi fulcral para a preparação dos futuros burocratas e servidores do Estado, como também para a autonomização do direito pátrio “enquanto objecto do conhecimento científico”⁹⁷.

O desenvolvimento em Portugal de uma “historiografia jurídica em moldes científicos”⁹⁸, para além de ficar ligado a Luís António Verney e ao seu *Verdadeiro Método de Estudar* inspirou-se também nas Universidades alemãs, ao visar que os

⁹¹ Luís António Verney, *Verdadeiro método de estudar: para ser útil à Republica, e à Igreja proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*, vol. II (Valença [Nápoles]: na oficina de Antonio Balle [Genaro e Vincenzo Muzio], 1746), 139–228.

⁹² Homem, *Judex Perfectus: Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820*, 61.

⁹³ Freitas, *Um Testemunho na Transição para o Século XIX: Ricardo Raimundo Nogueira: Análise Histórico-Jurídica*, 51–52.

⁹⁴ Mário Júlio de Almeida Costa e Rui Figueiredo Marcos, “Reforma Pombalina dos Estudos Jurídicos.” In *O Marquês De Pombal e a Universidade*, Ana Cristina Araújo (org), (Coimbra, Imprensa da Universidade, 2014), 113.

⁹⁵ Assim designada por Costa, *História do Direito Português*, 401. Marcos, *A legislação pombalina: alguns aspectos fundamentais*, 153–174.

⁹⁶ Homem, *Judex Perfectus: Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820*, 422.

⁹⁷ *Ibid.*, 381.

⁹⁸ Costa, *História do Direito Português*, 54.

compêndios de direito pátrio sistematizassem pela primeira vez todo o direito português⁹⁹.

No que diz respeito ao ensino jurídico¹⁰⁰, a sua estrutura continuou repartida entre os cursos de Leis e de Cânones, sendo que os dois primeiros anos eram comuns a ambos e estavam preenchidos com as cadeiras históricas e filosóficas, ausentes nos Estatutos Velhos. Só no terceiro ano os dois cursos jurídicos seguiam rumos individuais¹⁰¹. Estas cadeiras ofereciam uma ampla perspectiva de conhecimento da “História civil das nações e das leis para elas estabelecidas”¹⁰², proporcionando à História tornar-se uma disciplina fundamental na reforma dos estudos jurídicos.

A reforma da Universidade, porém, não ficaria isenta de críticas, algumas vindas da parte da Igreja, colocando o problema na possível oposição entre a razão científica e a religião¹⁰³.

Um dos maiores problemas provinha da falta dos compêndios, tal como estipulavam os novos estatutos. A certa altura, já no tempo do Principal Castro, seriam proibidas as sebatas e feitas exigências para que os lentes elaborassem os compêndios de acordo com o que se estipulava nos estatutos.

Como este processo estava ao que tudo indica estagnado, o Principal Castro decidiu encarregar Ricardo Raimundo Nogueira da elaboração dos compêndios da Faculdade de Leis; nessa mesma altura Ribeiro dos Santos apontava para a máxima urgência dos compêndios de Direito Pátrio, de Direito Público Universal e de História do Direito Pátrio¹⁰⁴.

Contudo, como se sabe, para além dos trabalhos de Pascoal de Mello Freire no âmbito da História do Direito Pátrio, mais nenhum compêndio seria publicado durante este período. Mesmo este só seria aprovado a quando da reforma de 1805. Nenhum compêndio seria aprovado durante a vida de Pombal e Ricardo Raimundo Nogueira

⁹⁹ Marcos, *A legislação pombalina*, 123.

¹⁰⁰ Costa e Marcos, “Reforma Pombalina dos Estudos Jurídicos”, 107–39.

¹⁰¹ *Ibid.*, 106–107.

¹⁰² *Estatutos da Universidade de Coimbra compilados debaixo da immediata e suprema inspecção de El Rei D. José I*, vol. II (Lisboa: Na Regia Officina Typográfica, 1772), 284.

¹⁰³ Freitas, *Um Testemunho na Transição para o Século XIX: Ricardo Raimundo Nogueira: Análise Histórico-Jurídica*, 86–89.

¹⁰⁴ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa*, vol. III (Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1898), 704–705.

também não terminaria com sucesso esta tarefa, ainda que fosse dando conta dela à Universidade. O seu compêndio só seria impresso algumas décadas mais tarde¹⁰⁵.

Merece destaque a forma como Pascoal de Mello Freire introduziu a reforma da Universidade de Coimbra na sua *História do Direito Civil Português*, dando ênfase à criação da “Ciência do Direito Pátrio”¹⁰⁶, considerando que através dela a ciência do direito entrava finalmente na Universidade.

Por esta altura a questão do direito nacional teria consequências aquando da elaboração do *Novo Código*, por se pretender que este se adequasse aos novos estatutos. Tentava-se “delimitar com clareza a nova filosofia do direito definida fundamentalmente pelos novos estatutos de 1772 [...] com vista à elucidação da teoria política historicamente vigente”¹⁰⁷.

- As Ciências de Polícia entre 1778 e 1805: teoria e prática

A Junta do Novo Código e o processo de reforma do Direito em Portugal¹⁰⁸

Como ficou expresso na Introdução, a grande maioria da produção e debate teórico em torno do conceito de polícia em Portugal surgiu com a chegada ao trono de D. Maria I, destacando-se desde logo pela efectivação de um desejo há muito assumido: a necessidade de reforma das *Ordenações Filipinas*, que se materializou na criação da Junta do *Novo Código*, em Março de 1778 com o objetivo de “proceder à reforma geral do direito vigente”¹⁰⁹.

A reforma das *Ordenações* assumiria assim um papel fundamental, pois nem a ciência racional, nem a felicidade dos povos poderia conseguir-se sem um

¹⁰⁵ Freitas, *Um Testemunho na Transição para o Século XIX: Ricardo Raimundo Nogueira: Análise Histórico-Jurídica*, 96.

¹⁰⁶ Pascoal José de Mello Freire, *História do direito civil português*, trans. Miguel Pinto de Meneses (Lisboa: s.n., 1968), 150.

¹⁰⁷ José Esteves Pereira, *O pensamento político em Portugal no século XVIII: António Ribeiro dos Santos* (Lisboa: Impr. Nacional-Casa da Moeda, 2005), 244.

¹⁰⁸ António Delgado da Silva, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a Última Compilação das Ordenações. 1775-1790* (Lisboa: Typografia Maignrense, 1828), 162–164.

¹⁰⁹ A 31 de Março de 1778 nomeava-se uma junta de ministros para analisar a legislação. Sobre este assunto, veja-se, entre outros, Luís Bigotte Chorão, “O Discurso de Duarte Alexandre Holbeche: Subsídios para a História do Novo Código,” in *Estudos Em Homenagem ao Professor Doutor Manuel Gomes da Silva*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Coimbra: Coimbra Editora, 2001), 1129–87.

“entendimento claro das leis, cuja inteligência se encontraria obscurecida pela sua multiplicidade e obsoletismo”¹¹⁰. Seguiu-se o mesmo caminho percorrido por outras nações esclarecidas, nomeadamente as Germânicas (Áustria e Prússia) mas também a Toscana e a Sardenha. Esta procura da codificação relaciona-se também com a nova ideia do direito como ciência, ligada à Polícia¹¹¹, em que se fundamenta não só esta ciência da legislação, mas também a economia política e o direito público, ocupando a segurança um lugar fundamental no funcionamento do Estado, tendo como fim último a *felicidade pública*¹¹².

Os planos para a elaboração de diversos códigos foram vários, incluindo um criminal, um de direito público ou de direito comercial, mas nenhum foi aprovado, com excepção, e só alguns anos depois, de um código penal militar¹¹³.

Tal como na questão dos novos compêndios universitários, que tardavam a chegar, também o projecto do *Novo Código* foi sofrendo diversos atrasos em relação à ideia original. A Junta nomeada em 1778 não produziu resultados satisfatórios e a 22 de Março de 1783 Pascoal de Mello Freire foi nomeado para que apresentasse um plano para dois novos códigos: um de direito público e outro criminal, correspondendo respectivamente aos livros segundo e quinto das *Ordenações*. Os dois projectos, concluídos num espaço de cinco anos, seriam já muito influenciados pelos principais autores do pensamento penal iluminista europeu, entre os quais Beccaria¹¹⁴.

A tentativa de reforma da legislação durante este período fracassaria. Sabe-se que terá continuado mesmo após a partida da família real para o Brasil, mas sem resultados visíveis. Nesta altura o número de leis extravagantes posteriores às *Ordenações Filipinas* ultrapassaria já o número de quatro mil¹¹⁵.

¹¹⁰ Silva, *Collecção Da Legislação Portuguesa Desde a Última Compilação Das Ordenações. 1775-1790*, 162–164.

¹¹¹ Homem, *Judex Perfectus: Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820*, 823.

¹¹² *Ibid.*, 821–823.

¹¹³ Maria José Moutinho Santos, “Liberalismo, legislação criminal e codificação: O Código Penal de 1852: Cento e cinquenta anos da sua publicação,” *Revista da Faculdade de Letras: História*, III, 3 (2002): 97–102.

¹¹⁴ Sobre o projecto do Código Criminal veja-se, Paulo Sérgio Pinto de Albuquerque, *A reforma da justiça criminal em Portugal e na Europa*, (Coimbra: Almedina, 2003), 66–77.

¹¹⁵ António Pedro Barbas Homem, “A ‘Ciência da Legislação’: conceptualização de um modelo jurídico no final do Ancien Régime,” *Legislação. Cadernos de Ciência da Legislação*, no. 16 (1996): 45.

Janeiro de 1780 – Restruturação da Intendência Geral da Polícia

A criação da *Junta do Novo Código* foi o primeiro acto reformista ocorrido durante uma cronologia privilegiada no que às *ciências de polícia* diz respeito. O segundo acto ocorreu no dia 15 de Janeiro de 1780, data em que D. Maria I iniciou uma reorganização essencial dos pressupostos e campos de actuação da Intendência Geral da Polícia.

Percepcionando as grandes diferenças entre a prática nas “Cortes Polidas da Europa” e a forma como a Intendência actuava efectivamente no terreno, a Rainha pretendeu “dar uma nova forma [...] para o objecto de tanta importância”, introduzindo profundas alterações no modelo de actuação da polícia e no quadro legal em que esta passaria agora a movimentar-se. A primeira alteração adveio da ideia de que “como sucede haver crimes, que não necessitem de outro castigo, mais do que alguma correcção, poderá o mesmo Intendente Geral nestes casos prender aquelas pessoas, que a merecerem, conservando-as na prisão o tempo que julgar proporcionado à desordem que tiverem cometido e lhe parecer necessário para a emenda”¹¹⁶.

A 17 de janeiro, Pina Manique era nomeado Intendente, entrando em concreto no exercício do cargo em Maio. Como as prisões não eram historicamente espaços destinados à correcção social do indivíduo, foi necessário fazê-lo noutro local, criado de raiz para o efeito, a Casa Pia de Lisboa, que abriu as suas portas ainda durante esse mês, para dar corpo a “um dos principais objectos da verdadeira polícia [...] empregar não só as pessoas ociosas mas também as indigentes de qualquer Estado, pela felicidade que resulta a estas terem de que subsistir pelo seu trabalho; Sua Majestade foi servida incumbir-me de promover esta e estabelecer a Casa Pia do Castelo de S. Jorge desta cidade, onde fossem recolhidas as pessoas viciosas, a quem a inércia posto que já tivesse precipitado em alguns crimes, não tenha feito de todo desprezar a emenda tirando assim inumeráveis pessoas que sem este auxílio viveram submergidas debaixo do jugo da mais insuportável pobreza”¹¹⁷.

A articulação entre a Intendência e a Casa Pia constituiria uma mutação fundamental na forma como a Coroa iria reforçar o poder sobre os comportamentos sociais no final da centúria quando tentou alterar a sua intervenção no campo da

¹¹⁶ Silva, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a Última Compilação das Ordenações. 1775-1790*, 255–256.

¹¹⁷ ANTT, *Intendência Geral da Polícia*, liv. 93, fls. 368-371.

assistência, interligando-a com sectores que então emergiam como fundamentais na administração da sociedade por parte dos estados modernos: aumento da população, crescimento da agricultura e indústria, saúde e higiene. Estas eram áreas bem definidas nos tratados de Polícia, acompanhando as práticas adoptadas em países como a Inglaterra, a França e os Estados Alemães, onde se desenvolveram políticas que procuraram responder ao problema da pobreza enquanto principal entrave não só para o aumento da população, mas também para o crescimento económico do país¹¹⁸.

Recorde-se resumidamente, que o castelo de São Jorge albergava vários espaços diferenciados, onde a vertente do trabalho estava bem explicita, conforme consta no itinerário da visita que a Rainha efectuou a 3 de Abril de 1782. A *Gazeta de Lisboa* descrevia então as “manufacturas das sedas, algodão e lonas, que no pouco tempo do estabelecimento destas fábricas se haviam manufacturado”¹¹⁹. O objectivo era tratar estas “vítimas do ócio, do vício e da mais solta libertinagem se a polícia não os arrancasse à força para os tornar cidadãos úteis a si e ao Estado”¹²⁰, em consonância com o que João Rosado de Villalobos e Vasconcelos, autor do primeiro tratado sobre a polícia, escrito em português, tendo como base a obra de Justi afirmava “não há fábricas nem manufacturas, em que um homem não possa ser empregado em alguma coisa útil e por isso devem estes mesmos mendicantes serem ocupados nestas casas de trabalho”¹²¹.

Assim, o programa de actuação da Intendência Geral da Polícia era colossal. Tocava áreas de jurisdição muito diversas mas coincidentes com a noção de polícia da época, com grande destaque para as questões de higiene e saúde públicas¹²², sem que contudo descurasse aquela que continuava a ser a maior missão da intendência, o controlo da criminalidade¹²³.

¹¹⁸ Abreu, *Pina Manique: Um Reformador no Portugal das Luzes*, 9-17.

¹¹⁹ *Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa*, nº 14, 6 de Abril de 1782.

¹²⁰ ANTT, *Intendência Geral da Polícia*, liv. 93, fl. 331.

¹²¹ João Rosado Vilalobos e Vasconcelos, *Elementos da Polícia Geral de Hum Estado*, vol. II (Lisboa: Na Off. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1787), 193.

¹²² Luís Bigotte Chorão, “O Discurso de Duarte Alexandre Holbeche : subsídios para a História do Novo Código,” in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Manuel Gomes da Silva*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Coimbra: Coimbra Editora, 2001), 1129–87.

¹²³ Em 1791 Pina Manique descreveu detalhadamente a jurisdição do Intendente Geral da Polícia, dividindo-a em oitenta e cinco pontos distintos. Laurinda Abreu fez a sua análise e dividiu-os em quatro áreas distintas: controlo de comportamentos, onde cabe a mendicância, a vagabundagem e as mulheres mundanas; medidas sociais e de saúde pública, onde estão presentes as prisões, boticários e o combate às pestes; controlo de espaços, ponto onde se insere a iluminação pública, limpeza de ruas, inspecção de estradas; e finalmente salários preços e quantidades, onde se controlava desde a venda de prata e ouro, aos

A Ciência da Polícia teorizada em português. Teoria e prática

A polícia portuguesa, à semelhança do caso francês, foi mais prática do que teórica, talvez porque Pina Manique, ao contrário de outras figuras estrangeiras análogas, não era um ideólogo da polícia. A sua actuação ao longo de vinte e cinco anos foi sempre iminentemente prática. Porém, foi durante estas mais de duas décadas, que surgiu em Portugal uma importante literatura, em especial jurídica, sobre as *ciências de polícia*. Não sendo a sua dimensão comparável à produção alemã, por exemplo, assinala-se, no entanto, o esforço de compilar e reflectir sobre a legislação portuguesa neste campo e também de produzir um conteúdo que em parte já retratava a prática no terreno, especificamente desde Janeiro de 1780, relacionando-o com a organização interna do Estado e com a ciência do bom governo.

Desde o final da década de setenta de *setecentos* houve lugar para a produção e divulgação de literatura jurídica que procurou reflectir sobre o conceito de polícia e a sua prática em Portugal. Isso foi visível a partir do momento em que foi criada a *Junta do Novo Código*. Dentro deste intenso debate salientamos uma obra um pouco esquecida neste contexto, a de Diogo Alexandre Holbeche, *Discurso sobre a necessidade de reformar o Código Lusitano*¹²⁴.

Pronunciado perante a *Junta do Novo Código* a 5 de Agosto de 1778, com inspiração em Montesquieu, especialmente na crítica que fazia ao direito romano, este jurista denunciava o excesso legislativo que proporcionava um factor de incerteza que não deveria existir no direito¹²⁵, tornando-o menos científico. Para este autor todas as leis poderiam ser divididas em dois grupos distintos: as de religião e as de polícia temporal. Nestas últimas entrariam todas as leis compreendidas nas matérias do direito das gentes, do direito público e do direito particular. Este constituiria o corpo das leis civis, enquadrando toda a legislação relativa à “conservação e à tranquilidade da sociedade para a qual são elas estabelecidas”¹²⁶. Contudo, a sua criação deveria depender não da vontade do legislador mas sim da necessidade pública e a busca por um

preços da lenha ou as condições de arrendamento de habitação. Ibid., 128–129. ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 454. Jurisdição do Intendente Geral da Polícia.

¹²⁴ Chorão, “O Discurso de Duarte Alexandre Holbeche : subsídios para a História do Novo Código.”

¹²⁵ Homem, *Judex Perfectus: Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820*, 399.

¹²⁶ Homem, “A ‘Ciência da Legislação’: conceptualização de um modelo jurídico no final do Ancien Régime,” 38;

direito científico deveria ser conduzida através da simplicidade das leis, cuja clareza deveria ser suficiente para que todos as compreendessem e assim as pudessem cumprir¹²⁷.

A ideia da clareza legislativa, pela qual a *Lei da Boa Razão* já pugnava, esteve presente ao longo de todo este período e Holbeche não foi, como é evidente, o único a defendê-la. Porém, apesar das suas referências à noção de polícia a sua vertente mais alargada de segurança e tranquilidade pública, a sua obra, ao contrário do que viria a suceder com outras nos anos seguintes, não reflectia no seu conteúdo teórico a actuação prática da polícia.

Esta surgiria, em parte, no primeiro tratado escrito em língua portuguesa sobre a polícia, *Elementos da Polícia Geral de um Estado* de João Rosado de Villalobos e Vasconcelos,¹²⁸ impresso entre 1786 e 1787. Esta obra era uma tradução a partir do francês da obra de Justi e o autor acrescentou ao texto algumas notas da sua autoria, que reflectiam a actuação da Intendência em Portugal, assinalando que Pina Manique “tem posto em prática regras para polir uma nação, por meio de todas as acertadíssimas operações no seu respeitável ministério, implantando em Portugal o que em outros países é alma da fortuna e abundância e de todas as comodidades gerais do Estado e particulares de cada um dos indivíduos”¹²⁹.

Clarificando os objetos da polícia dividiu-os entre religião, costumes, saúde dos habitantes, edifícios públicos, formosura das cidades, segurança e tranquilidade pública, ciências e artes liberais, comércio, manufacturas e os pobres. Na sua opinião a polícia deveria igualmente ter sob a sua alçada os mendigos, os pobres envergonhados, os inválidos, os doentes indigentes. Expressou algo que Pina Manique colocou em prática desde o momento em que entrou na Intendência, como é possível verificar pela informação que circula entre esta instituição, Secretarias de Estado e diversas magistraturas locais: “obrigar os mendigos a entrarem em casas de trabalho, eliminando assim a sua desprezível preguiça que os impedia de trabalhar”¹³⁰.

Num sentido mais conciso, a polícia seria tudo aquilo que contribui para a

¹²⁷ Chorão, “O Discurso de Duarte Alexandre Holbeche: subsídios para a História do Novo Código,” 1172.

¹²⁸ João Rosado Vilalobos e Vasconcelos, *Elementos da Polícia Geral de Hum Estado*, II vols. (Lisboa: Na Off. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1786).

¹²⁹ *Ibid.*, 6.

¹³⁰ Vasconcelos, *Elementos da Polícia Geral de Hum Estado*, 1787, II:192–196.

tranquilidade e boa ordem e disciplina de um país e a conservação da vida privada de cada membro da sociedade. Também incluía os regulamentos para os pesos e medidas, segurança, asseio e ornamento das cidades, fontes, passeios e caminhos públicos, à semelhança das descrições de Raphael Bluteau ou Delamare.

Encontramos algumas semelhanças com as obras de Pascoal de Mello Freire, nome maior da cultura jurídica portuguesa dos finais do Antigo Regime¹³¹. Em 1778 na *História do Direito Civil Português*, que mais tarde serviria de compêndio à cadeira do História do Direito Pátrio, as referências de Mello Freire a este termo são muito breves, limitando-se a destacar a criação Intendência, através da lei de 25 de Junho de 1760¹³².

Contudo, anos depois, o conceito de polícia merecer-lhe-ia maior reflexão, fazendo-o coincidir com o direito público. Tal detecta-se no *Novo Código do Direito Público em Portugal*, datado de 1789, onde referia que os principais objectos da polícia eram “a religião, os costumes, e a subsistência, comodidades e segurança dos nossos vassallos [...]para que vivam quietos, contentes e seguros uns dos outros”¹³³.

Desenvolveu depois o conceito em sessenta e sete parágrafos, introduzindo-o nas mais diversas esferas da sociedade, tanto no campo temporal como espiritual¹³⁴, impondo-se na religião, na esfera da família, da educação e dos meios de subsistência. Assim, a polícia ainda que fosse um conceito difícil de definir, representaria todo o governo da *polis*¹³⁵ e ao mesmo tempo deveria vigiar:

“sobre a bondade, qualidade e abundância dos mantimentos e mais coisas necessárias para a vida e comodidades do homem; sobre a construção dos edifícios e suas ruínas, incêndios e outros semelhantes acidentes, e modo de os remediar; sobre os rendeiros, taberneiros, trabalhadores, artistas e oficiais; sobre a limpeza e asseio das casas, ruas, praças, valas, caminhos, estradas,

¹³¹ Pascoal José de Mello Freire dos Reis é um dos nomes mais conhecidos do panorama histórico e jurídico português de finais do Século XVIII. Nascido em 1738, doutorou-se na Faculdade de Leis em 1757. Após a reforma de 1772 começou a leccionar a cadeira de Direito Pátrio. Foi autor de diversas obras, mas foi a polémica em torno do projecto do Novo Código que lhe trouxe a maior projecção. Sobre a sua biografia e respectiva obra veja-se, entre outros, Cunha, *Temas e perfis da filosofia do direito Luso-Brasileira*, 87–206. A este jurista também se deveu a primeira estruturação de um conjunto de regras sobre como interpretar a legislação pátria. Homem, *Judex Perfectus: Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820*, 441.

¹³² Freire, *História do direito civil português*, 146.

¹³³ Pascoal José de Mello Freire, *O Novo Código do Direito Público de Portugal* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1844), 134–135.

¹³⁴ Paulo Ferreira da Cunha, *Temas e Perfis da Filosofia do Direito Luso-Brasileira*, Estudos Gerais (Lisboa: Impr. Nacional-Casa da Moeda, 2000), 120.

¹³⁵ “A economia, direcção e governo interno do Reino; e este é o principal direito majestático”. Freire, *O Novo Código do Direito Público de Portugal*, 352.

pontes e fontes; e geralmente sobre todas aquelas coisas, que se julgarem precisas e indispensáveis para as necessidades e tracto da vida humana”¹³⁶.

Na opinião de Paulo Ferreira da Cunha, o capítulo que Pascoal de Mello Freire dedicou à polícia foi, sem dúvida, o mais importante de todo o projecto de *Novo Código*, ainda que o considere utópico e até algo literário, mas não deixa de ser a génese de um programa político *esclarecido* com vista à obtenção da tão propagada *felicidade pública*¹³⁷.

A ideia de polícia passaria albergava assim diversas dimensões, conservando não só a noção de bem comum¹³⁸, bem cara à teoria política portuguesa, mas também a de felicidade pública¹³⁹, trazendo consigo diversas considerações sobre aumento e subsistência da população, objectivo claro das *ciências de polícia*¹⁴⁰.

Mais tarde, nas *Instituições de Direito Civil Português*, a abrangência que deu à polícia foi bastante maior. Para além de traçar um quadro histórico da instituição em Portugal, definiu claramente os seus objectos e deu um corpo teórico à experiência prática que Pina Manique vinha desenvolvendo desde 1780. Contudo, não deixou de alertar para a necessidade de uma nova reforma para que se definisse com maior rigor a jurisdição da polícia em relação a outros magistrados, pois os conflitos eram vários. Mello Freire estaria certamente ao corrente dos problemas da Intendência com duas instituições em particular: a Casa da Suplicação,¹⁴¹ em particular na actuação sobre o pequeno crime e o Senado da Câmara de Lisboa, em questões de obras, limpeza e

¹³⁶ Freire, *O Novo Código do Direito Público de Portugal*, 136.

¹³⁷ Cunha, *Temas e perfis da filosofia do direito Luso-Brasileira*, 119.

¹³⁸ Saliente-se também o alargamento deste conceito ao controlo de espaços e acontecimentos culturais, dos quais se destacam a literatura e o teatro, mas também de locais propícios às sociabilidades, destacando-se os cafés, tabernas ou casas de pasto, não só com o objectivo de punir comportamentos desviantes, mas também de os prevenir, tendo em conta a moral dominante. Laborier, “La Bonne Police. Sciences Camérales et pouvoir absolutiste dans les États Allemands,” 8. Para o caso português veja-se Maria Alexandre Lousada, “Espacialidade em Debate: práticas sociais e representações em Lisboa nos finais do Antigo Regime,” *Ler História*, 2005, 33–46.

¹³⁹ Laborier, “La «bonne police». Sciences camérales et pouvoir absolutiste dans les États allemands,” 8.

¹⁴⁰ Nas críticas que fez ao projecto de Pascoal de Mello Freire, reflectindo os debates da Academia de Ciências e os muitos pareceres compilados nas suas *Memórias Económicas*, António Ribeiro dos Santos deu particular atenção à legislação económica, afirmando que a falta de normas neste campo constituía um dos motivos para o empobrecimento do Estado, pelo que o novo código deveria “firmar [...] a legislação económica, e remediar nele a falta que disso houve nas últimas compilações das nossas leis. Neste aspecto Ribeiro dos Santos apontava como aspectos a intervir as leis da puberdade, a multiplicação dos matrimónios, diminuição do número de celibatários, estabelecimento de novas povoações novas políticas de saúde e a construção de casas de expostos e órfãos, pontos em que a Intendência Geral da Polícia procurava actuar. Pereira, *O pensamento político em Portugal no século XVIII*, 275-277.

¹⁴¹ ANTT, *Feitos Findos, Casa da Suplicação*, liv. 19, fl. 25.

ordenamento do espaço público, bem como com magistrados locais que muitas vezes não cumpriam as suas ordens, acusados de inércia, má vontade e corrupção¹⁴².

Mello Freire deu assim particular atenção a um dos campos em que Pina Manique mais intervinha. Interligando a criminalidade e a pobreza salientava que nenhuma das penas previstas para mendigos, vagabundos ou ociosos na legislação teria resultado significativo, se estas pessoas continuassem sem ter meios de subsistência¹⁴³, ideia que o Intendente defendeu por diversas vezes, atribuindo dessa forma um lugar fundamental à emenda útil do criminoso. Nas *Instituições de Direito Criminal*, Freire também defendeu que deveria ser a polícia a sustentar os presos pobres, ocupando-os em trabalhos para que daí pudessem mais facilmente retirar o seu sustento¹⁴⁴.

Todavia, Pascoal de Mello Freire não foi o único jurista deste período a sustentar a necessidade de uma colaboração mais estreita e eficaz entre polícia e magistrados.

Luís Joaquim Correia da Silva¹⁴⁵, lente da Universidade, embora menos conhecido que Mello Freire, distinguiu no âmbito da polícia a actuação dos corregedores. Estes detinham algumas funções policiais, principalmente fora de Lisboa e eram, dentro do grupo dos magistrados subordinados ao Intendente Geral da Polícia, um dos seus principais interlocutores. Para Correia da Silva os corregedores eram os principais promotores da felicidade pública, pois aplicavam a justiça e impulsionavam a prática policial. Esta deveria assentar numa população numerosa e como tal o défice demográfico português deveria ser combatido através da intervenção da polícia. Porém, apesar de relacionar a polícia com a economia, seguindo a linha dos principais tratados sobre esta matéria, não deu particular atenção às leis económicas, ou seja ao comércio e manufacturas¹⁴⁶.

¹⁴² ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 454, *Rondas da Polícia*.

¹⁴³ Pascoal José de Mello Freire, “Instituições de Direito Civil Português,” trans. Miguel Pinto de Meneses, *Boletim do Ministério da Justiça, Lisboa*, no. 161–66 (1966): 161–166.

¹⁴⁴ Pascoal José de Mello Freire, “Instituições de Direito Criminal Português,” *Boletim do Ministério da Justiça* 155–56 (1966): 207.

¹⁴⁵ Paulo Merêa, *Estudos de história do ensino jurídico em Portugal (1772-1902)* (Lisboa: INCM, 2005), 355–364.

¹⁴⁶ Seelaender, “‘Economia Civil’ e ‘Polícia’ no ensino do ‘Direito Pátrio’ em Coimbra: notas sobre as ‘Prelecções’ de Ricardo Raymundo Nogueira,” 41–43.

Recorde-se que na segunda metade do século as ideias económicas tiveram uma forte divulgação no seio do discurso ilustrado português¹⁴⁷. Ricardo Raimundo Nogueira,¹⁴⁸ figura crucial no debate jurídico no princípio do século XIX, teve especial atenção à instrução económica durante toda a sua vida académica e foi dentro da economia, mais propriamente na economia civil que enquadrava as matérias de polícia¹⁴⁹. A economia civil deveria aprender-se para saber de que maneira os diversos objectos da polícia “a povoação, agricultura, industria e comércio se devem promover para levar a nação ao mais alto ponto de opulência, força e civilização de que ela é capaz”¹⁵⁰.

Na sua exposição, a polícia deveria ocupar-se em “procurar a segurança dos cidadãos, a bondade, a abundância e o justo preço dos géneros necessários para a sustentação e comodidade da vida e bom estado e uso cómodo das ruas, estradas e lugares públicos”¹⁵¹. Estes objectivos deveriam ser observados pelos magistrados de polícia, corregedores, juizes de fora e claro o Intendente. Os tópicos que então referenciava deveriam, na sua opinião, ser matéria do ensino jurídico, constituindo uma ciência que ensinaria aos futuros burocratas os “meios para se fazer uma nação populosa, rica, poderosa, polida e bem costumada”¹⁵².

Parece-nos importante sublinhar que Nogueira incorporou no seu pensamento aquilo que na prática já se verificava na acção do Intendente Geral da Polícia, por conta da reforma da instituição de 1780. Destacava então a necessidade da rapidez do processo decisório nas práticas de polícia, sublinhando que sobretudo o Intendente

¹⁴⁷ José Luís Cardoso, *O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do Século XVIII, 1780-1808* (Lisboa: Editorial Estampa, 1989); Francisco Lourenço Vaz, *Instrução e economia: as ideias económicas no discurso da ilustração portuguesa, 1746-1820*, (Lisboa: Colibri, 2002); José Luís Cardoso e Alexandre Mendes Cunha, “Enlightened Reforms and Economic Discourse in the Portuguese-Brazilian Empire (1750-1808)”, 619–41.

¹⁴⁸ Sobre este autor veja-se, entre outros, José Agostinho de Macedo, *Elogio historico do illustrissimo e excellentissimo Ricardo Raymundo Nogueira, conselheiro d'Estado* (Lisboa: Na Imp. Regia, 1827); Freitas, *Um Testemunho na Transição para o Século XIX: Ricardo Raimundo Nogueira: Análise Histórico-Jurídica*.

¹⁴⁹ Ricardo Raimundo Nogueira, *Prelecções sobre a historia do direito pátrio* (Coimbra: Impr. da Universidade, 1866). Esta enquadrava as “noções gerais do que é útil e prejudicial ao bem do Estado” e os meios para tornar a nação mais poderosa. Seelaender, “‘Economia Civil’ e ‘Polícia’ no ensino do ‘Direito Pátrio’ em Coimbra: notas sobre as ‘Prelecções’ de Ricardo Raymundo Nogueira,” 54.

¹⁵⁰ Vaz, *Instrução e economia*, 323.

¹⁵¹ Homem, *Judex Perfectus: Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820*, 558. Nogueira, *Prelecções sobre a historia do direito pátrio*, 153.

¹⁵² Os meios eram a população, a agricultura, a indústria e o comércio, dando primazia deveria à segurança, abundância e bom preço das mercadorias. Ricardo Raimundo Nogueira, “Prelecções de Direito Público Interno de Portugal,” *O Instituto - Jornal Científico e Litterário* VI, VII, VIII (1858): 220.

deveria colocar de lado algumas formalidades do processo judicial ordinário, em especial quando se tratasse de punir mendigos, vadios ou de forçá-los ao trabalho. Esta rapidez era fundada na necessidade de todos contribuírem para a riqueza do Estado e por isso a polícia, principal meio para esse fim deveria ter regras específicas no campo da justiça, para que a rapidez e efectiva aplicação das leis se verificasse¹⁵³. A rapidez advinha da vontade real, a verdadeira fonte da validade das leis, como se demonstrava pela *Lei da Boa Razão* e todo o programa teórico e jurídico que lhe sucedeu no campo da ciência do Direito.

Ricardo Raimundo Nogueira aprofundou uma ideia de separação entre órgãos de justiça e restantes organismos administrativos, para que houvesse uma especialização de funções, ideia que aliás já tinha presidido à criação da Intendência em Junho de 1760. Defendia igualmente a separação dos magistrados por diferentes categorias: civis, criminais e políticos e económicos. A estes últimos deveriam corresponder funções da polícia, direccionada para a economia civil, como proibir a ociosidade e promover a indústria¹⁵⁴. Não era o único jurista a pensar assim.

Francisco Coelho de Sousa Sampaio, para além de defender também uma separação mais clara e racional dos magistrados (económicos, políticos e de fazenda), foi o autor de uma das mais conhecidas definições do conceito de polícia escritas em português. Empregando um termo muito significativo nesta época, o de *felicidade*, sustentava a ideia que a polícia era a base da *felicidade* do Estado¹⁵⁵. Como tal deveria ser entregue ao principal magistrado político do Reino, o Intendente, que tinha sob a sua alçada magistrados políticos e económicos¹⁵⁶.

No caso de Nogueira, a ciência de polícia assumia uma vertente mais ligada às políticas económicas, caminho que a Intendência também traçou nos últimos anos de vida de Pina Manique. Na viragem do século acentuou-se uma ligação cada vez mais estreita e quiçá até algo sufocante ao Erário Régio, presidido na altura por D. Rodrigo

¹⁵³ ANTT, *Intendência Geral da Polícia*, liv. 93, fls. 331-334.

¹⁵⁴ Homem, *Judex Perfectus: Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820*, 569-570.

¹⁵⁵ Os meios para atingir a felicidade do Estado através do direito de polícia seriam o aumento da população, a saúde dos povos, o comércio, agricultura e as manufacturas. Francisco Coelho de Sousa e Sampaio, *Prelecções de direito patrio publico e particular, offerecidas ao serenissimo Senhor D. João Principe do Brasil* (Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1793), 138.

¹⁵⁶ “Todos os magistrados ordinários do Reino exercem algum ramo de polícia, e economia [...]. Os Almotacés das cidades, e vilas são propriamente magistrados políticos e económicos. Sampaio, *Prelecções de direito patrio publico e particular, offerecidas ao serenissimo Senhor D. João Principe do Brasil*, 193.

de Sousa Coutinho, importante ideólogo também das políticas económicas coloniais, sobretudo no que diz respeito ao Brasil ao qual ficaria para sempre ligado.

Conclusão

O reformismo político, jurídico e institucional da segunda metade de Setecentos foi fundamental para criar em Portugal polícia à semelhança do que se verificava noutras *cortes polidas* da Europa.

Este percurso foi, num primeiro momento, principalmente institucional, através da criação da Intendência Geral da Polícia em Junho de 1760. Contudo, as reformas no campo da ciência da legislação, através da *Lei da Boa Razão* e na política educativa da polícia, com a reforma dos estudos jurídicos em 1772, associadas às correntes *jusracionalistas* do direito, que proclamavam a sua *cientificização*, vieram proporcionar em Portugal um profícuo desenvolvimento teórico do conceito de polícia, propagando igualmente considerações sobre a sua institucionalização e aplicação no terreno em associação com a justiça e com a economia.

Para esta evolução teórica, revelar-se-ia fundamental a profunda reforma operada na Intendência em Janeiro de 1780, com a entrada de Pina Manique na instituição, onde ficaria durante os 25 anos seguintes. Esta alteração face ao período anterior não deixou de ser notada por Pascoal de Mello Freire quando descreveu os propósitos que nortearam este órgão durante os primeiros vinte anos de vida:

“nada mais fez de novo, do que criar um especial magistrado, ou intendente da policia, a quem concedeu uma jurisdição quase ilimitada; mas como a não definiu verdadeiramente, o que era de absoluta necessidade, como não fez estabelecimentos públicos, nem deu providências algumas económicas universais e indispensáveis, nem mudou a antiga forma de governo e direcção da policia, ficaram as coisas quase nos mesmos termos”¹⁵⁷.

O reformismo ilustrado português destacou-se precisamente pelo seu ecletismo, notando-se as influências do *cameralismo* germânico, combinado com as influências francesas, presentes na transposição dos princípios criadores da polícia francesa no alvará de Junho de 1760. Isso será bastante visível na actuação de Pina Manique, que foi um importante receptor das ideias de polícia que então circulavam pela Europa, e que

¹⁵⁷Freire, *O Novo Código do Direito Público de Portugal*, 352.

vieram de certo modo fundir-se na Intendência a partir de 1780.

Na actuação do Intendente destacou-se a procura de meios para reduzir a pobreza e, associada a esta, a criminalidade. A Casa Pia de Lisboa, criada em Maio desse mesmo ano seria nesse campo fundamental, pois traria para o campo da polícia, pela primeira vez uma forte noção de emenda, tentando concretizar no terreno os propósitos da polícia, enquanto ciência governativa, tal como era entendida por estes teóricos, abarcando quase a totalidade do governo da *polis*.

Porém, apesar forte presença da ideia de polícia no discurso académico, que viria a transformá-la numa ciência administrativa autónoma, a reforma de 1772, não teve, neste campo resultados imediatos. A ausência de compêndios de Direito Pátrio ou de uma codificação científica, é disso exemplo. Em 1805, ano da morte de Pina Manique, os estatutos da Universidade seriam objecto de nova intervenção política, dando finalmente aprovação à obra de Pascoal de Mello Freire, a única de um vasto projecto de renovação, que, no que diz respeito aos compêndios, ficou por concretizar. Contudo, não podemos deixar de afirmar que o percurso teórico, político e institucional das ciências de polícia constitui uma das áreas mais complexas da história de Portugal entre o Antigo Regime e o Liberalismo, havendo ainda muitos campos por explorar, tantos quantos os braços da polícia setecentista¹⁵⁸.

¹⁵⁸ Veja-se o documento que resume, nas palavras de Pina Manique, a jurisdição do Intendente Geral da Polícia. ANTT, *Ministério do Reino*, mc.454 Jurisdição do Intendente Geral da Polícia.